

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

MARCELO PORTO NICOLA

ESPAÇO PROTEGIDO E DESENVOLVIMENTO RURAL:
Práticas e Trajetórias na Pecuária Familiar da Região Centro Sul do Rio Grande do Sul

Porto Alegre

2015

MARCELO PORTO NICOLA

ESPAÇO PROTEGIDO E DESENVOLVIMENTO RURAL:

Práticas e Trajetórias na Pecuária Familiar da Região Centro Sul do Rio Grande do Sul

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Flávia Charão Marques

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Porto Nicola, Marcelo

Espaço Protegido e Desenvolvimento Rural: práticas e trajetórias na pecuária familiar da região Centro Sul do Rio Grande do Sul / Marcelo Porto Nicola. -- 2015.

239 f.

Orientador: Flávia Charão Marques.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. pecuária familiar. 2. dinâmicas sociotécnicas. 3. desenvolvimento rural. 4. sustentabilidade. 5. bioma Pampa. I. Charão Marques, Flávia, orient. II. Título.

MARCELO PORTO NICOLA

ESPAÇO PROTEGIDO E DESENVOLVIMENTO RURAL:

Práticas e Trajetórias na Pecuária Familiar da Região Centro Sul do Rio Grande do Sul

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 30 de novembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Flávia Charão Marques – Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Antônio Conteratto

UFRGS

Prof. Dr. Carlos Nabinger

UFRGS

Dr. Marcos Flávio Silva Borba

EMBRAPA-CPPSul

Á minha esposa Luciane Becker Nicola e ao meu
filho Eduardo Becker Nicola pelo amparo,
compreensão e parceria ao longo deste trabalho.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta Tese simboliza uma conquista pessoal e profissional relevante. Esse momento representa o final de um ciclo marcado por esforço e superação em minha vida e indica o início de um novo, repleto de possibilidades e expectativas positivas.

Desse modo, expresso sinceros agradecimentos:

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);

Aos funcionários e professores do PGDR/FCE/UFRGS;

À professora orientadora Flávia Charão Marques, pelo profissionalismo e dedicação empenhados na realização deste trabalho;

À minha esposa e meu filho pela total compreensão da situação e incentivo, e pelos momentos de descontração e lazer;

À minha mãe pelo estímulo e exemplo acadêmico;

Aos pecuaristas familiares e lideranças rurais da região da pesquisa pelas trocas de experiência, pelos momentos de aprendizagem, pela acolhida amigável e saborosas refeições nas propriedades durante o trabalho de campo;

Aos agentes de desenvolvimento locais e regionais de diversas entidades (Prefeituras, SDR, IVZ) pelas informações e colaborações prestadas, em especial Clauber Marques Correa;

Às equipes de extensionistas e pessoal administrativo dos Escritórios Municipais da Emater de São Jerônimo e Butiá, pelas trocas de experiências, em especial a Denise Lenzi Marques e João Luiz Carvalho Ferreira, pela colaboração inicial no trabalho de campo.

À direção e colegas da EEA/FAGRO/UFRGS pelo apoio em diferentes momentos dessa caminhada;

Aos amigos e familiares que sempre apoiaram mesmo a distancia;

Aos colegas do Doutorado, pelos momentos de convivência amigável durante o curso.

RESUMO

Esta tese objetiva investigar a gestão local e as características significativas do desenvolvimento rural em comunidades de pecuaristas familiares nos municípios de São Jerônimo, Butiá e arredores, região Centro Sul do RS. Nesta tese, as dinâmicas do desenvolvimento rural na pecuária familiar são compreendidas como movimentos de transição ou contracorrente à marcha de consolidação e aprofundamento da agricultura convencional assentada em parâmetros do paradigma técnico-científico moderno. Na realidade estudada os pecuaristas familiares foram elevados da posição de marginalizados e periféricos à condição de segmento central na rede rural de desenvolvimento, reavaliados pela sua importância social, ambiental e econômica na relação que estabelecem com a sociedade local e regional, e com os ecossistemas campestres riograndenses, atualmente fortemente impactados por processos de degradação. Entendendo o DR como um movimento transicional e contracorrente esta tese utiliza componentes analítico-metodológicos fornecidos pela Perspectiva Multinível-PMN, em especial a ferramenta Gestão Estratégica de Nicho-GEN, e os elementos para pensar o desenvolvimento rural contemporâneo, tais como o seu caráter multinível, a noção de rede rural multidimensional, a multifuncionalidade da agricultura e o papel dos agricultores camponeses. Os procedimentos metodológicos são realizados através de revisão bibliográfica, coleta de dados secundários, entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave e observação participante da paisagem rural, unidades produtivas, e das práticas e trajetórias, incluindo registro fotográfico. O referencial teórico utilizado fornece aportes para tratar a experiência local na perspectiva de uma dinâmica de DR que ocorre no nível micro, metodologicamente definida como um espaço protegido de desenvolvimento da pecuária familiar, posicionada sob condicionantes estruturais mais amplos e influentes compostos pelos regimes sociotécnicos prevalentes e paisagens sociotécnicas. Apesar da consolidação e maior estruturação dos níveis elevados, existe interdependência e mútua interação entre o que acontece nos níveis micro e macro. Quanto à gestão identificam-se três alinhamentos principais na rede rural: infraestrutura e qualidade de vida; melhoria genética dos animais e do manejo do campo e dos rebanhos; e agregação de valor e governabilidade dos mercados. Avalia-se que apesar dos alinhamentos notáveis existem dissensos e incongruências. Mesmo nos alinhamentos de estratégias e expectativas mais vigorosos que ocorrem em melhoramento genéticos dos ovinos e bovinos; criação de

novos mercados; e na percepção do campo nativo como um recurso valioso, produtivo e barato, acontecem incongruências importantes. As transformações mais marcantes do DR são identificadas como: novidades; práticas e trajetórias em governabilidade dos mercados; aspectos atinentes à sustentabilidade e endogeneidade; e questões relativas à dimensão social da rede rural. Nesta tese, os agricultores familiares que se dedicam à pecuária são avaliados como capazes de conciliar de maneira proveitosa a conservação e o uso sustentável dos recursos forrageiros nativos, enfatizando o caráter multifuncional dos seus estilos de agricultura baseados, primordialmente, em recursos da natureza, em co-produção e co-evolução. Apesar desta destacada característica positiva, deficiências em capacitação, práticas de manejo e intensificação no emprego de alguns insumos exógenos industriais modernos impedem que estes impactos positivos sejam mais fortes sobre o ambiente e sociedade. No final, são tecidas considerações sobre possíveis estratégias e políticas públicas para o aprimoramento da experiência local, as quais se esperam possam servir também em outros casos e situações.

Palavras-chave: Pecuária familiar. Campo nativo. Espaço protegido. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate local management and significant features of rural development in family beef cattle breeders' communities in the municipalities of São Jerônimo, Butiá and surroundings, Central South region of RS. In this thesis, the dynamics of rural development in the family livestock are understood as transitional or counter-current movements to the consolidation and deepening of conventional agriculture seated on parameters of the modern technical-scientific paradigm. In the studied reality, family beef cattle breeders were elevated from a marginalized and peripheral position to a central segment condition in the rural development web, reassessed for their social, environmental and economic importance in the relationship they establish with the local and regional society and native grassland ecosystems of the Rio Grande do Sul State, currently heavily impacted by degradation processes. Understanding RD as a transitional or counter-current movement this thesis uses analytical and methodological components provided by Multilevel Perspective, particularly the Strategic Management Niche, and the elements to think contemporary rural development, such as its multilevel character, the notion of multidimensional rural web, multifunctional agriculture and role of peasant farmers. Methodological procedures are performed through literature review, secondary data collection, semi-structured interviews to key informants and participant observation of countrysides, farms, and practices and trajectories. The theoretical framework utilized provides contributions to treat local experience in a dynamic perspective of RD occurring at the micro level, methodologically defined as a development niche of family farming, positioned under broader and more influential structural constraints, such as prevalent socio-technical regimes and socio-technical landscape. Despite the consolidation and greater structuring of the higher levels, there is interdependence and mutual interaction between what happens at micro and macro levels. Related to management there are three major alignments in the rural web: infrastructure and quality of life; genetic improvement of livestock and of natural grassland and domestic flocks management; the adding value and governability of markets. It's considered that even though the notable alignments there are disagreements and inconsistencies as well. Even in the alignments most vigorous strategies and expectations, such as genetic improvement of sheep and cattle; creation of new markets, and in perception of natural pasture as valuable, productive and cheap resource, there are important inconsistencies. The most

striking changes of RD are identified as: novelties; governability of markets; aspects referent to sustainability and endogeneity; and issues relating to social dimension of rural web. In this thesis, family farmers dedicated to livestock are assessed as able to reconcile profitably conservation and sustainable use of natural forage resource, emphasizing the multifunctionality of their farming styles based primarily on natural resources, on co-production and co-evolution. Despite this remarkable positive feature, deficiencies in training, management practices, and increased use of some modern industrial exogenous inputs prevent these positive impacts to be stronger on the environment and society. In the end, considerations are made about possible strategies and public policies for the improvement of local experience, which are expected to be also used in other cases and situations.

Keywords: Family beef cattle breeders. Native pasture. Niche. Rural development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Local da pesquisa em relação aos biomas Mata Atlântica e Pampa.....	20
Figura 2- Representação da experiência de DR na região Centro Sul como um ‘espaço protegido’	21
Figura 3- Trajetória da pecuária riograndense.....	31
Figura 4- Localização dos Campos do Sul do Brasil.	39
Figura 5- Abordagem analítica do DR no espaço protegido da pecuária familiar.	48
Figura 6- Análise do DR a partir dos principais eixos da rede rural da pecuária familiar.	49
Figura 7- Roteiros e seus tópicos gerais - entrevistas semi-estruturadas.	51
Figura 8- Representação das trajetórias sociotécnicas em diferentes níveis de agregação.	88
Figura 9- Butiá, São Jerônimo e arredores em relação à região Centro Sul-RS.	96
Figura 10- Paisagem rural com presença significativa dos cultivos de soja. Butiá, 01/2015.	97
Figura 11- Paisagem rural com presença significativa de florestas plantadas. São Jerônimo, 01/2015.	97
Figura 12- Representação da localização do município de São Jerônimo em 1872. ..	101
Figura 13- Representação da rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar na região Centro Sul-RS.....	121
Figura 14- Pecuáristas familiares, seus rebanhos e o campo nativo. Região Centro Sul, 01/2015.	123
Figura 15- Momentos do concurso de cordeiros: avaliação das carcaças e pesagem dos lotes.....	125
Figura 16- Jantar do Cordeiro, Uva e Vinho. Butiá, 06/2015.	126
Figura 17- Representação dos atores, ações e programas no espaço protegido da pecuária familiar.	129
Figura 18- UEPs Rincão dos Corrêas(a); Francisquinho(b); e Água Boa(c). Região Centro Sul, 2014.	139
Figura 19- Modalidades de comercialização na pecuária familiar da região Centro Sul.	159
Figura 20- Iniciativas emblemáticas relacionadas à rede de atores que se articula com a pecuária familiar.	166
Figura 21- Encontro Regional da Pecuária Familiar. Ponte de Arame, 03/2015.	172

Figura 22- Gráfico das Médias de Unidades Animais-UAs/hectare por estações do ano na pecuária familiar no local da pesquisa. Região Centro Sul – 2014/2015.	183
Figura 23- Petronilho e Priscila Leites na Feira de Ovinos. São Jerônimo, 12/2014..	199
Figura 24- 4ª Feira Assistida de Ovinos. Rincão dos Corrêas, São Jerônimo, 12/2014.	201
Figura 25- Imagens do Programa Repasse de Carneiros.....	204
Figura 26- Imagens do II Remate Regional da Pecuária Familiar. Butiá, 04/ 2014....	206

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Evolução das práticas e trajetórias em pecuária familiar-Região Centro Sul.	119
Quadro 2- Aspectos do manejo do campo nativo no espaço protegido da pecuária familiar. Região Centro Sul – 2015.....	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Uso da terra em unidades de pecuária familiar no local da pesquisa. Região Centro Sul – 2015	180
Tabela 2- Resultados da 4ª Feira Assistida de Ovinos. Rincão dos Corrêas – 2014... ..	202

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABART-	Associação Butiaense de Artesãos
ABIEC-	Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne
ABPHPC-	Associação Butiaense dos Produtores de Hortifrutigranjeiros e Produtos Coloniais
AF-	Agricultura Familiar
AMTREL-	Associação de Moradores das Três Localidades
ARTEAR	Associação de Artesãos de Arroio dos Ratos
ASCAR-	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATER-	Assistência Técnica e Extensão Rural
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
CISPOA	Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal
CMDR-	Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário
COOAPISUL-	Cooperativa dos Apicultores do Sul
COREDE-	Conselho Regional de Desenvolvimento
CPPSUL-	Centro de Pesquisa da Pecuária do Sul – Embrapa
DIPOA-	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DR-	Desenvolvimento Rural
EEA-	Estação Experimental Agronômica
Emater/RS-	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAGRO-	Faculdade de Agronomia
FAO-	Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas
FARSUL-	Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FEE-	Fundação de Economia e Estatística
Fundagro-	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuário
GEN-	Gestão Estratégica de Nicho
GUT-	Graus de Utilização da Terra
IA-	Inseminação Artificial
IATF-	Inseminação Artificial em Tempo Fixo
IBGE-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE-	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IDH-	Índice de Desenvolvimento Humano
IEPE-	Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas
IN-	Instrução Normativa
INCRA-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IVZ-	Inspetoria Veterinária e Zootécnica
MAPA-	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OMC-	Organização Mundial do Comércio
P&D-	Pesquisa e Desenvolvimento
PGDR-	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural
POA-	Perspectiva Orientada ao Ator
PMN-	Perspectiva Multinível
PRONAF-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS-	Estado do Rio Grande do Sul
SAF-	Sistemas Agroflorestais
SAPI-	Sistema Agrícola de Produção Integrada
SAU-	Superfície Agrícola Útil.
SDA-	Secretaria de Defesa Agropecuária
SDR-	Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SEAPA-	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio
SEBRAE-	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR-	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SMAMA-	Secretaria Municipal de Agricultura e Proteção ao Meio Ambiente
SP-	Superfície Pastoril
SPN-	Superfície Pastoril Nativa
SR-	Sindicato Rural
STR-	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UA-	Unidade Animal
UEPs-	Unidades de Experimentação Participativa em Pecuária Familiar
UFRGS-	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	CARACTERIZAÇÃO DA PECUÁRIA NO RS E NO LOCAL DA PESQUISA: PASSADO E PRESENTE	23
1.1.1	Os primórdios da pecuária na região da pesquisa.....	27
1.1.2	O regime sociotécnico prevalente na pecuária de corte hoje.....	32
1.2	DESENVOLVIMENTO NAS ÁREAS CAMPESTRES DO RS: O PAPEL DO PECUARISTA FAMILIAR	35
1.3	OBJETIVOS	40
1.4	PROCEDIMENTOS ANALÍTICO-METODOLÓGICOS	41
1.4.1	Aspectos gerais e percurso da pesquisa de campo.....	41
1.4.2	Referências e opções analíticas	47
1.4.3	Instrumentos de coleta de dados	50
2	ELEMENTOS PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO RURAL CONTEMPORÂNEO	54
2.1	TERRITÓRIO E AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA	55
2.2	O DR COMO UM ‘CONTRA’ MOVIMENTO	58
2.2.1	As dimensões da “rede rural” (ou do desenvolvimento rural).....	61
2.3	DINÂMICAS SOCIOTÉCNICAS NA AGRICULTURA.....	73
2.4	PERSPECTIVA MULTINÍVEL PARA ANÁLISE DAS TRANSIÇÕES.....	81
2.4.1	Pesquisas sobre transições sociotécnicas na agricultura.....	89
3	MAPEANDO A REDE RURAL DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA FAMILIAR NA REGIÃO CENTRO SUL.....	93
3.1	CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO FÍSICO	102
3.2	OS PRIMÓRDIOS E EVOLUÇÃO DA REDE RURAL: AS INTERAÇÕES, OS PROJETOS E OS PROGRAMAS	105
3.2.1	Arranjos, entidades, e financiamentos regionais	112
3.3	A REDE RURAL DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA FAMILIAR NA REGIÃO CENTRO SUL.....	120
3.3.1	O Concurso; o Jantar do Cordeiro e o artesanato em lã	123
3.3.2	Conjunto geral de ações e programas em pecuária familiar	127
4	A GESTÃO DO ESPAÇO PROTEGIDO DA PECUÁRIA FAMILIAR..	132
4.1	FLUXOS DE INFORMAÇÃO, DE APRENDIZAGEM E DE CONHECIMENTO	132

4.1.1	Como as pessoas aprendem sobre pecuária e assuntos relacionados?.....	135
4.2	EXPECTATIVAS E ESTRATÉGIAS DOS ATORES SOCIAIS	142
4.2.1	Estratégias e expectativas em infraestrutura e qualidade de vida.....	146
4.2.2	Estratégias e expectativas em melhoria genética dos animais e do manejo do campo e rebanhos	149
4.2.3	Estratégias e expectativas em agregação de valor e governabilidade dos mercados	156
4.3	CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES DE ATORES E CADEIAS DE COMERCIALIZAÇÃO.....	165
5	ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E AS NOVIDADES: ENTRELAÇAMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	176
5.1	O PAPEL AMBIENTAL DA PECUÁRIA FAMILIAR NO ESPAÇO PROTEGIDO DA REGIÃO CENTRO SUL	177
5.1.1	Percepções ambientais: a flora, a fauna, a água, a silvicultura e a soja no espaço protegido da pecuária familiar	187
5.2	ASPECTOS SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	191
5.3	AS NOVIDADES NA REDE RURAL DA PECUÁRIA FAMILIAR.....	195
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
	REFERÊNCIAS.....	222
	APÊNDICE A - ROTEIROS PARA ENTREVISTAS COM INFORMANTES-CHAVE.....	236

1 INTRODUÇÃO

Diversos estudos têm evidenciado uma intensa e abrangente transformação da agricultura, que é impulsionada como um contra movimento aos efeitos, algumas vezes desastrosos, das cadeias alimentares industrializadas, e de uma agricultura modernizada. Entretanto, apesar de estar ocorrendo um notável desenvolvimento de redes e cadeias alternativas de produção e abastecimento de alimentos, que incorporam os requerimentos de sustentabilidade e qualidade, admite-se que a participação dessas novas cadeias e redes ainda é pequena se comparada às redes e cadeias convencionais.

Na realidade brasileira e gaúcha¹, observa-se crescente implantação de experiências de desenvolvimento rural-DR que se apresentam como reações aos regimes sociotécnicos dominantes da modernização e seus efeitos negativos na sociedade e meio ambiente. No estado do Rio Grande do Sul-RS, especificamente no contexto da pecuária de corte, observam-se experiências² em direção à transformação do (ou resistência ao) regime sociotécnico prevalente, que foi construído ao longo das décadas recentes, com base em processos de modernização e industrialização da produção, da comercialização e do abastecimento.

Pesquisas no exterior e no Brasil têm reforçado a ideia de que os processos transicionais, ou ‘contra’ movimentos de resistência à modernização homogeneizadora e à crise agroalimentar são expressões típicas do desenvolvimento rural contemporâneo, levados adiante por uma diversidade de atores sociais, na qual o agricultor camponês tem um papel de destaque.

No exterior³, Johannes Wiskerke e Marian Stuver, vinculados à Universidade de Wageningen estudaram dinâmicas sociotécnicas de transição na agricultura holandesa com o emprego de uma abordagem teórico-metodológica que associou os elementos da Perspectiva Multinível (*Multilevel Perspective*) e as recomendações da ferramenta de gestão da transição Gestão Estratégica de Nicho (*Strategic Niche Management*).

¹O projeto IPODE ‘Semente e Brotos’ da Transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil, identifica, descreve e analisa oito experiências em cinco estados brasileiros (RS, SC, PR, PB, RN), partindo da Perspectiva Orientada aos Atores em associação com uma pluralidade de técnicas de investigação. Para mais detalhes consultar Schneider *et al* (2014).

²Além da experiência que é objeto de escrutínio aqui, destaca-se o trabalho de promoção do desenvolvimento e de investigação no Território Alto Camaquã protagonizado pela Embrapa CPPSul. Para mais detalhes consultar Borba (2007); Borba *et al* (2009a, 2009b), Borba e Trindade (2010, 2011).

³Os trabalhos de Joannes Wiskerke e Marian Stuver são Teses de Doutorado.

No Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-PGDR/UFRGS é crescente o número de pesquisadores⁴ que se dedicam ao estudo dos processos de transição sociotécnica em contextos empíricos diversos através de abordagens teórico-metodológicas baseadas na aplicação combinada ou isolada, da Perspectiva Multinível-PMN, da Gestão Estratégica de Nicho-GEN, ou ainda inspiradas na Perspectiva Orientada ao Ator-POA.

Invariavelmente, esses estudos têm reforçado que os contextos de transição envolvem ambientes dinâmicos em níveis sociais múltiplos, abrangem múltiplos atores e são fruto de processos co-evolucionários decorrentes da interação entre tecnologias, atores sociais, instituições e ambiente no transcurso de um período de tempo.

O tema deste trabalho se refere às dinâmicas sociotécnicas na pecuária familiar riograndense, o qual se insere na linha de pesquisa intitulada Mediações Político-Culturais, Estruturas Produtivas e Configurações Sócio-Técnicas do Rural do PGDR/UFRGS. A escolha pelo pecuarista familiar como ator social central do processo de pesquisa se deve ao potencial que se pode atribuir a grupos sociais marginalizados no processo da modernização e padronização técnica da agricultura dos últimos 50 anos. Grupos com estas características são portadores de singularidades culturais, cognitivas e técnicas que podem significar justamente o diferencial para a emergência de inovações contextualizadas localmente e para processos endógenos de desenvolvimento. Mais especificamente, os pecuaristas familiares estão envolvidos com a co-produção de ovinos, bovinos e derivados em sistemas de criação adaptados aos contextos locais, em seus aspectos históricos, sociais, técnicos e ambientais. Deste modo, este trabalho também pretende contribuir com os esforços que têm sido empenhados na valorização desse segmento social, identificando sua importância para preservação do ameaçado bioma Pampa e para o desenvolvimento rural sustentável nas regiões campestres do Estado.

A pesquisa que dá origem à presente tese de doutoramento se propôs a investigar como múltiplos atores locais e regionais levam adiante dinâmicas sociotécnicas de desenvolvimento rural e de produção de novidades na pecuária familiar, a partir da descrição e análise de uma experiência na região Centro Sul do RS, que acontece mais

⁴Para mais detalhes ver teses e dissertações: Marques (2009); Mello (2009); Medeiros (2011); Gazzola (2012); e Ferreira (2014).

intensamente nos municípios de São Jerônimo, Butiá e arredores, com repercussões e estabelecimento de redes em âmbito regional.

O contexto empírico da pesquisa localiza-se na área fisiográfica do Pampa (Figura 1), e as suas áreas campestres estão sujeitas às mesmas ameaças que atacam a biodiversidade e sobrevivência deste bioma em outras regiões do estado, bem como do Uruguai e da Argentina. Na área da pesquisa, onde se estima⁵ um contingente aproximado de 600 famílias de pecuaristas familiares, tem sido conduzida, por múltiplos atores, uma experiência de desenvolvimento rural, com ações de promoção da pecuária e dos pecuaristas. Tais iniciativas foram investigadas em sua capacidade potencial de promover mudanças sociais, organizacionais, tecnológicas, institucionais, comerciais e econômicas na realidade local, com reflexos na região Centro Sul, a qual abrange um contingente superior a 1.200 famílias de pecuaristas familiares.

⁵Estimativa com base no Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006) e em levantamentos dessa pesquisa.

Figura 1- Local da pesquisa em relação aos biomas Mata Atlântica e Pampa



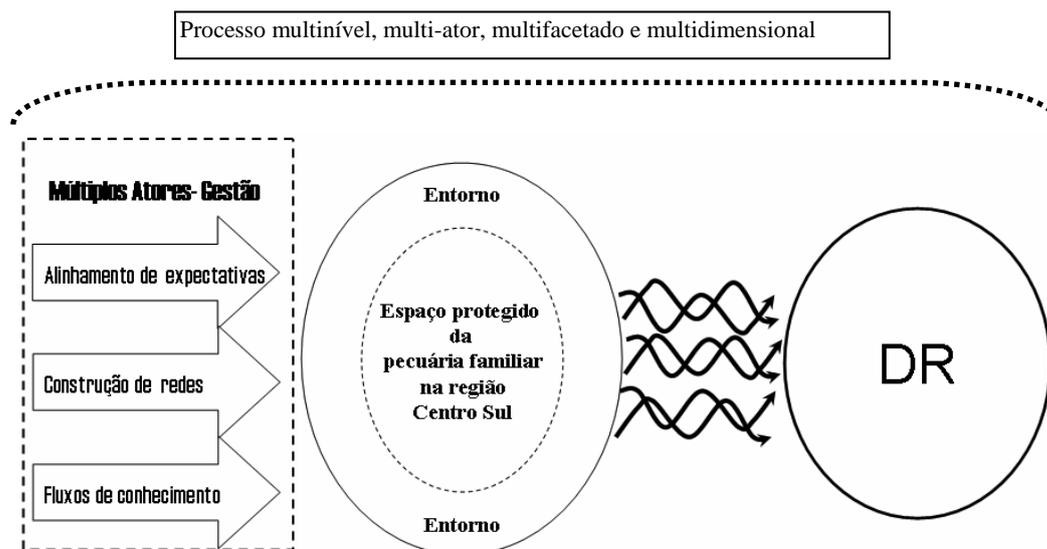
Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa dos biomas riograndenses (RIO GRANDE DO SUL, 2015a).

A condução da pesquisa se baseou teórica e metodologicamente em uma abordagem interdisciplinar caracterizada como multi-ator, multi-aspecto e multinível, que se ancora em perspectivas co-evolucionárias das transições tecnológicas em associação com a ferramenta de gerenciamento das transições sociotécnicas denominada Gestão Estratégica de Nicho⁶.

Assim, a partir da análise do caso selecionado, metodologicamente abordado como um ‘espaço protegido’ (PLOEG *et al*, 2004; STUIVER *et al*, 2004; VENTURA; MILONE, 2004; PLOEG; MARSDEN, 2008; PLOEG, 2011; PAZ; DIOS, 2011), buscar-se-á analisar os recursos, atividades, estratégias, perspectivas, transações e redes que têm sido criados, (re) configurados e administrados no processo local de desenvolvimento rural, conforme representado na Figura 2.

⁶Apesar de a ferramenta ter sido elaborada inicialmente para gerenciar as transições sociotécnicas no ambiente industrial-corporativo, ela traz elementos úteis, já testados empiricamente (*e.g.* WISKERKE, 2003; MARQUES, 2009), para análise e gestão das transições na agricultura.

Figura 2- Representação da experiência de DR na região Centro Sul como um ‘espaço protegido’.



Fonte: elaborado pelo autor (2015).

Considerando o desenvolvimento rural e as transições sociotécnicas na agricultura como fenômenos multinível, esta tese irá propor que as transformações associadas ao desenvolvimento não são frutos exclusivos de dinâmicas puramente locais, eles dependem também de desdobramentos que acontecem em outros níveis de agregação e da inter-relação entre diferentes níveis (mais detalhes no capítulo 2). Neste sentido, a proposta se apoia no uso da noção de Gestão Estratégica de Nicho como fio condutor da análise da experiência em foco na região Centro Sul do RS. Esta ferramenta tem se mostrado interessante em trabalhos na realidade europeia, porém, para casos nacionais ainda pouco se sabe sobre sua aplicabilidade.

A pesquisa que dá origem a esta tese nasce, também, do interesse em contribuir com a discussão atual sobre a conservação e uso sustentável dos Campos Sulinos. Neste contexto, destaca-se que o recurso forrageiro nativo, disponível como cobertura vegetal dominante no bioma Pampa e nas áreas campestres do bioma Mata Atlântica do RS, tem se constituído num dos principais fundamentos da pecuária de corte explorada por agricultores familiares. Entretanto, esses ecossistemas têm sofrido nas últimas seis décadas uma escalada de agressões que ameaçam a sua existência, representadas, principalmente, pelo avanço do plantio de florestas exóticas e do cultivo de grãos, além do manejo inadequado dos campos, através de sobreexploração e uso excessivo de herbicidas. Essa intensificação da degradação do bioma Pampa está intimamente relacionada com o processo de evolução e consolidação do regime (ou conjunto de

regimes) sociotécnico moderno na agricultura, baseado em externalização e cientificação⁷.

Pesquisas recentes em diferentes áreas têm insistentemente retratado a crítica situação de degradação do bioma Pampa. Recorrentemente identificam a pecuária e o pecuarista familiar, como ‘a exploração’ e ‘o ator social’, respectivamente, capazes de protagonizar experiências de desenvolvimento rural que congreguem de maneira vantajosa o uso sustentável, nas dimensões, ambiental, social e econômica, e a conservação desse ecossistema multifuncional. É assim que este trabalho se insere no debate sobre uso sustentável e conservação do bioma Pampa, ressaltando o papel central da pecuária e dos pecuaristas familiares em processos multinível relacionados ao desenvolvimento sustentável das áreas campestres do RS, em especial, na região Centro Sul.

Desta forma, o capítulo 1 está organizado com os seguintes elementos, além desta introdução: a problematização e o problema de pesquisa, os objetivos, geral e específicos, e os procedimentos metodológicos. Em seguida, o capítulo 2 apresenta elementos para pensar o desenvolvimento rural contemporâneo, aos quais se incluem a abordagem territorial, o papel da agricultura camponesa, a noção multidimensional de redes rurais, e o aspecto transicional das dinâmicas sociotécnicas na agricultura que resistem às pressões do regime agroalimentar prevalente, continuamente revigorado pelo processo de globalização. Nesse capítulo, são também apresentadas as ferramentas analíticas propostas pela PMN e mais precisamente a GEN.

O capítulo 3 se vincula ao primeiro objetivo específico da tese. A fim de mapear a rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar da região Centro Sul, descreve a realidade regional quanto a alguns aspectos socioeconômicos e produtivos, e aprofunda-se no escrutínio de atributos do espaço protegido da pecuária familiar. Como fruto do trabalho de campo, reuniu-se um conjunto significativo de dados e informações sobre

⁷A externalização pode ser definida como transferência de tarefas realizadas no processo de trabalho agrícola para organismos externos ao estabelecimento rural, resultando em uma crescente divisão de trabalho entre indústria e agricultura. A cientificação é entendida como a contínua reorganização dos processos de trabalho e do desenvolvimento de acordo com os delineamentos elaborados pela ciência agrícola, normalmente, orientando as práticas para um aumento do consumo de insumos exógenos à unidade de produção (PLOEG, 1994).

recursos, transações, práticas, trajetórias e redes de atores⁸ que são fundamentais para o mapeamento da rede rural, na qual se insere o espaço protegido.

Esse produto da perscrutação a campo também foi proveitoso por possibilitar o reconhecimento de três eixos principais, considerados como representativos da rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar. São eles: infra-estrutura e qualidade de vida; melhoria genética dos animais e do manejo do campo e dos rebanhos; e agregação de valor e governabilidade dos mercados.

O capítulo 4 se preocupa em averiguar aspectos da gestão estratégica do espaço protegido, e com esta intenção atende o segundo objetivo específico desta tese. Os eixos principais da rede rural apresentados no capítulo anterior são fundamentais para averiguar os elementos propostos pela GEN.

O capítulo 5 salienta o que acontece de mais significativo no processo de desenvolvimento da pecuária familiar na região Centro Sul, e desse modo, se vincula ao terceiro objetivo específico. Por fim, o leitor encontrará as considerações finais, que abarcam uma avaliação da abordagem metodológica utilizada na pesquisa, bem como os principais resultados e as limitações do processo de investigação. Nesta seção, projetam-se também algumas recomendações para o aprimoramento da gestão das iniciativas, para a concepção de renovadas políticas públicas de DR, e para pesquisas futuras sobre os processos de transição na agricultura.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PECUÁRIA NO RS E NO LOCAL DA PESQUISA: PASSADO E PRESENTE

Muito já foi estudado e descrito sobre a história de formação do Rio Grande do Sul⁹. Pouco se acrescentará de novo nesta crônica sobre a ocupação das porções mais meridionais do Brasil.

A fim de evitar o tédio, ao contar o que todos conhecem, pontuam-se aqui apenas alguns aspectos que são importantes para a formulação das questões de

⁸Rede de atores (*actors network*) nesta pesquisa se refere a uma interconexão de atores sociais (produtores, associações, empresas, governo, entidades, etc.) em processos produtivos e sociais. A rede rural (*rural web*), que poderia ter sido traduzida para o português como “teia rural” refere-se a um enredo muito mais amplo do que a rede de atores, por que envolve, além desses, os recursos, as transações, os produtos, os fluxos, e os arranjos institucionais (mais detalhes no capítulo 2).

⁹Para mais detalhes consultar Fortes (1981); Mirco (1987); Santos e Santos (1990); Torronteguy (1994); Prado Júnior, (1998); Pesavento (1980; 1997); Saint-Hilaire (2002); Neumann (2004); e Osório (2004).

investigação. Entre elas, enumeram-se a relevância da bovinocultura de corte no processo de apropriação territorial e a presença significativa, apesar de pouco reconhecida, de pequenos e médios produtores rurais que se dedicavam a pecuária desde os primórdios da colonização.

Desde os primeiros tempos também, foi surgindo de forma tênue e após mais vigorosa uma estrutura denominada de regime convencional dominante da pecuária de corte (será discutido a seguir no capítulo) em decorrência do processo de modernização da bovinocultura de corte, descrito e considerado centralmente nesta tese como uma caminhada descontínua, e repleta de ‘altos e baixos’, mas constantemente revigorada.

Os primórdios do progresso técnico na pecuária riograndense¹⁰, em um recorte longitudinal amplo, da colonização ao império, se conectam a eventos emblemáticos, tais como o início da manufatura do charque; o período de paz compreendido pelo final do século XVIII e início do XIX; a estabilização da fronteira após a Guerra Cisplatina; o fim da Guerra dos Farrapos; e o processo de cercamento dos campos. Esses são alguns dos marcos cardinais que trouxeram consequências importantes ao processo de modernização da bovinocultura sulina.

A virada dos séculos XIX-XX vem acompanhada do declínio das charqueadas e o começo da refrigeração da carne, cuja consolidação traz consigo significativa diminuição do tempo de abate dos bovinos, e aprimoramentos no manejo sanitário dos rebanhos com a introdução, por exemplo, dos banheiros carrapaticidas. Nessa época, o dinamismo econômico começa a migrar gradualmente das regiões campestres para a colônia riograndense e para áreas urbanas.

A descrição do processo de ocupação e o progresso da pecuária na realidade específica do local da pesquisa é o que pode ser considerado relativamente novo nessa história sucessivamente recontada.

Pretende-se transmitir aos leitores desta tese, que o processo de ocupação do local específico da pesquisa apresenta muito mais similaridades do que diferenças ao processo ocorrido no Estado. A bovinocultura de corte foi a atividade base e os

¹⁰Para mais detalhes sobre modernização da agricultura e o progresso técnico na pecuária consultar Schultz (1965), Hayami e Ruttan (1988); Araújo (1983); Torronteguy (1994); Mielitz Netto (1994); Pesavento (1980; 1997); Mussoi (2000); Fontoura (2000); Monastério (2000); Navarro (2001); Buarque (2002); Fontoura e Pizzato (2009); e Delgado (2009).

pequenos criadores, os atualmente denominados pecuaristas familiares, eram contingentes significativos na realidade.

Tudo leva a crer que, com base nas referências utilizadas, desde o começo da apropriação territorial, sempre houve uma capacidade desigual dos diferentes estratos de pecuaristas em acessar os recursos produtivos e, em consequência, assimilar as ondas progressistas que atingiram a bovinocultura de corte. Portanto, desde os tempos remotos, técnicas saladeiris de vanguarda, centros de manejo profícuos, banheiros carrapaticidas, alambramento e reprodutores ‘puros’ não eram recursos disponíveis a todos.

Nesta esteira, a modernidade ‘descontínua’ da pecuária, adquire seu movimento mais vigoroso a partir da segunda metade do século XX até os dias atuais, em um contexto amplo de modernização geral da agricultura¹¹, o que, paulatinamente, conduz a consolidação de um sistema agroalimentar moderno abarcando estruturas interconectadas e auto reforçadas de técnicas, práticas e maneiras de pensar e fazer a produção, a manufatura, a distribuição, e o consumo. Nas primeiras décadas do pós-guerra as políticas públicas¹² concebidas e direcionadas às áreas rurais do estado ou local da pesquisa, muito pouco atendiam as demandas do segmento dos pequenos criadores de pecuária.

Dos anos 1950 até o final do século XX¹³, a situação de acesso desigual aos recursos e tecnologias se agudizou, acentuando a diferenciação entre estratos de produtores, entre aqueles ‘capazes’ de acompanhar o progresso, os quais, partindo do

¹¹As propostas para modernização da agricultura estavam fortemente assentadas nas ideias de Theodore W. Schultz, o qual advogava que o problema do atraso na agricultura em países pobres não estava associado a fatores culturais, como muitos defendiam, mas à baixa produtividade marginal dos fatores produtivos, sobretudo os tradicionais, terra e trabalho, o que desestimulava o reinvestimento na produção por parte dos agricultores (SCHULTZ, 1965). Outra ideia basilar do processo de modernização foi o modelo da inovação induzida de Hayami e Ruttan que sentenciava que as tecnologias devem ser desenvolvidas de modo a facilitar a substituição de fatores relativamente escassos (*i.e.* onerosos) por outros relativamente abundantes (*i.e.* baratos) (HAYAMI; RUTTAN, 1988).

¹²O período pós-guerra é sustentado por programas de desenvolvimento para geração, difusão, financiamento e consolidação de um padrão técnico moderno para as práticas agropecuárias, entre os quais se destacam o crédito rural, a pesquisa agropecuária e a extensão rural como políticas públicas fundamentais.

¹³Nos anos 80 e 90, em decorrência da instabilidade, hiperinflação, e declínio do crescimento econômico nacional, as políticas foram inspiradas em um enfoque que posteriormente veio a ser chamado de neoliberalismo (DELGADO, 2009), com enfraquecimento acentuado do Estado na condução eficaz de suas políticas e gradual retirada do tema desenvolvimento rural da cena de discussões (NAVARRO, 2001), mas, mesmo assim, com impactos importantes na agricultura, em virtude de um contexto de desvalorizações sucessivas do câmbio que favorecia as exportações. Para mais detalhes sobre neoliberalismo e seus impactos na agricultura consultar Navarro (2001); Barcellos *et al.*, (2004); Belik e Paulillo (2009); Delgado, (2009); e Leite (2009a; 2009b).

ponto de vista da modernidade, ‘têm futuro’; e aqueles ‘incapazes’, total ou parcialmente, de seguirem o progresso, e, portanto, diagnosticados, sob o mesmo prisma, como pouco promissores no futuro.

Em uma trajetória de mais de duzentos e cinquenta anos de existência, os pequenos criadores foram compelidos pelas contingências locais, materiais e naturais, a estabelecerem estratégias produtivas compatíveis com a realidade vivenciada, caracterizada pelo acesso restringido aos fatores de produção. Essas vicissitudes impuseram aos menores, a configuração de sistemas de produção fortemente assentados em recursos da natureza, em co-produção, e co-evolução, a partir de processos adaptativos moldados por observação e pesquisas práticas por tentativa e erro.

O itinerário dos pequenos criadores da pecuária se desdobrou concomitantemente ao itinerário de consolidação do regime sociotécnico prevalente da pecuária de corte. Entretanto, aos primeiros ficou reservado a ‘sombra’ do nível inferior, escondidos pela indiferença. Ao segundo sempre foi reservada uma caminhada no andar de cima, iluminada por atenção, admiração e direcionamento da maioria dos recursos. A presente tese já indicou e seguirá reforçando o movimento mais recente de mudança em direção ao andar ‘inferior’ da pecuária familiar, o qual, paulatinamente, vem conseguindo o redirecionamento de algumas ‘luzes’, dos interesses e dos recursos, reforçados por iniciativas pontuais que acontecem em lugares distintos, mas que em conjunto conferem força à marcha.

São recentes os acontecimentos de valorização da agricultura familiar-AF no Brasil, e mais tardiamente ainda de valorização da pecuária familiar. Esta tese esclarece que a transição iniciada a menos de duas décadas na região da pesquisa redirecionou recursos, políticas, e interesses para esses segmentos até então marginalizados, pouco estudados, e invisíveis. Esse novo quadro, em associação com a preocupação crescente sobre as reais possibilidades de continuidade dos recursos campestres do Estado, tem reavivado a propensão em entender as formas de promover o desenvolvimento rural, em iniciativas que tem os pecuaristas familiares como atores centrais, e que estão embutidos sob trajetórias sociotécnicas dominantes mais amplas que falham em entregar resultados ambientais e sociais equilibrados.

1.1.1 Os primórdios da pecuária na região da pesquisa

Os condicionantes que influenciaram a intensificação da pecuária sulina, obviamente atingiram, em graus variados, a região da pesquisa. Tendo em conta este contexto estrutural amplo, o presente trabalho vai buscar, a partir, principalmente, dos estudos de Alfredo Simch (1943, 1961) as especificidades locais.

Simch (1943) afirma que o gado e o charque que abasteciam as reduções jesuítas da Serra riograndense eram fornecidos pela Estância de São João da Fortaleza – Curral Alto localizada em parte da área onde se originou o município de São Jerônimo¹⁴.

Essas anotações, juntamente com as observações de Saint-Hilaire no ano de 1821, evidenciam que desde muito tempo, as charqueadas, e, por consequência, a atividade pastoril marcava a vida nesta gleba que hoje integra o local da pesquisa, praticada tanto por grandes como por pequenos fazendeiros (SAINT-HILAIRE, 2002 [1821]).

Apesar das sempre lembradas sesmarias, é bom deixar claro, que no segundo século de ocupação dos territórios da província meridional, por volta dos anos 1760, estudos históricos têm comprovado que a estrutura agrária não era tão simplificada como se imagina no senso comum, com a quase exclusividade de grandes fazendas e a experiência agrícola se resumindo ao núcleo de migrantes açorianos. Osório (2004), com base no censo provincial de 1784¹⁵, argumenta que o número de plantadores e de médios e pequenos proprietários é expressivamente maior do que aquele comumente difundido - acima de 55% do total de 1564 proprietários recenseados, e que o caráter misto das unidades produtivas era frequente, com lavouras e criações se desenvolvendo lado a lado. No recenseamento da freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo, região do presente trabalho, o quadro retratado não difere significativamente daquele observado na província (OSÓRIO, 2004).

¹⁴Será retratado no capítulo 3, que o município original de São Jerônimo encerrava extensa área territorial, incluindo distritos e comunidades que posteriormente se emanciparam formando municípios hoje componentes do espaço protegido da pecuária familiar e áreas adjacentes.

¹⁵Registros da relação de moradores e do uso da terra que foi mandada realizar na Província de São Pedro, pelo Vice-Rei, em 1784, com o objetivo de conhecer a situação de distribuição de terras no extremo sul do império (OSÓRIO, 2004).

Vê-se assim, que os primórdios do atual segmento social dos pecuaristas familiares na região da pesquisa remontam ao século XVIII e apesar da aptidão natural para a atividade pastoril, havia também potencial agrícola a ser aproveitado.

Nesse cenário, independentemente do tamanho das glebas e deixando a caracterização da agricultura para outro momento, o que se desenvolvia de atividade pastoril nos séculos XVIII e XIX, até os anos de 1900 era, de modo geral, embrionário e primitivo. O gado se reproduzia livremente, com muito baixa intervenção de manejo, e o fazendeiro ainda não priorizava a qualidade do rebanho; o que valia era o número de reses (SIMCH, 1961).

Pesavento (1997) reforça este quadro ao afirmar que, no início da República, o aumento de produção na criação sulina era obtido somente através da expansão quantitativa de dois fatores, a terra e o gado. Havia alta incidência de doenças, e o quase ausente melhoramento genético dos rebanhos gerava como resultado animais com pouco peso e muito chifre (PESAVENTO, 1997). A mesma autora afirma que o processo de cercamento dos campos ainda não se achava concluído e o uso de balanças para pesagem do gado ainda era pouco generalizado, prevalecendo o peso calculado “a olho”.

A criação extensiva pouco acrescentou no modo de criação. Os tímidos avanços foram resultados dos estímulos emanados pela indústria saladeiril. Nos ensaios de melhoria genética da criação, São Jerônimo não ficou indiferente ao que experimentava a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e seu nome está vinculado às primeiras tentativas empreendidas para introdução do sangue de raças europeias, nos rebanhos gaúchos, através da importação, em 1880, de bovinos da raça Durham para a Fazenda do Leão, atual território do município de Minas do Leão e parte de Butiá. (SIMCH, 1943). Cabe salientar, segundo Simch (1943), que esta iniciativa não contou com apoio oficial.

Anos após este movimento de melhoramento da Fazenda do Leão a atividade pastoril entra em decadência nesse latifúndio com dez léguas de campo¹⁶ e população bovina de 5.000 cabeças. Esse cenário muda em 1895, quando a estância é adquirida por integrantes de uma família de criadores oriundos da República do Uruguai (SIMCH,

¹⁶Com base em MDA/INCRA/SNCR (2002 p. 65) essa área deve equivaler entre 36.000 a 43.000 ha.

1943), os quais trouxeram consigo uma ‘peonada vaqueana’¹⁷ especializada em todos os ramos da pecuária, desde a confecção de alambrados, bretes, mangueiras, passando pela construção de galpões até a divisão das invernadas em poteiros e piquetes. Com isso os fazendeiros brasileiros, através do contato inerente da atividade (*i.e.* comércio de animais, contatos de rotina e visitas as instalações), foram incorporando novas formas de trabalho, mais intensivas e eficientes.

São Jerônimo, então, segundo Simch (1943, 1960), ingressou numa nova fase, que se refletiu na qualidade dos rebanhos bovino e ovino, com a construção de banheiros carrapaticidas e outros aperfeiçoamentos de manejo. Nesta época inicia-se a Conflagração Europeia, cujas consequências foram aproveitadas para a evolução dos processos de criação no Rio Grande do Sul como um todo, face às amplas perspectivas de mercado que se ofereceram (PESAVENTO, 1997), mas, contudo, ainda encontrando o município de São Jerônimo em estágio que o impedia de aproveitar todas as oportunidades do momento (SIMCH, 1943).

Passado o melhor período comercial proporcionado pela 1ª Guerra Mundial, a pecuária de São Jerônimo sofre, a partir de 1930, com as falências dos bancos Pelotense e Popular, e, simultaneamente, um surto intenso de febre aftosa causa forte colapso na pecuária, reduzindo o rebanho em aproximadamente 20.000 cabeças, totalizando menos de 55.000 em 1940 (FEE, 1981). Digno de nota, nestes anos, é o início das operações do Banco do Estado do Rio Grande do Sul-BRGS, em 1928, com atuação no crédito para a pecuária e financiamento direto ao charque, absorvendo, inclusive, os dois bancos falidos (BANRISUL, 2015). Entretanto, ao que tudo indica, não impediu o período de “vacas magras” na pecuária local.

Muitos diagnósticos que tentavam explicar a estagnação econômica da região imputavam problemas relacionados à maneira com que os produtores conduziam seus negócios rurais, despendendo interesse quase exclusivo à criação e comércio de produtos da pecuária e desinteresse pela agricultura.

Na primeira metade do século XX, apesar do desinteresse relativo, a agricultura avançava em São Jerônimo pelo aumento das áreas cultivadas. O arroz era a principal cultura agrícola comercial, mas com base em Fundação de Economia e Estatística-FEE (1981) é importante retratar a presença de inúmeras outras culturas, com fins comerciais

¹⁷No Rio Grande do Sul, essa expressão é usada para qualificar trabalhadores rurais, operários, peões que possuem experiência e destreza para realizar tarefas, servindo de modelo ou guia para os demais.

ou subsistência, sendo praticadas em unidades produtivas mistas ou exclusivamente agrícolas. Segundo FEE (1981 p. 233) milho, feijão e mandioca eram cultivos agrícolas importantes no município em 1939.

Outra característica marcante do meio rural local referia-se ao isolamento do produtor, ressentido de atividades coletivas e organização social para atender melhor não só aos seus interesses privados, mas também os da coletividade, no enfrentamento de problemas comuns, tais como epizootias, estiagens, enchentes e intensidades do inverno. Simch (1961) argumenta que esse quadro de isolamento muda um pouco com o surgimento e posterior fortalecimento da ideia de união dos componentes da classe produtora, o que culminou com a fundação da Associação Rural em 1927 (SIMCH, 1961).

A Associação Rural, de acordo com Simch (1961) promoveu estímulos para a renovação da atividade de pecuária, mas seus efeitos mais marcantes no contexto local somente apareceram após o ano de 1959, com as tratativas para organizar uma Exposição Agropecuária Municipal; o atendimento sistemático de assuntos decisivos para a pecuária e agricultura, como o melhoramento dos rebanhos de bovinos e ovinos e dos sistemas de cultivos agrícolas; e a atenção dispensada às assistências veterinárias e das lavouras (SIMCH, 1961).

As referências utilizadas até aqui sobre a realidade local se limitam ao período que compreende os primeiros movimentos de ocupação, no século XVII, até o ano de 1960. Portanto, existe uma lacuna de informações locais relativas às décadas de 1960, 1970, 1980 e parte de 1990. Para suprir esse lapso pode-se inferir que, parcialmente e com feições específicas, a revolução verde e o neoliberalismo, impactaram na agricultura local em moldes similares ao que aconteceu nos âmbitos estadual e nacional. No capítulo 3, esta tese traz novas informações sobre a agricultura local no período compreendido entre meados dos 1990 até os dias atuais.

De forma esquemática a Figura 3 representa a evolução histórica da pecuária de corte no Rio Grande do Sul, bem como na região Centro Sul do Estado, realçando os eventos, fases e crises mais marcantes desta trajetória.

Figura 3- Trajetória da pecuária riograndense.



Fonte: elaborado pelo autor (2014).

Pontos de referência para esta pesquisa são: a trajetória histórica de consolidação de um regime sociotécnico dominante da pecuária de corte e a persistência da pecuária considerada tradicional, a despeito das ações de incentivo para a modernização setorial da produção, industrialização e comercialização da carne bovina brasileira e riograndense.

Todavia, cabe destacar que se foi o tempo em que o desenvolvimento era compreendido hegemonicamente como um caminho único a ser seguido, baseado em avaliações e definições externas com orientação teórica na modernização agrária (SEVILLA GUZMÁN, 2009). Hoje, ganha força a ideia do desenvolvimento rural como um processo heterogêneo, descontínuo, multidimensional, complexo, com muitas faces e negociado localmente. Nesse contexto, a dicotomia (ou um quase maniqueísmo) entre “moderno” e “tradicional” é um exercício sem propósito, apesar de ainda percebido na caracterização, compreensão ou promoção do DR.

Uma vez que o saber local tem sido valorizado, admitindo-se os agricultores como detentores de competências e habilidades em todas as áreas nas quais o desenvolvimento é levado em consideração, fica difícil representar esses conhecimentos como anacrônicos (SARDAN, 2005). Por outro lado, em nossa realidade, a unidade de produção familiar opera no interior de um contexto capitalista, cujo arsenal técnico-

epistemológico a condiciona e a afeta intensamente, apesar de não governá-la de forma direta (PLOEG, 2013). Assim sendo, o caminho analítico frutífero deve ir além deste divisor entre “moderno” e “tradicional”, admitindo a existência simultânea de modernidades múltiplas, aquelas grandes e prevalentes, e as pequenas e alternativas, todas elas frutos do encontro entre as tradições e as modernidades. Ou seja, aceitando a premissa de que não há nada fora da modernidade (ESCOBAR, 2002).

1.1.2 O regime sociotécnico prevalente na pecuária de corte hoje

Desde a década de 1990, numa conjuntura macroeconômica favorável, com estabilidade aliada ao crescimento, as exportações brasileiras de *commodities* agropecuárias vêm crescendo anualmente, e nesse cenário, a produção e exportação de carne bovina, ocupa posição de destaque.

Esse ambiente propício às exportações serviu, em certa medida, de estímulo para investimentos em melhorias (via introdução de novas tecnologias) na produtividade da indústria frigorífica, que precisava se adequar às normas sanitárias internacionais mais rigorosas, bem como, no nível das propriedades rurais, fazendo com que o Brasil, em 2003, se tornasse um dos maiores exportadores no mercado internacional de carnes (BARCELLOS *et al*, 2004).

Anota-se, contudo, que o mercado doméstico se mantém como o destino predominante, absorvendo aproximadamente 80 % da produção nacional de carne bovina (ABIEC, 2013), fazendo com que os roteiros de comercialização apresentem um destino doméstico majoritário e um mercado externo em expansão e promissor¹⁸. Isso configura dois quadros de exigências sobre a produção, industrialização e comercialização da carne, um interno e outro externo.

No contexto externo, as análises do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, BRASIL (2006) evidenciam que paralelamente ao processo de derrubada das barreiras protecionistas, tendem a se acirrar outras barreiras de caráter não-tarifário, relacionadas à qualidade dos alimentos e segurança alimentar.

Assim, BRASIL (2006) argumenta que para a carne brasileira conseguir atender os requisitos de qualidade demandadas pelos mercados mundiais de alimentos, surge

¹⁸Devido à diminuição dos subsídios aos produtores europeus, aos resultados das negociações na Organização Mundial do Comércio - OMC e pela busca de novos mercados (BRASIL, 2006).

como oportunidade, a incorporação de métodos, técnicas e procedimentos propostos pelo Sistema Agrícola de Produção Integrada - SAPI¹⁹, habilitando a Cadeia Produtiva da Carne Bovina a oferecer produtos de alto valor agregado com a marca Brasil.

Neste cenário de atendimento das exigências dos mercados da carne nacional, interno e externo, destacam-se algumas políticas públicas e privadas, concebidas pelo MAPA em parceria com os atores da cadeia produtiva, as quais implicam na modelagem e consolidação do regime sociotécnico. Tais políticas se relacionam às seguintes questões: inspeção de indústrias em nível Federal, Estadual e Municipal, defesa sanitária, erradicação de doenças; rastreabilidade ; Programa de qualidade da indústria; Classificação de Carcaças; Incentivo a instalação de novas plantas frigoríficas; pesquisa, desenvolvimento e inovação de sistemas de produção, zoneamento agroecológico, desenvolvimento e avaliação de novas variedades de forrageiras; melhoria do sistema de integração lavoura-pecuária, métodos e técnicas de reprodução avançada; crédito e endividamento rural; distorções entre os elos da cadeia; aspectos tributários; negociações internacionais; e capacitação dos diferentes elos da cadeia (BRASIL, 2006).

Reconhece-se, assim, que diferentes políticas e programas públicos e privados de estímulo e regulação da cadeia produtiva resultaram na estruturação de um regime sociotécnico prevalente da pecuária de corte, com características marcantes na produção, comercialização, e nos procedimentos e práticas.

Para a presente tese, as expressões mais marcantes para o delineamento do regime sociotécnico dominante da pecuária de corte no Brasil e Rio Grande do Sul se referem à presença de: grandes conglomerados industriais de produção de insumos e de abate e processamento da carne; grandes conglomerados atacadistas e varejistas de distribuição de produtos acabados²⁰; extensas áreas de monocultivo agrícola e pastoril com emprego massivo de insumos químicos industrializados, e de máquinas e implementos complexos; intensos projetos de confinamento de bovinos com

¹⁹O SAPI objetiva integrar toda a cadeia do agronegócio. Os processos produtivos da cadeia do agronegócio, identificados e formalizados, constituem a base do processo de geração das Normas Técnicas Gerais e referem-se às seguintes áreas temáticas: propriedade rural; assistência técnica; transporte; agroindustrialização; registro de atividades; identificação de origem; e rastreabilidade (BRASIL, 2006, 2007).

²⁰Para mais detalhes sobre segmentos da cadeia produtiva da carne, sobre industrialização e comercialização consultar: Ferreira (2002), Aguinagua (2009), SENAR (2005), Miguel *et al* (2007), ABIEC (2013).

alimentação baseada em concentrados; um conjunto de regras legais²¹ e as relações, entre grupos de interesse e os três poderes do Estado, engendradas para a criação, aprovação e cumprimento de tais regras; atividades agropecuárias direcionadas primordialmente para o lucro capitalista; investimento prioritário, público e privado, em pesquisas científicas sobre engenharia genética e novos princípios ativos químicos para uso veterinário e agrícola; grandes feiras agropecuárias de comercialização e exposição de máquinas e genética animal “de ponta”; e logística e infraestrutura para atendimento do mercado global a grandes distâncias, via portos, aeroportos e rodovias. Cabe salientar ainda, que o regime sociotécnico prevalente se consolida através de atributos cognitivos, culturais e sociais arraigados na mente das pessoas, desde fazedores de política, passando pelos cientistas e técnicos, e suas heurísticas, até os consumidores finais.

O estrato característico de criadores de gado de corte do Estado que consegue incorporar mais elementos que realçam aspectos marcantes do regime sociotécnico da pecuária de corte²², longe de representar a média dos sistemas de produção de pecuária de corte, tem sido avaliados, por alguns estudos baseados em critérios de eficiência do agronegócio, como detentores de competitividade interna (produtividade, custos de produção e indicadores técnicos e financeiros)²³ no sistema de bovinocultura de corte que desenvolvem. Pela ótica do regime sociotécnico dominante muitas das características desses produtores são, *inter alia*, aquelas que configuram a imagem dos chamados produtores ‘de ponta’, ‘modernos’ ou empresários rurais.

Não obstante, os esforços para consolidação do regime sociotécnico da pecuária riograndense, a maioria dos produtores foram marginalizados no processo de modernização, e nessa condição configuraram sistemas de produção diversos em adaptação às contingências locais, fortemente assentados em recursos naturais.

De acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR (2005) e Miguel *et al* (2007) a bovinocultura de corte está presente em todas as regiões

²¹Para mais detalhes sobre elementos do arcabouço legal consultar Pitelli (2004), BRASIL (2006, 2012); BRASIL/SISLEGIS (2012).

²²Destacam-se os seguintes: competitividade é compreendida, e avaliada, tendo como pano de fundo a capacidade de produzir *commodities* para exportação; a presença de integração lavoura-pecuária confere eficiência à bovinocultura de corte; a produção de genética com comercialização de touros e ventres, a área com pastagens cultivadas hibernais (próprias e arrendadas) ultrapassa 25% do total da superfície utilizada; todo o rebanho recebe suplementação alimentar com macro e micro nutrientes durante o ano; e o manejo reprodutivo é realizado através de IATF em conjunto com estação de monta de 90 dias.

²³BRASIL (2006, 2012); Junqueira e Alfieri (2006); Aguinagua (2009); Oiagen *et al* (2011).

agroecológicas do estado e compõe sistemas de produção com as mais diversas formações²⁴, condicionados por fatores de ordem cultural, ecológica (meio físico – solo, topografia, clima), ou mesmo conjunturais (preços e mercados).

Pode-se considerar que a pecuária riograndense em geral, apresenta o sistema de produção extensivo como predominante, com três distintas fases de produção (cria, recria, engorda), caracterizado pelos baixos índices de produtividade (idade de abate, desfrute, taxa de desmama, idade da primeira monta); boa relação entre touros e vacas; diversidade de raças; deficiências na qualificação da mão-de-obra; diferentes níveis de capitalização dos produtores; carências importantes em sanidade do rebanho; deficiência no acesso às tecnologias disponíveis; muito baixo uso de inseminação artificial; carência de controle da prenhez (diagnóstico de gestação); despreocupação com critérios de seleção de reprodutores; mínimo emprego de programas de seleção; e ínfima realização de exames - andrológico e ginecológico (SENAR, 2005; MIGUEL *et al.*, 2007).

Com respeito ao uso de pastagens nativas e cultivados o diagnóstico SENAR (2005) identificou que a soma das categorias campo nativo-CN e campo nativo melhorado totalizam mais de 70% do sistema de forrageamento, com a maioria das propriedades utilizando o método contínuo de pastoreio.

É deste universo de pecuaristas “segregados da modernização” que ascende e se torna visível, uma nova categoria social a partir da década de 1990, e em consequência dessa elevação, começa a demandar políticas públicas específicas. Nas áreas campestres do sul, eles adquirem reconhecimento como um segmento imprescindível na configuração de processos de DR capazes de fazer melhor nas dimensões social e ambiental, comparativamente às trajetórias de modernização.

1.2 DESENVOLVIMENTO NAS ÁREAS CAMPESTRES DO RS: O PAPEL DO PECUARISTA FAMILIAR

O ressurgimento do debate e a mudança de entendimento sobre o processo de desenvolvimento rural, nos anos 1990 - no qual a sustentabilidade ambiental ganha espaço; e a AF é valorizada no desenvolvimento nacional - foi influenciada pelo

²⁴Para mais detalhes sobre os (16) dezesseis sistemas de produção e sistemas de criação com bovinocultura de corte identificados na realidade do Rio Grande do Sul consultar SENAR (2005).

reconhecimento da expressividade, quantitativa e qualitativa, do setor camponês como categoria social, econômica, e produtiva (WANDERLEY,1996; SCHNEIDER, 2007, 2010; SABOURIN, 2009).

Com base em dados do IBGE (1996) e FAO-INCRA (2000), Sabourin (2009) ressalta que o setor familiar/camponês nacional garante cerca de 40% da renda bruta agrícola total, mesmo recebendo somente 25% dos financiamentos públicos destinados ao setor e tendo posse de menos que um terço das terras.

No interior desse conjunto heterogêneo e importante, que constitui a AF, ganha visibilidade no sul do Rio Grande do Sul, um novo segmento constituinte dessa diversidade, o pecuarista familiar.

De acordo com o Decreto nº. 48.316 do Executivo Estadual, são considerados pecuaristas familiares os produtores que atendam simultaneamente às seguintes condições: i– tenham como atividade predominante a cria ou a recria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte; ii– utilizem na produção, trabalho predominantemente familiar, podendo utilizar mão de obra contratada em até cento e vinte dias ao ano; iii– detenham a posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a 300 (trezentos) hectares; iv– tenham residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele; e v– obtenham no mínimo setenta por cento da sua renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Trabalhos de prospecção deste segmento social constataram que os pecuaristas familiares totalizam aproximadamente 10% do total de produtores rurais do Rio Grande do Sul, ou seja, cerca de 45.000 famílias (RIBEIRO, 2003, 2009). Na área de concentração das ações da presente pesquisa estima-se um contingente aproximado de 600 famílias, e na região Centro Sul esse montante ultrapassa 1.200 pecuaristas.

No contexto da pesquisa um acontecimento na dimensão ambiental do desenvolvimento reveste-se de importância para a valorização dos pecuaristas familiares. Foi a ascensão dos movimentos de mobilização e defesa do bioma Pampa e campos sulinos em geral, a partir do final do século passado, que realçou o tipo de co-produção (PLOEG, 2006, 2008) e o caráter multifuncional da agricultura (CARNEIRO, 2006) praticada por agricultores familiares que manejam rebanhos de pecuária,

principalmente, sobre forragens nativas. Um dos gatilhos que dispararam os debates e ações sobre conservação e uso sustentável está relacionado ao quadro alarmante de degradação ao qual estão submetidos os recursos campestres.

São três os fenômenos mais preocupantes e ameaçadores à existência deste importante recurso natural. Um deles é a expansão da fronteira agrícola, representada especialmente pelos cultivos agrícolas, como a soja, bem como o reflorestamento e plantio de pastagens com espécies exóticas. Outro se refere às técnicas equivocadas de “melhoramento” dos campos nativos, tais como a aplicação abusiva de herbicidas de ação total na de implantação de pastagens exóticas. Um terceiro é o sobrepastejo, ocasionado pelo excesso de lotação normalmente empregado no manejo das pastagens nativas (NABINGER *et al*, 2005, 2009; CARVALHO *et al*, 2006).

As pastagens naturais ainda representam a base da exploração pecuária no subtropical brasileiro, mas tem ocorrido uma redução drástica nessa participação. Consulta aos Censos Agropecuários do IBGE, permite verificar que no período de 1970-2006 ocorreu supressão aproximada de 5.500.000 ha de pastagens naturais no Rio Grande do Sul, o que equivale a 40% do total existente em 1970. A taxa média de decréscimo da superfície do Bioma Pampa, no Estado, é superior a 153.000 ha/ano, e muitos estudos estimam que esse processo tenha se acelerado nos últimos tempos.

No local da presente pesquisa a situação parece ser semelhante. Com base em dados da Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2013) estima-se que a área utilizada por culturas anuais ultrapasse 16.000 ha, com destaque para a soja que supera os 7.000 ha, e desde 2009 vem experimentando crescimento acelerado da área cultivada.

Quanto às florestas exóticas estimava-se que a área ocupada, em 2006, fosse superior a 27.500 ha (IBGE, 2006), e hoje se calcula que aproximadamente 30% da superfície foi reconvertida para o cultivo de essências florestais, algo ao redor de 45.000 ha, o que representa um acréscimo de mais 17.500 ha, após 2006. Contudo, em decorrência da legislação local, que proíbe o reflorestamento de espécies exóticas em glebas novas, a área dessas culturas encontra-se atualmente estabilizada na região. Nesse contexto, somando-se as áreas de cultivos anuais e as de florestas plantadas atingi-se uma superfície superior a 61 mil ha, que evoluiu em grande medida sobre áreas originais de campo.

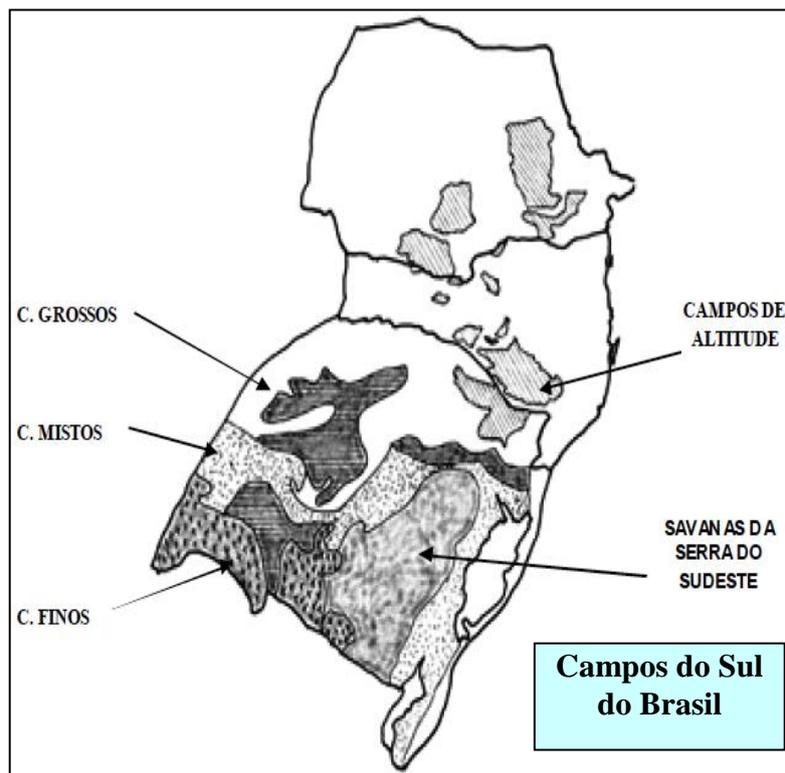
O papel positivo imputado ao caráter multifuncional da pecuária, praticada especialmente por agricultores familiares, frente a esse conjunto de práticas inadequadas de manejo e o avanço indiscriminado do cultivo de espécies exóticas como alternativas de renda, no curto prazo, remetem à questão crucial de conservação e uso sustentável da natureza.

O bioma Pampa, no Rio Grande do Sul, se localiza na metade sul, ocupando aproximadamente 63% da superfície do estado (IBGE, 2004). Sua importância se relaciona com a garantia de serviços ambientais fundamentais, como a conservação de recursos hídricos, o aumento da taxa de infiltração da água da chuva, a prevenção da erosão do solo, a disponibilidade de polinizadores, e o provimento de recursos genéticos. Além do mais, têm sido a principal fonte forrageira para a pecuária e oferece beleza cênica com potencial turístico importante (PILLAR *et al*, 2009).

Os campos sulinos, por sua vez, de acordo Pillar *et al* (2009) fazem parte dos biomas brasileiros, Pampa e Mata Atlântica, ocupando áreas significativas do Rio Grande do Sul e também áreas nos Estados de Santa Catarina e Paraná (Figura 4), e se estendem sobre amplas regiões do Uruguai e Argentina.

Diversos estudos científicos que focalizam as interações ecológicas no bioma Pampa e nos Campos Sulinos em geral indicam o uso pecuário, com manejo adequado, como potencialmente capaz de ser altamente produtivo e manter a integridade dos ecossistemas campestres e demais serviços ambientais (BORBA *et al*, 2009b; BORBA; TRINDADE, 2009; CARVALHO *et al*, 2006; PILLAR *et al*, 2009).

Figura 4- Localização dos Campos do Sul do Brasil.



Fonte: Nabinger *et al* (2005).

Nabinger *et al* (2005 e 2009) e Nabinger e Carvalho (2008) ressaltam que os ecossistemas pastoris não podem mais ser considerados unicamente como um meio para obter produtos animais, mas sua manutenção com pecuária ainda é a melhor opção de uso sustentável para fins de produção de alimentos. É possível e recomendável manejar os ecossistemas pastoris com múltiplos objetivos, correspondentes as diferentes funções que eles desempenham: ambientais, paisagísticas, ecológicas, culturais e produção agrícola com benefícios socioeconômicos.

Em outras palavras, as pesquisas têm indicado que a atividade pecuária, manejada por princípios sustentáveis de produção, tendo como base alimentar dos rebanhos os campos nativos, configura-se como o setor produtivo a ser apoiado com vistas à conservação desse bioma e o desenvolvimento das regiões campestres, em particularidades de clima, relevo, história, sociedade, e cultura encontradas na denominada Metade Sul do Rio Grande do Sul, na qual se inserem a presente pesquisa.

Com os pecuaristas familiares adquirindo tamanha relevância na promoção do desenvolvimento rural nas áreas campestres do Rio Grande do Sul, revestem-se de

importância pesquisas que investigam como essas iniciativas têm sido levadas adiante e quais as características mais marcantes que podem ser identificadas nelas.

Assim, as seguintes perguntas norteiam o presente trabalho: **Como tem sido feita a gestão do espaço protegido para a promoção do desenvolvimento rural em comunidades de pecuaristas familiares na região Centro Sul do RS? Quais são as características das mudanças sociais, técnicas, ambientais e econômicas em curso no processo de desenvolvimento rural nessa experiência?**

Partindo das questões orientadoras foram estabelecidos os objetivos a serem atingidos, geral e específicos, e os procedimentos metodológicos que conduziram a investigação.

1.3. OBJETIVOS

- a) Objetivo Geral: investigar a gestão local do espaço protegido e as características das mudanças sociais, técnicas, ambientais e econômicas em curso no processo de desenvolvimento rural em comunidades de pecuaristas familiares na região Centro Sul do RS;
- b) Objetivos Específicos:
 - Examinar a realidade local da experiência, quanto aos atores, recursos naturais, sociais, históricos, técnicos, produtivos e econômicos, mapeando a partir disso a rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar;
 - Identificar, descrever e analisar as iniciativas de gestão do espaço protegido da pecuária familiar, considerando o alinhamento de estratégias e expectativas dos atores envolvidos, os fluxos de aprendizagem e informação, a formação e a manutenção das redes de atores e cadeias de comercialização;
 - Relacionar a gestão do espaço protegido e o desenvolvimento rural multidimensional, descrevendo e analisando a governabilidade dos mercados, o papel ambiental da pecuária familiar, aspectos sociais e a criação de novidades.

1.4 PROCEDIMENTOS ANALÍTICO-METODOLÓGICOS

Considerando que os estudos sobre transições e dinâmicas sociotécnicas se ocupam de fatos sociais (*e.g.* processos de aprendizagem, relações em rede) os procedimentos sistemáticos de pesquisa são principalmente do tipo qualitativo (ANGROSINO, 2009; FLICK, 2009a, 2009b; RICHARDSON, 1999, MINAYO, 2000).

Conforme Flick (2009a), os estudos qualitativos estão preocupados em entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais de diversas maneiras: analisando experiências de indivíduos ou grupos; examinando interações e comunicações que estejam se desenvolvendo; e investigando documentos ou traços semelhantes de experiências ou interações.

1.4.1 Aspectos gerais e percurso da pesquisa de campo

As primeiras ações de pesquisa iniciaram em 2012 em três frentes interligadas: i- a escolha do público dos pecuaristas familiares; ii- uma reciclagem a respeito do entendimento e formas de promoção do DR contemporâneo; e iii- o primeiro contato com a PMN para análise de experiências de DR.

No sentido de esclarecer ‘de onde’ se está ‘olhando’ para a problemática desta tese, é importante explicitar que o autor tem um histórico de atuação com agricultores e pecuaristas familiares desde a década de 1990, como extensionista em Escritório Municipal e na Gerência de Planejamento da Unidade Central da Emater/RS, e pela realização de duas pesquisas científicas sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural em cursos de pós-graduação (Especialização e Mestrado). Os pecuaristas familiares, segmento integrante do universo heterogêneo da agricultura familiar, têm experimentado, recentemente, um notável protagonismo e visibilidade social em experiências de desenvolvimento rural.

Esta experiência é complementada, na atualidade, pela atuação direta no assessoramento técnico à bovinocultura de corte, manejo de pastagens, e apoio à pesquisa em pecuária (bovinos, ovinos) na Estação Experimental Agrônômica-EEA da Faculdade de Agronomia da UFRGS.

O primeiro contato com a PMN, em associação com a GEN, para o estudo do desenvolvimento rural aconteceu no segundo semestre do ano de 2012, no transcurso da disciplina DER 314 - Transições Sociotécnicas na Agricultura/PGDR/UFRGS, sob a regência da Prof.^a Flávia Charão Marques. Logo no início foi identificado o potencial dessas abordagens para a compreensão dos processos de transformação social do DR que estão inseridos em contextos mais amplos, os quais influem, condicionam e pressionam os atores locais, mas também são modificados pela atuação deles através do exercício de agência. Dessa relação surge a ampla heterogeneidade de realidades locais, ricas em especificidade e contextualização, mesmo sob um macro ambiente aparentemente homogêneo. O emprego destas perspectivas pressupõe a interação entre os contextos determinantes mais amplos e as iniciativas dos atores em nível micro, como um processo em mútua transformação (mais detalhes no capítulo 2).

Após os primeiros passos, o início da pesquisa exploratória envolveu contatos, ainda no ano de 2012 e em 2013, com atores regionais de três áreas do Estado (Campanha, Serra do Sudeste, Centro Sul) para a seleção do local da pesquisa levando-se em conta os seguintes critérios fundamentais: existência de um processo de desenvolvimento rural consistente ao longo do tempo, avaliado localmente e regionalmente como referencial na promoção da pecuária de corte; regular a fraco dinamismo socioeconômico, que justifiquem, prioritariamente, ações de DR; a presença significativa de pecuaristas familiares na realidade local, compreendidos como segmento social vulnerável; aplicação do aparato analítico-metodológico em uma experiência de desenvolvimento que se relacione com o debate atual sobre a degradação, conservação, e uso sustentável do bioma Pampa, e a valorização dos pecuaristas familiares, ou seja, da agricultura camponesa; ser parte da área abrangida pelo Pampa e as ameaças mais críticas ao bioma devem também estar presentes na realidade; a presença de uma dinâmica sociotécnica local protagonizada por múltiplos atores; e proximidade à Porto Alegre, por questões de logística da pesquisa, e para realçar experiências relevantes de promoção dos pecuaristas familiares fora das regiões mais comumente investigadas, a campanha gaúcha e os campos de cima da serra.

A seleção, resultado da evolução paulatina dos procedimentos metodológicos, num processo dedutivo-indutivo (RICHARDSON, 1999) entre aprofundamento teórico e observação empírica exploratória, resultou na configuração de um *locus* de pesquisa

constituído em grande medida pelas superfícies territoriais dos municípios de Butiá e São Jerônimo (Figura 1), região Centro Sul, avaliado por atores locais e regionais consultados, como a mais destacada experiência de desenvolvimento com pecuaristas familiares na mesorregião metropolitana de Porto Alegre, levando em consideração os resultados alcançados e o tempo de atuação, num universo de cinco Conselhos Regionais de Desenvolvimento-COREDEs que compreendem a área de abrangência do Escritório Regional-ESREG de Porto Alegre da Emater/RS-Ascar. Contudo, cabe recordar que o escopo original, constante no projeto de pesquisa, abarcava somente o município de Butiá, o qual foi ampliado em decorrência de observações a campo e as discussões ocorridas por ocasião do evento de qualificação que o projeto foi submetido em junho de 2014.

Na qualificação do projeto foram levantadas questões sobre as reais possibilidades de desenvolvimento a partir de um escopo limitado pelas fronteiras administrativas de um único município. Para superar esta restrição metodológica, o exercício utilizado para configurar o local ampliado de investigação foi ‘seguir’ as práticas, as trajetórias, as redes, e então, após isso, avaliar suas extensões e quão intensamente ocorria as interconexões entre os atores sociais envolvidos nelas. Essa operação de pesquisa contribuiu para consolidar a identificação de iniciativas com abrangência regional, abarcando dezessete municípios, a configuração do espaço protegido da pecuária familiar, foco do trabalho na região, compreendido além das fronteiras de Butiá, e o delineamento da rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar na Centro Sul (detalhes no capítulo 3).

Definida a seleção do local, as incursões exploratórias pela internet (sites, notícias), análise de documentos, e visitas a atores-chave locais iniciaram no segundo semestre do ano de 2013 e se intensificaram no primeiro semestre (abril, maio, junho) do ano de 2014, trabalho que sempre aconteceu em paralelo às atividades profissionais na EEA/UFRGS, sem dedicação exclusiva às tarefas de pesquisa. No período, lançando mão de observação, registro fotográfico, e entrevista etnográfica em um ritmo lento, quase uma ‘conversa cordial’ (FLICK, 2009b) foram visitadas as propriedades de seis pecuaristas familiares, de diferentes localidades, e três agentes locais de desenvolvimento em seus ambientes profissionais.

Além destes três agentes, ocorreram contatos frequentes com outros três agentes locais, extensionistas rurais da Emater/RS através de diálogos informais e acompanhamento de várias rotinas de trabalho. Inclusive, um dos extensionistas acompanhou todo esse conjunto de entrevistas exploratórias iniciais, fazendo transcrição dos diálogos no momento em que eles aconteciam. O tempo despendido e os diálogos nas viagens de carro pelo interior até as unidades dos entrevistados, em conjunto com este técnico foram momentos valiosos para coleta de informações e impressões iniciais sobre a experiência.

Foram valiosas também as nove entrevistas exploratórias, guiadas por um conjunto de tópicos flexível, variando de acordo com os entrevistados e o rumo tomado pela entrevista. Apesar da flexibilidade, o roteiro pode ser representado através do seguinte grupo genérico de itens: i- apresentação da pesquisa e do pesquisador; ii- envolvimento do entrevistado em redes, práticas, e trajetórias locais; iii- atores sociais; iv- programas de apoio; v- percepção geral sobre a atividade rural local, a pecuária, a expansão da soja, florestas plantadas, e biodiversidade; vi- sucessão familiar; e vii- opções de renda, práticas de manejo e comercialização.

Os diálogos e as entrevistas iniciais com os agentes locais de desenvolvimento permitiram uma aproximação à documentos, relatórios, diagnósticos, e informações transmitidas verbalmente (registradas em caderno de campo), sobre a realidade a ser investigada. Assim, a pesquisa exploratória reuniu subsídios cruciais para contribuir na definição da amostra de pessoas para entrevistar, de quais segmentos específicos elas deveriam ser originadas (FLICK, 2009b), e o que abordar nas entrevistas.

Os critérios definidos *a priori* para a constituição da amostra se relacionaram a, i- agentes de desenvolvimento oriundos da maior diversidade possível de instituições; ii- produtores distintamente localizados no espaço de investigação; iii- produtores intensamente envolvidos nas principais redes, práticas e trajetórias de DR; iv- produtores fracamente inseridos nas principais redes, práticas e trajetórias de DR.

Não obstante as definições prévias, com o andamento do trabalho de campo foram feitos ajustamentos na amostragem dos informantes-chave, baseados na argumentação de que “a decisão relativa à amostragem muitas vezes é tomada durante e em consequência da coleta e da análise dos dados” (FLICK, 2009b p. 128).

Desse modo, um dos critérios utilizados para a constituição da amostra foi a identificação de alguns informantes de forma progressiva, à medida que o processo de coleta de informações evoluiu, fazendo uso das descobertas e dos contatos nas entrevistas anteriores (ROCHE, 2002; FLICK, 2009b).

Nesse sentido, a escolha da amostra foi do tipo não probabilística intencional (RICHARDSON, 1999), constituída por produtores, agentes de desenvolvimento e lideranças locais com o objetivo de captar a maior diversidade possível de saberes, impressões, visões de mundo, e vivências. Parte significativa da amostra foi composta por atores sociais que conhecem e/ou atuam no planejamento e execução das práticas e trajetórias de desenvolvimento rural no espaço protegido da pecuária familiar²⁵, tendo por base as informações repassadas por Flick (2009b p. 125) sobre as características que definem um “bom informante”.

Cabe ressaltar também, que foi empregado o procedimento de fechamento amostral por saturação, ou saturação teórica (FLICK, 2009b p. 121), o qual é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta (FONTANELLA *et al*, 2008).

Portanto, quanto ao tamanho da amostra seguiu-se Flick, ao “integrar apenas alguns casos, mas aqueles que apresentem maior diferenciação entre si, para revelar o alcance da variação e da diferenciação no campo”. (FLICK, 2009b p. 124), bem como, Richardson (1999), ao recomendar que para uma pesquisa que utiliza entrevistas em profundidade, não se entrevistem muitas pessoas, sendo 20 (vinte) um limite razoável, e tendo em conta que a generalização não é uma meta central neste estudo.

[...] não se devem relacionar os critérios de confiabilidade da pesquisa qualitativa com aqueles da pesquisa quantitativa, particularmente em referência à representatividade dos entrevistados de uma população mais abrangente (RICHARDSON, 1999 p. 95).

²⁵ Assim, avaliou-se que produtores e agentes de desenvolvimento local relacionados com as UEPs, com o Remate da Pecuária Familiar, com a Feira de Terneiros, com a Feira de Ovinos, com as Políticas Públicas em todas as esferas (municipal, estadual e federal), com o Jantar do Cordeiro, da Uva e do Vinho, com a Associação dos Ovinocultores da Região Centro Sul, entre outras ações, deveriam ter muito a dizer para os propósitos da pesquisa.

Desse modo, fica evidente então, que apesar das definições *a priori*, a constituição da amostra evoluiu como um processo decorrente do trabalho de campo. As visitas aos pecuaristas familiares informantes-chave se intensificaram no segundo semestre de 2014, com o início das entrevistas semi-estruturadas em 25/09/2014, e maior concentração entre o final de 2014 e os primeiros meses de 2015, no período de férias profissionais do pesquisador que foram utilizadas para a marcação da maioria das incursões investigativas, via aplicação dos roteiros guia.

Todas as entrevistas semi-estruturadas foram desenvolvidas nas propriedades rurais dos informantes, com agendamento prévio por fone, diretamente entre pesquisador-produtor ou por intermédio de outro produtor da localidade. Na maioria dos casos a chegada na unidade produtiva foi ao redor das 10:00 h da manhã, com a coleta de dados se estendendo até aproximadamente as 16:30 h. O almoço foi oferecido pelo pecuarista, tendo em vista as longas distâncias que separam as unidades produtivas das sedes municipais e/ou serviços de refeição (restaurantes, lanchonetes). Além da entrevista na moradia, a coleta de dados frequentemente incluiu uma visita/observação aos poteiros, mangueiras, galpões, máquinas, e rebanhos.

O término das entrevistas ocorreu em 05 de março de 2015, com visita ao pecuarista familiar (ENTREVISTADO N°. 23) da localidade Passo dos Carros. Entretanto, a última ação efetiva de pesquisa envolveu a participação/observação na 9ª edição do Jantar do Cordeiro, Uva e Vinho, em 06 de junho de 2015, apesar de contatos telefônicos e por correio eletrônico com alguns agentes locais terem continuado após esta data. Desde a primeira incursão exploratória ao local da pesquisa, no final do ano de 2013, na reunião com a equipe do Escritório Municipal de Butiá e com o Assistente Regional de Pecuária da Emater até a participação no referido jantar, passou-se mais de dezoito meses de contato direto e indireto com a realidade local, o que permitiu ao trabalho observar o movimento dos principais atores; as práticas e trajetórias em andamento; e as perspectivas futuras no espaço protegido da pecuária familiar na região Centro Sul.

Imediatamente após a conclusão das entrevistas com os informantes-chave iniciou-se, em março de 2015 o processamento dos dados coletados, com término desta etapa no mês de junho do mesmo ano. Todos os procedimentos de coleta e as posteriores transcrições das entrevistas e anotação das observações foram realizados

pelo pesquisador, o que, teoricamente, contribui para a melhoria da conexão com o objeto de pesquisa, para a interatividade durante as entrevistas; o aprofundamento de tópicos importantes; a maior eficiência ao transcrever, selecionando o que interessa à pesquisa; e a capacidade analítica da realidade estudada no campo que está sendo transformada em texto, e posteriormente, para a análise qualitativa de conteúdo dos textos produzidos (FLICK, 2009b).

Conforme Flick (2009b), a análise de conteúdo é um dos procedimentos clássicos para analisar material textual e “uma de suas características essenciais é a utilização de categorias, as quais são normalmente obtidas a partir de modelos teóricos” (FLICK 2009b, p. 291). Nesse sentido, a categorização do material textual obtido no campo desta investigação foi conduzida (Figuras 7 e 8) com base nos eixos estratégicos para a Gestão de Espaços Protegidos (GEELS, 2004; MOORS *et al*, 2004; WISKERKE, 2003; ROEP; WISKERKE, 2004; OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008) e na noção de DR como um desdobramento multidimensional e dinâmico (PLOEG; MARSDEN, 2008), aspectos que previamente influenciaram a confecção dos roteiros das entrevistas semi-estruturadas (Figura 8).

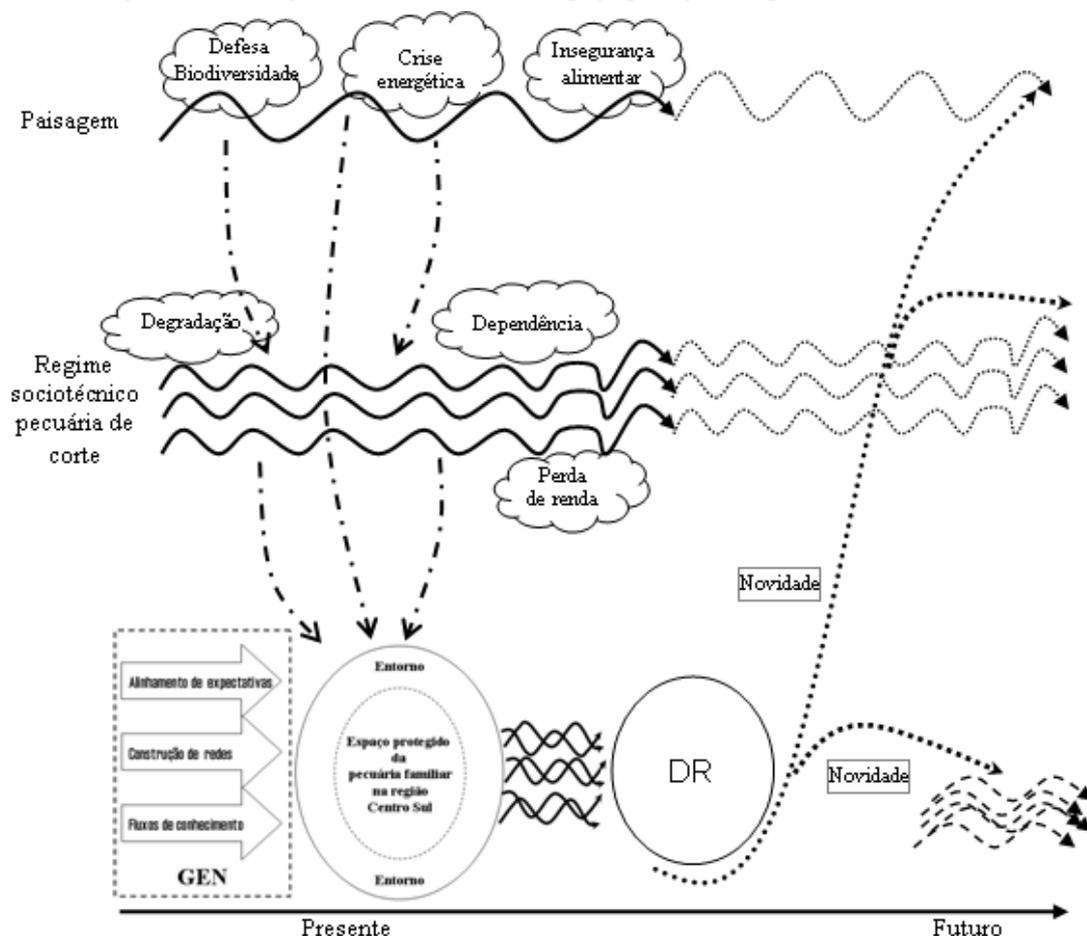
Quanto à amostragem na interpretação dos dados (FLICK 2009b) registra-se que não ocorreram descartes de entrevistas, sendo todas transcritas, entretanto houve amostragem dentro do material à medida que evoluía a transformação de dados verbais em texto. Outro método amostral levado a efeito referiu-se a amostragem da apresentação (FLICK 2009b) no momento de confecção desta tese.

1.4.2 Referências e opções analíticas

A opção teórico-metodológica pela PMN se baseia no reconhecimento de que esta abordagem tem potencial para compreender a complexidade das mudanças sociotécnicas como processos co-evolucionários e dinâmicos que ocorrem em diferentes níveis de agregação, desdobrando-se no âmbito das dimensões, material e social. Essa abordagem percebe a vida social como heterogênea, abrangendo uma gama diversificada de repertórios culturais e significados simbólicos, e essas características desempenham papel fundamental na evolução dos processos de desenvolvimento rural.

O uso conjunto da PMN e da GEN como abordagem analítica do objeto de pesquisa é esquematizado na Figura 5.

Figura 5- Abordagem analítica do DR no espaço protegido da pecuária familiar.

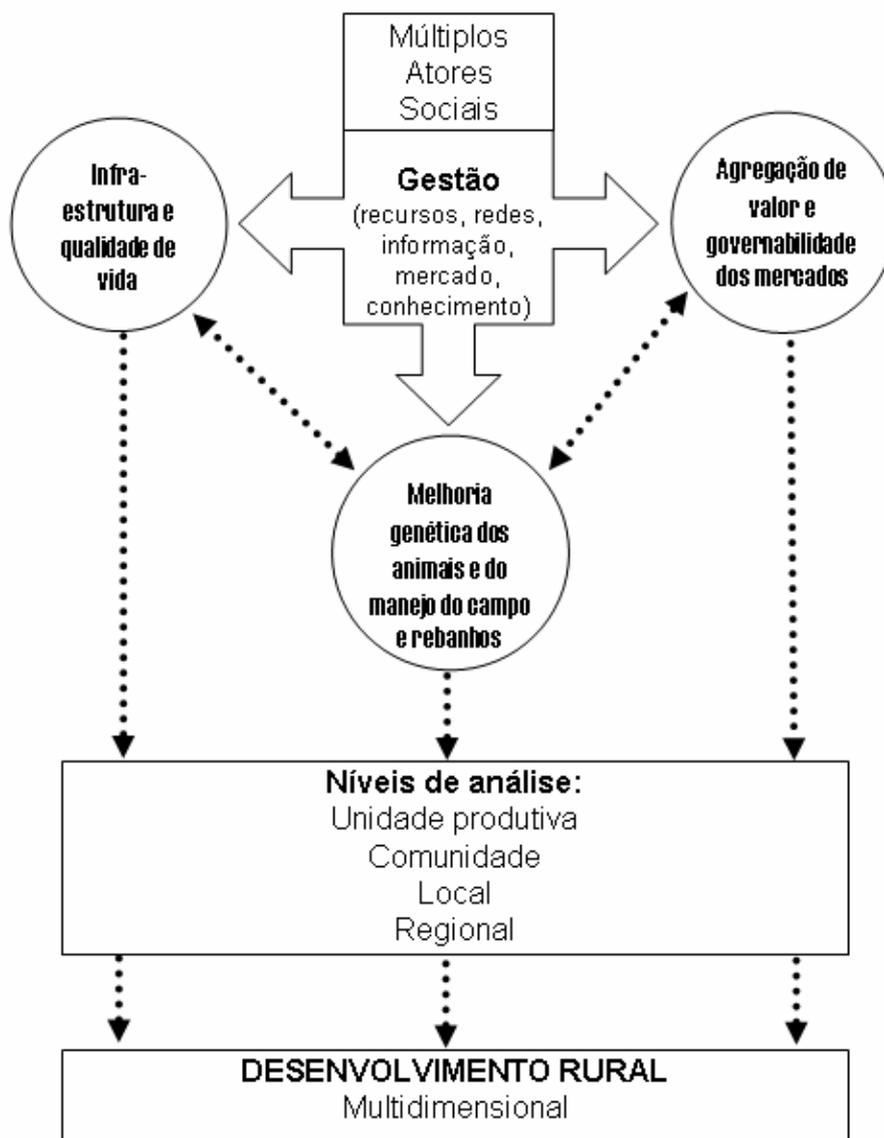


Fonte: elaborado pelo autor com base em Roep e Wiskerke (2004).

A experiência de DR na região é abordada, considerando-a inserida em um contexto constituído de múltiplos níveis de agregação que exercem influência constante sobre o nível local, o qual, por outro lado, através de uma gestão eficiente do processo de DR, pode ser capaz de gerar, difundir e enraizar novidades promissoras, exercendo, desse modo, influência ‘de baixo pra cima’ sobre os níveis superiores.

No nível micro, a gestão local e os desdobramentos significativos em DR foram avaliados da seguinte maneira. Os dados coletados sobre os atores, programas, trajetórias, e práticas se constituíram em fontes para a construção de um diagrama (detalhes no capítulo 3) representativo da experiência, cuja clareza esquemática permitiu a identificação de três eixos proeminentes de ação, a partir dos quais foi conduzida a análise do processo de DR (Figura 6).

Figura 6- Análise do DR a partir dos principais eixos da rede rural da pecuária familiar.



Fonte: elaborado pelo autor (2015).

Quanto à avaliação da gestão, seguiram-se os critérios estabelecidos pela GEN. Nesse sentido, para analisar os fluxos de informação, conhecimento e aprendizagem na realidade local são pontos importantes de exame: como os agricultores aprendem entre si? quais são as principais fontes de informação e de conhecimento para os agricultores? como se dão os encontros entre técnicos e produtores? qual tem sido o papel das UEPs e dos métodos de extensão?

As respostas para estas questões foram buscadas através de procedimentos metodológicos que se basearam: nos textos produzidos a partir dos dados transcritos de campo; nas entrevistas semi-estruturadas propriamente ditas, aplicadas aos agentes de desenvolvimento (roteiro 1), e aos pecuaristas familiares (roteiros 2 e 4); na observação

participante e subseqüentes anotações em bloco de campo; e na análise de conteúdo em documentos (e.g. cartilhas de programas da SDR).

Na categorização do conteúdo dos documentos e textos produzidos a partir do campo, foram considerados os seguintes pontos: O que dizem as cartilhas dos programas? O que dizem/fazem os agentes de desenvolvimento? O que dizem/fazem os pecuaristas intensamente envolvidos nas práticas, nas trajetórias; nas redes? O que dizem/fazem os pecuaristas fracamente envolvidos?

Para sondar as estratégias e expectativas dos atores sociais, a proposta é responder em conjunto a três indagações: O que está alinhado? O que está desalinhado? O que tem sido feito para manter o que está bem e para ajustar as incongruências?

1.4.3 Instrumentos de coleta de dados

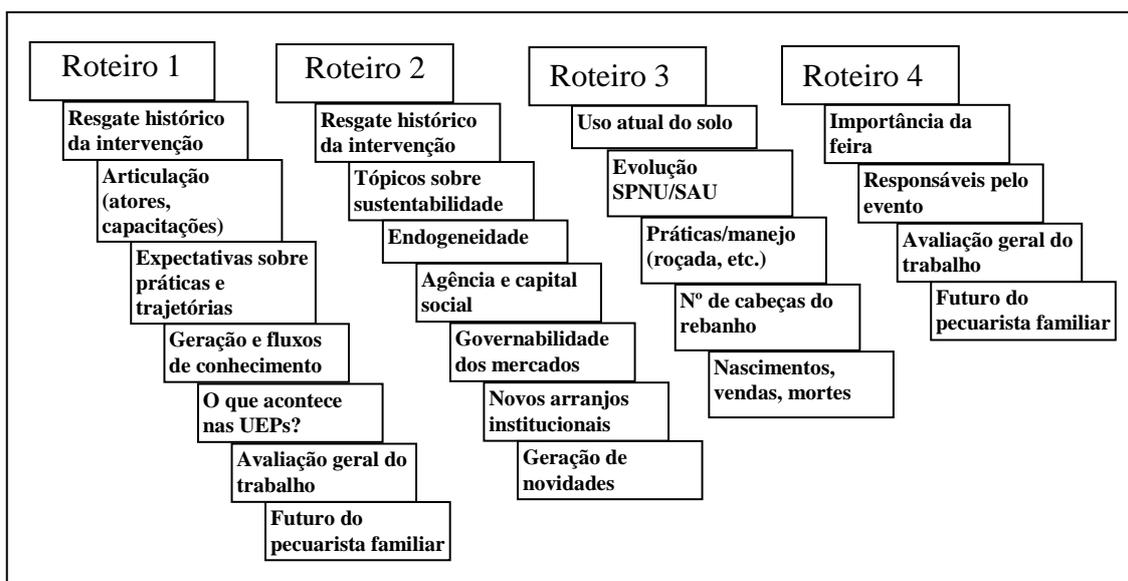
Os instrumentos de coleta de dados: revisão bibliográfica e de dados secundários; entrevistas semi-estruturadas; e observação participante, aplicados à indivíduos, grupos focais ou eventos comunitários, foram selecionados para buscar informações sobre a realidade local, as práticas e trajetórias de vida e produção dos atores, suas estratégias, repertórios culturais, relacionamentos, discursos e lutas. Cabe comentar também, que foi realizada a triangulação (ROCHE, 2002) entre as informações de pesquisa, através da confrontação dos dados coletados pelos diferentes instrumentos.

A revisão bibliográfica e de dados secundários foi utilizada principalmente para examinar a realidade local da experiência, mas também contribuiu para identificar, descrever e analisar as práticas e trajetórias de gestão; e para analisar os resultados em DR. Na pesquisa exploratória realizada em *sites* da internet, e em contatos com atores-chave locais e regionais foi possível captar impressões, e acessar documentos, trabalhos acadêmicos, notícias e relatórios ricos em informações contextuais, sistemas de produção, e práticas e trajetórias de desenvolvimento rural levadas adiante por múltiplos atores. O posterior trabalho de campo da pesquisa possibilitou ampliar e aprofundar a revisão de documentos e a coleta de dados secundários através de visitas a acervos de documentos em bibliotecas públicas e privadas, sindicatos rurais, secretarias municipais de educação, museus, prefeituras municipais, e os escritórios municipais da Emater/RS.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com informantes-chave, tendo como base quatro roteiros direcionados para fins específicos (Figura 7). O primeiro roteiro focalizou prioritariamente aspectos relacionados à gestão do espaço protegido da

pecuária familiar e foi aplicado a um grupo de nove pessoas, entre técnicos e lideranças locais. O segundo se dirigiu às transformações relacionadas ao DR e foi aplicado a um grupo de oito pecuaristas familiares. O terceiro averiguou a sustentabilidade no manejo do CN constituindo-se de um levantamento do uso do solo, práticas de manejo e número de unidades animais por hectare e por época do ano (UAs/ha/época do ano), aplicado ao mesmo grupo de oito pecuaristas do roteiro anterior, inserindo-se como uma parte da entrevista, mas com características de inventário. O quarto roteiro foi uma versão reduzida com apenas cinco tópicos, aplicado a um grupo focal (ROCHE, 2002) de expositores da 4ª Feira Assistida de Ovinos, constituído de três pecuaristas familiares e uma artesã. Entretanto, cabe realçar que apesar do direcionamento geral de cada roteiro, eles permitiram a coleta de informações em outros campos. Para exemplificar, o primeiro roteiro também reuniu informações sobre o que acontece de significativo nos processos de DR, e os roteiros 2, 3 e 4 trouxeram a tona dados relativos à gestão do espaço, e todos eles acrescentaram referências contributivas para a caracterização da realidade local, histórico da intervenção, e evolução da experiência.

Figura 7- Roteiros e seus tópicos gerais - entrevistas semi-estruturadas.



Fonte: elaborado pelo autor (2015).

Outrossim, salienta-se ainda que quatro atores sociais entrevistados desempenham atribuições que os colocam em sobreposição nos grupos amostrais, pelo fato de que são pecuaristas familiares e ocupam, concomitantemente, cargos de liderança (*e.g.* Presidência de Conselho Municipal, Presidente da Associação Regional de Ovinocultores, Secretário da Associação Regional de Ovinocultores, Presidente de Associação Comunitária).

Outra particularidade digna de nota no trabalho de campo refere-se ao tamanho real da amostra de entrevistados. Com frequência, as entrevistas com os produtores em suas unidades produtivas foram dirigidas à família do pecuarista, o pecuarista e sua esposa, ou ele e um dos sucessores familiares (filho ou filha), com questões dirigidas a todos os presentes e respondidas livremente por eles, fazendo com que o instrumento de coleta de dados apreendesse a percepção de mais de uma pessoa ao longo do roteiro. Desse modo, o conteúdo transcrito de algumas entrevistas se apresenta como um mix de percepções da esposa, do filho (a), e do próprio pecuarista familiar, em graus bastante variados de participação²⁶.

No total, o trabalho contabilizou nove entrevistas semi-estruturadas durante a pesquisa exploratória, que foram transcritas em tempo real (sem o uso de gravador), e 21(vinte e uma) entrevistas semi-estruturadas no trabalho de campo propriamente dito, as quais foram gravadas consumindo mais de 1.460 minutos.

A observação participante, com anotações sistemáticas em bloco de campo, registros fotográficos, e algumas vezes com gravações de manifestações públicas, foi utilizada em abril/14, no II Remate da Pecuária Familiar da Região Centro Sul; em mai/14, no acompanhamento das operações administrativas de escritório com os produtores para acesso ao Programa de Aquisição de Reprodutores Bovinos; em set/14, na reunião em Rincão dos Corrêas para apresentação do trabalho de pecuária familiar a uma comitiva de técnicos uruguaios do Ministério da Agricultura, Ganaderia y Pesca; em set/14, na saída de campo com alunos à propriedade de Elvino e Solmi Pufal na condição de professor convidado na Disciplina Extensão e Desenvolvimento Rural/FAGRO/UFRGS; em out/14 na cerimônia de entrega de touros aos pecuaristas familiares de Butiá; em nov/14 na cerimônia de entrega de touros aos pecuaristas familiares de São Jerônimo; em dez/14 na 4ª Feira Assistida de Ovinos; em mar/15, no Evento Regional de Pecuária Familiar com o objetivo de planejar as ações da Associação Regional de Ovinocultores para o período 2015/2016; em jun/15, no 9º Jantar do Cordeiro, Uva e Vinho; e ao longo de todo o trabalho de campo em atividades corriqueiras de pesquisa para registro de aspectos da paisagem rural, da realidade local, dos rebanhos, dos campos, e da rotina dos pecuaristas.

²⁶Os conteúdos transcritos da conversa dos entrevistados denominados n°s 1 e 19, na verdade representam as percepções do produtor e filho (a). Os conteúdos transcritos dos entrevistados denominados n°s 03, 05, 22 e 23 representam as percepções conjuntas do casal, em graus variados.

Durante os procedimentos de observação participante foram realizados 342 minutos de gravações de pronunciamentos de lideranças locais e regionais, palestra técnica e manifestações de pecuaristas e artesãos, por ocasião dos seguintes eventos: entrega de touros em Butiá; entrega de touros em São Jerônimo; abertura da 4ª Feira Assistida de Ovinos; e apresentação dos trabalhos de grupo no Evento de Pecuária Familiar.

2 ELEMENTOS PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO RURAL CONTEMPORÂNEO

Diante de um cenário que, ao contrário da homogeneização perseguida pela modernização, contempla diversidades e heterogeneidades importantes, percebe-se que o DR se processa em desdobramento dinâmico. Ellis e Biggs (2000), estudando a evolução dos temas influentes em desenvolvimento rural, identificaram que durante os anos 1980 e 1990 ocorreu uma importante mudança de paradigma no tratamento do DR, com um deslocamento a partir da Abordagem *Top-down* (tecnologias externas e políticas em nível nacional) em direção a Abordagem *Bottom-up*. Esse movimento deu ênfase à noção de DR como uma seqüência de eventos participativos que capacitam as populações rurais a tomar controle sobre as suas próprias prioridades de transformação. Ray (1999) enfatiza que a noção de “desenvolvimento endógeno” e a abordagem *Bottom-up* parecem ter se estabelecido firmemente no vocabulário do DR nos anos 1990, a partir da constatação de que os fazedores de política europeus, no nível estatal e supra-estatal, estavam crescentemente incorporando os termos “*bottom-up*”, “participativo” e “local” a fim de assinalar os novos estilos de intervenção na busca por respostas para os problemas das sociedades rurais.

Recentemente a prática do desenvolvimento rural tem sido influenciada por mais amplos pensamentos sobre desenvolvimento não agrícola e social, constituindo uma nova abordagem denominada “*Livelihoods*”, que parece se apresentar como um desafio à noção dominante de que o caminho para aumento de renda das famílias rurais passa sempre pela atividade agrícola em primeiro lugar (ELLIS; BIGGS, 2000).

Por outro lado, Thomas (2000) criticamente explora os perigos de que a prática dominante de ‘combate a pobreza’ ou ‘ajudas humanitárias’ das agências de desenvolvimento sejam aceitas como o principal significado do desenvolvimento. Para esse autor, num contexto prevalente e quase inquestionável do capitalismo liberal no mundo, o desenvolvimento perde sua essência de processo transformador das bases sociais e econômicas das sociedades, sendo agora freqüentemente pensado em termos de solução atenuante das mazelas do capitalismo antes que pela busca de novas alternativas.

Observando-se a realidade nacional de construção de políticas para o DR podem ser feitas afirmações e críticas semelhantes, tendo em vista a valorização da perspectiva *bottom-up* e das alternativas não-agrícolas de renda, levadas a efeito num panorama de enfrentamento da pobreza no campo.

Durante os anos 1990, conforme Schneider (2007, 2010) ressurgiu fortemente o debate sobre desenvolvimento rural no Brasil. Para esse autor quatro fatores influenciaram essa emergência: a agricultura familiar começa a ser percebida como modelo social, econômico e produtivo importante para o desenvolvimento do país; a crescente influência e ação do Estado no meio rural; as mudanças políticas e ideológicas de setores das elites agrárias e, por outro lado, a polarização entre agricultura familiar e agronegócio; e crescente ativismo político e estudos relacionados ao tema da sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, se consolidam as recomendações de valorização do local, da participação e da endogeneidade para um estilo de intervenção para o desenvolvimento que atenda aos preceitos de justiça social, com ações dirigidas aos segmentos até então pouco visíveis e atendidos pelas políticas públicas; às demandas por sustentabilidade; e aos requisitos de crescimento econômico equitativo.

As recomendações, e, por conseqüência, as práticas de desenvolvimento rural no Brasil podem ser, didaticamente, agrupadas em cinco abordagens distintas²⁷ (ALMEIDA, 2009), as quais, mesmo que de maneira difusa, parecem focalizar em grande medida o combate à pobreza e às múltiplas vulnerabilidades das populações rurais, reconhecendo, entre outras coisas, o papel das atividades não-agrícolas e a concepção de políticas compensatórias para o enfrentamento deste desafio (SCHNEIDER, 2007, 2010).

2.1 TERRITÓRIO E AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

Nessa esteira de transformações a respeito do entendimento, da abrangência, e da profundidade do desenvolvimento rural e sobre a melhor forma de promovê-lo ganharam destaque nos debates, no final do século XX, dois temas relevantes e inter-

²⁷As abordagens são: instituições, inovação e sustentabilidade; o novo rural brasileiro; a “força da tradição” e os limites históricos e sociais ao DR; um enfoque agroalimentar para o DR (SCHNEIDER, 2007, 2010); e o meio ambiente e a interdisciplinaridade (ALMEIDA, 2009).

relacionados: as territorialidades em tempos de globalização; e a caracterização e o papel desempenhado pela AF no processo de desenvolvimento.

A noção de território contida nos estudos territoriais tem a virtude de permitir o avanço das pesquisas sobre desenvolvimento em ao menos quatro dimensões. Ela supera um horizonte estritamente setorial; impede a confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento, interpretando a pobreza rural como um fenômeno multidimensional; estimula o estudo de mecanismos de governança com respeito à capacidade de gerar oportunidades, empreendedorismo e inovações, com base nas necessidades, capacidades e perspectivas das pessoas do local; e enfatiza a maneira como as sociedades utilizam os recursos locais e retêm os benefícios, relacionando sistemas sociais e ecológicos (RAY, 2002; ABRAMOVAY, 2006).

Para Haesbaert e Limonad (2007), as territorialidades no mundo contemporâneo são frutos de dois processos concomitantes, contraditórios e antagônicos, globalização e fragmentação. Esses autores sentenciam que lado a lado aos processos dominantes de expansão e aprofundamento do capitalismo, incluindo o capitalismo no campo, começam a surgir mobilizações em torno de propostas contraglobalização (fragmentação), que é o pólo oposto aos processos hegemônicos pretensamente homogeneizadores, e que se apresentam como um contra movimento. Nessa mesma esteira, Oostindie *et al* (2008) afirmam que desenvolvimento endógeno e a respectiva realocização emergem, frequentemente, como reações a influências externas e tendências globais, fazendo com que globalização e realocização (ou desenvolvimento endógeno) sejam encaradas como processos que compõem dois lados da mesma moeda.

De acordo com Haesbaert e Limonad (2007), o território é uma construção histórica, e, portanto, social, baseada em relações de poder. Possui uma dimensão mais subjetiva (dimensão culturalista), preponderante nas sociedades tradicionais, e uma dimensão mais objetiva (dimensões jurídico-política, e econômica), prevalente em sociedades modernas, realizada por instrumentos de ação político-econômica.

Medeiros *et al* (2002) compreendem o território como uma possibilidade para a viabilização das estratégias de inserção social e econômica daquelas parcelas da população cujas competências e habilidades não são valorizadas no âmbito do paradigma técnico-econômico vigente (modernização, globalização, industrialização). Essa argumentação deixa evidente que as relações entre território e agricultura familiar

camponesa são estreitas, sendo úteis para a compreensão das trajetórias e repertórios deste segmento, quase sempre influenciadas fortemente pelas condicionantes locais dos espaços geográficos, bem como para formulação de políticas públicas para promoção do desenvolvimento rural.

O interesse renovado pela AF, por sua vez, em décadas recentes, fez ressurgir o debate sobre as noções de campesinato e agricultura camponesa como elementos fundamentais para a compreensão das dinâmicas contraditórias que vêm ocorrendo no meio rural, decorrentes de três estilos fundamentais de agricultura: a capitalista, a empresarial e a camponesa (PLOEG, 2009).

Como resultado deste debate se consolida a premissa de que a agricultura familiar abrange duas configurações contrastantes, a forma camponesa²⁸ e a forma empresarial. Diante dessas configurações, Ventura e Milone (2004) salientam que o sucesso do estilo agrícola camponês (ou artesanal) é conseguido através de dois elementos principais: a redução da necessidade de insumos externos, e minimização dos custos daqueles insumos que não podem ser substituídos; e a diversificação das atividades agrícolas e a descoberta de maneiras de aumentar o valor do componente artesanal da produção agrícola.

Para distanciar com clareza o agricultor camponês do empresarial, Ploeg (2006, 2008) relata que uma das características mais marcantes da agricultura camponesa é a multifuncionalidade. Além disso, a mão de obra empregada no processo produtivo é fundamentalmente familiar (ou mobilizada dentro da comunidade rural através de relações de reciprocidade) e as terras e outros meios de produção essenciais pertencem à família. A produção, por sua vez, é orientada para o mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família. Enquanto os camponeses tentam distanciar suas práticas agrícolas dos mercados, por meio de uma diversidade de mecanismos originais, os agricultores empresariais tornam-se intimamente dependentes dos mercados (principalmente de insumos, mas também de transformação e distribuição). Ainda falando de mercados, acrescenta-se que a agricultura camponesa é,

²⁸As pesquisas de campo do Projeto Alto Camaquã identificaram que a exploração pecuária, levada adiante por agricultores familiares da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, é um tipo de agricultura camponesa, pelas seguintes características que apresenta: baixo grau de mercantilização; alta dependência dos recursos naturais; forma de produção “adaptativa”; resultado de co-evolução socioecológica; produtora de externalidades positivas; e impactos reversíveis sobre o ambiente (BORBA *et al.*, 2009b).

essencialmente, baseada nos denominados circuitos curtos e descentralizados, que ligam a produção ao consumo, bem como, a agricultura à sociedade, local e regional. Nessa forma particular de relação, conseguem escapar ao controle direto do capital, apesar do controle indireto se manter presente, considerável e abrangente (PLOEG, 2008).

Esse autor argumenta que um aspecto central da condição camponesa é a luta por autonomia (sobrevivência, dignidade, vida melhor), a qual se traduz por um processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa dos recursos, tais como, a terra, os cultivos, os animais, a luz solar e a água.

Os camponeses de hoje, referem-se a produtores agrários que são portadores importantes da soberania alimentar, da qualidade de vida na área rural, das paisagens e da biodiversidade e que contribuem de maneira importante na criação e reprodução do emprego. São produtores agrários que desenvolvem uma economia multifuncional, na qual a agricultura continua sendo o eixo principal, e se diferenciam daqueles que são chamados mundialmente de empresários rurais (PLOEG, 2011).

Se por um lado, os agricultores camponeses vêm sendo fortemente pressionados pelo ordenamento global dominante na produção, processamento e distribuição de alimentos, de outro eles se constituem uma importante resposta nesse cenário (PLOEG, 2006, 2008, 2009). Essa agricultura camponesa que está se desenvolvendo como um contra movimento, tem por característica garantir processos de produção multifuncionais que combinam produtividade com sustentabilidade ambiental e asseguram a reprodução de recursos culturais e naturais (VENTURA; MILONE, 2004). Esse cuidado com os recursos produtivos ecológicos e culturais é uma pré-condição importante para a conquista do bem-estar social mais abrangente e equitativo.

2.2 O DR COMO UM ‘CONTRA’ MOVIMENTO

De acordo com Ray (1999), o desenvolvimento deveria ser conceitualizado como um processo de animação das capacidades nativas, as quais, uma vez ativadas, conduziriam para uma dinâmica auto-sustentada de desenvolvimento.

Apesar de lidar com segmentos sociais geralmente carentes, as premissas teóricas do desenvolvimento rural também indicam uma busca constante por conquistas socioeconômicas das pessoas. Por esse motivo, é um processo que precisa ser

‘diferente’, comparativamente, à ‘outros desenvolvimentos’, realçando a importância da dimensão ambiental e de sustentabilidade dos recursos. Essa compreensão se fortalece como uma resposta aquele tipo de agricultura que se organiza e se desenvolve globalmente, trazendo consigo a destruição sistemática dos ecossistemas onde se estabelece e a contaminação cada vez maior do ambiente.

Escobar (2002) baseado em seu “cenário das modernidades múltiplas”²⁹ e perante os desafios impostos pela globalização e modernidade, argumenta que o desenvolvimento continua sendo um processo resistido e negociado nas localidades, retrabalhado pelas populações atingidas pelas ações de intervenção. Sendo assim, o mesmo autor afirma que ainda é possível recuperar o desenvolvimento como um espaço importante para reelaborar e trabalhar a modernidade, convertendo-a em algo novo.

Escobar (2002) sentencia que, obviamente, é necessário fazer desenvolvimento, pois há que melhorar a qualidade de vida de todas as comunidades, reconstruir e fortalecer as economias, mas através de um desenvolvimento alternativo, no qual as modernidades “pequenas”, “locais” ou “alternativas” tenham chances de sobreviver, de serem escutadas, e onde os movimentos de defesa do lugar logrem criar possibilidades de globalização sem ter que arcar com os fardos culturais e ecológicos da modernização, ou seja, valorizando aspectos culturais e condições ecológicas do local como alavancas do desenvolvimento.

Ploeg (2000) ressalta que é essencial reconhecer o desenvolvimento rural como um processo multinível e multifacetado que emerge como uma série de respostas ao paradigma da modernização. Quando está centrado na agricultura familiar camponesa, implica os seguintes aspectos, tomados isoladamente ou interligados: criação de novos produtos e serviços; criação de novos mercados; formas de redução de custos; aumento do valor dos produtos; e a pluriatividade, que está redefinindo a relação campo-cidade, associada com a transferência de recursos da economia urbana para a rural. Apesar de ser um processo, reconhecidamente, autodirigido e autônomo, é crescentemente

²⁹Diante do contexto de choque e antagonismo entre a modernidade e as realidades tradicionais, Escobar (2002) salienta que o mundo atual se compõe de variações múltiplas da modernidade, resultantes da infinidade de encontros entre modernidade e as tradições. Para esse autor, estamos envolvidos e apanhados pela existência de modernidades “híbridas”, “locais”, “mutantes”, “alternativas”, ou “múltiplas”. Assim de acordo com Escobar (2002), a globalização pode ser vista como o encontro de muitas modernidades sob condições desiguais de poder, e se permitirmos abrir espaços pra todas elas, inclusive às “pequenas modernidades” das comunidades étnicas e indígenas, por exemplo, estaremos, desse modo, nos abrindo realmente para um mundo plural (ESCOBAR, 2002).

facilitado e fortalecido por políticas públicas nos âmbitos, local, regional, nacional e internacional.

Ploeg *et al* (2008) apresentam o DR como um processo multidimensional de revitalização do rural, tornando-o mais atrativo, acessível, valioso e útil para a sociedade como um todo. Por ser baseado em recursos naturais, é um processo que reproduz e desenvolve esses recursos, tornando, desse modo, a co-produção um aspecto central e a sustentabilidade uma característica inerente.

Para os mesmos autores, a partir de seis dimensões, o DR em seu conjunto representa uma crítica aos pressupostos do paradigma hegemônico de desenvolvimento capitalista e modernizador, cujas conseqüências sociais e ecológicas de aumento da desigualdade e de destruição ambiental não são alentadoras e tem atuado como catalisadores de questionamentos quanto as suas possibilidades de manutenção e evolução futura.

A endogeneidade, sustentabilidade, capital social, criação de novidades, governabilidade dos mercados, e os novos arranjos institucionais são para Ploeg *et al* (2008), as dimensões do DR, a partir das quais se configura o que os autores denominam a “rede rural”, com potencial analítico e diferenciador para as economias regionais intensas ou fracas. Quanto mais dimensões do DR estiverem presentes e mais intensamente articuladas na “rede rural” maior será o dinamismo da economia regional em questão.

A rede rural é o ‘mais ou menos’ coerente conjunto de recursos rurais, atores, atividades, conexões, transações, cadeias, e externalidades positivas estreitamente entrelaçadas, caracterizadoras e determinantes da atividade rural em um local específico que resultam de, e, por sua vez, apóiam e fortalecem o processo de desenvolvimento rural (MARSDEN; PLOEG, 2008; PLOEG, 2011). Ela é composta pelas interações, interrelações, encontros e reciprocidades que existem entre atores, recursos, atividades (sociais, econômicas, políticas ou culturais), setores e lugares dentro de áreas rurais (PLOEG *et al*, 2008). Os autores salientam, a fim de diferenciá-la dos outros tipos de redes presentes nos espaços rurais, que as características da rede rural, e somente elas, estão intimamente ligadas à natureza transicional e contra corrente dos processos de desenvolvimento rural (MARSDEN; PLOEG, 2008 p. 225 e 226). Partindo dessas argumentações pode-se concluir que as redes em desdobramento (*unfolding webs*) e o

desenvolvimento rural propriamente dito são processos análogos, quase sinônimos, e assim serão tratados nesta tese.

Nessa discussão das redes, e sua relação com o DR, acrescenta-se a contribuição de Mior (2006) sobre dois conjuntos principais de redes que interagem no meio rural. A rede vertical se refere à forma como a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias-primas, dentro de uma abordagem setorial do desenvolvimento. Já, o termo redes horizontais se refere à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas, aproximando-se, desse modo, da noção de “rede rural”.

2.2.1 As dimensões da “rede rural” (ou do desenvolvimento rural)

É importante destacar que o conceito de rede não é limitado ao setor agrícola, tendo em vista que ela integra todos os possíveis elementos que partilham o mesmo espaço geográfico. A agricultura pode desempenhar um importante papel dentro da rede, como no contexto empírico em análise nesta tese, ou ela pode ser marginal ou mesmo ausente (PLOEG *et al*, 2008).

Os recursos locais e o controle local são duas noções inter-relacionadas centrais para o conceito de **endogeneidade** (RAY, 2002; OOSTINDIE *et al*, 2008). E, neste sentido, para estes autores, a endogeneidade se refere ao grau no qual economias locais e regionais são: construídas sobre recursos locais - tangíveis e intangíveis; organizadas socioeconomicamente de acordo com modelos locais de mobilização de recursos, o que sugere devolução de poder e responsabilidade ao território; e fortalecidas através da distribuição e reinvestimento da riqueza produzida dentro da região e do local.

Apesar dos atores locais estarem constantemente em busca de distinção e distanciamento em relação ao global (*i.e.* eles perseguem a criação de uma autonomia relativa), o desenvolvimento endógeno não implica necessariamente qualquer tentativa de minimizar influências externas, na medida em que todas as formas de intervenção do exterior são, em graus variados, adaptadas e internalizadas na vida dos indivíduos e grupos afetados (OOSTINDIE *et al*, 2008). Com base nisso, reforça-se que o desenvolvimento endógeno não significa que as influências e ligações extralocais

devam ser evitadas. Conforme Oostindie *et al* (2008), no processo dinâmico de construção social da endogeneidade, estabelecem-se conexões e reconexões no âmbito local e multinível, com perda de função de alguns recursos existentes, rearranjo de outros, e criação de novos.

Outro aspecto crucial nesta dimensão é o senso de pertencimento, constituindo-se em importante componente sociocultural sustentado por histórias recíprocas, visões compartilhadas sobre o desenvolvimento regional, e especificidades mútuas na utilização dos recursos locais, as quais podem ser manejadas para atribuir original e simbólico ‘valor ao lugar’ (RAY, 2002; OOSTINDIE *et al*, 2008).

De acordo com Oostindie *et al* (2008) a endogeneidade pode ser avaliada empiricamente observando-se aspectos materiais e simbólicos. Materialmente a endogeneidade indica que uma determinada área realiza importação de relativamente poucos recursos; as principais exportações são produtos finais elaborados; em consequência, o valor adicionado é relativamente alto; e esse valor é majoritariamente reusado no próprio local. Simbolicamente ela sugere que exista localmente um modelo autoconstruído (geralmente em base histórica) que define a combinação, uso, e desdobramento dos recursos disponíveis para animar a economia local, com evidente sentido de pertencimento dos moradores.

O que foi resgatado até aqui, assim como o que segue, realçam a **sustentabilidade** como uma qualidade intrínseca do desenvolvimento rural. Neste trabalho a expressão desenvolvimento rural será utilizada como um sinônimo de desenvolvimento rural sustentável, ao *considerar-se* que as perspectivas, teórica e prática do DR, assim como do DRS, estão proveitosamente conectadas com alguns debates levados adiante na agroecologia (SONNINO *et al*, 2008). Essa disciplina fornece blocos de conceitos-chave para a análise das relações homem-natureza e desenvolvimento rural, tais como, definições alternativas de modernidade; co-evolução; sistemas de inovação e conhecimento local dos agricultores; potencialidades endógenas; formas coletivas de ação social; estratégias sistêmicas; multifuncionalidade agrícola; diversidade cultural e ecológica; e movimentos localmente contextualizados (SONNINO *et al*, 2008). Uma visita aos trabalhos de Gliessman (2001), Altieri (2001), Escobar (2002) e Dalgaard *et al* (2003) permite corroborar estas afirmações.

Para Gliessman (2011), por exemplo, sustentabilidade, em um sentido mais amplo, pode ser entendida como uma versão do conceito de produção sustentável, o qual encerra a condição de ser perpetuamente capaz de colher biomassa de um sistema, pelo fato de sua capacidade de se renovar (ou ser renovada) não estar comprometida.

Com base em Sonnino *et al* (2008) pode-se salientar que o desenvolvimento rural reintegra a agricultura na ecologia local e na sociedade urbana e rural através de lista ampla e variada de práticas integradas e multidimensionais (gerenciamento da paisagem, uso sustentável e conservação de recursos naturais, produção orgânica, venda direta, atividades artesanais, agroturismo), ligadas sinergicamente em reforço mútuo, que desafiam a clássica visão setorial da agricultura, como uma empresa exclusivamente produtiva.

A reconfiguração da unidade produtiva tradicional para uma propriedade multifuncional que entrega para os agricultores e sociedade um leque mais amplo de produtos e serviços se dá através de três processos entrelaçados de DR que reproduzem e/ou transformam os aspectos-chave sobre os quais a economia rural tradicional se assenta – a produção agrícola, a mobilização e uso de recursos, e a interação com a paisagem rural (SONNINO *et al*, 2008). Sonnino *et al* (2008), baseada em diversos estudos³⁰, realça que *deepning*, *broadening* e *regrouding* são as dinâmicas características dos processos de DR, que permitem aprofundar a compreensão da sustentabilidade, seu inter-relacionamento com outras dimensões do DR, e com as expectativas públicas crescentes sobre a função da agricultura e das áreas rurais.

Deepning envolve as respostas que os agricultores dão ao aperto preço pago /preço recebido originado pelo ordenamento convencional dos regimes alimentares. Essas práticas de *deepning* geram mais valor agregado aos produtos e serviços, sintonizados com necessidades atuais da sociedade (*e.g.* aproximação produtor-consumidor, qualidade de alimentos livres de agrotóxicos). *Broadening* se refere às atividades não-agrícolas localizadas na interface entre sociedade, comunidade, paisagem e biodiversidade, tais como agroturismo, lazer, e gestão de paisagem. *Regrouding* abarca as práticas através das quais os agricultores diminuem custos de produção pela redução estratégica do uso de insumos externos e uma melhor eficiência de uso dos

³⁰Para mais detalhes consultar Ploeg e Marsden (2008) p. 29-52.

recursos internos, possibilitando, dessa forma, maior retenção de valor adicionado em nível de propriedade. A pluriatividade é outro exemplo neste processo.

Os pressupostos do desenvolvimento rural que estão sendo apresentados nesta seção, requerem, *inter alia*, a convocação e/ou a automobilização da diversidade de atores sociais, criando espaços e dando condições de representação e organização, proporcionando pontes, vinculando agricultores, comunidades e agentes externos, além da constituição de um amplo arranjo institucional. Tais aspectos têm vinculação próxima com as capacidades potenciais do **capital social** em interferir no desenvolvimento.

O conjunto de trabalhos científicos, que no final dos anos 1990, começou a se aglutinar sob o termo capital social tratou de reavivar o interesse e averiguar temas que vinham de longa data sendo negligenciados nas dimensões social e institucional do desenvolvimento econômico, tais como o papel das instituições, organizações comunitárias e das relações sinérgicas neste processo, integrando conceitos de diversos campos, como reciprocidade, redes sociais, desenvolvimento participativo e governabilidade. Woolcock (1999) define capital social como as normas e redes sociais que permitem ação coletiva. As normas dizem respeito à institucionalização de padrões de confiança nas relações sociais e as redes constituem-se em sistemas de vínculos interpessoais de reciprocidade (NICOLA, 2004).

Tisenkopfs *et al* (2008) argumenta que com respeito aos processos de DR, capital social deveria ser definido como a capacidade de conseguir fazer as coisas coletivamente, uma maneira cooperativa de fazer as coisas. Ele é personificado na habilidade de indivíduos, grupos, organizações e instituições de se engajarem em redes para cooperar e empregar relações sociais para alcançarem benefícios e propósitos comuns.

Com relação à diversidade de tipos do capital social, identificam-se três, os quais têm sido usualmente delimitados pelo critério da posição social dos agentes envolvidos. Desse modo, conforme Nicola (2004) a literatura internacional (*e.g.* WOOLCOCK, 1998, 1999) tipifica da seguinte maneira: capital social institucional (*linking*), extracomunitário (*bridging*), e comunitário (*bonding*). Uma segunda diferenciação do capital social remete a duas dimensões necessárias para a sua formação, e para que ele se converta num fator positivo no desenvolvimento de uma comunidade. As dimensões

enraizamento (*embeddedness*), e autonomia. Tanto os tipos, quanto as dimensões, se constituem em ferramentas proveitosas na análise teórica e empírica do desenvolvimento, quando utilizados de forma interativa, dinâmica, multidimensional e entrelaçada (NICOLA, 2004)³¹.

O capital social institucional descreve as relações sociais existentes entre a sociedade civil e o Estado (os diversos órgãos e espaços públicos com que se relacionam os cidadãos). São ligações verticais entre as pessoas da comunidade e os ocupantes de postos de decisão em organizações formais. O capital social extracomunitário se vincula as relações sociais que determinada comunidade estabelece com grupos sociais e econômicos externos, para efetuar ‘trocas econômicas’ (relações de mercado) e acesso às informações (conhecimento). Trata-se de um ‘óleo lubrificante social’ rico em laços fracos (GRANOVETTER, 1973) que conectam atores de diferentes grupos sociais. O capital social comunitário é aquele que corresponde às relações sociais baseadas em reciprocidade, lealdade, e confiança, refletindo no potencial organizativo das comunidades. Envolve vínculos fortes (GRANOVETTER, 1973) entre agentes de mesma posição, conformando os grupos homogêneos, voltados para dentro, nos quais as identidades dos membros são reforçadas.

A dimensão enraizamento, por sua vez, se refere à imprescindível imbricação, inserção, dos indivíduos nas relações sociais. Isso quer dizer que as relações sociais devem estar culturalmente enraizadas na realidade dos indivíduos para que ocorra a formação de capital social. A dimensão autonomia se refere à postura ou à qualidade que os agentes sociais expressam, permitindo-lhes, assim, estabelecer relações benéficas, baseadas, *inter alia*, em reciprocidade, civismo e confiança.

Kanemasu (2008) observa que os atores do desenvolvimento rural estão longe de ser recipientes passivos ou peões no tabuleiro das estruturas políticas, devido ao fato que arranjos políticos ineficientes em entregar o que é demandado pela sociedade, podem fazer com que eles busquem outros caminhos para a intervenção.

As argumentações de Kanemasu (2008) evidenciam que os atores rurais podem ativamente resistir ou contestar as restrições de uma política desfavorável colocando em cena a força de seu capital social e, desse modo, conseguem minimizar a dependência ao apoio do setor público, voltando-se, inclusive para outros parceiros institucionais.

³¹Para mais detalhes sobre os tipos e dimensões do capital social consultar Nicola (2004) p. 15-28.

Essas ações ativas, lutas, pressões e resistências dos atores sociais em aceitar propostas de desenvolvimento ‘prontas’ que entram em conflito e, potencialmente podem, em alguma medida, interferir e prejudicar seus modos de vida, suas formas de gerar renda e seus jeitos de fazer agricultura estão inseridas na noção de **agência**. Incluem-se também na perspectiva de agência os caminhos dos atores, não somente reativos, mas original e proativamente concebidos (LONG; PLOEG, 2011).

Long e Ploeg (2011) salientam que a noção de agência, em termos gerais, atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de delinear maneiras de enfrentar a vida, através de seus conhecimentos e habilidades, mesmo sob uma estrutura restritiva (informação limitada, incerteza, contenções físicas, entraves normativos, limites político-econômicos).

As noções de agência (cognoscibilidade e capacidade) diferem de acordo com o tipo de política que está sendo operada, envolvendo questões de poder, e distintos graus de imposição aos grupos locais (LONG; PLOEG, 2011). Aqui entram em cena perspectivas cruciais como ‘empoderamento’, ‘níveis de participação’, ‘capital social’, ‘direcionamento aos pobres’, e o ‘papel dos agricultores’ no planejamento e operação das ações, a fim de avaliar criticamente a sintonia entre a política, as necessidades reais, e as práticas rotineiras dos agricultores.

A agência depende da capacidade e do conhecimento dos indivíduos em “causar uma mudança” em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existentes, e isso é facilitado pela emergência de redes de atores que se tornam parcialmente envolvidos nos projetos e práticas uns dos outros. Assim, a geração e manipulação estratégica de uma rede de relações sociais e a canalização de itens específicos (*i.e.* reivindicações, bens, instrumentos, informação) através dessa interação é um aspecto fundamental requerido.

Nesse sentido, entende-se que o capital social é um recurso fundamental e inter-relacionado com a noção de agência, devido à importância imputada as redes de atores e as relações sociais para as conquistas neste campo. Esse vínculo é também percebido por Kanemasu (2008) e Long e Ploeg (2011). Estes últimos, referindo-se a pesquisas que investigaram, ao longo de dez anos e em ampla escala, o aumento da heterogeneidade da AF em regiões agrícolas homogêneas da Itália, explicam o fenômeno da seguinte maneira,

[...] a explicação mais convincente foi encontrada na ação estratégica e centrada nos objetivos dos agricultores, nas suas respostas organizacionais [...] e na rede de relações que eles e outros atores construíram entre suas empresas agrícolas, mercados e agências de mercado. [...] os fatores decisivos não foram os mercados em si nem as instituições que se impunham sobre as empresas agrícolas, mas sim as inter-relações múltiplas e altamente variáveis estabelecidas entre os agricultores e seu ambiente econômico e institucional (LONG; PLOEG, 2011, p. 31).

Ou seja, o capital social dos agricultores familiares facilitando decisivamente a agência. Assim, na presente pesquisa, entende-se que a capacidade analítica dos elementos constituintes da dimensão capital social da rede rural (MARSDEN; PLOEG, 2008) pode ser equiparada, obviamente com nuances específicas, à capacidade analítica da noção de agência, devido à íntima relação entre as duas.

A criação de **novidades** se refere às novas ideias, práticas, artefatos e/ou combinações (*e.g.* de recursos, de procedimentos tecnológicos, de diferentes corpos de conhecimentos) que carregam consigo a promessa que um determinado contexto específico (*e.g.* um processo de produção, uma rede, a integração de duas diferentes atividades) deveria funcionar melhor (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008). Segundo os mesmos autores, as novidades podem ser materializadas em artefatos particulares, em novos dispositivos organizacionais ou consistir de arranjo institucional específico, e seu processo de produção está intimamente associado com o ‘conhecimento contextual’ (os temas novidade, sua criação, mecanismos, trajetórias e gestão estratégica de espaços protegidos serão abordados, detalhadamente, mais adiante no capítulo).

Governabilidade dos mercados é a capacidade institucional de controlar e fortalecer mercados e de construir novos. Ela está relacionada ao modo como uma cadeia de suprimentos é organizada, como são gerados os níveis de renda e de distribuição a partir dela em direção aos produtores, consumidores e às áreas rurais como um todo, e também na maneira como os benefícios da ação coletiva são entregues (VIHINEN; KRÜGER, 2008).

Governança, para Knickel *et al* (2008), significa o processo contínuo de negociação, coordenação, e implementação de iniciativas conjuntas, multinível e transeitoriais, o que contrasta com a tradicional abordagem *top-down* de governança conduzindo a sociedade.

Os mercados são elementos constituintes importantes das redes rurais, mas precisam ser governados de uma maneira distinta e original daquela que orienta as

relações no interior das redes verticais. Precisa ser diferente, para que se obtenham ganhos em autonomia dos agricultores e em valor agregado para os produtos.

Baseados em Midttun (1999, 2004) e Verdonk et al (2007), Vihinen e Krüger (2008) argumentam que para fins analíticos, a governabilidade dos mercados pode ser escrutinada através da intensidade da relação e tipo de presença dos três principais elementos em interação nessa arena, os governos, a sociedade civil, e o próprio mercado (ou indústria)³².

A teoria das convenções, por sua vez, conforme apresentado por Vihinen e Krüger (2008), inspirou autores da economia institucional francesa a identificarem quatro tipos de coordenação que também podem ser utilizadas na análise da governabilidade dos mercados. Os tipos de coordenação são: de mercado; industrial; doméstica; e cívica.

Na coordenação de mercado, as empresas (ou associações e unidades produtivas de pecuaristas familiares) estão inseridas em mercados externos, cuja coordenação se dá através das 'leis do mercado', ou seja, mecanismos de preço. Na coordenação industrial o mercado em si desempenha papel limitado e a coordenação depende de padrões, normas, regras objetivas e procedimentos de teste que são estáveis ao longo tempo. Na coordenação doméstica existe muita ênfase no conhecimento pessoal dos atores, nas relações de proximidade, e confiança nas pessoas, nos lugares e nas marcas. Produtos ligados a uma região específica pertencem a esta categoria e as conexões e conhecimentos pessoais são cruciais. Na coordenação cívica as relações entre os atores são feitas através de compromisso, debate e delegação. Ela é construída sobre uma unidade de objetivos e interesses comuns, reconhecidos mutuamente, que transcendem os objetivos individuais. Aqui a aderência do grupo de atores a um conjunto de princípios coletivos é essencial para a estruturação das relações econômicas. Produção orgânica é um exemplo de mercado que depende de coordenação cívica e é uma convenção baseada em uma ideia compartilhada de bem comum (VIHINEN; KRÜGER, 2008).

De acordo com Vihinen e Krüger (2008), à luz da teoria das convenções, a habilidade de um grupo de atores para influenciar os padrões e regulações (e o cumprimento disso) que determinam a distribuição dos recursos e as maneiras nas quais

³²Para mais detalhes consultar Vihinen e Krüger (2008 p. 133)

eles serão utilizados parece adquirir elevada importância nas redes rurais, por causa da importância que esse tipo de ‘capital político’ (ou agência) tem para o funcionamento do mercado em benefício desses próprios atores.

A despeito das distintas abordagens analíticas e instrumentos teóricos, as regiões rurais diferenciadas, ricas em especificidade e contextualização, requerem processos e práticas adaptadas, em escalas espaciais diversas. Os estilos de agricultura e os tipos de produção nestas áreas estão conectados a diferentes formatos (verticalizados ou horizontais) de mercados alimentares. Os mercados verticalizados são setorialmente organizados e as cadeias de produção e consumo são incorporadas em larga escala, enquanto que os mercados horizontais têm ligações com unidades de pequena escala, que produzem atributos diferenciados de qualidade nos produtos, em redes de inovação e aprendizagem sub-regionais que podem fomentar desenvolvimento endógeno/territorial (VIHINEN; KRÜGER, 2008). Entretanto, cabe salientar, que os atributos de qualidade apresentam significados bastante variáveis em função de diferentes regiões, características de produtores, e tipos de consumidores. Para o caso em análise, a qualidade na produção e na venda direta tem potencial para se apoiar na tradição, na valorização do recurso natural campestre que fornece atributos específicos (sabor, cultura, paisagem) a carne produzida em pequenas propriedades de pecuária, através de métodos tradicionais trabalho-intensivos, e atendida por um setor de processamento muito fragmentado.

Segundo os mesmos autores, esse tipo de rede horizontalizada, em termos de teoria das convenções, se insere, principalmente, sob três tipos de coordenação: de mercado, doméstica ou cívica. As intervenções políticas potencialmente capazes de prosperar nesses tipos de governabilidade e de redes incluem regulações do tipo ‘Denominação de Origem’; ‘Indicação Geográfica’; ‘Indicação de Procedência’; e rotulagem de produtos para evidenciar marcas locais, produtos orgânicos ou *Fair Trade* (VIHINEN; KRÜGER, 2008).

Muito da literatura sobre a governabilidade dos mercados em conexão com as experiências de DR tem, recorrentemente, focalizado na emergência de cadeias alternativas de alimentos, apontando que em algumas áreas elas têm contribuído positivamente para o DR. Estudos nesta linha tem enfatizado que uma maneira de fortalecer sistemas alternativos, se dá através de cadeias curtas de alimentos, as quais

podem operar através de venda direta, aproveitamento de nichos de mercado, ou pelo fornecimento de alimentos a lugares que são pobremente atendidos pelas cadeias convencionais (VIHINEN; KRÜGER, 2008).

Iniciativas locais de mercado podem ofertar novos postos de trabalho em distribuição e venda de alimentos e se constituem em uma alternativa de escoamento da produção das propriedades, geralmente provocando melhoria na integração (inter e intra) comunitária, e acréscimos nos preços recebidos pelos agricultores (VIHINEN; KRÜGER, 2008).

Partindo de uma perspectiva genérica, Knickel *et al* (2008) entendem instituições como estruturas e mecanismos de cooperação e ordem social que governam o comportamento individual, sendo possível, então, pensar em **novos arranjos institucionais**. Para North (1990, 1991), as instituições são as restrições humanamente planejadas que estruturam a interação social, econômica e política. Elas se constituem de restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta), e regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade), criadas ao longo da história a fim de promover ordem e reduzir incertezas nas transações (NORTH, 1990, 1991).

Além de ser aplicada aos costumes e padrões de comportamento dentro de uma sociedade, o termo instituição também se refere as particulares configurações de organização formal, identificadas com o propósito social de fazer e reforçar as regras que governam o comportamento humano. As instituições, sob este enfoque, emergem, se desenvolvem, e funcionam em um padrão de auto-organização social que pode ir além das intenções individuais de seus participantes (KNICKEL *et al*, 2008).

No âmbito do desenvolvimento rural, Knickel *et al* (2008) identificam uma forte correlação entre capital social e a performance institucional, o que implica inferir que regiões com um alto nível de capital social tendem a ser hábeis para adaptar novos formatos organizacionais mais celeremente do que aquelas com menos capital social. Putnam (2002), estudando a realidade italiana, debateu extensivamente esta correlação positiva entre capital social e desempenho institucional. Esta ‘tese do capital social’ também estipula que dificilmente as instituições democráticas podem ser construídas exogenamente, em um sentido *top-down*, mas favoravelmente construídas sobre tradições rotineiras de confiança, reciprocidade, e virtude cívica dos cidadãos (PUTNAM, 2002).

Os arranjos institucionais, os quais na visão de Knickel *et al* (2008) têm no nível meso (*e.g.* a região Centro-Sul do RS) o mais importante escopo para sua operação, deveriam contribuir para o desenvolvimento rural nos seguintes aspectos: fortalecer a participação no planejamento e tomada de decisões ampliando, assim, a congruência entre beneficiários e tomadores de decisão; facilitar as redes e a distribuição de conhecimento dentro e entre regiões; prover serviços públicos, privados e acesso a informação.

A ideia básica que predomina nas políticas de DR contemporâneo se vincula ao entendimento de que as configurações institucionais no nível meso fornecem incentivos para experimentação de novos conceitos e troca de experiências no nível micro, que conduzem segundo Knickel *et al* (2008), a uma valorização na noção de governança multinível com criação de sinergias entre diferentes desenvolvimentos que ocorrem em nível de domicílios, no local, e na região.

A principal tendência observada hoje apoiando a recombinação das estruturas institucionais é a mudança na divisão de responsabilidades entre governos, cidadão, iniciativa privada e sociedade civil organizada, na tentativa de encontrar arranjos institucionais com melhor relação custo-benefício, e de ampliar a democracia e equidade de poder, minimizando a autoridade de alguns segmentos corriqueiramente poderosos na população local (KNICKEL *et al*, 2008).

Refletindo sobre quais arranjos institucionais são mais adequados para ativar e sustentar processos de DR, Knickel *et al* (2008) advertem que seria proveitoso examinar como as configurações para a auto-regulação local (*e.g.* grupos de ação local, regional) são constituídas e se elas repetem as velhas estruturas de poder local, o que acabaria por torná-las incapazes de canalizar uma mais ampla perspectiva rural territorial, baseada no espaço.

O referencial teórico desenvolvido até aqui possui potencial analítico para descrever e investigar os desdobramentos do desenvolvimento rural que estão ocorrendo, em especial, no espaço protegido da pecuária familiar, mas também na região Centro Sul. Os elementos e dimensões do DR foram abordados de forma abrangente. Desse modo espera-se que não falem ferramentas para focalizar o que realmente acontece mais significativamente na experiência local.

As dimensões da rede rural sempre são encaradas, pela perspectiva do desenvolvimento rural, como uma crítica ao paradigma da agricultura moderna e uma resistência às pressões do regime sociotécnico dominante (essa expressão será discutida adiante). Os estudos do desenvolvimento rural contemporâneo advogam que a humanidade está diante de uma grave crise agroalimentar, e as críticas e enfrentamentos a esta situação recaem, em grande medida, sobre um novo papel a ser desempenhado pela agricultura.

O tipo de agricultura convencional, inserido profundamente no paradigma técnico-científico moderno³³, frustra crescentemente os interesses e perspectivas daqueles diretamente envolvidos nela (*e.g.* por perda sistemática de renda e problemas de saúde vinculados ao uso de agrotóxicos); e provoca a reflexão desconfiada da sociedade em geral com a qualidade e quantidade dos alimentos. É o retrato cristalino de uma crise, que se expressa nas dimensões, ambiente, sociedade e atores envolvidos, e por causa dela, ganha corpo uma corrente de mobilização e resistência.

Wiskerke (2010), refletindo sobre os sistemas modernos de produção e abastecimento de alimentos, argumenta que eles desencadeiam três processos interconectados e causadores, na denominação do autor, de “lugares perdidos” (*places lost*) que se traduzem por perda de empregos, desestruturação dos mercados locais, e queda do valor agregado regional. Os processos são: a desconexão, entre produtores e consumidores e o distanciamento das empresas agrícolas em relação a parâmetros (ecossistemas locais, conhecimentos e habilidades locais, trabalhos manuais, *etc.*) que anteriormente definiam suas trajetórias de desenvolvimento (PLOEG *et al.*, 2004); o desencaixe, que se relaciona com a perda da característica local ou regional dos produtos; e o desentrelaçamento, que se refere ao crescimento em escala e especialização, gerando separadas esferas de atividade na economia e sociedade.

Assim, nesse cenário, a atividade dos agricultores no processo transicional do DR, flui através da multiplicidade de respostas que são ativamente criadas para enfrentar e contrapor a desestruturação dos mercados; a drenagem de valor agregado; a perda de autonomia; a invisibilidade imposta aos produtores pelas grandes cadeias

³³Como fundamento relevante do paradigma técnico-científico moderno encontra-se o conjunto de modelos configurados no Sistema de Conhecimento Agrícola Formal, cujas hipóteses aceitas como regras afirmam o que segue: “Boa agricultura é agricultura de produtividade”, ou “Boa agricultura é dirigida por tecnologia e orientada pelo mercado” (STUIVER *et al.*, 2004).

agroalimentares de industrialização e distribuição; e a capitalização desenfreada do mercado, processo no qual tudo (força de trabalho, conhecimento, produtos, serviços) é convertido em mercadoria (PLOEG, 2008). Como reação ao domínio atual dos mercados convencionais e modernos, as “velhas” transações não monetárias (*e.g.* baseadas em reciprocidade) estão se disseminando, embutidas em novas formas de aproximar produtores e consumidores.

Essas dinâmicas sociotécnicas na agricultura, com base nos argumentos de Ploeg *et al* (2004), Stuiver *et al* (2004), Ventura e Milone (2004), Ploeg e Marsden (2008) e Ploeg (2008) podem ser compreendidas como ‘contra’ movimentos em direção a superação da crise agrícola vivenciada, nos quais os capitais - cultural, ecológico, social, econômico, humano e territorial - são mobilizados na criação de circuitos e mercados socialmente definidos, e na promoção de sistemas de produção equilibrados energeticamente e de produtos numa lógica de valorização e retorno à natureza. As experiências bem sucedidas de DR com comunidades de agricultores familiares, na realidade gaúcha e brasileira³⁴, trabalham notadamente com a valorização da dimensão cultural e ecológica dos territórios, criando alternativas dos tipos recém citadas (mercados mais governáveis, sistemas de produção e produtos sustentáveis), que se apresentam como estratégias de defesa do lugar frente às ameaças da globalização e em resposta a crise agroalimentar.

Contudo, novas rotas de desenvolvimento e transições tecnológicas de valorização das “pequenas” modernidades, que caracterizariam o ‘contra’ movimento em direção ao desenvolvimento alternativo, sustentável, *downgrading*, ou a redescoberta da diversidade, enfrentam, geralmente, um ambiente de restrições e dificuldades.

2.3 DINÂMICAS SOCIOTÉCNICAS NA AGRICULTURA

Na tradição de pesquisa de “adoção e difusão de inovação” a percepção básica era de que as inovações se originavam a partir dos cientistas, eram transferidas por agentes de extensão ou outros intermediários e depois eram aplicadas pelos produtores

³⁴Como exemplo cita-se experiências em: assentamentos rurais da reforma agrária; ATER indígena; o Projeto Alto Camaquã, na Serra do Sudeste; o Projeto Coopervita, em Tapejara; e o Projeto Câmbio de Sementes, em Mampituba (EMATER, 2009; BORBA *et al*, 2009b).

rurais. Esse modo de enxergar o processo de fluxo do conhecimento, entre a ciência e a prática, é denominado de “modelo linear de inovação” e é caracterizado por uma clara divisão de tarefas entre os vários atores, aqueles que geram a inovação, aqueles que transferem, e os agricultores, com o singelo papel de colocar em prática o que foi gerado (STUIVER *et al*, 2004).

Em vista da melhor compreensão sobre como as inovações bem sucedidas acontecem na prática, e o reconhecimento de que o “modelo linear”, na verdade, estava sujeito a uma série de desvios, é cada vez mais aceito a ideia de que uma inovação exige uma estreita cooperação em uma rede de atores, na qual todos contribuem para a geração, para a transferência, e aplicação (STUIVER *et al*, 2004; ESHUIS; STUIVER, 2005). Desse modo, os agricultores passam a ser considerados como detentores de conhecimentos valiosos, enraizados localmente, e sendo capazes de desempenhar um papel ativo no processo.

Diante destas evidências, é imperativo reconhecer que inovações, ou transições sustentáveis não se processam através do conhecimento isolado dos agricultores ou dos cientistas. Um processo de inovação se estende além da mera criação de conhecimento, pois requer a construção de redes, aprendizado coletivo, o estabelecimento de coalizões, e negociação a fim de chegar a novos modos de ação coordenada que afetam a demanda e uso do conhecimento de maneiras novas e úteis (STUIVER *et al*, 2004; RAJALAHTI *et al*, 2008). Essas articulações se inserem significativamente naquele conjunto de fenômenos interconectados que tem caracterizado as “redes rurais” do processo de desenvolvimento rural, no qual a discussão crítica sobre tecnologia é um dos destaques.

Gliessman (2001) adverte que a tecnologia pode ajudar a resolver um problema específico (*e.g.* a produção de alimentos para uma população crescente), mas nunca pode ser toda a solução. Para esse autor os problemas sociais, como a insustentabilidade dos sistemas alimentares, têm sempre causas mais profundas, que nunca poderiam ser tratadas unicamente pela inovação tecnológica. O termo tecnologia é entendido aqui de forma ampla, como o conjunto de conhecimentos aplicados a um determinado processo produtivo. Essa aplicação prática do conhecimento gera métodos e processos de organização da produção adequados a um determinado sistema econômico e social (GRAZIANO DA SILVA, 2003).

Muitos estudos têm afirmado que, dedicar atenção aos desafios do desenvolvimento rural, em especial, quando se acrescenta a discussão da sustentabilidade, torna inevitável incorporar a questão da tecnologia para a agricultura, que está longe de se colocar como um fator isolado. Em adição, o debate sobre as possibilidades de transições tecnológicas tem destacado a inter-relação de temáticas, como a tecnologia e a construção de espaços de autonomia e resistência pelas famílias de agricultores (PLOEG, 2006, 2008).

Neste sentido, a criação de condições sócio-institucionais para uma dinâmica de inovação para a agricultura, que atenda os requerimentos contemporâneos da sustentabilidade para o desenvolvimento, dependerá do reconhecimento e da incorporação de diversidades ecológicas, econômicas, sociais e culturais presentes nos espaços rurais.

Mas o que realmente é uma inovação na agricultura? Com base em Ventura e Milone (2004) ela pode ser descrita como um processo que torna possível realizar novas vantagens competitivas através de novas formas de produção, novos produtos ou novos métodos de organização. É um processo que “tem seu tempo” e toma lugar dentro de um ambiente específico no qual existem restrições e oportunidades pré-existentes. Acrescenta-se que as inovações sempre conduzem a uma mudança organizacional na propriedade, traduzida em mudança no uso dos recursos e nas relações que a propriedade e o proprietário estabelecem com o entorno institucional (VENTURA; MILONE, 2004).

Um sistema de inovação, por sua vez, pode ser definido como uma rede de organizações, empresas, e indivíduos que focalizam em trazer novos produtos, novos processos, e novas configurações para uso na economia, junto com instituições e políticas que afetam seus comportamentos e performances. Esse conceito se estende além da criação de conhecimento por envolver fatores que afetam a demanda e o uso do conhecimento de maneiras novas e úteis (RAJALAHTI *et al*, 2008).

Ploeg *et al* (2004), por outro lado, esclarecem que novidade é uma modificação de - algumas vezes ruptura - rotinas existentes. É um novo modo de fazer e pensar, um novo modo que carrega o potencial de fazer melhor, de ser superior às rotinas existentes. Desse modo, ela é frequentemente percebida como algo diferente, apresentando-se como uma crítica potencial às performances vigentes.

E a produção de novidades na agricultura, como acontece? De acordo com Ploeg *et al* (2004) é um processo altamente localizado. É dependente dos ecossistemas locais e dos repertórios culturais, nos quais a organização do processo de trabalho está enraizada. É um processo que emerge e resulta de um entrelaçamento vigoroso com o conhecimento local, ou, de acordo com Oostindie e Broekhuizen (2008) “conhecimento contextual”. Para esses autores quanto mais “conhecimento contextual”, mais haverá produção de novidades. Por outro lado, altos níveis de formalização e centralização, e uma subsequente marginalização dos conhecimentos, tácito e tradicional, minarão a produção de novidades.

Oostindie e Broekhuizen (2008), com base em Nonaka e Takeuchi (1995); Belussi e Pilotti (2000) apresentam quatro importantes processos de aprendizagem que juntos fluem para criar conhecimento contextual. No processo de i- socialização os indivíduos compartilham coletivamente seus conhecimentos tácitos; na ii- externalização esse conhecimento tácito é transformado em conhecimento codificado, constituindo em passo necessário para difundir conhecimento em circuitos mais amplos, além do grupo original; a iii- recombinação envolve o reuso de vários tipos e fontes de conhecimento tácito e codificado para criar novo conhecimento através do uso de redes de atores e outras conexões; e a iv- internalização descreve o processo através do qual atores absorvem conhecimento externo e transformam em conhecimento tácito.

Juntos, esses processos de aprendizagem, conforme Oostindie e Broekhuizen (2008) convergem para compor o “estoque de conhecimento contextual”, que pode ser entendido como resultado social de um processo histórico de acumulação de habilidades e capacidades tecnológicas em um determinado território.

Aproveita-se para abordar mais duas definições, inovação incremental e inovação radical. Inovação incremental se refere às melhorias contínuas em processos de produtos e tecnologias já existentes e estabelecidos (MARKARD; TRUFFER, 2008). A inovação incremental é aquela que surge nos processos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) das empresas, os quais são engendrados em direção à melhoria de produtos existentes e na redução de seus custos de produção (KEMP *et al*, 1998). Portanto, são aquelas inovações que, por serem geradas no interior das estruturas do regime sociotécnico dominante, contribuem para o seu desenvolvimento e consolidação.

A inovação radical se refere às mudanças que são prováveis de acontecer através de uma história única e complexa de eventos inter-relacionados, que pressionam o rompimento da estabilidade do regime, mudando a sua configuração consolidada de instituições, técnicas e artefatos, bem como de regras, práticas e redes que determinam o seu desenvolvimento “normal” e o uso de tecnologias (SMITH *et al*, 2005).

Diante desta profusão de termos, nessa tese, se adota o termo novidade para designar as melhorias no modo de pensar e fazer, que (re) configuram recursos, atividades, transações e redes locais. Além da dimensão técnico-produtiva, a novidade considera as mudanças cognitivas, sociais, organizacionais e institucionais que podem estar ocorrendo em processos de desenvolvimento rural localizados geograficamente. Para o caso específico da pesquisa, novidade é o termo chave para designar aquela inovação que surge na especificidade única de um dado local (*i.e.* o espaço protegido da pecuária familiar na região Centro Sul), com forte vinculação e enraizamento ao território e aos repertórios histórico-culturais dos pecuaristas familiares.

Cabe ressaltar ainda, que, recorrentemente, usa-se a expressão ‘inovação na agricultura’ como um sinônimo de ‘inovação agrícola’, desprezando premissas básicas que orientam o processo de desenvolvimento rural contemporâneo. A opção pelo termo novidade implica no reconhecimento já consagrado da multifuncionalidade do rural e da agricultura. Partindo do que foi recém discutido afirma-se que nem toda inovação é uma novidade, mas, por outro lado, toda novidade é uma inovação³⁵.

Desse modo, considera-se que na ruralidade contemporânea, a agricultura é apenas uma das ocupações do meio rural, convivendo com a expansão de variadas práticas que combinam a atividade agrícola com outras atividades. Carneiro (2006) relata que rompendo com uma abordagem setorial clássica, a multifuncionalidade da agricultura é uma noção que surge com o objetivo de destacar uma gama de serviços e funções que a agricultura exerce para a sociedade que vão além da função produtiva. Essa maneira de enxergar os espaços rurais acrescenta elementos novos para compreender o desenvolvimento rural, como também as diferenças regionais.

Ploeg *et al* (2008) identificam a existência de regiões rurais que são caracterizados por processos contrastantes. Muitas regiões rurais são caracterizadas pela especialização e aumento de escala promovida e apoiada na agricultura. Outras, por sua

³⁵Neste sentido, ver Marques (2009).

vez, têm processos de especialização e aumento de escalas baseados em setores econômicos não agrícolas. Adicionalmente, existem regiões rurais caracterizadas por um processo amplo de marginalização e evasão populacional. Ocorrem ainda, aquelas em que se observa uma reconversão para novos “espaços de consumo”, no qual o lazer, a preservação da natureza, o turismo, e o local da “segunda moradia” tornam-se dominantes.

A multifuncionalidade atribuída à agricultura reafirma a sua importância para a dinâmica social, econômica, para a manutenção de modos de vida, garantia de segurança alimentar e manutenção de biodiversidade. Ela promove uma renovada compreensão do papel da atividade agrícola e da participação das famílias rurais no desenvolvimento local. Em uma ampliação do entendimento do que é o espaço rural, a multifuncionalidade também se insere em um contexto de busca de soluções para as “disfunções” do modelo produtivista, justificando a remuneração sob diversas formas, dos serviços prestados pela agricultura à sociedade, mas consumidos como se fosse um bem natural (CARNEIRO, 2002, 2006).

Nesse cenário, a construção de alternativas por agricultores e outros atores, transformando o processo de produção agrícola e, com ele, as relações sociais e econômicas relacionadas, parece estar potencialmente contribuindo para transições a padrões aceitáveis de sustentabilidade no desenvolvimento (STUIVER *et al*, 2004; PLOEG *et al*, 2004). Todavia, não está claro como será possível estabelecer novos arranjos de governança para as transições e como eles terão inserção em relação às instituições políticas, científicas e tecnológicas prevalentes. Em outras palavras, não está suficientemente claro como articular atores, processos políticos e instituições, visto que a relação com o regime prevalente é especialmente problemática (SMITH *et al*, 2005).

Quando um produtor ou grupo de produtores decide abandonar (ou são excluídos de) aquele pacote de tarefas e procedimentos técnico-científicos construídos pelo regime sociotécnico prevalente, entra-se, conforme Ventura e Milone (2004), no campo da produção de novidades. Ao iniciarem este movimento para um ambiente ainda inexplorado e carente de adequado apoio, os agricultores estão, de fato, fazendo parte de um ‘contra’ movimento muito mais amplo.

O termo sociotécnico se refere à existência de um incrustamento de aspectos econômicos e tecnológicos em contextos sociológicos (percepções partilhadas, redes sociais, crenças profissionais, valores culturais). Desse modo, os contextos de transição envolvem ambientes dinâmicos em níveis sociais múltiplos (global, nacional, local, unidade produtiva, ambiente institucional). Envolvem também múltiplos atores e são fruto de processos co-evolucionários decorrentes da interação entre tecnologias, atores sociais, instituições e ambiente no transcurso de um período de tempo.

Tais dinâmicas emergentes podem ser consideradas como ‘novidades’, nem sempre por serem inéditas, mas por se tratarem de ‘contracorrentes’. Muitas dessas iniciativas, em seu início, poderão fracassar, pois se defrontarão com forças desiguais emanadas dos padrões dominantes de produção, comercialização, abastecimento e consumo. Assim, diante deste cenário de transformações e mudanças, muitos estudiosos do desenvolvimento rural buscam respostas a respeito dos fatores, das relações e das atividades que levam uma área a se desenvolver de maneira diferente que outra, mesmo que estejam inseridas nos mesmos contextos mais amplos (políticos, econômicos, tecnológicos, institucionais ou ambientais). Cada vez mais cientistas têm dedicado atenção a chamada ‘rede rural’, na busca de respostas para o entendimento de dinâmicas tão diversas.

Especial atenção também tem sido dada à noção de espaço protegido para explicar o surgimento e evolução de dinâmicas sociotécnicas locais e sustentáveis em processos distintos de desenvolvimento rural (PLOEG *et al*, 2004; STUIVER *et al*, 2004; VENTURA; MILONE, 2004; MARSDEN; PLOEG, 2008; PLOEG, 2011; PAZ; DIOS, 2011).

No início de uma caminhada de distanciamento das regras e ordenamentos do regime dominante, os agricultores estão ingressando em um território ainda desconhecido e carente de apoio, mas gerando novidades, às vezes, inconscientemente, para levar adiante a rotina das atividades e para superação de obstáculos. Em função disso, Ventura e Milone (2004) recomendam que é extremamente proveitoso e imprescindível criar um espaço protegido (noção que será abordada com mais detalhes a seguir) ao redor deles que torna possível a escalada (DAALGARD *et al*, 2003) além da dimensão na qual as novidades estão geralmente confinadas. A exclusão/afastamento de propriedades ou grupo de propriedades do processo inovativo incremental intrínseco ao

regime sociotécnico dominante tem levado a criação de espaços protegidos para as novidades. Esses espaços criam o ambiente no qual a chance de sobrevivência para essas propriedades, as quais eram anteriormente consideradas como marginais, é fortalecida (VENTURA; MILONE, 2004).

Quando se observa a emergência de experiências diferenciadas de desenvolvimento local na realidade atual dos espaços rurais, em comparação aos processos padronizados e centralizados que aconteciam em décadas passadas e acontecem ainda hoje, invariavelmente, esse quadro apresenta elementos característicos de um processo dinâmico de transição essencialmente endógeno.

Essas dinâmicas do desenvolvimento rural, fortemente assentadas na valorização das peculiaridades locais, e em direção a sustentabilidade, enfrentam condicionantes e restrições ao surgimento e evolução de novas alternativas tecnológicas embutidas em contextos dominantes mais amplos, caracterizados por um conjunto de tecnologias enraizado socialmente, redes de atores, cadeias de abastecimento, estruturas legais, instituições e percepções prevalentes. Esse contexto multinível de resistência e de mudança exige uma abordagem capaz de capturar essa complexidade e dinamismo.

Diante desse cenário, argumenta-se que é necessário o uso de uma abordagem multinível, cujas raízes se assentam na combinação da economia evolucionária³⁶ com a sociologia da tecnologia (GEELS, 2004, p. 30). A abordagem focaliza a interação entre tecnologia e sociedade, levando em conta as noções de co-evolução e co-produção³⁷, dando atenção aos componentes sócio-institucionais e aos componentes materiais de novidades emergentes e, especificamente, às complexas inter-relações entre os dois (MOORS *et al*, 2004; GEELS, 2004).

³⁶Com base em Nelson (2007), os economistas evolucionários vêem a economia como um processo contínuo de mudança, num contexto que não é completamente familiar para os atores, ou perfeitamente entendido por eles. Mas os atores têm a capacidade para inovar, se eles enxergam uma oportunidade, ou quando o que eles têm feito torna-se claramente inadequado em um contexto que se modificou. Na teoria evolucionária o leque de possibilidades para a ação econômica está sempre mudando, geralmente se desenvolvendo, mas em uma maneira que não pode ser prevista ou especificada em detalhes. Assim, o progresso econômico necessita ser visto como um processo de aprendizagem.

³⁷As mudanças nas práticas e técnicas de cultivo andam lado a lado com mudanças no contexto social geral da agricultura. Desse modo, os sistemas agrícolas são resultados da co-evolução que ocorre entre cultura e ambiente, e os seres humanos têm capacidade de direcionar isso (GLIESSMAN, 2001, p. 609 e 610). A interface dinâmica entre tecnologia (opções tecnológicas) e sociedade (preferências dos usuários, crenças e percepções compartilhadas, mudanças institucionais) é considerada como um processo de co-evolução ou co-produção (MOORS *et al*, 2004). Co-produção é um dos mais importantes elementos definidores do campesinato, vinculado à interação e transformação mútua constante entre o homem e a natureza viva, num processo contínuo de configuração e reconfiguração de recursos sociais e recursos naturais (PLOEG, 2008 p. 40).

2.4 PERSPECTIVA MULTINÍVEL PARA ANÁLISE DAS TRANSIÇÕES

A transição na agricultura ainda está na fase inicial de desenvolvimento e seu início se processa através de mudanças gradativas que são localmente produzidas, por novidades criadas por atores que necessitam ser nutridas em espaços protegidos para desenvolverem plenamente as suas potencialidades (ROEP e WISKERKE, 2004).

Moors *et al* (2004) argumentam que apesar de muitas vezes a necessidade de mudança do regime prevalente da agricultura esteja suficientemente clara, os meios para examinar como tal mudança deveria ser realizada ainda é raramente explorada.

Muitos pesquisadores defendem que o conceito de produção de novidades, associado às noções de regime sociotécnico e espaços protegidos poderiam ajudar a encontrar alternativas de solução a crise multifacetada que a agricultura está agora vivenciando (MOORS *et al*, 2004; GEELS, 2004; VENTURA; MILONE, 2004; PLOEG *et al*, 2004).

De acordo com Moors *et al* (2004), uma melhor compreensão das dinâmicas de inovação co-evolucionária nas práticas agrícolas, e conseqüentemente, das mudanças de direção nos regimes existentes ou formas de resistência a eles, podem ser alcançadas ao se lançar mão de uma abordagem multinível sobre processos de inovação, estudando, a relação entre “criação de novidades”, sua nutrição e estímulo ou repressão, e a evolução do regime agrícola.

Conforme Geels (2004), na perspectiva multinível, três níveis são distinguidos³⁸, os quais são conceitos heurísticos e analíticos para compreender as complexas dinâmicas de mudança sociotécnica. Com base em Geels (2004), os níveis são: paisagem, regime e espaço protegido³⁹.

As trajetórias tecnológicas estão situadas em uma paisagem sociotécnica, consistindo de um grupo de profundas tendências estruturais. A paisagem sociotécnica

³⁸Para Moors *et al* (2004), um processo de transição pode ser percebido em diferentes níveis de agregação. Em termos de organização social, podem ser distintos três níveis: o micro, composto pelos atores individuais – p. ex. agricultores e grupos ambientalistas; o meso, constituído pelas redes, comunidades, organizações - p. ex. sistemas de produção agrícola; e o macro, onde aparecem os conglomerados de instituições e organizações - p. ex. uma nação. Analogamente, podem-se relacionar os níveis de organização social onde ocorrem as transições com os níveis analíticos da PMN. Assim, o nicho abrange as transições organizacionais do nível micro; o regime, as transições do nível meso; e a paisagem, as transições macro.

³⁹Muitos autores utilizam os termos ‘nichos’, e ‘espaço protegido’, como sinônimos. ‘Espaço protegido’ tem sido mais usado nos estudos sobre transições na agricultura (*e.g.* VENTURA; MILONE, 2004, STUIVER *et al*, 2004; PLOEG *et al*, 2004; PAZ; DIOS, 2011) e por isso ele é adotado nesta tese. Por outro lado, o termo ‘nichos’ foi cunhado originalmente para estudar as transições tecnológicas no ambiente industrial-corporativo, mas também é usado em pesquisas sobre transições na agricultura (KEMP *et al*, 1998).

contém um conjunto de fatores “mudança-lenta” e heterogêneos, tais como, valores normativos e culturais, coalizões políticas amplas, desenvolvimentos econômicos de longo prazo, problemas ambientais cumulativos, processos demográficos e migratórios. O principal ponto é que a paisagem é um contexto externo para os atores nos espaços protegidos e regimes.

Kemp *et al* (1998) informam que Nelson e Winter (1977) foram os primeiros pesquisadores a cunhar o termo regime tecnológico, como referência ao modo estável com que engenheiros e técnicos em geral resolvem e abordam problemas.

Kemp *et al* (1998), por sua vez, definem regime tecnológico⁴⁰ como,

o conjunto complexo de conhecimento científico, práticas dos engenheiros, tecnologias dos processos de produção, características dos processos de produção, características dos produtos, qualificações e procedimentos, necessidades estabelecidas dos usuários, requerimentos regulatórios, instituições e infraestruturas (p. 182).

Assim, um regime sociotécnico incorpora uma estrutura normativa e cognitiva e um conjunto de relacionamentos funcionais entre os componentes tecnológicos e os atores ao longo da cadeia. Essa estrutura forma a base para a ação coletiva e individual, e fornece o contexto para as práticas econômicas e tecnológicas dentro da cadeia de um produto, predefinindo as atividades de solução de problemas dos engenheiros e as escolhas estratégicas das companhias (MOORS *et al*, 2004).

Com base nesses autores, o regime sociotécnico tem a capacidade de especificar os modos mais prováveis nos quais distintos atores sociais dedicados a produzir ‘novas’ tecnologias agem no interior do regime, como ‘novas’ regras/regulações e ‘novos’ modos de fazer se constituem e funcionam.

Em relação aos espaços rurais, Ploeg *et al* (2004) descreve quatro imposições que os regimes sociotécnicos atuais submetem à agricultura: conjunto de regulações, prescrição padronizada de práticas agrícolas, trajetória específica de P&D, e vinculações entre diferentes níveis, diferentes atores e diferentes dimensões. Os itens destacados a seguir se referem às quatro imposições descritas por Ploeg *et al* (2004).

a) o conjunto de regulações (*e.g.* Normas para industrialização de produtos de origem animal – IN nº 20/2000; Padrões de qualidade do leite – IN nº 62/2012; Procedimentos para cálculo dos Graus de Utilização da Terra/GUT e de Eficiência na Exploração/GEE - IN INCRA 11/2003) que remete a técnicas e práticas tomadas como sendo capazes e necessárias para realizar objetivos normativos;

⁴⁰Essa definição de regime tecnológico ressalta o incrustamento de questões tecnológicas na dimensão social (necessidades dos usuários, questões cognitivas, crenças dos engenheiros, instituições, *etc.*).

b) diretamente ou indiretamente prescrevem práticas agrícolas. Essas prescrições podem abranger aspectos como a densidade do rebanho por hectare, a arquitetura das benfeitorias e o nível de investimento associados com regulações ambientais.

c) uma trajetória específica para P&D continuada. As inovações que são consideradas capazes de tornar o regime emergente (ou estabelecido), mais coerente, mais adequado, e/ou mais eficiente serão construídas e implantadas; enquanto outras que são consideradas menos relevantes ou irrelevantes permanecerão subdesenvolvidas;

d) o regime sociotécnico conecta operações no nível de propriedade com os centros de tomada de decisão em nível nacional e supranacional. Liga práticas de P&D e o fluxo de inovações associadas com propriedades e também com os aparatos estatais envolvidos, ao mostrar o que é possível e o que será ou se tornará praticável no curto e médio prazo. Em resumo ele liga e ordena diferentes níveis, diferentes atores e diferentes dimensões (o social, o técnico e o material). Quanto mais coerentes são essas interconexões, mais eficiente o regime será (PLOEG *et al*, 2004).

Por isso, no interior do regime sociotécnico dominante, a natureza da mudança sociotécnica é degradada, tornando-se, na maioria das vezes, somente uma inovação incremental, pelo enraizamento de tecnologias existentes em mais amplos sistemas, nas rotinas e práticas de produção, nos padrões de consumo, nos sistemas de crenças em administração e engenharia, e em valores culturais. Neste contexto, novas inovações dependem estritamente das inovações anteriores e, portanto, o processo tecnológico avança em um modo incremental, na base do conhecimento disponível. Desse modo, *path dependence* e *lock-in*⁴¹ tornam-se características embutidas (VENTURA; MILONE, 2004) nos processos econômicos, pelo fato de estarem incrustados em processos sociológicos – *i.e.* redes sociais e percepções partilhadas (GEELS, 2004). Esse incrustamento cria barreiras sociais, cognitivas, tecnológicas e econômicas para novas tecnologias, tornando difícil a transformação de regimes (KEMP *et al*, 1998).

Ventura e Milone (2004) apresentam três posições distintas que os agricultores de áreas marginais têm adotado, em relação ao regime sociotécnico dominante. São elas: seguem entusiasticamente o regime, tentando imitar a performance dos

⁴¹David (1985 *apud* TOMASSINI, 2011) ao analisar processos de inovação percebeu que algumas tecnologias tornavam-se padrão de mercado mesmo estando longe de serem modelos ótimos. Isso acontece por que uma vez escolhido um caminho, começa a ocorrer, desde então, a atuação dos mecanismos autoreforçantes que fazem com que a matriz institucional fique *path dependence* e *lock-in*, evidenciando assim que a história interessa. *Lock-in* é uma das causas de *path-dependence*, definido como um processo irreversível se desenvolvendo lentamente no curso da história no qual um determinado sistema entra em um caminho caracterizado por múltiplos equilíbrios, determinados por condições anteriores, que o aprisiona e para o qual ele foi progressivamente atraído (DAVID, 1985; PATALANO, 2007 *apud* TOMASSINI, 2011).

agricultores para os quais o regime foi construído; aderem parcialmente ao regime, selecionando cuidadosamente as tecnologias e adaptando-as para o seu processo de produção e para funções da propriedade; resistem ao processo de modernização⁴².

Para os propósitos desta tese, pode-se definir um regime sociotécnico como o semicoerente grupo de regras, conduzidas por diferentes grupos sociais, que estruturam sistemas sociotécnicos, ou ainda, a noção que serve para representar a gramática que interliga distintos regimes, permitindo uma meta-coordenação entre eles (GEELS, 2004). Por fornecer orientação e coordenação para as atividades de grupos relevantes de atores, os regimes sociotécnicos explicam e são responsáveis pela estabilidade de sistemas sociotécnicos.

Espaço protegido, por sua vez, é uma noção usada para explicar onde surgem e evoluem as dinâmicas sociotécnicas locais e sustentáveis em processos distintos de desenvolvimento rural (PLOEG *et al*, 2004; STUIVER *et al*, 2004; VENTURA; MILONE, 2004; MARSDEN; PLOEG, 2008; PLOEG, 2011; PAZ; DIOS, 2011). As práticas sustentáveis, os processos de aprendizagem associados e a produção contínua de novidades, algumas promissoras, outras não, somente são possíveis pela gradual e persistente criação e manutenção de um espaço protegido (PLOEG *et al*, 2004).

As novidades necessitam de um novo cenário normativo e político local para que elas consigam se desenvolver completamente. Na ausência de proteção apropriada, muitas das novas atividades agrícolas e não-agrícolas serão sufocadas devido à presença de barreiras normativas associadas com o regime dominante (VENTURA; MILONE, 2004). Na mesma linha Ploeg *et al* (2004) defende que são favoráveis as pesquisas que se preocupam com “nichos estratégicos” dentro dos quais existem condições favoráveis para superar o impasse entre a produção de novidades de um lado, e o regime sociotécnico de outro. Estudos nessa direção conduzem a uma discussão das implicações da “gestão estratégica de nicho” sobre a organização e estrutura atual da pesquisa agrícola.

Para Paz e Dios (2011) os espaços protegidos se referem ao aparecimento de redes interinstitucionais público-privadas, capazes de impulsionar processos de desenvolvimento rural e de assegurar um fluxo de recursos econômicos provenientes do contexto, que estão orientados prioritariamente aos segmentos com maiores necessidades no território (agricultura familiar, povos tradicionais, *etc.*). Os segmentos

⁴²Visto que eles são considerados marginais, as estratégias executadas nas propriedades têm permanecido escondidas, enquanto as propriedades sobrevivem dentro de um espaço protegido, fora de, e ignorado por, o regime sociotécnico dominante. O sucesso continuado e/ou sobrevivência dos agricultores “tipo 03”, bem como, em alguns casos, “tipo 02”, deriva da capacidade deles em construir eles próprios, mercados capazes de aumentar o valor de sua produção (VENTURA; MILONE, 2004).

vulneráveis, a partir da visão dominante capitalista/industrial/moderna são, recorrentemente, considerados ‘resíduos’ e ‘anomalias’ que tendencialmente desaparecerão no futuro.

Para Ploeg *et al* (2004), Ploeg e Marsden (2008) e Ploeg (2011), um espaço protegido é configurado por um conjunto de atores sociais (entidades, organizações, empresas, poder público, e agricultores), atividades, recursos, instituições, níveis e redes que, deliberadamente, se direcionam para priorizar segmentos específicos da sociedade a fim de que estes tenham chances de enfrentar autonomamente o interesse seletivo do capital e do mercado e os preconceitos do conhecimento científico hegemônico.

Uma das faces dessa dinâmica de valorização focaliza, invariavelmente, a co-produção homem-natureza, baseada em sistemas de produção adaptados localmente, com forte carga histórica e cultural. Assim fazendo, se interessa também, e investe, em soluções tecnológicas, organizacionais, institucionais e práticas que foram e são forjadas localmente em resposta às restrições de recursos, às especificidades ambientais e necessidades sociais. Ou seja, se interessa e investe na geração de novidades.

Muitos autores denominam essas soluções, como novidades do desenvolvimento rural, as quais promovem e concretizam resultados diferentes daqueles produzidos no interior do regime sociotécnico dominante. Entretanto, independente das diferenças entre novidade e inovações, já discutidas, as duas deveriam se entrelaçar e se complementarem mutuamente.

Geels (2004), por sua vez, argumenta que, enquanto regimes geram inovações incrementais, as inovações radicais ou novidades são geradas em espaços protegidos da seleção dos mercados normais. Eles agem como locais de incubação para inovações radicais. Os espaços protegidos são importantes para os sistemas de inovação, por que eles fornecem locação para processos de aprendizagem. São importantes também por que fornecem espaço para a construção de redes sociais, as quais apóiam a inovação, do tipo cadeias de abastecimento e relacionamentos produtor-usuário (GEELS, 2004).

Moors *et al* (2004), com a intenção de melhorar o desenvolvimento e a difusão de novidades promissoras, propõe a construção de trajetórias sociotécnicas desejáveis através da GEN. Para Moors *et al* (2004) a GEN é definida como uma ferramenta para gerenciar, simultaneamente, a mudança institucional e técnica, e “suavizar” o processo de difusão de novidades promissoras. O conhecimento de usuários e outros atores, tais como, políticos e fazedores de política, pesquisadores ou representantes dos interesses públicos são trazidos para o interior do processo de desenvolvimento tecnológico, em

uma dinâmica conceitualizada como “experimentação inteligente” (*smart experimentation*).

Oostindie e Broekhuizen (2008) relatam que, recentemente, diversas pesquisas comparativas têm observado GENs bem sucedidas na produção de novidades e na requerida proteção a elas para que possam ser adequadamente maturadas. Em todos esses estudos o sucesso da GEN está relacionado a seis dimensões interconectadas: governança; reformismo progressivo e efetivo; política; integração; autonomia e agência; e conhecimento.

A dimensão governança se relaciona com as negociações (*e.g.* criação de isenções, estímulos, adaptações) inerentes ao desenvolvimento em diferentes instâncias estatais; com as maneiras de manejar procedimentos e rotinas desarticuladas; bem como com a coordenação de diferentes movimentos dentro de um fluxo evolutivo através do tempo.

O reformismo progressivo e efetivo é uma consequência da boa governança do espaço protegido, referindo-se a emergência e posterior desdobramento de novidades promissoras, e desse modo, apresentando capacidade de atender as expectativas por resultados. O reformismo se refere à capacidade de realizar as coisas, fortalecer as coalizões estratégicas requeridas para governança, bem como para aquelas dentro do domínio da política, que se constitui em mais uma dimensão da GEN. A dimensão integração, por sua vez, se refere à necessidade de unir diferentes atividades, o que supõe ir além das contradições e ambivalências presentes nos esquemas regulatórios segmentados do estado. Integração deveria ocorrer também dentro das redes, através, por exemplo, de um exercício de coordenação que coloque as atividades e os programas locais, em sintonia. Conhecimento é outra dimensão crucial da GEN, na medida em que a construção convincente de um novo conhecimento torna-se importante, não somente na interface entre a rede territorial e o estado, mas também entre os atores participantes. Por fim, nichos manejados estrategicamente requerem considerável agência e autonomia (relativa) para que as novidades sejam moldadas, desenvolvidas, consolidadas, e expandidas em um processo reformista efetivo, fazendo com que, na visão de Oostindie e Broekhuizen (2008), os nichos com essa característica sejam considerados as mais importantes unidades para o fortalecimento das redes rurais.

A Perspectiva Multinível associada com abordagem Gestão Estratégica de Nicho possibilita, com base em Wiskerke (2003) e Roep e Wiskerke (2004), o uso de três critérios principais para a avaliação de experiências sociotécnicas alternativas aos regimes dominantes. As análises dos referidos autores, se debruçam basicamente nos

seguintes eixos: o desenvolvimento e alinhamento de estratégias e expectativas; os processos de aprendizagem no interior do espaço protegido; e a criação e estabilização de uma rede social.

Moors *et al* (2004) declara que o sucesso no início de um espaço protegido depende da qualidade da aprendizagem e a qualidade do enraizamento institucional. Para os mesmos autores, transições envolvem a emergência e o desenvolvimento de novas tecnologias, bem como a difusão para os domínios do usuário e enraizamento social. Durante o processo de transição, dinâmicas de adaptação e de aprendizagem para, e a partir de novas tecnologias podem tomar lugar, assim influenciando o processo de transição geral (MOORS *et al*, 2004)⁴³.

Diante do exposto, os critérios para a identificação e análise da ‘gestão da transição’ em espaços protegidos, com base em Geels (2004), Moors *et al* (2004), Wiskerke (2003), Roep e Wiskerke (2004), e Oostindie e Broekhuizen (2008) são: a existência de sistemas de adaptação e de aprendizagem relacionadas à geração de novidades. Fluxos de conhecimento em ‘*smart experimentation*’; alinhamento de expectativas e das estratégias em um processo contínuo; e a criação, a administração e a estabilização contínua e ativa de redes e/ou cadeias curtas. São também importantes os seguintes aspectos: presença e qualidade do enraizamento institucional; a priorização de determinados segmentos sociais vulneráveis, a vinculação a um local específico, a geração de novidades (tecnológicas, sociais, organizacionais e institucionais) conectadas aos processos de co-produção, e os subseqüentes processos de comercialização e abastecimento dos produtos gerados. As dimensões da GEN, recém apresentadas a partir de Oostindie e Broekhuizen (2008), também trazem elementos analíticos significativos para o trabalho de avaliação.

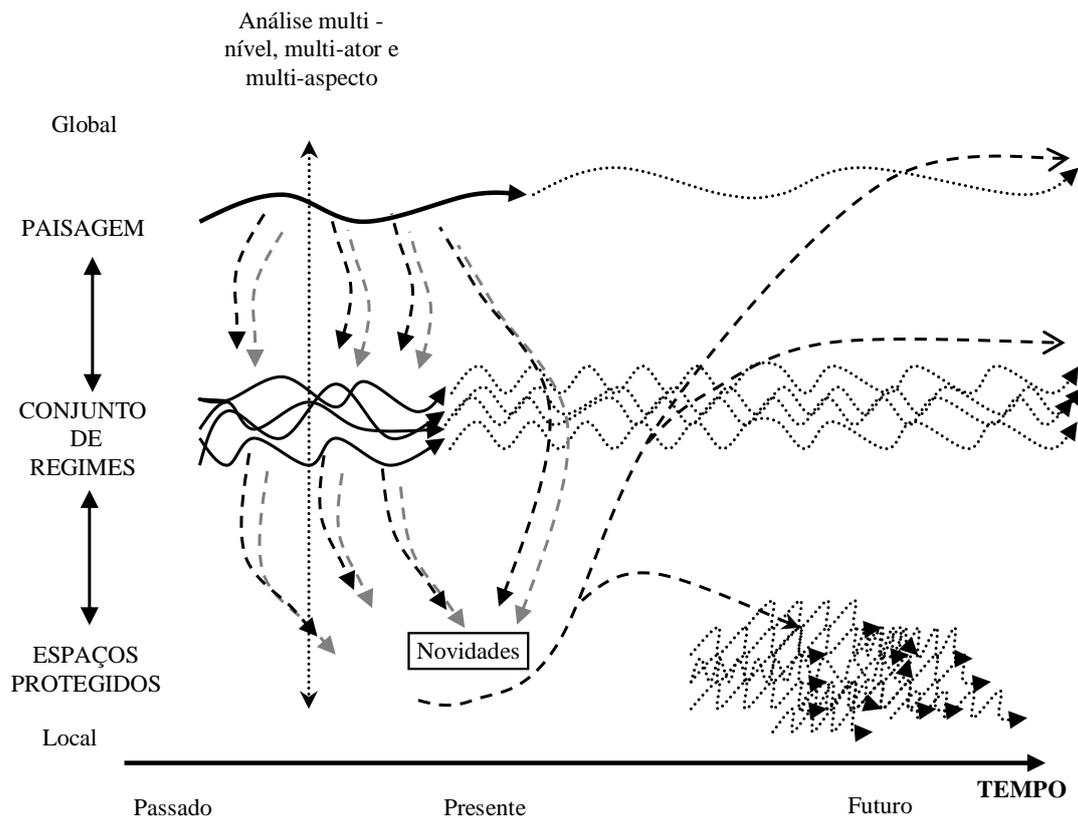
Cabe ressaltar ainda, conforme Geels (2004), que a abordagem multinível pode ser complementada pelo enfoque orientado pelo ator, o qual tem por objetivo explicar e entender as respostas diferenciais dos atores sociais diversamente localizados e afetados por circunstâncias estruturais que parecem relativamente homogêneas (LONG, 2001; LONG; PLOEG, 2011). Marques *et al* (2010, 2012), por sua vez, argumentam que a fim de responder metodologicamente e analiticamente ao nível das relações sociais que

⁴³Smith *et al* (2005) apresentam uma heurística para a compreensão da transformação do regime, ou seja para atender a transição, que é função de três fatores: o grau de pressão de seleção agindo sobre o regime, em direção a um particular problema ou a transformação de parte dos membros do regime; o grau no qual os recursos requeridos para transformação do regime estão disponíveis; e a extensão na qual as respostas às pressões sobre o regime são coordenadas em um coerente modo pelos membros do regime. Os dois últimos elementos (a disponibilidade de recursos e a habilidade para respostas coordenadas) são identificados pelos autores como constituintes da ‘capacidade adaptativa disponível’ para transição do regime.

ocorrem no espaço protegido é necessário lançar mão de abordagens integrativas e interdisciplinares. Neste sentido, tanto a perspectiva multinível como a da ação social partem de uma compreensão multidimensional de ‘agência’, assumindo que os atores têm seus próprios interesses e agem estrategicamente, embora limitados por uma ampla estruturação (MARQUES, 2011).

Esquemáticamente, as dinâmicas de transição multinível recém descritas podem ser representadas conforme Figura 8 a seguir.

Figura 8- Representação das trajetórias sociotécnicas em diferentes níveis de agregação.



Fonte: adaptado de Roep e Wiskerke (2004).

A Figura 8 mostra esquemáticamente aspectos principais da dinâmica de transição sociotécnica na perspectiva multinível. A paisagem sociotécnica é um contexto externo e mais estruturado em relação aos espaços protegidos e regimes. Existe uma natureza encaixada entre os três níveis, de modo que o regime se constitui em um ambiente mais amplo e estruturado do que o espaço protegido. O regime sociotécnico prevalente não é único. Na verdade, existe um conjunto de regimes que se reforçam internamente e entre eles, constituindo um sistema sociotécnico dominante. A paisagem e os regimes sociotécnicos exercem pressões de seleção descendentes que restringem o surgimento e a manutenção de os espaços protegidos para produção de novidades.

Entretanto, incoerências internas ou mudanças no regime (*e.g.* perda de renda, pressões do mercado capitalista, desconfiança sobre a qualidade dos alimentos) e na paisagem (*e.g.* aquecimento global, aumento do preço do petróleo, consciência internacional sobre degradação da biodiversidade) podem se constituir em janelas de oportunidade para o avanço das novidades.

Assim, as transições tecnológicas são concebidas como processos interativos de mudança ao nível de espaços protegidos e ao nível de regime sociotécnico, ambos inseridos em uma paisagem exterior de fatores. Do ponto de vista evolucionário, um regime representa um ambiente já selecionado pelo desenvolvimento tecnológico em certo setor, que acaba exercendo uma significativa barreira para a difusão de novidades, ou inovações radicais (MARQUES, 2011). Desse modo, a probabilidade de surgimento de inovações realmente transformadoras (novidades) é maior ao nível do espaço protegido. As transições começam por mudanças gradativas que são localmente produzidas.

2.4.1 Pesquisas sobre transições sociotécnicas na agricultura

O estudo das transições sociotécnicas na agricultura tem despertado recentemente, o interesse de pesquisadores brasileiros, mas aparece há mais tempo como tema promissor nos debates na comunidade acadêmica internacional, especialmente envolvendo grupos de pesquisa na Holanda (Universidade de Wageningen), na França, na Itália e no Reino Unido. No PGDR/UFRGS, dissertações de mestrado e teses de doutorado têm sido produzidas a partir de pesquisas em diferentes contextos empíricos, com emprego de variações teórico-metodológicas baseadas em duas abordagens principais: i- a Perspectiva Multinível para análise das transições sociotécnicas, geralmente em associação com a Gestão Estratégica de Nicho; e ii- a Perspectiva Orientada ao Ator.

Na Universidade Wageningen, Johannes Wiskerke, abordou em seu trabalho as restrições técnicas e institucionais que o regime sociotécnico dominante do trigo na Holanda impõe ao desenvolvimento de novas e promissoras redes sustentáveis de abastecimento alimentar. Wiskerke (2003) apresenta a GEN como uma ferramenta

promissora para superar algumas restrições impostas pelo regime, com potencial importante para ajudar nos esforços à transição.

Marian Stuiver, também vinculada à Universidade de Wageningen, estudou em profundidade um conjunto de formas e práticas de conhecimento sobre manejo de esterco na atividade leiteira holandesa, e seus efeitos sobre o regime dominante. Para investigar o processo de transição desde o início, essa pesquisadora seguiu a PMN em associação com a GEN. O conceito de GEN foi usado não somente para descrever o que estava acontecendo, mas também para avaliar o potencial da experiência em provocar mudanças no regime (STUIVER, 2008), ou seja, avaliar a eficiência da ‘gestão da transição’ no caso em análise. Para estudar a produção de conhecimento entre cientistas e agricultores em parcelas experimentais e em nichos, as duas abordagens anteriores (PMN e GEN) foram enriquecidas com o conceito de *storylines*⁴⁴.

Entre as pesquisas vinculadas ao PGDR/UFRGS, Marques (2009) desenvolveu seu trabalho partindo da compreensão que o modelo de desenvolvimento agrícola, promovido e consolidado no interior do regime sociotécnico dominante, não atende aos imperativos do desenvolvimento rural sustentável. Com base nisso, Marques (2009) argumenta que é fundamental identificar possibilidades de transição, de modo a permitir à agricultura a retomada de seu sentido de “co-produção”. A base metodológica se apoiou na abordagem multinível, multi-ator e multi-aspecto, construída com elementos da PMN e da POA. O objetivo era avaliar o potencial da “produção de novidades” em unidades de produção de plantas medicinais no Sul do Brasil e sob sistema ecológico, para o processo de transição do regime sociotécnico dominante na agricultura. Apesar de não identificar que exista um processo deliberado de estabelecimento de nicho no caso estudado, os agricultores e outros atores têm desenvolvido ações que geram novos conhecimentos e vínculos sociais e também constroem alinhamentos de objetivos e expectativas, ainda que parciais.

Mello (2009) investigou algumas estratégias dos agricultores familiares do oeste de Santa Catarina para enfrentarem o contexto de crise, que desde meados dos anos 1980 atinge a região. O foco da pesquisa se dirige a compreender como as inovações e novidades organizacionais emergem e se enraízam no território. A análise se baseou em

⁴⁴*Storylines* são padrões de narrativas comumente desenvolvidas e expostas através da escrita ou representações orais por membros de determinadas comunidades de prática com a intenção de atrelar significação, legitimidade e relevância às suas atividades físicas e sociais (STUIVER, 2008).

um conjunto de abordagens teóricas que tem em comum a POA, e os resultados mostraram que as “novidades” ou “iniciativas de desenvolvimento rural” nascem em contextos específicos, mas podem se irradiar pela região, dependendo das conexões, alianças e apoios capazes de promover a aprendizagem coletiva. Assim, a “gestão da transição” em direção aos modelos mais sustentáveis e autônomos de produção e comercialização, através de “dinâmicas de DR”, que geram novidades, vai depender da criação de alianças e conexões capazes de criar um ambiente sócio-institucional favorável.

Gazzola (2012) investigou como agricultores familiares, da região Médio Alto Uruguai, Rio Grande do Sul, constroem agroindústrias que produzem novidades, acessando mercados e desenvolvendo interações com outros atores, instituições e políticas de governo no contexto em que estão inseridos. Os procedimentos teórico-metodológicos se apoiaram na PMN e na POA. Os resultados da investigação indicaram que as agroindústrias familiares produzem novidades em termos de novos produtos/processos, tecnologias, canais de comercialização e organizações sociais coletivas.

Medeiros (2011) estudou o processo de emergência de “novidades” relacionadas às práticas agrícolas, aos sistemas de produção, e à organização social, sob a luz e ideias da POA. O empírico da pesquisa focalizou as interfaces existentes entre conhecimentos e práticas de mediadores sociais e de agricultores familiares, na implantação de projetos de DR em São Lourenço do Sul e Pelotas, RS. O trabalho identificou a produção de “novidades” na constituição da Cooperativa Sul Ecológica, na construção de novos mercados (merenda escolar e feiras livres), e no estabelecimento da Agroindústria Figueira do Prado.

Ferreira (2014) investigou os Sistemas Agroflorestais-SAFs no Rio Grande do Sul identificando-os como ‘expressões do desenvolvimento rural’, uma estratégia produtiva em resposta aos limites do regime sociotécnico prevalente. O manejo de sistemas que integram árvores e espécies agrícolas é quase tão antigo quanto a agricultura, no entanto, somente recentemente é que essa prática passou a ser reconhecida e fomentada. A abordagem analítica do objeto de pesquisa utilizou um referencial que se apresenta como alternativa teórica às abordagens ortodoxas de estudo das inovações, a PMN e POA para compreender as dinâmicas sociotécnicas e a

produção de novidades nos SAFs. A pesquisa concluiu que os SAFs são novidades que rompem com a trajetória de especialização das propriedades. Conectam-se a construção de novos mercados, novos produtos, formas de organização e expressam a emergência de um novo padrão de exploração da natureza e das regiões rurais.

Os elementos do referencial teórico e das pesquisas recém apresentadas permitem a composição de um conjunto instrumental consistente para um mergulho investigativo em experiências concretas que evoluem sob estruturas prevalentes, com feições de contracorrente.

O conteúdo apresentado a seguir será analítico-descritivo de aspectos da realidade local, abrangendo a rede de atores, os recursos disponíveis e utilizados, as principais interações, aspectos físicos, demográficos, históricos, culturais e a evolução da intervenção levada adiante por múltiplos atores, com identificação das linhas de atuação mais marcantes. O conjunto de dados a partir de fontes secundárias e primárias permitirá o mapeamento da rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar na região Centro Sul, com detalhamento dos elementos que constituem o espaço protegido, unidade precípua da rede rural.

3 MAPEANDO A REDE RURAL DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA FAMILIAR NA REGIÃO CENTRO SUL

Como visto no capítulo anterior a rede rural é um conjunto de recursos, atores, ações, transações e arranjos que estão entrelaçados, determinando a natureza da atividade rural em um lugar específico. Em última análise, como assumido nesta tese, em função das relações de mutualidade, fortalecimento e causalidade entre rede rural e desenvolvimento rural, essas duas expressões são tratadas como processos análogos.

Entre os recursos da rede de desenvolvimento estão aspectos naturais, culturais, materiais e econômicos, tais como o solo, a topografia, a demografia, a história de ocupação, os rebanhos, a cobertura vegetal, os artefatos tecnológicos (*e.g.* centros de manejo, balanças, máquinas), os conhecimentos, e os montantes financeiros aportados e em circulação. Os atores são entes sociais individuais e coletivos, as associações, as instituições, as empresas privadas e públicas. Esses atores sociais, locais e extralocais, foram empreendendo ações, transações, programas, políticas e arranjos, através de uma história contextualizada, forjada no espaço onde vivem, trabalham e interagem.

A ideia é que, ao longo do capítulo, se vá apreendendo as feições da rede rural. Uma de suas características definidoras é o entrelaçamento entre os seus elementos constituintes, disposto com a intenção prioritária de agir em benefício de um segmento específico e vulnerável, os pecuaristas familiares. Por esse motivo, ela é denominada de rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar da região Centro Sul.

Com essa intenção, parte-se da caracterização de alguns delineamentos sociais, técnico-produtivos e territoriais da região Centro Sul do RS como um todo⁴⁵, bem como se estabelecem procedimentos para qualificar o que foi metodologicamente definido como ‘espaço protegido da pecuária familiar’ (Figura 9). Com isto objetiva-se ‘mapear’ a rede emergente das dinâmicas sociotécnicas de desenvolvimento da pecuária familiar que caracteriza a atividade rural em Butiá e São Jerônimo, pertencentes à sub-região carbonífera, embora os movimentos e fluxos não se restrinjam aos limites

⁴⁵A SDT/MDA, através do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais aborda a região Centro Sul na perspectiva do desenvolvimento territorial. Assim, o Território Centro Sul foi constituído pela SDT/MDA a partir de identidades regionais que serviam de fundamento para a composição do já existente COREDE Centro Sul. Ambos, território e COREDE são formados pelos mesmos dezessete municípios, e, por isso, suas áreas geográficas são exatamente sobrepostas.

administrativos dos municípios mencionados, configurando, assim, uma abrangência regional da rede.

No âmbito regional, são apresentados os municípios que compõem o território⁴⁶, as atividades produtivas e aspectos gerais da situação socioeconômica. Para caracterizar o espaço protegido dirige-se atenção às redes de atores, aos recursos, atividades, transações, feições da demografia, processos históricos de formação das comunidades, aspectos físicos, questões ambientais, e à evolução da interação de múltiplos atores inseridos na dinâmica de desenvolvimento em comunidades de pecuaristas familiares.

O território Centro Sul/RS é composto por dezessete municípios⁴⁷, totalizando uma área superior a um milhão de hectares, com uma população de 250.000 habitantes. Tomado o Índice de Desenvolvimento Econômico e Social-IDESE, calculado para a totalidade da região, percebe-se fraco dinamismo socioeconômico, com carências relativas importantes em infraestrutura e logística⁴⁸, renda, saúde e educação (RIO GRANDE DO SUL, 2010; FEE, 2013). Na área de saúde, os indicadores apontam a Centro Sul na vigésima posição, e na área de educação, na vigésima segunda posição no *ranking* das regiões dos COREDEs. Além disso, observa-se internamente grande disparidade nos indicadores de desenvolvimento entre os municípios formadores da região, evidenciando desigualdade nas dinâmicas locais (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Estes índices genéricos (*e.g.* IDESE) expõem aspectos que denotam debilidades socioeconômicas e desigualdades na região Centro Sul, as quais geralmente se apresentam como justificativas legítimas e prioritárias das propostas de desenvolvimento rural. Tradicionalmente, fazedores de política e agentes de desenvolvimento planejam ações de intervenção focalizando a solução ou mitigação das exigüidades socioeconômicas e ambientais, naqueles locais mais afetados pelas privações.

⁴⁶O território Centro Sul é dividido em duas sub-regiões. A carbonífera abrange os municípios localizados no vale do rio Jacuí, onde se encontra jazidas de carvão, sendo a exploração deste minério uma importante atividade econômica. A chamada costa doce é composta por municípios banhados pelo Lago Guaíba e Laguna dos Patos, destacando-se como característica específica o turismo (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

⁴⁷Arambaré, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Chувиска, Cristal, Dom Feliciano, Mariana Pimentel, Minas do Leão, São Jerônimo, Sentinela do Sul, Sertão Santana e Tapes.

⁴⁸Como exemplo, ressalta-se que sete municípios da região ainda não possuem ligação asfáltica com as estradas federais (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Todavia, isso não significa que a região seja carente de dinâmicas inovadoras e potencialmente reformadoras da realidade dos pecuaristas familiares e demais atores sociais que interagem no espaço protegido e na Centro Sul. Contrariamente, a abordagem utilizada na pesquisa identificou vibrantes e inspiradores desempenhos.

Relativo à produção pecuária regional, destacam-se a criação de bovinos, presente em 10.504 propriedades, com um contingente de 270.000 animais, e a ovinocultura, presente em 1.450 estabelecimentos rurais, totalizando um rebanho aproximado de 63.000 animais. O município com maior rebanho bovino na região é Camaquã, seguido por Cristal, Dom Feliciano, São Jerônimo e Butiá. Na ovinocultura, o maior contingente de animais está em Dom Feliciano, seguido por São Jerônimo, Butiá, Camaquã e Arambaré (IBGE, 2006).

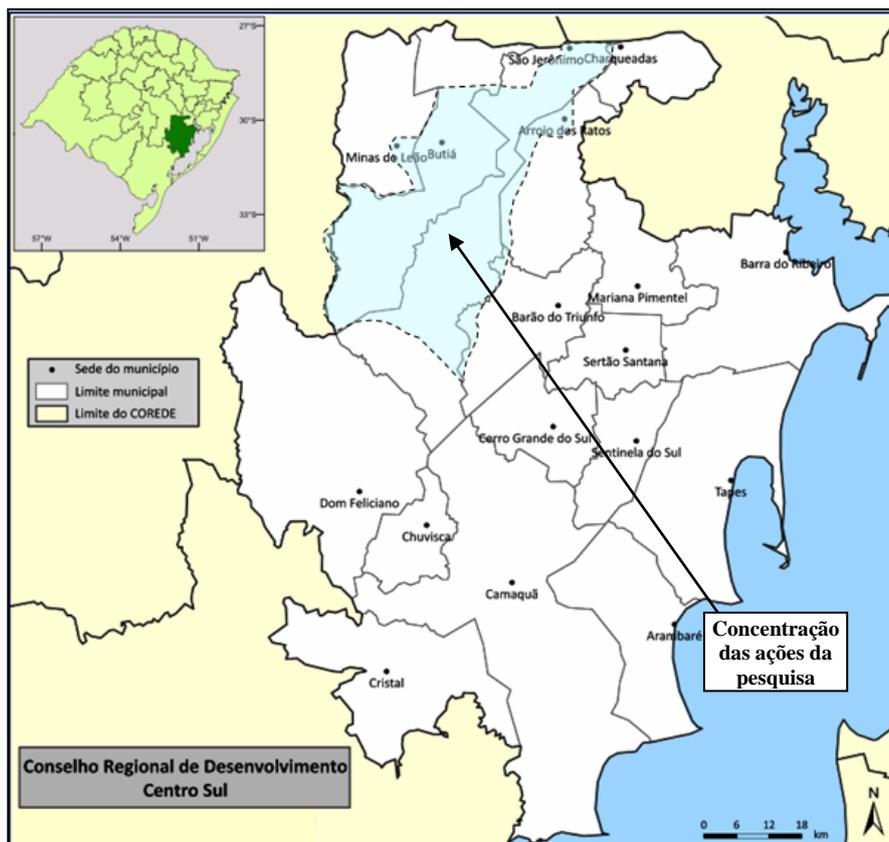
O artesanato vinculado à pecuária da região estima-se⁴⁹ que seja praticado por aproximadamente 50 artesãs, considerando os dezessete municípios. Nesta atividade são utilizadas matérias-primas diversas, derivadas, especialmente, da ovinocultura e da criação de bovinos.

Quanto ao ambiente mais restrito do espaço protegido da pecuária familiar, as ações da pesquisa se concentram nos municípios de São Jerônimo e Butiá, embora a pretensão de seguir a rede rural tenha levado também a incursões em Arroio dos Ratos e Minas do Leão.

A população na área de concentração das ações da pesquisa (Figura 9) supera 50.000 habitantes, estimando-se que aproximadamente 90% estão domiciliados na zona urbana e 10% na zona rural, com variações importantes entre os municípios. São Jerônimo, por exemplo, tem 20% da população na zona rural, enquanto Butiá tem 5%. Quanto à distância em relação a capital do estado, desde a sede do município de São Jerônimo enfrenta-se um percurso de 70 km através da RS 401 e BR 290. A cidade de Butiá, por sua vez, está a 81 km, Arroio dos Ratos, 55 km, e Minas do Leão, 98 km, todas tendo como principal via de acesso a BR 290 (IBGE, 2010).

⁴⁹A estimativa foi feita com base em documentos dos Escritórios Municipais da Emater de São Jerônimo, Butiá e Arroio dos Ratos, e Rio Grande do Sul (2004).

Figura 9- Butiá, São Jerônimo e arredores em relação à região Centro Sul-RS.



Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa do COREDE Centro Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2015a).

Como apresentado no capítulo 1, baseado em dados da Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2013) estima-se que a área plantada de lavouras temporárias ultrapasse 16.000 ha, com maior destaque para o cultivo de soja, depois arroz, milho e melancia. Observa-se, a partir de dados primários e secundários, que a área ocupada com a soja, desde o ano de 2009, é aquela que experimenta uma curva crescentemente vigorosa, dominando cada vez mais porções significativas da paisagem rural (Figura 10).

Figura 10- Paisagem rural com presença significativa dos cultivos de soja. Butiá, 01/2015.



Fonte: acervo da pesquisa (2015).

Com relação às florestas plantadas (Figura 11), prevalece o eucalipto, mas também há áreas de acácia negra e pinheiro americano. Estima-se, com base em Relatório de Auditoria da Empresa CMPC Celulose Riograndense (BUREAU VERITAS CERTIFICATION, 2010) e IBGE (2006), que a região em análise apresente aproximadamente 45.000 ha de sua superfície coberta com esses monocultivos florestais, algo em torno de 30% da superfície total.

Figura 11- Paisagem rural com presença significativa de florestas plantadas. São Jerônimo, 01/2015.



Fonte: acervo da pesquisa (2015).

Apesar de o avanço dos monocultivos de grãos e florestas exóticas, desde os primeiros contatos com lideranças locais e regionais, os dois municípios contíguos (Butiá e São Jerônimo) sempre foram identificados como aqueles em que a atividade de pecuária familiar é a mais proeminente em toda a região Centro Sul, e esse destaque não é de agora. Um agente regional retrata a relevância de São Jerônimo e Butiá nesse contexto, desde os primórdios da rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar, em 1996, e para a posterior evolução das ações com este público,

Mas, nós só identificávamos comunidades de pecuaristas familiares em Butiá e em São Jerônimo, e eles estavam espalhados pela região. Então naquele momento em que iniciou o trabalho, de lá para cá, se buscou sempre trabalhar essa turma como público especial, tendo como referência o trabalho realizado em Butiá e São Jerônimo (ENTREVISTADO Nº 09).

No município de São Jerônimo o IBGE (2006) aponta que existem em torno de 400 propriedades rurais de pecuária familiar, de um total geral superior a 1.300 estabelecimentos. Entretanto, o montante de agricultores familiares que criam algum efetivo de rebanho bovino é superior a 880 estabelecimentos (IBGE, 2006). Os pecuaristas familiares, propriamente ditos, estão localizados, majoritariamente, em sete comunidades rurais, em um total de 13 localidades (EMATER, 2013). A pecuária familiar destaca-se nas comunidades Quitéria, Rincão dos Corrêas, Morrinhos, Palmeira, e Morrinhos Alto, mas também tem presença no Campo Bom e em Santo Antônio, como avalia um agente de desenvolvimento da região,

eu acabei não falando das nossas associações, são 13, em todas as localidades. Na verdade a gente trabalha mais com 12, pois a associação da sede [...] o público não se enquadra como agricultura familiar, com exceção da pesca artesanal [...]. Desse total, eu identifico que possuem pecuária familiar de 6 a 7 associações, seriam Morrinhos Centro, Morrinhos Alto, Rincão, que é bem forte a pecuária, Quitéria, a Palmeira, já tem alguma coisa, né, de lá já começa a descer, o Campo Bom ainda tem, Santo Antônio também, então seriam essas (ENTREVISTADO Nº 10).

Na costa do rio Jacuí, se destaca a pecuária mais capitalizada em propriedades maiores, não enquadradas como AF, nas quais o cultivo de arroz está frequentemente presente. Conforme levantamentos da pesquisa, as regiões ao norte da BR 290, nos municípios de São Jerônimo e Butiá, apresentam esta característica. Por outro lado, ao sul desta rodovia estão concentradas as comunidades e propriedades de pecuária enquadradas como familiares. Entretanto, seguindo mais para o sul nestes dois municípios, principalmente em São Jerônimo, em direção ao Escudo Sul-rio-grandense, especificamente à Serra do Herval, as propriedades começam a apresentar uma área superficial cada vez menor e topografia mais acidentada. Nestas comunidades e propriedades próximas aos limites de Dom Feliciano, Camaquã e Pântano Grande, a pecuária perde espaço e o cultivo mais importante passa a ser o fumo. Um agente local de desenvolvimento retrata este cenário,

aí nós pegamos, BR 290 pra baixo, são as maiores propriedades e o assentamento. Nós temos uma fatia que pega Morrinhos, Rincão dos Corrêas, já são propriedades de porte médio e pequeno. Já começa topografia um pouquinho mais ondulada. Aí depois passa a Quitéria, que tinha característica forte de pecuária e agora perdeu um pouco isso. E a região da Palmeira, até

essa região. Aí depois, lá pra cima só pequena propriedade, pequena mesmo, caracterização do fumo. Mais agricultura e fumo [...] Passou Palmeira, já tem bastante fumo, mas passou lá pra cima é só fumo. Então, Palmeira e Quitéria pra baixo que trabalha com pecuária (ENTREVISTADO N° 14).

Butiá, por sua vez, apresenta algumas diferenças de estimativa a respeito do universo da pecuária familiar no município. Segundo a Inspeção Veterinária e Zootécnica local, são 350 produtores em Butiá e deste total 270 são considerados produtores familiares. Entretanto, de acordo com IBGE (2009), o universo da agricultura familiar, perfaz um total de 226 estabelecimentos e deste total calcula-se que aproximadamente 150 sejam estabelecimentos de pecuária familiar.

Segundo os documentos de planejamento do Escritório Municipal da Emater estima-se que existam no município, 150 famílias de pecuaristas familiares em um universo ao redor de 320 famílias rurais, o que compreende aproximadamente 47% do total. Além disso, destaca-se que a bovinocultura de corte municipal é desenvolvida por 250 produtores e a ovinocultura, basicamente com ovinos ‘tipo carne’, abrange 120 produtores (EMATER, 2012a, 2012b, 2012c).

As comunidades de pecuaristas e agricultores familiares estão espalhadas por todo o município de Butiá, destacando-se as localidades Francisquinho, Cerro do Roque, Água Boa, Cerro do Clemente, Passo dos Carros e Passo da Estiva. As localidades Francisquinho, Cerro do Roque e Água Boa, possuem, cada uma delas, a sua associação de moradores. As três últimas comunidades, que constituem o 2º distrito administrativo (BUTIÁ, 2009), são representadas pela Associação de Moradores das Três Localidades-AMTREL.

Um dado que precisa ser estimado, tendo em conta a base municipal dos levantamentos do IBGE, é o efetivo total dos rebanhos da pecuária no talhão composto pelos municípios São Jerônimo, Butiá e arredores, manejados por pecuaristas familiares e não-familiares. Com base nas Pesquisas da Pecuária Municipal de São Jerônimo e Butiá (IBGE, 2013) o número total de bovinos ultrapassa a cifra de 65.000 cabeças, enquanto que o número de ovinos se aproxima de 25.000 animais.

O artesanato, por sua vez, é representado por aproximadamente 21 artífices que se dedicam aos processos de lavagem, cardação, fiação e tecelagem da lã, e beneficiamento manual de outros produtos da pecuária, como couro, chifres, etc.

As incursões da pesquisa permitiram constatar que muitas práticas e trajetórias em pecuária familiar no espaço representado na Figura 09, se desdobram e, assim, se

conectam em rede com as ações que ocorrem em outros municípios da região, transpassando os limites permeáveis dessa fronteira, adquirindo, algumas delas, um caráter regional. O que será descrito a seguir, complementarmente ao que já foi dito, ajudará a visualizar este quadro.

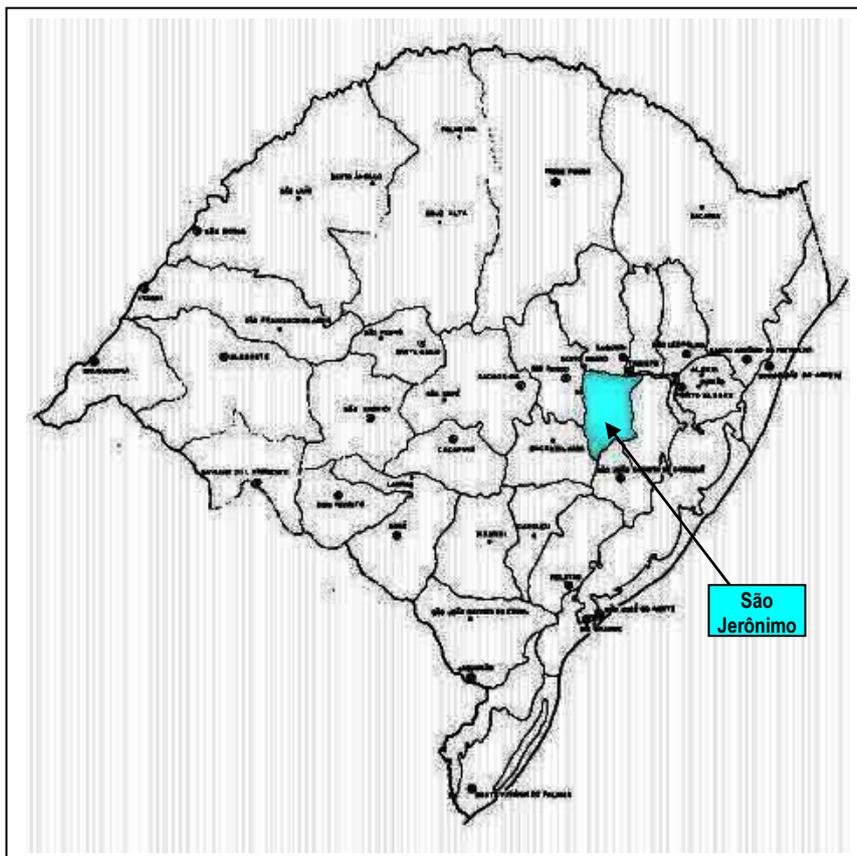
A interação entre as localidades nesse espaço tem explicação, parcialmente, por raízes históricas. O município de São Jerônimo, conhecido em tempos longínquos como “Passo das Tropas”, teve sua origem a partir da “Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triumpho”, com o início do seu povoamento partindo do final do século XVIII, quando se denominava “Novo Triumpho”. O “Passo das Tropas” era o local mais seguro, na margem esquerda, para travessia dos rebanhos, pessoas e cargas no Rio Jacuí, o qual se confrontava na margem direita com a “Vila de Senhor Bom Jesus do Triunfo”, onde o Rio Taquari desemboca (SILVA, 2007).

Conforme Simch (1943), São Jerônimo foi elevado à condição de município em 1861, emancipando-se do município São Bom Jesus do Triunfo, hoje denominado somente Triunfo. A superfície territorial do novo município perfazia em torno de 5.000 km² e a maioria de seus limites administrativos foram estabelecidos por elementos naturais, tais como, rios e arroios. Na época de sua emancipação, São Jerônimo fazia divisa, ao norte, com os municípios de Santo Amaro⁵⁰ e Triunfo; a oeste, com os municípios de Rio Pardo e Encruzilhada, e, ao leste, com os municípios de Guaíba, Tapes e Camaquã (Figura 12).

Em 1872, na Província de São Pedro do Rio Grande, ainda na época do Brasil Império, o território riograndense era dividido por somente 28 municípios, dentre eles São Jerônimo, que abarcava uma ampla superfície territorial, com distritos, localidades e vilas, tais como, Vila Arroio dos Ratos, Curral Alto, Serra do Herval, Charqueadas, e Vila Butiá (SILVA, 2007). Nos primórdios dessa vasta comuna, as áreas de terra dos atuais municípios de Charqueadas, Arroio dos Ratos, Butiá e Barão do Triunfo compunham a totalidade territorial de São Jerônimo, tornando-se, posteriormente, distritos administrativos oficiais (SIMCH, 1943, 1961).

⁵⁰Hoje município de General Câmara.

Figura 12- Representação da localização do município de São Jerônimo em 1872.



Fonte: adaptado de FEE (1981).

Em 1940, como informa Simch (1943), Charqueadas, juntamente com a sede, fazia parte do primeiro distrito, a Vila Arroio dos Ratos do segundo, a Vila Butiá do terceiro, e a Vila Barão do Triunfo do quarto distrito. Havia também duas zonas. A 2ª zona do terceiro distrito denominada de Roque, na localidade do Cerro do Roque; e a 2ª zona do quarto distrito, denominada de Quitéria, localizada no Povoado Passo da Quitéria. Tanto para os distritos quanto para as zonas eram nomeados subprefeitos para os efeitos administrativos. Cabos telefônicos subterrâneos, linhas de ônibus, linhas férreas, e o fluxo diário de mercadorias e pessoas ligavam intensamente os distritos à sede municipal (SIMCH, 1943).

Num processo natural de evolução administrativa, em 1960, a divisão distrital de São Jerônimo se modifica, sendo acrescida por mais quatro distritos, totalizando oito. Através do desmembramento do antigo primeiro distrito, a Sede Municipal se torna o primeiro e Charqueadas o segundo. Arroio dos Ratos se torna o terceiro; Butiá, o quarto; e Barão do Triunfo passa a ser denominado o sétimo distrito. Surgem nesta época, o quinto distrito de Leão, o sexto distrito de Morrinhos, e o oitavo distrito

denominado Quitéria, antiga 2ª zona do (quarto) distrito de Barão do Triunfo (SIMCH, 1961). As emancipações de algumas das Vilas distritais ocorreram em seguida, como por exemplo, Vila de Arroio dos Ratos, de Butiá e Barão do Triunfo, a partir de 1963, tornando-se assim novos municípios riograndenses.

Ao sobrepor os limites territoriais originais da época da emancipação, em 1861, num mapa com divisões administrativas atuais, a área de abrangência de São Jerônimo abarcaria seis municípios da região Centro Sul, incluindo quatro ex-distritos, Charqueadas, Arroio dos Ratos, Butiá, Barão do Triunfo; e Minas de Leão, que se emancipou posteriormente de Butiá; além do próprio município mãe, São Jerônimo.

Assim, parece evidente que muito da interação, fluxos, e transações verificadas entre as comunidades, pecuaristas e instituições que compõem o que metodologicamente está sendo chamado de espaço protegido da pecuária familiar é um desdobramento da relação original entre localidades que faziam parte de um mesmo município. Esta origem comum, apesar de estar longe de ser a explicação exclusiva, tem influenciado na promoção e manutenção de dinâmicas sociotécnicas na pecuária familiar que este trabalho se propõe a averiguar, e como visto, interações e conexões são feições importantes da rede rural.

3.1 CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO FÍSICO

Recursos da natureza também compõem a rede rural, e são elementos fundamentais da co-produção e co-evolução em pecuária.

O detalhamento mais convincente no espaço de concentração da pesquisa foi obtido nos trabalhos de Simch (1943, 1961) ao retratar a realidade do município de São Jerônimo nos anos 1940 e 1960, portanto, antes das emancipações dos distritos de Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá e Charqueadas. Apesar de ainda agregadas, as informações de Simch permitem uma precisa especificação do ambiente local, as quais foram complementadas pelos estudos decorrentes dos Planos Municipais Ambientais de São Jerônimo e Butiá.

A superfície territorial original do município de São Jerônimo é constituída por duas partes bem distintas, a planície e a serra. A planície, menor porção da área é delimitada entre o volumoso rio Jacuí, ao norte, o arroio Francisquinho, a oeste, e o

Arroio dos Ratos, a leste. Esta fração se localiza ao norte da BR 290. A outra fração, caracterizada como serra, proporcionalmente maior, é formada pelo restante da superfície, em quase sua totalidade ao sul BR 290 até a Serra do Herval. (SÃO JERÔNIMO, 2009; BUTIÁ, 2009; SIMCH, 1943).

Baseado em Planos Ambientais Municipais de São Jerônimo e Butiá é possível caracterizar zonas específicas quanto ao uso e aspectos ambientais, pormenorizando alguns detalhes dessas duas regiões mais amplas, a planície e a serra.

A parte plana é ocupada significativamente por campos naturais e pastagens cultivadas voltadas para pecuária extensiva. Identifica-se também forte presença de extensas áreas de produção agrícola para cultivo do arroz com uso de tecnologia convencional baseada em agroquímicos e intenso manejo do solo, além de grande contingenciamento do espaço para uso militar no município de Butiá. Nesta topografia com planícies e relevo suavemente ondulado observa-se predomínio de vegetação formada por campos integrados com bosques de mata nativa e amplas superfícies de reflorestamento com espécies exóticas - eucalipto, principalmente, mas também acácia negra e *pinus*. A mata ciliar do rio Jacuí encontra-se razoavelmente bem preservada, mas nos arroios secundários as matas ciliares estão bastante afetadas negativamente pelos poluentes da atividade antrópica urbana, práticas de agricultura intensiva na cultura do arroz irrigado, e pressão exercida, em alguns pontos, pelas florestas exóticas de eucalipto (SÃO JERÔNIMO, 2009; BUTIÁ, 2009).

A serra, por sua vez, é explorada também principalmente pela produção agropecuária. Observa-se nesta fração um gradiente de topografia em direção ao sul, desde levemente até fortemente ondulado com alguns indicativos de erosão e mau uso do solo, atingindo altitude máxima de 445 metros, na Serra do Azambuja, divisa com os municípios de Dom Feliciano e Pântano Grande.

Na paisagem levemente ondulada, evidenciam-se médias e grandes propriedades com predominância de campos e pastagens voltadas para a pecuária extensiva, amplas florestas de eucalipto, e cultivo anual com melancia e arroz irrigado, em solos enquadrados nas classes III, IV e V⁵¹. É ainda uma zona considerada de transição entre

⁵¹De acordo com o Levantamento da Capacidade de Uso da Terra (RIO GRANDE DO SUL, 1985), as classes de solo I, II e III são aquelas que se prestam ao cultivo continuado de culturas anuais; a classe IV apresenta restrições importantes ao uso continuado do solo com cultivos anuais; as classes V e VI são impeditivas aos cultivos anuais, mas se prestam aos permanentes como silvicultura e pastagens; a classe VII além de inviável aos cultivos anuais, apresenta severas restrições aos cultivos permanentes

a planície e serra e está mais evidenciada no município de São Jerônimo, com pequena extensão territorial, mas também aparece em Butiá (SÃO JERÔNIMO, 2009; BUTIÁ, 2009).

Na medida em que a superfície se enrugua em direção a Serra do Herval predomina a presença de comunidades rurais ocupadas com atividades agropecuárias familiares em pequenas e médias propriedades, com limitações significativas para o desenvolvimento da produtividade agrícola, em solos enquadrados nas classes III, IV, V, VI, VII e VIII. É onde se concentra a maioria da população rural, com significativa atuação comunitária e densidade demográfica. A região da serra apresenta campos e pastagens voltadas à pecuária extensiva com criação de bovinos, ovinos e eqüinos, lavouras de subsistência, e as florestas de eucalipto e acácia são marcantes na paisagem. Nesta porção encontra-se, no extremo sul do município de Butiá, no limite com Pântano Grande, Minas do Leão e São Jerônimo, a Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Butiá Sul caracterizada pela presença de espécies endêmicas da flora e da fauna; muito baixa resistência ambiental; presença de nascentes; refúgio de fauna silvestre; reservatório de floresta nativa; e solos das classes V, VI, VII e VIII (SÃO JERÔNIMO, 2009; BUTIÁ, 2009).

Até aqui foram apreendidos alguns elementos da rede rural relacionados aos recursos naturais, socioeconômicos, históricos, técnicos e produtivos presentes na realidade local e regional. Segue-se a partir de agora em busca da elucidação das práticas e trajetórias levadas adiante por múltiplos atores em diferentes instâncias envolvidas com a promoção do desenvolvimento da pecuária familiar na região Centro Sul.

Para desvendar as peculiaridades da gestão contextualizada neste processo, o primeiro passo necessário, com base nos levantamentos de campo, se refere ao mapeamento da rede rural que está estabelecida e em contínuo desdobramento, descrevendo seu histórico para a promoção da pecuária familiar; a abrangência dessa rede, as suas principais transações, conexões, cadeias e recursos envolvidos; e os atores sociais protagonistas, suas ações e interações.

como silvicultura e pastagens; a classe VIII abarca as terras não utilizáveis para agricultura, pecuária ou silvicultura, sendo recomendadas para preservação da fauna e flora, recreação e turismo.

3.2 OS PRIMÓRDIOS E EVOLUÇÃO DA REDE RURAL: AS INTERAÇÕES, OS PROJETOS E OS PROGRAMAS

Como descrito no capítulo 1, existem registros de avanços no manejo dos rebanhos desde o século XVIII. Nesse período de mais de dois séculos, há indícios de estímulos governamentais e mercadológicos que parcialmente contribuíram para os avanços que foram conquistados. Contudo, nada parece indicar a existência de uma política pública abrangente de assistência técnica rural, que somente vai iniciar no país, a partir dos anos 1930 (EMATER-RS/ASCAR, 2005), com o governo adotando uma postura de caráter mais intervencionista.

A partir desta época, criam-se institutos de fomento (*e.g.* café, açúcar), o Ministério da Agricultura intensifica os serviços de apoio à agricultura, e os Estados, através das Secretarias dos Negócios da Agricultura instituíram também diversos serviços (EMATER-RS/ASCAR, 2005). Especificamente no local da pesquisa, Simch (1961) descreve trabalhos efetivos em assistência técnica e extensão rural a partir dos anos 1950, com ações sendo priorizadas no combate a enfermidades dos rebanhos bovinos, eqüinos e ovinos, e manejo sanitário de culturas agrícolas.

Sem desconsiderar os primórdios das ações de assessoramento à pecuária e à agricultura no Estado e localmente, cabe salientar, todavia, três ações importantes que iniciaram na década de 1990, e que certamente facilitaram as mudanças que vieram a seguir para a promoção da AF, mais particularmente, o público da pecuária familiar: a instituição dos conselhos de desenvolvimento rural, a organização comunitária e as patrulhas agrícolas municipais.

Os conselhos municipais na região da pesquisa evoluíram desde sua criação até hoje, com a ampliação representativa da diversidade pelo assento dos representantes das associações rurais. Os dados de campo indicam que os conselhos, apesar das dificuldades inerentes aos processos de representação democrática e de especificidades locais, têm sido avaliados como órgãos atuantes e voltados para levantar fatos e encaminhar reivindicações, inclusive à criação de programas locais; para discutir políticas concebidas em instâncias superiores, mas com incidência nos municípios; para selecionar beneficiários; e para definir prioridades nas quais se concentrarão os esforços dos agentes de desenvolvimento.

A criação de associações nas localidades do interior aconteceu ao longo dos anos 1990 e é considerado um processo consolidado entre os moradores das comunidades de Butiá e São Jerônimo, sendo usadas, *inter alia*, como instrumentos de aproximação entre técnicos e produtores e facilitadoras de fluxos de informação e conhecimento.

As associações funcionam também como elementos basilares para a operacionalização de diversos programas como pode ser verificado no depoimento a seguir.

A questão das patrulhas agrícolas passa pelas associações. Passa [...] também, crédito rural de banco; os programas de inseminação artificial; os programas da Secretaria da Agricultura, troca-troca de milho, pastagens e feijão; incentivo a fruticultura, compra de mudas; a piscicultura, compra de alevinos. Tudo a gente tenta direcionar para as associações. [...]. Teve também, compra de adubo (ENTREVISTADO Nº 14).

O agente de desenvolvimento local, apesar de reconhecer a importância das associações, como retratado no depoimento, avalia que elas oscilam ao longo do tempo, “por vezes se fortalecem, depois enfraquecem. Mas, ainda se trabalha muito com as associações”.

Certamente, um dos programas importantes, catalisado pelas associações das localidades, é o das patrulhas agrícolas. Há registros de atendimento por patrulhas desde os anos 1980, e segundo alguns informantes-chave elas são, comparativamente ao passado, menos utilizadas hoje em dia. Mas mesmo assim, as patrulhas agrícolas ainda são avaliadas como um elemento fundamental para atender os pequenos e médios produtores, tanto nas áreas do interior, quanto naquelas ao redor das cidades.

A função estratégica chave das associações neste programa foi se consolidando com o passar do tempo. No início, segundo relato de um agente de desenvolvimento vinculado a Prefeitura Municipal, existiam apenas dois tratores e um operador para a condução do programa. Com a chegada de mais patrulhas agrícolas completas com vários implementos se tornou necessário um número muito maior de operadores. Conforme esse agente:

aí, ficou uma coisa muito complicada para dar atendimento pra eles, a uma distância de 100 km daqui. Estragava um trator e a gente ficava sabendo até dois dias depois. Como a gente ia saber o que eles precisam a 100 km de distância? Aí, até buscar a peça, mais tempo (ENTREVISTADO Nº 14).

Diante deste cenário, foi criado um sistema de comodato/cedência, com repasse de algumas patrulhas agrícolas para gestão nas associações. Nesse sistema, as associações estipulam o valor a ser cobrado pelos serviços, o qual é validado pelo

conselho municipal, e de tempos em tempos se faz uma prestação de contas para as Prefeituras, com retenção de uma parte do valor arrecado para as associações e o restante repassado para as administrações municipais, para os fundos de desenvolvimento rural. Apesar de particularidades específicas entre os dois principais sistemas consultados, o de São Jerônimo e o de Butiá, ambos caminham hoje em dia, para a delegação crescente em auto-gestão e autonomia das patrulhas agrícolas pelas associações rurais, inclusive, sem repasse de qualquer parcela do valor arrecadado para as prefeituras, mas com aumento da responsabilidade sobre os gastos com manutenção e custeio.

Ficam evidentes na evolução dos programas de patrulha agrícola, conquistas relevantes para o universo da agricultura familiar, com fortalecimento da capacidade de agência, exercício de habilidades coletivas para reivindicação e para solução de problemas, e capacidade operacional para implantação e condução de lavouras, pastagens, açudes e limpeza de campos.

Entretanto, o segmento social dos pecuaristas familiares, entendidos e definidos como um público especial dentro da diversidade que compõe o universo da AF tem uma trajetória histórica particular nesse processo de surgimento e evolução da rede rural, o qual será tratado a partir de agora.

Partindo, principalmente, das entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave, pode-se afirmar que o trabalho com pecuária familiar iniciou na segunda metade dos anos 1990. O trecho abaixo é elucidativo neste sentido.

O trabalho com pecuária familiar começou em 1996. Na realidade estes produtores já eram trabalhados [...] mas não como um público especial. Se não me engano, entre 1996 e 1998 um grupo de técnicos da EMATER circulou a região fazendo um debate para tentar caracterizar o público, nós nos reunimos em São Jerônimo. Lá que se estabeleceu a questão dos 250-300 hectares, que ficou depois como limite de enquadramento os 300 hectares (ENTREVISTADO N°09).

O resultado dos primeiros tempos dessa atuação foi a definição de algumas estratégias prioritárias para a pecuária familiar. Dentre elas, destacam-se a capacitação de extensionistas da Emater, nas quais as equipes da Embrapa CPPSul e da UFRGS foram convidadas a colaborar; e o estímulo à criação de programas locais de desenvolvimento nos quais a pecuária familiar fosse contemplada. Além dos encontros nos municípios, destaca-se, conforme dados das entrevistas, a realização de um Seminário de Pecuária Familiar, nas dependências da Fundação Estadual de Pesquisa

Agropecuária-Fepagro Sede (Porto Alegre), no início do Governo de Olívio Dutra (1999-2002), que reuniu agentes de desenvolvimento que trabalhavam com esse público, e que contou com José Lutzenberger como um dos palestrantes, abordando o tema da sustentabilidade no bioma Pampa.

Então, a partir dessas primeiras definições, o debate sobre as características e a forma de abordagem a esse público foi ganhando força na região e serviu de diretriz para o estabelecimento de um trabalho inicial de diagnóstico focado naqueles municípios onde o contingente de pecuaristas familiares era mais expressivo, concomitantemente, ao debate que ocorria em nível estadual. De acordo com informações de um agente regional de desenvolvimento,

nós estabelecemos um Diagnóstico Rural Participativo-DRP específico para comunidades de pecuária familiar, construído pela equipe do ESREG e municipais, Foi feito lá em Butiá primeiro, a gente começou a identificar comunidades de pecuaristas familiares em municípios e pecuaristas familiares presentes em determinadas comunidades (ENTREVISTADO N°09).

Nota-se que a atividade de prospecção caracterizou o trabalho inicial na pecuária familiar, com debates no município de São Jerônimo e o primeiro diagnóstico em Butiá, na segunda metade dos anos 1990, mas a intensificação do atendimento às demandas específicas do segmento, apoiado por políticas públicas próprias (*e.g.* repasse de reprodutores bovinos; inseminação artificial) foi acontecer no início dos anos 2000, mesmo que antes disso muitas atividades tenham sido postas em prática para o público de pecuaristas como um todo. Estes aspectos levam a perceber que, aos poucos, foi ocorrendo uma transição em direção a exclusividade de atendimento. O trecho abaixo é parte desta evidência.

Havia o trabalho, mas a gama de público envolvia médias e grandes propriedades, [...]. O que é relativamente novo é o enfoque que começou a ser dado a esse público a partir daqueles enquadramentos em 2000, 2001, que nós tivemos que trabalhar com agricultura familiar. Então ficou acertado que seria trabalhado esse produtor que tá em áreas que muitas vezes não tem aptidão para a agricultura, com afloramentos de rocha, muita declividade, pouca fertilidade, com áreas de 300 ha pra baixo, nessa turma da pecuária familiar e até hoje nós trabalhamos com essa gama de público (ENTREVISTADO N°16).

Assim, diante desta determinação do Governo do Estado da época, de direcionamento exclusivo das políticas públicas rurais para a agricultura familiar, e a operacionalização dos primeiros programas municipais, os agentes de desenvolvimento locais e regionais refletiam sobre a atuação executada até aquele momento *vis-à-vis* as

características do público rural da região. Um deles compartilha a reflexão que faziam, como esclarece o trecho abaixo.

[...] nós nos deparávamos com a seguinte situação: existia o público da agricultura familiar? Quem eram? Eram aqueles que plantavam milho, arroz, feijão, que faziam da agricultura seu ‘cavalo de batalha’ [...]. Ou para subsistência ou para alguma fonte de renda. Mas na nossa região aqui, Butiá, São Jerônimo, Arroio dos Ratos, Dom Feliciano, uma parte, Pântano Grande e Rio Pardo também, nós temos uma característica de produtores que muitos deles herdaram parte de suas áreas de seus avós, tataravôs, pais e esse pessoal ficou com uma área aí, ao redor de 100 hectares, por aí. E esse produtor, em função de sua etnia, o pêlo duro que nós chamamos, ele ficou morando na propriedade e tem na pecuária de corte e na ovinocultura a sua principal fonte de renda (ENTREVISTADO N°16).

Desse modo, a partir dos anos 2000, gradativamente as médias e grandes propriedades deixam de ser atendidas e começam a surgir políticas e programas para pecuaristas familiares nos municípios. Reitera-se, aqui, que tais políticas partiam da noção de que se tratava de um segmento excluído, com pouca participação política e com pouca voz em entidades de representação. A pesquisa a campo permite constatar que os municípios de Butiá e São Jerônimo parecem trazer exemplos bem sucedidos no que tange ao conjunto destas políticas. O trecho abaixo traz algumas evidências neste sentido.

Outra estratégia [...] foi a tentativa de se ter programas municipais onde a pecuária familiar fosse contemplada. E Butiá foi o exemplo mais bem sucedido. Naquela época conseguimos alguns programas em São Jerônimo, Butiá, e outros municípios que fizeram algumas coisas [...] (ENTREVISTADO N° 09).

Cabe salientar também, com base em informações repassadas por agente local de desenvolvimento, a intervenção de políticas públicas estaduais, por exemplo, o Feaper. Este fundo auxiliou o trabalho inicial com os pecuaristas familiares, favorecendo a aquisição de reprodutores. É relevante mencionar este tipo de financiamento, com algumas facilidades importantes de pagamento (*i.e.* carência e juros baixos), porque, de acordo com os dados da pesquisa, para a agricultura sempre houve financiamento na região, mas na área de pecuária não havia crédito diferenciado para custeio, nem para o grande e médio, tampouco, para o pequeno proprietário.

Mesmo o próprio Pronaf, existente desde 1997, só em 2001 passa a disponibilizar algum crédito para a pecuária, mas somente nos últimos oito anos, conforme transmitido por informantes-chave, que se intensificam políticas públicas com financiamentos para a pecuária.

Então, hoje, tem financiamento para o pecuarista, pra compra de matrizes, compra de reprodutores, de animais que vão ficar na propriedade, pra financiamento de pastagens, né! Até pra aquisição de caminhonete. [...] E isso, hoje, tem pros pecuaristas familiares (ENTREVISTADO N°16).

Além destas ações de financiamento, de repasse de recursos, muitos programas concebidos e disponibilizados localmente tiveram também intenção de introduzir novas formas de manejo dos campos e do rebanho.

Um agente de desenvolvimento regional argumenta que a base de todo o trabalho com pecuária na região, e no estado, que depois focalizou estritamente a pecuária familiar, foi o melhoramento de CN e pastagens. É um trabalho de longa data no Rio Grande do Sul, protagonizado inicialmente, ainda nos anos de 1950 e 60, por técnicos vinculados às Associações Rurais dos municípios (EMATER-RS/ASCAR, 2005) e depois também pela extensão rural oficial do Estado.

Depois de muito tempo de um trabalho de melhoramento e manejo de campo nativo e pastagens. Aí houve um trabalho mais localizado de melhoramento do rebanho em algumas regiões. [...] Por que tem um rebanho aí, nessas áreas, [...] que não respondem aos alimentos fornecidos como deveriam (ENTREVISTADO N°09).

Esse mesmo agente regional informa que no início dos anos 2000 foram postos em prática programas locais de Inseminação Artificial em Tempo Fixo – IATF em diversos municípios, com destaque para os que ocorreram em Butiá e São Jerônimo, mas mesmo assim, os mais longevos, duraram apenas dois anos consecutivos. Os produtos recomendados (*e.g.* hormônios) para o protocolo da IATF e o sêmem eram subsidiados pelas Prefeituras Municipais ou financiados pelos produtores através de recursos próprios ou Pronaf. A execução do protocolo nas matrizes dos produtores participantes era realizada por veterinários municipais, ou dos escritórios da Emater ou das prefeituras, e a etapa final de inseminação ficava a cargo de uma logística sob a responsabilidade das prefeituras.

Segundo um agente de desenvolvimento local, as primeiras motivações para a estruturação de ações para a pecuária familiar recaiam sobre a questão da padronização dos rebanhos, e o caminho escolhido para perseguir este objetivo, no início dos anos 2000, foi a operacionalização de um programa de inseminação artificial, cujas primeiras atividades ocorreram na localidade da Quitéria.

[...] eu vim a assumir a Coordenadoria da Agricultura e nós tínhamos em mente a necessidade de padronizar o rebanho do município. E como é que nós íamos fazer isso? Em primeiro momento, a inseminação artificial. [...] Isso foi há uns dez anos atrás (ENTREVISTADO N° 14).

Entendia-se, nessa época, que a padronização dos rebanhos refletiria positivamente na comercialização de bovinos para abate, no interesse dos compradores em ingressar muitos quilômetros no interior para buscar lotes de animais de diferentes criadores, que apresentassem aspectos qualitativos mais homogêneos, fato que não ocorria até então.

Outro agente de desenvolvimento local, por sua vez, descreve o começo das ações, nas quais, a partir de 2005, ele esteve envolvido, dirigidas aos pequenos criadores de ovinos para aprimoramento do manejo de rotina dos animais, avanços sanitários e melhoramento genético. Para este técnico, no início do trabalho, os produtores encontravam-se desmotivados com a ovinocultura e as práticas para lidar com os animais estavam inadequadas.

Quando a gente começou a visitar a gente viu a necessidade de tudo, né, tchê, por que nem tosar os produtores tosavam, porque não valia a pena, o preço era muito baixo.[...] aí a gente começou a dar uma trabalhada, começamos a ajudar eles, né, e começamos já no segundo ano a colher os frutos, [...]. Eles ficaram motivados, pois havia o envolvimento de todo mundo e nós também de ver a resposta que eles nos deram (ENTREVISTADO Nº 06).

A instalação do concurso de cordeiros e a sinergia entre diversas entidades e produtores foram fundamentais para a evolução do trabalho, com reflexos significativos na melhoria de alguns aspectos técnicos, por exemplo, a genética dos cordeiros, qualidade da carne, qualidade da lã, manejo dos rebanhos, bem como o interesse e comprometimento de todos. O relato a seguir fornece uma noção da caminhada nesse sentido.

A aceitação da ideia, né, de começarmos a fazer um concurso de cordeiros somente pra pequenos produtores, realmente familiares, não envolvendo cabanhas grandes [...] e a partir disso começaram a surgir outras coisas, as instituições ficaram mais próximas uma das outras [...] (ENTREVISTADO Nº 06).

Além da ovinocultura, este técnico municipal realça o trabalho de aprimoramento do rebanho bovino, com fiscalização sanitária dos animais que participam em feiras regulares de comercialização, inclusive o Remate Regional da Pecuária Familiar; e a execução dos programas de vacinação (*e.g.* aftosa, brucelose, raiva, teste da tuberculose) com tratamento diferenciado para os pecuaristas familiares.

Como referido, os levantamentos da pesquisa indicam que o processo de maior intensificação aconteceu a partir de meados dos anos 2000, apoiado pelo incremento de políticas e programas direcionados para a pecuária, particularmente a de corte familiar,

nos âmbitos local, estadual e federal, que no período anterior, até o início dos anos 2000, eram praticamente ausentes.

A inclusão do público da pecuária familiar como beneficiário do Pronaf redundou na possibilidade de uma gama de financiamentos, e foi importante, entre outras coisas, para substituir a linha estadual de repasse de touros do Feaper que tinha sido interrompida em 2002. A promulgação da Lei 13.505 e o Decreto 48.515 que instituiu e regulamentou, respectivamente, o Programa Estadual de Fortalecimento da Pecuária de Corte Familiar-PECFAM são outros exemplos da intensificação ocorrida. Ressalta-se ainda a criação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, em 2011, com o retorno no ano seguinte da linha Feaper para financiamentos diversos aos pecuaristas familiares. Nos anos 2010 iniciam também programas locais bem sucedidos e que alcançaram repercussão regional, servindo de exemplo para a disseminação de políticas e programas contextualizados em diferentes espaços.

Os dados de campo identificam que a rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar na região da pesquisa foi se desdobrando e se intensificando, desde as ações iniciais de organização comunitária, prospecção, diagnóstico, capacitações e debates, até a formulação de inúmeras práticas e trajetórias hoje estabelecidas, que incidem em diversas dimensões da vida nas comunidades locais, com repercussões significativas no escopo regional, as quais também se constituem em unidades da rede rural, algumas engendradas mais recentemente.

3.2.1 Arranjos, entidades, e financiamentos regionais

Distinguem-se nesta seção, arranjos, como o COREDE e o Território Centro Sul; entidades, como SDR, Emater Regional, Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária-SEAPA; e linhas de financiamento, como aquelas contidas no Pronaf, Feaper, Programa Mais Ovinos no Campo, e as emendas parlamentares, cuja abrangência incide em um escopo regional destacado na rede de desenvolvimento rural da pecuária familiar.

O trabalho de campo identificou o COREDE Centro Sul como um arranjo institucional importante. Apesar de não apresentarem-se como novidades - foram criados pela Lei 10.283/1994 - os COREDEs se orientam pelo princípio de pensar e

promover as políticas/ações através do prisma regional em fóruns democráticos, o que potencialmente instiga movimentos de coalizão entre atores locais de diferentes municípios, mas com características e objetivos comuns, e maior eficiência na alocação dos recursos (RIO GRANDE DO SUL, 2015a). Além disso, o conjunto de municípios que compõem o COREDE Centro Sul tem sido abordado como um território pela SDT/MDA dentro do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.

Desse modo, foi a partir de assembleias de discussão e definição de prioridades territoriais que se dispararam os gatilhos da mobilização e da articulação coletiva intermunicipal que resultaram na aprovação do Projeto de Desenvolvimento da Ovinocultura da Região Centro Sul. Como conseqüências dessa aprovação desencadearam-se acontecimentos marcantes como a fundação de Associação Regional de Criadores, a aprovação de financiamentos com recursos federais⁵² para concretização de objetivos comerciais dos ovinocultores, a proposta de constituição de uma Marca Coletiva, um processo reflexivo sobre gargalos e potencialidades da cadeia produtiva de carne ovina e o papel do segmento social dos pecuaristas familiares neste contexto. Essa importância dos arranjos territoriais fica evidenciada no comentário a seguir.

Dentro de uma proposta do Governo Federal de atender territórios, nós tínhamos um anseio de montar algo que fosse regional, né. Nós íamos para as reuniões e víamos os municípios de outras regiões bem articulados. [...] eles votavam com união. Aqui nós temos a região Centro Sul, dividida em região carbonífera e costa doce.[...] na reunião, São Jerônimo votava na apicultura, Butiá, na avicultura, Arroio dos Ratos na caprinocultura, e aí chegava a Costa Doce, e votava em bloco na piscicultura, e aí eles ganhavam o processo e nós ficávamos sempre de fora (ENTREVISTADO Nº 14).

A Secretaria de Desenvolvimento Rural tem sua história intimamente relacionada com o trabalho em pecuária familiar no Estado e na região, e as suas diretrizes estão definidas no Programa Fortalecimento da Pecuária Familiar. Conforme as linhas prioritárias deste Programa, o fortalecimento da pecuária familiar se daria através de ações de qualificação de produtores e técnicos; implantação de Unidades Demonstrativas-UDs, assistência técnica; melhoramento de campo nativo; troca-troca de sementes; melhoramento genético e sanitário do rebanho; crédito para a pecuária familiar; e criação de canais de comercialização (RIO GRANDE DO SUL, 2012a).

Segundo agente regional de desenvolvimento (ENTREVISTADO Nº 08) o trabalho inicial na secretaria foi intenso, através de levantamentos sobre o que existia de

⁵²Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais através da SDT/MDA para o Território Centro Sul.

ações dirigidas aos pecuaristas familiares, pois não havia nada compilado a esse respeito na SDR. Nessa época os técnicos da Secretaria relacionados ao tema da pecuária familiar realizaram visitas aos Escritórios Regionais da Emater com histórico de trabalho nessa área e também visitas aos produtores, obtendo assim subsídios para compreender quem realmente era o pecuarista familiar, qual seriam as suas demandas e de que forma elas poderiam ser atendidas por políticas públicas. Esse trabalho inicial envolveu a identificação e a quantificação dos contingentes de pecuaristas familiares no Estado e na região Centro Sul.

De acordo com o mesmo agente, existia no início da atuação da SDR, a quantia de R\$ 200.000,00 para a confecção e operação de uma política pública para a pecuária familiar. Diante desse desafio, se iniciaram as discussões para a definição da melhor forma de aplicar esse montante de recursos sem que seus resultados ficassem no âmbito individual de atendimento. Nesse processo de confecção da política, a qual se materializou no Programa Fortalecimento da Pecuária Familiar (RIO GRANDE DO SUL, 2012a), se envolveram inicialmente a SDR e a Emater, e posteriormente a equipe de pesquisadores da Embrapa Pecuária Sul. Essa parceria foi oficialmente instituída através do Termo de Cooperação 3729/2012, concebido com o objetivo de implantar o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar-Lei 13.515/2010, que estipulava entre outros compromissos, ações de capacitação para pecuaristas e técnicos, fomento a mercados diferenciados, e apoio à implantação e manutenção das UEPs (RIO GRANDE DO SUL, 2012b). Houve também conversas com outras entidades, em encontros com a *Alianza del Pastizales*, em Lavras do Sul, com o envolvimento da UFRGS. Como consequência desse processo de reflexão,

a ideia que preponderou foi levar esses recursos para propriedades que funcionassem como sala de aula, ou uma difusão de novas tecnologias, novas metodologias de ver o campo nativo e trabalhar ele. Onde surgiu a ideia das UEPs [...] (ENTREVISTADO Nº 08).

No primeiro ano de atuação da SDR foi disponibilizado um financiamento no limite de R\$ 10.000,00 por pecuarista para a implantação das UEPs em Pecuária Familiar, cujo objetivo geral tinha que envolver a manutenção do CN, o que não queria dizer que o financiamento tinha que ser diretamente sobre o campo nativo, mas que, de alguma forma, as ações financiadas promovessem o melhoramento do recurso.

Alguns financiaram calcário, outros calcário mais cerca elétrica, uma mangueira para manejo sanitário dos animais. Então as UEPs, nenhuma é igual a outra, são totalmente diferentes na aplicação e forma de manejo. Mas

o campo nativo é o pano de fundo, e tem que ser beneficiado (ENTREVISTADO N° 08).

A instalação de UEPs é uma das marcas do trabalho da SDR com pecuária familiar na região. As duas UEPs em Butiá são as mais antigas, datadas de 2012, com a particularidade positiva da sucessão familiar, na qual os filhos têm uma atuação destacada ao lado dos pais na condução das propriedades. Posteriormente, em São Jerônimo, o produtor inicialmente beneficiado de forma individual, através de discussões locais, optou, em função disso, pelo financiamento de uma balança e a construção em mutirão de um centro de manejo, ambos instalados na sede da associação comunitária, para uso coletivo no manejo dos rebanhos e nas operações de compra e venda de gado. Em Arroio dos Ratos, houve demora em providenciar a documentação e por isso a UEP ainda está na fase de liberação dos recursos. Dom Feliciano, encontra-se também em fase incipiente de implantação. Outros signos da atuação regional da SDR são os repasses de reprodutores, através do Programa Aquisição de Reprodutores para Pecuária Familiar (RIO GRANDE DO SUL, 2014a); os conjuntos de inseminação artificial para atendimento à grupos de produtores, via Programa Melhoramento Genético (RIO GRANDE DO SUL, 2014b); e os programas troca-troca de sementes de forrageiras, milho e feijão. Em 2014, foram 19 touros financiados para produtores de São Jerônimo e Butiá; e Dom Feliciano opera os conjuntos de IA.

O Escritório Regional da Emater é outra entidade com atuação na promoção da pecuária familiar, em vinculação com atores locais, como as Prefeituras Municipais, Associações de Produtores, Sindicatos e os Escritórios Municipais. Muito já foi dito sobre a atuação desta entidade na parte inicial do capítulo, evidenciando que a identificação, o diagnóstico, e a definição da melhor abordagem aos pecuaristas familiares na região foram iniciados pela equipe regional de extensionistas.

O MDA aparece na atuação regional por ser o ministério responsável por programas imprescindíveis para a AF, que estão incidindo ou têm potencial futuro na promoção da pecuária familiar regional. O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais provocou, como mencionado acima, a mobilização inicial em escopo mais amplo, congregando um conjunto de municípios na defesa de prioridades comuns. Os programas Pronaf e Mais Alimento tem atendido os pecuaristas familiares; o primeiro desde o início dos anos 2000; e o segundo mais recentemente, na aquisição de máquinas, implementos e veículos. Os programas PAA-Programa de Aquisição de

Alimentos e PNAE-Programa Nacional de Alimentação Escolar ainda estão tímidos⁵³, com parte significativa do abastecimento obrigatório proveniente da agricultura familiar sendo atendido por grupos de produtores e associações de outros municípios da região, como Guaíba e Sertão Santana (ENTREVISTADO N° 24), mas o potencial futuro destes programas é grande na medida em que a Associação Regional de Ovinocultores viabilize, coletivamente, o transporte, o abate em frigorífico, e a marca.

Apesar de os pecuaristas familiares não serem o segmento social prioritário para a SEAPA, dois programas⁵⁴ sob responsabilidade da Fepagro, entidade vinculada a esta pasta, incidiram recentemente com abrangência regional. Um deles é o programa de inseminação artificial, denominado Dissemina, levado adiante no bojo do Programa de Valorização da Carne Gaúcha, que atenderá exclusivamente produtores de bovinos de corte e também de leite enquadrados pela Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP. Entre as ações do Dissemina está o fornecimento de doses de sêmen e nitrogênio a preços subsidiados e treinamento dos responsáveis técnicos nos municípios (RIO GRANDE DO SUL, 2015b).

Este programa está em franco processo de implantação e início de operação nos municípios da região, gerando expectativas positivas dos agentes de desenvolvimento e lideranças rurais, com base em diversos depoimentos colhidos no trabalho de campo.

Esse programa já tem três fases [...]. Nós entramos na fase III, recebemos a caminhonete, e estamos em vias de receber o botijão. No início de 2015 nós contrataremos o inseminador e a gente vai tentar também contratar um veterinário [...]. [...] para que o programa seja mais eficiente vamos fazer IATF. (ENTREVISTADO N° 15).

O segundo programa vinculado à SEAPA é o Programa Estadual de Correção do Solo que forneceu calcário a preço subsidiado a produtores considerados descapitalizados, enquadrados pela DAP como agricultores ou pecuaristas familiares, cujos solos necessitavam de correção da acidez. No campo se conseguiu apurar a aplicação deste programa, nos últimos anos, em Butiá, Arroio dos Ratos, Charqueadas, Sertão Santana, Dom Feliciano, Camaquã, Cristal e Cerro Grande do Sul.

⁵³No município de Butiá, por exemplo, a integralidade de aquisições da AF local atingiu, em 2014, somente 8% do montante total destinado à merenda escolar. A legislação do PNAE exige no mínimo 30% e por isso houve necessidade de justificativa ao gestor do programa (ENTREVISTADO N° 24).

⁵⁴Com a troca de Governo na administração do Estado, em 2015, os programas, Dissemina e Correção de Solo, sofreram algumas alterações promovidas pelo novo grupo político gestor. Como exemplo cita-se que antes as doses de sêmen e as recargas de nitrogênio dos botijões seriam fornecidas gratuitamente pelo Estado e hoje serão fornecidos com subsídio no preço final.

Quanto às linhas de financiamento destaca-se em abrangência regional, o Pronaf, sob a responsabilidade do MDA, que tem atendido os pecuaristas familiares, nas modalidades custeio e investimento, com condições diferenciadas, e condizentes com as características deste segmento. Muitos mutirões e articulações entre atores locais (Prefeituras Municipais, STRs, Associações Rurais, Agentes financeiros e Emater) foram relatados no trabalho de campo para viabilizar a aplicação deste programa nas comunidades rurais, tendo por objetivo, a implantação de lavouras, de pastagens, aquisição de insumos agrícolas e veterinários, compra e retenção de matrizes e reprodutores, bem como para construção de açudes de desedentação e irrigação.

O Programa Mais Alimento Produção Primária é uma linha de crédito do Pronaf, também sob a responsabilidade do MDA, que tem incidido na região a partir dos anos 2010, para a aquisição de máquinas agrícolas, especialmente tratores, implementos e veículos, fato que tem ocasionado uma independência maior dos pecuaristas familiares, ao menos em relação às patrulhas agrícolas municipais, e tem tornado menos freqüente este tipo de prestação terceirizada de serviços por particulares. São também objetos financiáveis pelo programa os sistemas de irrigação e as estruturas de armazenagem, mas o trabalho de campo não identificou créditos para estes fins.

O Feaper, sob a responsabilidade da SDR, tem destaque regional no financiamento das UEPs, repasse dos reprodutores bovinos, conjuntos de inseminação artificial, programas troca-troca de milho, feijão e forrageiras com condições de pagamento muito especiais e facilitadas para os pecuaristas familiares. Por exemplo, os créditos liberados para implantação das UEPs e para aquisição de reprodutores apresentavam condição de pagamento em três parcelas anuais, a primeira vencendo um ano após a contratação, sem carência, com bônus de adimplência de 80% para pagamento até o vencimento, ou seja, pagando em dia, o produtor assume somente 20% do valor contratado. O Programa Conjuntos de IA, com as mesmas condições para quitação, permite a aquisição do botijão, que é o item mais caro, e materiais como luvas e pipetas, com possibilidade de verba complementar até o limite de R\$ 4 mil para compra de sêmen.

O Programa Mais Ovinos no Campo, sob a responsabilidade da SEAPA, se insere no conjunto de iniciativas do Programa Estadual de Desenvolvimento da Ovinocultura, tendo como foco a retenção e/ou aquisição de fêmeas ovinas, ovelhas e

cordeiras, dirigido à criadores de qualquer porte, visando o aumento do rebanho riograndense, e o aumento da oferta de carne e lã de qualidade. Os recursos são disponibilizados pelo Banrisul, com três anos de prazo, um ano de carência, e taxa de juros de 2% a.a. aos produtores familiares enquadrados pela Lei 13.515/2010 (RIO GRANDE DO SUL, 2015b).

As emendas parlamentares foram identificadas com incidência pontual em comunidades e municípios, mas no cômputo geral podem ser consideradas com abrangência regional. Apesar de toda a polêmica, que envolve este instrumento a disposição dos congressistas para a complementação do orçamento anual do Poder Executivo, os créditos liberados tem beneficiado os pecuaristas familiares através do incremento na capacidade das patrulhas agrícolas, por aquisição de novos tratores e implementos, e melhoria do atendimento em saúde, por reforma e ampliação de leitos em hospitais municipais. Para alguns analistas é uma prática que reforça tudo que existe de anacrônico na política e para outros se constituem em uma das poucas chances para pequenos municípios e comunidades receberem investimentos em infra-estrutura da União.

A caminhada rastreada nas linhas deste capítulo envolve, *inter alia*, práticas e trajetórias distintas que podem ser segmentadas por fases temporais, as quais, em conjunto contribuem para a percepção do andamento da rede rural (Quadro 1).

Quadro 1- Evolução das práticas e trajetórias em pecuária familiar-Região Centro Sul.

<ul style="list-style-type: none"> -Melhoramento de CN e Pastagens; -Atendimento à grandes, médios e pequenos; -Carência de políticas e programas de apoio. -Criação das associações comunitárias -Criação dos conselhos municipais -Patrulhas agrícolas; -Programa FEAPER – troca-troca. 	<ul style="list-style-type: none"> -Prospecção, estudo e debate sobre PF; -Transição do foco – Exclusividade na PF; -Capacitação de técnicos; -Seminário sobre Pecuária Familiar. -Melhoramento de CN e Pastagens; -Estímulo à criação de programas locais e estaduais; -Criação das associações comunitárias -Patrulhas agrícolas; -Programa FEAPER – troca-troca. 	<ul style="list-style-type: none"> -DRPs Pecuária familiar -Programa FEAPER – repasse de touros e troca-troca; -Definição do público – PF; -Melhoramento de CN e Pastagens; -Patrulhas agrícolas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Concurso de cordeiros. -Jantar do Cordeiro, Uva e Vinho; -Programa Repasse de Carneiros; -Programa FEAPER – troca-troca -Programas locais: IA – melhoramento ; genético de bovinos; sanidade dos rebanhos; e aprimoramento manejo geral. -Melhoramento de CN e Pastagens; -PRONAF para PF: matrizes, reprodutores, retenção de animais, pastagens. -Programa Mais Alimento -Crédito rural para pecuária em geral; -Patrulhas agrícolas; -Grupo Fia e Tece. 	<ul style="list-style-type: none"> -Lei 13.505 e Decreto 48.515. Programa PECFAM -Criação da SDR; -Programa FEAPER – repasse de touros, troca-troca; -Instalação de UEPs -Melhoramento de CN e Pastagens; -Programa Dissemina e correção de solo – SEAPA/FEPAGRO -Conjuntos de IA – SDR -Remate Regional da PF -Feiras de Ovinos -Concurso de cordeiros. -Jantar do Cordeiro, Uva e Vinho; -Programas de Repasse de Carneiros -Disseminação de Programas Locais; -Fundação da Associação Regional de Ovinocultores – Marca Coletiva; -PRONAF e Mais Alimento (PRONAF); -Patrulhas agrícolas; -Grupo Fia e Tece.
Até 1998	Fase 1998-2001	Fase 2001-2002	Fase 2002-2010	Fase 2010-2015

Fonte: elaborado pelo autor a partir de levantamentos da pesquisa (2015).

O que foi levantado e descrito salienta o prelúdio e o processo evolutivo da rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar sob o qual se inserem o surgimento de novos programas e políticas públicas; a constituição de redes de múltiplos atores, o estabelecimento de fluxos de informações e conhecimento, de transações, e de diferentes combinações de recursos disponíveis localmente ou aportados exogenamente. Sobreleva, também, a face transicional intrínseca das redes rurais, na medida em que os pecuaristas familiares foram transformados, de atores marginalizados em 50 anos de modernização da agricultura, em atores elementares, no transcurso das última duas décadas. O caráter contracorrente da rede rural da pecuária familiar na região Centro Sul se expressa pela valorização de recursos endógenos fortemente vinculados aos aspectos histórico-culturais e ao ambiente local, como uma via alternativa importante às trajetórias de desenvolvimento também presentes e em evolução na região, mas assentadas sob recursos exógenos, como são os casos da silvicultura e o cultivo da soja.

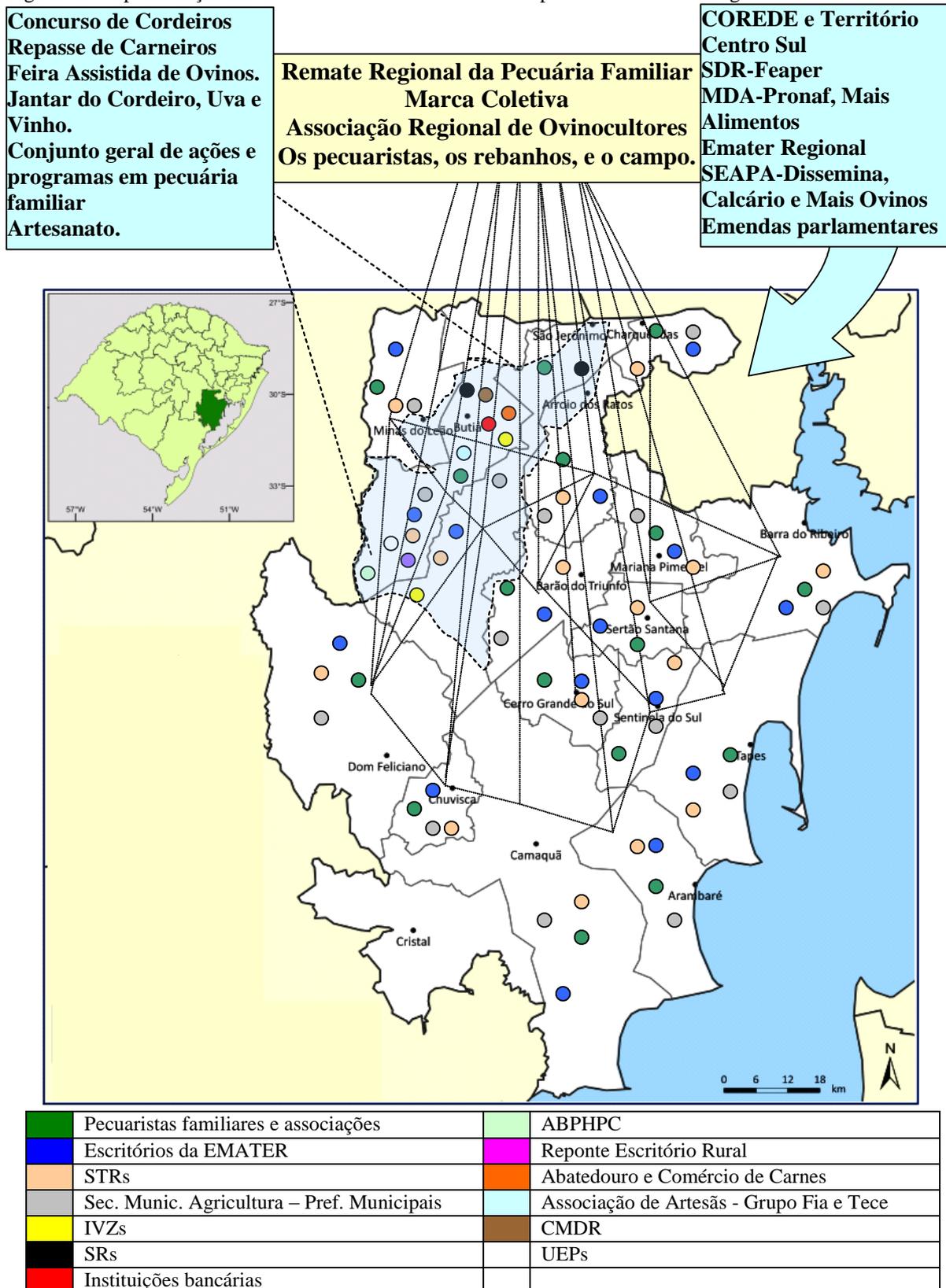
Considera-se, ainda, que foram reunidos itens suficientes para a representação esquemática da rede (Figura 13), em uma maneira visualmente acessível e compreensível do que se estabeleceu na realidade vivenciada por esta pesquisa.

Como enfatizado nos capítulos anteriores, tanto a noção de rede rural quanto a de espaço protegido são instrumentos analítico-metodológicos centrais utilizados nesta tese para abordar os movimentos e as interações de desenvolvimento da pecuária familiar que se concentram em São Jerônimo, Butiá e arredores, mas com repercussões e vínculos na região Centro Sul.

3.3 A REDE RURAL DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA FAMILIAR NA REGIÃO CENTRO SUL

A complexidade da rede rural em questão não é fácil de representar esquematicamente em uma figura. Contudo, a Figura 13 apresenta um conjunto de atores, atividades, conexões, cadeias, transações e recursos que estão entrelaçados no espaço protegido (linha tracejada com preenchimento na cor azul claro) e na região Centro Sul como um todo.

Figura 13- Representação da rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar na região Centro Sul-RS.



Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa do COREDE Centro Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2015a).

O quadro superior à direita reúne as entidades, arranjos, programas e políticas extralocais (*e.g.* SDR, Território Centro Sul, Programa Mais Ovinos, Pronaf), que foram detalhados acima no item 3.2.1. O retângulo superior central é composto por práticas e trajetórias (*e.g.* Remate, Marca), por arranjos (*e.g.* Associação) e por recursos (*e.g.* pecuaristas, rebanhos, campo nativo) todos mobilizados, principalmente, de maneira endógena. O quadro superior esquerdo apresenta as mais proeminentes práticas e trajetórias locais (*e.g.* Repasse de Carneiros, Feira) concebidas como resultado das dinâmicas que ocorrem no espaço protegido da pecuária familiar.

Os pequenos círculos coloridos espalhados no mapa da região Centro Sul indicam os atores locais e sua presença nos municípios. A legenda abaixo da figura permite relacionar os atores locais com as cores dos círculos.

O espaço protegido pode ser considerado como uma espécie de foco do trabalho em pecuária familiar na região Centro Sul. Tanto as práticas e trajetórias (*e.g.* feira, repasse, concurso) que apresentam uma abrangência mais restrita, quanto aquelas, descritas acima no item 3.2.1., em um escopo regional (*e.g.* associação, remate), são, muitas delas, resultado de um rearranjo de recursos existentes e estão contextualizadas por características locais e repertórios culturais em um ambiente de enraizamento de instituições que tem direcionado prioritariamente seus esforços e haveres para o atendimento, de forma duradoura, de um segmento vulnerável específico. Por isso, parecem possuir potencial para serem encaradas como novidades (PLOEG *et al*, 2004) na maneira de abordar os pecuaristas familiares, e, em consequência, tem repercutido e avançado para outros locais próximos em uma direção que poderá adquirir um caráter regional no futuro, ou impactaram regionalmente desde o início.

Esse processo continuado de busca de soluções para as demandas da pecuária familiar no espaço protegido, em um movimento que pode ser encarado como transicional, como referido acima, levando-se em conta que este segmento, ao redor de duas décadas atrás, era praticamente invisível, carente, e inacessível aos inúmeros recursos econômicos, tecnológicos, e sociais. Essa dinâmica local parece se constituir, em algo semelhante àquilo que Moors *et al* (2004) denominam de estímulo a “criação de novidades” para uma mudança de direção dos regimes prevalentes da pecuária e da agricultura, ou para engrossar a série de ações que constituem as formas de resistência a eles (PLOEG *et al*, 2004).

A partir deste ponto são detalhados outros elementos constituintes da rede rural, aqueles que ainda não foram abordados neste capítulo, começando pela referência imprescindível aos próprios pecuaristas familiares e suas organizações sociais, atores centrais da rede rural, presentes em todos os municípios; bem como alguns de seus principais recursos endógenos, representados pelos rebanhos de bovinos, de ovinos; e pelas superfícies campestres, unidades essenciais da co-produção pecuária e seus derivados (Figura 14). São abordados também o Concurso de Cordeiros e Carcaças; o Jantar do Cordeiro, Uva e Vinho; o artesanato em lã; e o conjunto geral de atividades de assistência técnica, atenção à saúde, à educação, e extensão rural dirigidas aos (e conduzidas por) pecuaristas familiares, incluindo programas locais de fomento que incidem total ou parcialmente sobre eles, denominadas na Figura 13 como Conjunto geral de ações e programas em pecuária familiar.

Figura 14- Pecuaristas familiares, seus rebanhos e o campo nativo. Região Centro Sul, 01/2015.



Fonte: acervo da pesquisa (2015).

3.3.1 O Concurso; o Jantar do Cordeiro e o artesanato em lã

O Concurso de Cordeiros e Carcaças criado em 2006, com a 9ª edição acontecendo em 2014, foi fruto de um trabalho de incursão técnica nas propriedades, iniciado um pouco antes, com a intenção de estimular o melhoramento genético e a introdução de práticas adequadas de manejo nos rebanhos dos pecuaristas familiares, num cenário de desesperança com a ovinocultura em decorrência, principalmente, da desvalorização comercial da lã.

Segundo um agente local que iniciou este trabalho, o contexto da criação de ovinos entre os pecuaristas familiares era caracterizado por pequenos rebanhos – 20 a

30 cabeças - de raças com aptidão predominante para produção de lã, frequentemente dominados por ovelhas pretas para atender o 'modismo do pelego preto' demandado pelo mercado, e gravíssimos problemas de comercialização. Assim, diante desse quadro,

[...] não tinha cabimento o produtor ter raça de lã na propriedade com um rebanho de 20-30 cabeças. Então nós fomentamos a introdução do ovino carne por que isso te daria um cordeiro 8-10 kg mais pesado no momento do final do ano (ENTREVISTADO Nº 16).

Os produtores participantes do concurso, em média de vinte por edição, inscrevem um lote de três cordeiros de cinco meses para participar do exame morfológico, o qual, antigamente, era realizado em conjunto com todos os concorrentes e seus lotes presentes no Parque de Exposições Assis Almeida. Entretanto, hoje em dia é realizada uma filmagem dos lotes nas próprias propriedades, para posterior julgamento. Essa mudança ocorreu em razão dos custos de transporte até o local de exposição e avaliação, da necessidade de agilidade no processo, e para possibilitar menor envolvimento dos participantes (ENTREVISTADO Nº 16). Além da análise morfológica, é selecionado um dos cordeiros do lote para a avaliação de carcaça do animal a ser abatido no frigorífico local adequadamente habilitado pelo Serviço de Inspeção Municipal-SIM e que pertence a um varejista de alimentos que comercializa a carne dos cordeiros do concurso no açougue do seu supermercado.

Certames desse tipo, além de estimular a melhoria constante da qualidade dos plantéis, serve como momento de *feedback* dos resultados do trabalho realizado pelos produtores, do assessoramento dos técnicos, e dos programas de fomento, como o programa de Repasse de Carneiros. Com base nos dados de campo é recorrente a percepção de que houve significativos progressos na qualidade da carne e da lã, genética e ganho de peso dos cordeiros, no manejo da criação, e no interesse e comprometimento de entidades e pecuaristas envolvidos com esta experiência.

Figura 15- Momentos do concurso de cordeiros: avaliação das carcaças e pesagem dos lotes.



Fonte: Butiá (2012)

O Jantar do Cordeiro, Uva, e Vinho⁵⁵, que realizou a 9ª edição em junho de 2015, teve sua criação na mesma época que iniciou o concurso, planejado para ser a festa de premiação dos vencedores. De acordo com os dados de campo, ao passar dos anos, essa festa cresceu notavelmente em importância na região, prestigiada pela população em geral, pelos criadores, e lideranças locais, em especial naquele espaço focalizado pela pesquisa, e se apresenta repleta de significados para a pecuária familiar. Para se ter uma ideia, hoje é considerada por muitos a principal ocorrência social do município de Butiá. “[...] é o nosso maior evento” (ENTREVISTADOS Nº 06 e 15). O depoimento a seguir realça a visão de um criador,

isso (o concurso) incentiva mais a gente. Isso reuni as pessoas lá e depois tem a janta que junta mais de 400 pessoas lá. Isso é uma reunião de pessoas muito importante. Vem gente de Arroio dos Ratos, Minas do Leão. Esses municípios vizinhos nossos aqui vem todos. Tem gente que vem só pra festa, nem são produtores e vem pra festa, pra ajudar. O Jantar arrecada pra mais de R\$ 10 mil do ingresso que vende (ENTREVISTADO Nº 19).

Essa ação, conforme depoimento de atores locais e regionais elevou a visibilidade e a cidadania de um segmento social até pouco tempo atrás, sem voz, invisível, e pouco atendido, o pecuarista familiar. Muito se tem ouvido sobre os resultados satisfatórios na dimensão social do trabalho (*e.g.* melhoria da auto-estima do produtor) com pecuária familiar, e o Jantar do Cordeiro, Uva e Vinho é muito lembrado, como um dos símbolos de conquista nesse sentido.

Quem são os atores do processo? São os pecuaristas. Então tu vê lá o Prefeito, o Gerente do Banco, o Presidente da Emater, que entregam a premiação para o pecuarista.[...]. Olha a cidadania desse pessoal, que eram aliados do processo (ENTREVISTADO Nº 09).

⁵⁵ A Prefeitura Municipal de Butiá e a Emater contam com a parceria da Associação Butiaense de Produtores de Hortifrutigranjeiros e Produtos Coloniais-ABPHPC na organização do Jantar.

O que se busca com esse Jantar? É a inclusão desse povo lá do interior pra interagir aqui na cidade, mostrar o que eles produzem e quem produz. E é um jantar todo produzido a base de carne de cordeiro. [...] A comida já é famosa, tem *stroganoff* de cordeiro, croquete de cordeiro (ENTREVISTADO N° 15).

Figura 16- Jantar do Cordeiro, Uva e Vinho. Butiá, 06/2015.



Fonte: acervo da pesquisa (2015).

A retomada mais intensa na atividade das artesãs em lã se deu no final da primeira década dos anos 2000, tendo como marco impulsionador a organização de uma excursão motivacional ao município de Lavras do Sul, composta por produtores de ovinos, mulheres com experiência no trabalho com lã e mulheres com interesse no tema, todos oriundos de Butiá e Arroio dos Ratos.

Os desdobramentos dessa viagem foram a realização de reuniões com as pessoas interessadas em prosseguir na atividade; o planejamento de ações de capacitação; e a criação de um grupo que congregasse essa turma, como esclarece um agente local envolvido com essa atividade.

Bem, no retorno (da excursão), o que aconteceu? Marcamos uma reunião entre interessados para fazer alguma coisa em artesanato em lã. E aí nessa reunião todas manifestaram interesse em investir um pouco na lã. Só que esse grupo era heterogêneo (quanto às habilidades) [...]. Então o próximo passo nós programamos uma capacitação. [...], hoje nós temos o grupo Fia & Tece, que é o grupo da lã, que gira em torno de 10 pessoas. Ele foi fundado já na segunda reunião após aquela excursão [...] (ENTREVISTADO N° 17).

Esse resgate do fôlego no artesanato em lã já tem cinco anos de caminhada, mas ainda existem muitos problemas comerciais a serem enfrentados, na medida em que falta sincronia para produzir e se inserir coletivamente no mercado, elegendo uma peça que identifique e especialize o trabalho, para ser diferente daquilo que comumente é produzido em lã na região.

Por que, hoje, tá assim, cada artesã se especializou em uma determinada peça, vende uma, outra, pingadinha, numa feira ou coisa assim. Agora o grupo, enquanto grupo, eu creio que essa clientela vai surgir no momento que elas produzirem em série uma determinada peça específica (ENTREVISTADO Nº 17).

O artesanato em lã está vinculado à atividade coletiva de artesãs associadas ao grupo denominado Fia & Tece, e às Associações de Artesãos, de Butiá, denominada ABART, e de Arroio dos Ratos, ARTEAR, apesar de existirem produções isoladas, sem nenhuma ligação com agremiações, como pôde ser observado entre os expositores da Feira de Ovinos do Rincão dos Corrêas. Há ainda artesãs que manipulam outros produtos rurais, como couro, chifres, o porongo e a palha de milho.

A despeito da abrangência ainda restrita do artesanato em lã na área de concentração da pesquisa, envolvendo aproximadamente 21 artífices dessa matéria-prima, a coleta de dados da pesquisa indica a existência de uma lacuna potencial para evolução em direção a ações regionais, intensificação de conexões intermunicipais, e a criação de um curso sobre artesanato em lã para atendimento das necessidades dos produtores, com possibilidade de aumento no número de obreiros, estimulada por ações de formação profissional e de suporte a produção. O depoimento a seguir reflete as possibilidades de avanço do artesanato.

O artesanato transpassa os limites municipais. Cada vez que tu vais numa feira, isso acontece [...]. Agora [...] a gente vai conseguir fazer uma articulação mais regional, um Encontro das Mulheres, um Seminário de Artesanato [...]. [...] Eu tenho muito contato, ali com Arroio dos Ratos, que também tem um trabalho com artesanato em lã. [...] São Jerônimo, não tão próximo, por que ela (a colega) tá muito envolvida com as chamadas públicas. Entrou uma colega agora em Charqueadas que tá se relacionando [...]. [...] tem um grupo da lã de extensionistas que estão se preparando para serem instrutoras de um curso no CETAM⁵⁶, [...] (ENTREVISTADO Nº 17).

3.3.2 Conjunto geral de ações e programas em pecuária familiar

As práticas e trajetórias mais representativas no espaço protegido de promoção da pecuária familiar, bem como no âmbito mais abrangente da região Centro Sul são a associação de ovinocultores, a feira de ovinos, o repasse de carneiros e o remate da pecuária familiar, as quais serão pormenorizadas no capítulo 5 desta tese como novidades do desenvolvimento rural, juntamente com o caso de transformação de um pecuarista familiar em cabanheiro de ovinos da raça Texel que fornece seus produtos

⁵⁶Centro de Formação de Agricultores de Montenegro da Emater/RS.

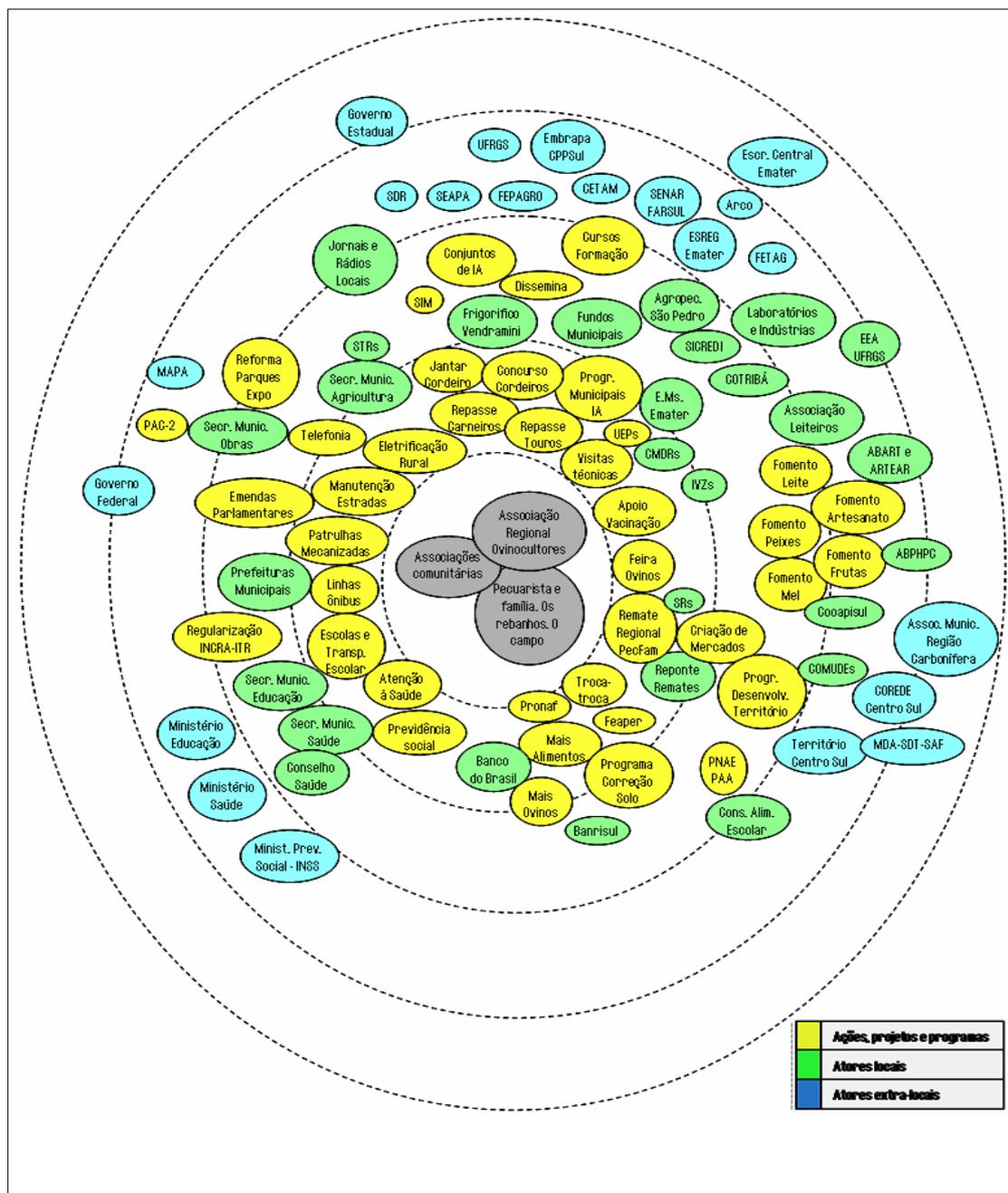
para o programa de repasse e para o mercado da região. São também emblemáticos o Concurso, o Jantar do Cordeiro e o artesanato em lã, recém pormenorizados, bem como os atores, arranjos, entidades e financiamentos retratados no item 3.2.1. Essas práticas e trajetórias podem ser consideradas como as mais visíveis ‘bandeiras’ da experiência, aquelas que ‘chamam a atenção’, reconhecidas pela criatividade de sua concepção e pelo impacto das conseqüências.

Entretanto, um expediente que visa à promoção de um segmento social vulnerável, como os pecuaristas familiares, é composto por um conjunto mais amplo de ações, projetos e programas, alguns dos quais, não tão notáveis, mas fundamentais para o atendimento da amplitude de demandas relacionadas à rotina de vida desses criadores, suas famílias, seus rebanhos e ao ambiente natural e social, cheio de particularidades, onde habitam e se relacionam, bem além da restrita dimensão técnico-produtiva. São importantes também por que funcionaram (e/ou ainda funcionam) como alicerces dos desdobramentos em evolução de uma determinada trajetória ou na gênese de coisas inteiramente novas.

Essa generalidade de realizações, executadas para atender os pormenores da existência social dos agricultores familiares que criam bovinos e ovinos, se incluí na rede de desenvolvimento rural (Figura 13) como o conjunto geral de ações e programas em pecuária familiar. Cabe reforçar, que as ‘bandeiras mais brilhantes’ também se inserem neste conjunto de ações, projetos e programas em pecuária familiar, mas foram (ou serão no capítulo 5) abordadas em separado para que recebam o destaque merecido.

Desse modo, as ações de assistência técnica, extensão rural, atenção à saúde, à educação, investimentos em infraestrutura, seguridade social, e participação democrática dirigidas aos (e conduzidas por) pecuaristas familiares, e os programas locais de fomento que incidem total ou parcialmente sobre eles podem ser representados através do diagrama a seguir (Figura 17), o qual permite o reconhecimento de linhas principais de direcionamento que caracterizam o trabalho. O diagrama se propõe a representar aquilo que foi levantado no campo da pesquisa, portanto se constitui em um retrato do momento em que a diligência científica se desenrolou, sem registro do que aconteceu no passado, tampouco projeções do que virá a acontecer no futuro.

Figura 17- Representação dos atores, ações e programas no espaço protegido da pecuária familiar.



Fonte: elaborado pelo autor a partir de levantamentos da pesquisa (2014/2015).

A Figura 17 mostra uma densidade de ações, projetos e programas que se concentra em três vertentes, que podem ser assinaladas, em linhas gerais, como os três eixos principais da rede rural de desenvolvimento na pecuária familiar. Os três atores locais fundamentais para o andamento das ações, nos três eixos, são os pecuaristas familiares e suas associações; as prefeituras e secretarias municipais; e as equipes da Emater, sempre em associação com outros atores.

Primeiramente, sob um dos eixos aglutinam-se as atividades relacionadas com investimentos, públicos e/ou privados, inclusive dos próprios agricultores, em infraestrutura de estradas através de patrulhas mecanizadas; telefonia; estruturas de saúde; transporte público no interior; transporte escolar e escolas rurais. Os temas reunidos neste eixo são, geralmente, motivos de grande preocupação das famílias rurais e sempre geram, proporcionalmente às imposições de situações específicas, mobilizações coletivas, via associações e conselhos municipais, não raro também individuais, por resposta dos poderes públicos à solução de suas demandas.

O protagonismo no andamento das ações, projetos e programas neste eixo está fortemente apoiado na atuação das secretarias municipais de obras, saúde, educação, e agricultura, e associações, no âmbito local; e pelos Ministérios da Agricultura, Saúde, Educação e Previdência Social, no âmbito regional e macro. Os recursos que irrigam este eixo são provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento 2-PAC 2, Emendas parlamentares, Fundeb⁵⁷, Sistema Único de Saúde-SUS com aportes federais, estaduais e municipais, e o Fundo de Previdência.

No segundo eixo, observa-se um veio de canalização de esforços e recursos na melhoria genética dos rebanhos e no aperfeiçoamento das práticas de manejo do campo CN e dos animais. Nesse eixo aparecem os programas municipais e estaduais de IA; os repasses estaduais e municipais de reprodutores; os concursos de cordeiros; as visitas, reuniões técnicas, os cursos de formação; e as UEPs. Na interação entre atores locais e regionais, além dos três basilares já citados, destacam-se as IVZs, os STRs, e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural-CMDRs, no âmbito micro, e a SDR, SEAPA e Fepagro, no meso.

A terceira linha de ação se caracteriza pela agregação de valor aos produtos e governabilidade de mercados existentes e criação de novos. O início da bacia leiteira, as feiras de produtos coloniais e artesanais, os projetos de fomento (artesanato, leite, frutas, peixes e mel), as feiras de ovinos, o remate regional da pecuária familiar, e as trajetórias em busca do desenvolvimento da ovinocultura na região Centro Sul, são exemplos nesta linha. O COREDE e o Território Centro Sul; e a Associação Regional de Ovinocultores são os principais atores regionais associados a esta dimensão. No escopo local, salienta-se o envolvimento dos SRs e das IVZs.

⁵⁷Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Além das três linhas de operação identificadas pelo diagrama, aparece o conjunto de políticas e programas de apoio que disponibilizam, entre outras coisas, recursos financeiros para o andamento de tudo que acontece nos eixos. Particularmente, nos eixos 2 e 3, destacam-se o Pronaf (custeio; investimento; Mais Alimentos), Feaper (Troca-Troca de sementes; calcário), o Programa de Desenvolvimento dos Territórios, os Fundos Municipais, e o Programa Mais Ovinos. Os agentes financeiros são atores sociais destacados nesse contexto.

Após o percurso de resgate do processo de surgimento e evolução da rede, bem como o esboço de suas atribuições atuais, chegou-se a representação esquemática da rede rural, a qual permite a visualização dos seus componentes interativos e de seu escopo. Entre os elementos destacaram-se a história compartilhada, as características dos recursos endógenos, as atividades produtivas, as tecnologias, as ações dos atores, e os montantes financeiros. O resgate do processo formativo possibilitou também realçar o caráter evolutivo da rede rural, em constante desdobramento.

Os componentes entrelaçados em dinâmicas de co-produção e co-evolução conferem aspectos únicos à rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar da região Centro Sul, pois são resultado de relacionamentos e processos adaptativos entre atores e natureza que se moldam no tempo e no local. As práticas e trajetórias foram e estão sendo propostas, debatidas, executadas e redimensionadas a partir de contingências, pressões, oportunidades e percepções dos atores sociais na relação com o ambiente circundante, ou seja, com o contexto específico, que imputa exclusividade à rede.

A evolução das iniciativas e conexões diversas fez surgir e, tendencialmente, consolidar um ambiente de concentração das práticas e trajetórias, analiticamente encarado como o espaço protegido da pecuária familiar. Esse ambiente profícuo de criação de ‘coisas novas’ têm repercutido na região Centro Sul e é uma parte constituinte da rede, conectando atores e recursos municipais em desdobramentos, que confere regionalidade ao escopo.

As iniciativas e conexões que definem estratégias; corrigem rumos; alimentam expectativas; e/ou geram práticas e trajetórias são compreendidas como as ações de gestão levadas adiante por múltiplos atores no espaço.

4 A GESTÃO DO ESPAÇO PROTEGIDO DA PECUÁRIA FAMILIAR

Primeiramente, afirma-se, com base nos levantamentos de campo, que o espaço protegido na região Centro Sul apresenta exemplos de negociação entre os atores sociais (*e.g.* na valorização social do segmento, na implantação das UEPs, na concepção de programas locais, no direcionamento ao local de recursos e financiamentos extralocais, na adaptação de financiamentos) com o objetivo de estabelecer estímulos, isenções e adaptações (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008) que favoreçam a pecuária e os pecuaristas, denotando, assim, ações de gestão.

À luz das contribuições de Geels (2004), Moors *et al* (2004), Wiskerke (2003), Roep e Wiskerke (2004), e Oostindie e Broekhuizen (2008), é analisado neste capítulo como múltiplos atores, em instâncias diversas, estão gerenciando o espaço protegido da pecuária familiar na região Centro Sul do RS. Para estes autores, a GEN, como uma ferramenta operacional e analítica, considera três estratégias principais: a presença e a qualidade dos fluxos de informação, de aprendizagem e de conhecimento; a existência de alinhamento de expectativas e estratégias; e as iniciativas voltadas para a criação e regência das redes de atores e cadeias curtas de comercialização.

A análise segue, principalmente, os três eixos da rede rural da pecuária familiar no espaço protegido, que foram identificados no trabalho de campo: infraestrutura e qualidade de vida; melhoria genética dos animais, do manejo dos campos e dos rebanhos; e agregação de valor e governabilidade dos mercados. Seguindo o campo, se aceita que estes eixos representam os três grandes alinhamentos de estratégias e expectativas na gestão do DR.

4.1 FLUXOS DE INFORMAÇÃO, DE APRENDIZAGEM E DE CONHECIMENTO

O documento do programa Fortalecimento da Pecuária Familiar-SDR faz menção em seu item 'linhas de ação' à intenção de valorizar o saber popular e científico, onde as pesquisas e práticas consagradas pelos pecuaristas familiares serão consideradas e somadas ao conhecimento construído no meio acadêmico (RIO GRANDE DO SUL, 2012a). Desse modo, recomenda que as iniciativas de qualificação dirigidas aos pecuaristas familiares estimulem a troca de saberes.

Será fundamental a formação de grupos de produtores para que, além do conhecimento técnico trazido pelos extensionistas, seja possível também a troca de experiências entre os próprios pecuaristas familiares. O conhecimento prévio obtido no meio familiar e cultural em que foram socializados, sendo estes herdeiros de um longo processo acumulativo transcendido pelas gerações que os antecederam, torna a experiência extremamente rica em conteúdo e eficaz em termos práticos (RIO GRANDE DO SUL, 2012a p. 15).

Portanto, ao menos no âmbito normativo do programa, os técnicos envolvidos devem animar a construção conjunta e troca de diferentes tipos de conhecimento. Entretanto, o manual operativo da SDR que versa exclusivamente sobre o financiamento e implantação das UEPs (RIO GRANDE DO SUL, 2013), que se constitui em uma das linhas de ação do programa Fortalecimento da PF, pouco diz, propõe, recomenda e/ou valoriza sobre a importância dos conhecimentos locais e científicos, e fracamente indica sobre os possíveis caminhos para a edificação de conhecimento híbrido ou a troca de saberes a partir das unidades, deixando em aberto, assim, a real importância imputada à participação interativa de pecuaristas e técnicos nas ações do programa. As considerações recém redigidas referem-se ao conteúdo de documentos da SDR sobre a pecuária familiar.

A partir das entrevistas, fica evidenciado que os programas coordenados pela SDR são permeáveis e se adaptam ao contexto específico de cada caso (*e.g.* na instalação das UEPs), mas esse fluxo fica fortemente afunilado pelo posicionamento dos técnicos locais, conforme argumenta um agente regional dessa pasta.

Então, a gente foi adaptando (o tipo de UEP) conforme a vontade e o encaminhamento que o técnico ia dando lá na ponta. Se o técnico nos passava um relatório que era viável, a gente buscava a viabilidade documental aqui. Se o técnico nos transmitia que isso é loucura do produtor, não tem jeito, então a gente respeitava a vontade do técnico local. [...] Eventualmente, eles trocam ideias entre as equipes, [...] mas o que chega pra nós é a decisão do técnico (ENTREVISTADO Nº 08).

A primeira vista, partindo da visão deste agente regional, parece que os procedimentos de definição e instalação das UEPs pouco consideraram os conhecimentos e habilidades dos pecuaristas selecionados, e fica claro que ele, particularmente, teve pouco envolvimento nessa dinâmica local.

Outro agente regional expressa que o modo de atuação na promoção do desenvolvimento mudou de uma ‘extensão rural difusionista’ para uma postura de construção do conhecimento e saberes em conjunto com os agricultores, o que acaba ocasionando relações mais sólidas com técnicos de campo e com os agricultores

(ENTREVISTADO Nº 09). Por ser um agente regional, suas relações rotineiras são mais frequentemente estabelecidas com os técnicos de campo, mas também com os pecuaristas. O depoimento a seguir indica reconhecimento e valorização dos saberes contextualizados dos técnicos locais e dos produtores.

Esses processos e essas construções são muito a partir do conhecimento, da impressão do local, então os encontros que nós fazemos dos técnicos, são muito de busca do que está sendo construído por eles lá. [...] através da bagagem que eu tenho e da construção feita com eles lá (técnicos e pecuaristas), eu não tenho mais dúvida nenhuma que o ciclo completo estabelecido por eles lá, [...] inviabiliza a sucessão familiar daquela unidade. Mas eu não posso chegar lá, dentro da propriedade de cada um, e dizer pra eles, tira isso, tira aquilo. Pra essa informação, a gente usa informantes, aqueles pecuaristas que nos ajudaram a enxergar essa realidade, né, e que eles sejam os maiores difusores (ENTREVISTADO Nº 09).

Diante dos posicionamentos dos agentes regionais fica a impressão que o reconhecimento da sabedoria local se processa em graus variados na prática dos atores extralocais.

Cabe averiguar agora, os caminhos normalmente trilhados pelos agentes locais e pecuaristas na tomada de decisão sobre questões locais, e como se dá, posteriormente, a transmissão, quando for o caso, para instâncias institucionais mais elevadas e para a coordenação dos programas.

As relações entre técnicos e agricultores se estabelecem frequentemente, em graus bastante variados de enraizamento (*embeddedness*), formas de interação e de eficiência nos encontros informais na sede do município, nos contatos de trabalho na sede, nas reuniões mensais dos conselhos, nas reuniões das associações comunitárias, nas propriedades rurais, nas atividades relacionadas à organização de eventos de trabalho, e via rádio. A esse respeito, um agente local tece as seguintes ponderações.

Se tu quiseres que as coisas deslanchem, tem que ter contato, tu tens que te comunicar. [...]. Tu viste que o Petronilho esteve aqui, [...] eu fiquei sabendo que ela tá precisando de um carneiro, que ele comprou um carneiro, um borrego. Que o Presidente da ARCO⁵⁸ tava na propriedade. Hoje, almocei [...] junto com Luiz, que me contou sobre o temporal que houve na sua casa e na região. Então, essa relação tem que haver sempre, não é só lá na propriedade que tu vai fazer extensão (ENTREVISTADO Nº 16).

O mesmo agente segue refletindo sobre a importância das relações sociais e a integração de saberes.

Se tu te relacionas bem, tu aproveitais muita experiência do agricultor junto com a parte técnica que tu tens. Então acho muito importante o fazer junto, o

⁵⁸Associação Brasileira de Criadores de Ovinos

aprender junto, [...]. Aquela de tu chegares de Doutorzinho, cagando lei, não funciona, esquece isso aí (ENTREVISTADO Nº 16).

Quando o agente local está intensamente imerso nas relações sociais locais, e com autonomia (WOOLCOCK, 1998; 1999), dimensão que se relaciona com a qualidade dessa inserção, ele acaba participando, de forma proveitosa, da sistemática coletiva de construção de conhecimento contextual abordada no capítulo 2, na qual fazem parte os processos interconectados de socialização, externalização, recombinação, e internalização. Entretanto, os dados de campo da pesquisa não indicam que enraizamento e autonomia sempre apareçam como dimensões fortemente presentes e de forma abrangente nas relações sociais estabelecidas entre agentes de desenvolvimento e agricultores. O depoimento a seguir evidencia carências nas relações.

Olha, aqui pra nós nos manter atualizado é com nós mesmos. É com nossa prática e com nossa experiência pra gente se manter atualizado. Não tem um técnico pra vir aqui de 15 em 15 dias, ou uma vez por mês, pra orientar nós aqui. A orientação que a gente tem aqui é sobre os programas, mas a parte de campo não tem. Faz falta, né. O técnico diz: ah, é bom fazer o programa. Mas, e depois? Quem é que nos assessora? (ENTREVISTADO Nº 01).

Estes dois últimos depoimentos expressam pontos de vista que partem da perspectiva de um agente local e de um agricultor, e são posições extremas de um quadro observado a campo. Portanto, cumpre reforçar que nem todos os agentes de desenvolvimento apresentam uma inserção intensa e autônoma na rotina das relações sociais no processo de desenvolvimento, e, por outro lado, nem todos os agricultores expressam e demandam uma inserção técnica e social de forma freqüente e intensa dos agentes. A heterogeneidade de situações e de avaliações a respeito das relações encontradas a campo caracteriza um contexto pautado pela diversidade.

4.1.1 Como as pessoas aprendem sobre pecuária e assuntos relacionados?

De um modo geral, tanto os agentes quanto os pecuaristas admitem que os principais fluxos de informação e aprendizagem se estabelecem entre os próprios criadores, sem, contudo, deixarem de considerar a existência de fluxos entre agentes e produtores.

Entre os agentes lembrados no processo de criação de conhecimento em pecuária destacam-se: as equipes de extensionistas da Emater, especialmente um agrônomo; uma

veterinária vinculada à empresa comercial; e um veterinário ligado a IVZ. Foram também identificados um agrônomo e um técnico agrícola ligados às Prefeituras; os instrutores do SENAR de um modo geral; um técnico da ARCO; um veterinário autônomo, e veterinário de IVZ local.

Nesse cenário, admite-se que a interface entre saber tradicional e saber científico pode estar gerando um conhecimento contextual que flui no espaço entre os atores sociais. A partir disso, se pode inferir, que as trocas produtor-produtor, comprovadamente mais intensas, fazem fluir um conhecimento ‘híbrido’, no qual o conhecimento científico dos técnicos está mesclado, pois foi transmitido em ocasiões diversas através de contato direto, palestras técnicas, dias de campo, programas de rádio, televisão, e internet, enfim em todos os métodos de interação entre técnicos e produtores. Assim, nesse fluxo ‘dominante’ produtor-produtor, a contribuição dos agentes aparece, de forma indireta, mas presente. Igualmente, para evitar a parcialidade no raciocínio, admite-se que os fluxos ‘agente-agente’ não conduzem somente conhecimento científico, e, portanto, da mesma forma, o conhecimento tradicional dos pecuaristas, transmitido nos contatos produtor-agente, também está contemplado. Anota-se ainda, que existe uma dimensão histórica nestas interconexões, com os pecuaristas interagindo entre si desde o século XVII e o assessoramento técnico aos produtores se intensificando a partir dos anos 1950.

Para ilustrar a forte tendência dos fluxos de informação se estabelecendo entre criadores, retrata-se primeiramente a impressão dos agricultores.

A gente faz praticamente aquilo que se adquire desde que a gente se criou fazendo. E a gente observa os outros criadores. Sempre observando a gente vai aprendendo. As pessoas que eu identifico que ajudam na lida da pecuária são os vizinhos no caso. [...] a gente troca até reprodutores (ENTREVISTADO Nº 20).

Eu sempre procuro conversar com quem lida com pecuária há mais tempo, que tem mais experiência, mais idade que eu, que trabalha com gado desde criança. Aí, eu procuro perguntar, por que não existe melhor professor do que a vivência. São vizinhos, pessoas próximas (ENTREVISTADO Nº 23).

Os agentes, tanto locais como regionais, também percebem a forte influência que os agricultores exercem entre si no processo de aprendizagem. Um agente regional enxerga o pecuarista familiar como um “público desconfiando, sestroso” (ENTREVISTADO Nº 8). Esse mesmo agente argumenta que, ao instalar a UEP em uma unidade de produtor da localidade, o qual os pecuaristas conhecem o dia a dia, a

vida e a história, e enxergam o produtor “fazendo as coisas”, então “eles se sentem empoderados para fazer também” (ENTREVISTADO Nº 8). Nesse caso, o método de extensão foi implantado em uma determinada condição e situação a fim de maximizar esses fluxos de informação produtor-produtor que são os mais aceitos e praticados entre os pecuaristas.

Unidades dentro da Embrapa, ou outra estação sempre geram desconfiança, do tipo, “isso eles fazem por que tem dinheiro, tem funcionários à disposição, tem irrigação, *etc.*” (ENTREVISTADO Nº 8).

Desse modo, admite-se que existem fluxos de informação, aprendizagem e conhecimento ocorrendo na realidade local. Quanto ao conhecimento, as evidências parecem indicar a presença de um conhecimento contextual, uma mescla de saberes, tradicional e científico que fluem na interação entre os atores. Diante disso surgem novas questões a serem respondidas. Onde normalmente acontecem estes fluxos? Qual o papel atual das UEPs neste processo?

Verifica-se uma forte relação de proximidade no estabelecimento dos fluxos de informação, aprendizagem e conhecimento. Os agricultores recorrem aos vizinhos e agricultores da comunidade para se atualizarem sobre pecuária e assuntos afins, através de diálogos e observações que podem ocorrer em nível de propriedade, na estrada, nas festas de aniversário, nos casamentos, em funerais, nas missas, nas reuniões da associação comunitária, nos eventos comunitários (*e.g.* feiras de comercialização), e nos rodeios. Esse último foi recorrentemente retratado como um momento de forte interface entre os produtores.

[...] o maior deles são os rodeios. Eles vão normalmente nos rodeios da comunidade. Vão nos rodeios próximos. É um fim de semana em que eles ficam o dia todo lá. Alguns laçam, mas a maioria não laça, então ficam lá conversando. [...] Conversam sobre o que? Sobre a vida, doenças, sistemas de produção, então [...], tem essa troca entre eles fora dos métodos formais de extensão, de divulgação (ENTREVISTADO Nº 9).

Muitos fluxos acontecem por observação. Nesse sentido, os remates e feiras (*e.g.* remate regional da pecuária familiar, feira assistida de ovinos), e a observação ‘por cima da cerca’ têm um papel destacado. Um pecuarista que participa de eventos de comercialização, ao perceber que um determinado lote de animais em pista (ou em uma baia de exposição), que é criado por um pecuarista familiar como ele, mas com características fenotípicas superiores ao dele (*i.e.* fruto de melhoramento genético e

manejo), e que, em função disso, recebeu lances mais valorizados, ou foi melhor avaliado pela comissão julgadora, pode vir a ser o gatilho para aperfeiçoamentos em sua criação. A competição e a exposição coletiva proporcionada nestes momentos podem, potencialmente, estimular fluxos de informação, aprendizagem e conhecimento por observação.

Um criador que, por motivos diversos (*e.g.* pouco visitado pelos técnicos, desinteressado, ou infrequente nas reuniões da associação) ainda não participa de programas de repasse de reprodutores bovinos e ovinos, ou programas de inseminação artificial, ao observar os produtos (*i.e.* terneiros e cordeiros) dos rebanhos de bovinos e ovinos de um vizinho que participa; e constatar, em função disso, que os animais são melhores, mais pesados e melhor conformados do que os dele, isso pode gerar uma mudança de comportamento. Caso ele continue optando em não participar, mesmo assim, ele poderá mudar, iniciando uma busca no mercado a reprodutores similares em aparência àquilo que ele observa ‘por cima da cerca’ no campo do lindeiro.

Com relação à contribuição das Unidades de Experimentação Participativa nos fluxos locais de aprendizagem, avalia-se um potencial ainda subaproveitado deste método de extensão. O espaço protegido da pecuária familiar investigado na pesquisa conta com três UEPs (Figura 18), as quais já foram parcialmente apresentadas no capítulo 3. Uma delas é coletiva, concebida com o propósito de proporcionar aos produtores da associação comunitária Rincão dos Corrêas melhores condições de manejo dos rebanhos bovinos. As outras duas são individuais. A UEP instalada na localidade de Francisquinho enfatiza o manejo do campo nativo (*i.e.* introdução de espécies, calagem, adubação, subdivisão, rotação de pastejo), bem como o manejo e melhoramento genético de ovinos, com a escolha de uma propriedade rural, significativa e propositalmente, encravada entre propriedades confrontantes que exploram maciçamente a silvicultura. A outra UEP individual está instalada em uma unidade produtiva composta por duas frações de campo, uma localizada na Água Boa, e outra no Rincão dos Corrêas. A ênfase está colocada no manejo do CN (*i.e.* introdução de espécies, subdivisão, rotação de pastejo, calagem, adubação) e no melhoramento genético e manejo do rebanho bovino. A paisagem circundante também se encontra dominada pelos maciços de monocultivos florestais. Para facilitar, esta UEP será

chamada de UEP Água Boa, a outra individual será chamada de UEP Francisquinho, e a coletiva de UEP Rincão dos Corrêas.

Figura 18- UEPs Rincão dos Corrêas(a); Francisquinho(b); e Água Boa(c). Região Centro Sul, 2014.



Fonte: acervo da pesquisa (2014).

Primeiramente, argumenta-se, com base no que foi averiguado, que o nome destas unidades não deveria conter as palavras ‘experimentação participativa’, na medida em que não houve envolvimento ativo de grupos de pecuaristas em questões como, a escolha do local, o que investir, como manejar, e processos de experimentação e aprendizagem coletiva.

Justiça deve ser feita ao processo de definição e implantação da UEP Rincão dos Corrêas, o qual através de automobilização dos moradores da localidade conquistou inclusive um ‘desvio’ na regra do programa, destinando um financiamento individual para a concretização de um bem coletivo. Entretanto, este bem está muito mais voltado à prestação de serviços comunitários (*i.e.* pesagem, acompanhamento, apartes, manejo sanitário, carga e recarga em transações comerciais), do que a processos de experimentação e aprendizagem, propriamente ditos.

O termo mais adequado, por conceito, seria UD, o qual inclusive aparece em alguns documentos da SDR, como aquele que apresenta o Programa Fortalecimento da Pecuária Familiar (RIO GRANDE DO SUL, 2012a p. 14 e 15), contudo no mesmo documento e em outros dessa pasta faz-se menção às UEPs. Não obstante, este trabalho seguirá utilizando o nome, oficialmente escolhido, UEP.

Contribui para o subaproveitamento das UEPs a ausência de envolvimento da Embrapa-CPPSul, ou outras instituições de pesquisa, no acompanhamento destas unidades. Dá-se nome a esta instituição por que está oficialmente acordado sua responsabilidade no acompanhamento do andamento de “Unidades Pedagógicas Participativas” implantadas em diferentes territórios do Estado através de Termo de

Cooperação, celebrado entre SDR, Emater e Embrapa CPPSul (RIO GRANDE DO SUL, 2012b). Mesmo estando tudo oficialmente acordado por convênio, um agente regional da Emater, faz *mea culpa* ao enxergar que essa ausência de pesquisadores nas UEPs é um problema de articulação, e sentencia “essa articulação tá na nossa mão. [...] os pesquisadores não estão avessos à atuação na linha de frente em alguns momentos. Quando tu articulas, a gente encontra apoio” (ENTREVISTADO Nº 9).

O subaproveitamento do potencial da UEPs para dinamizar fluxos de informação, aprendizagem e conhecimento no espaço protegido é desigual entre elas. As unidades Francisquinho e Água Boa foram palcos de Dias de Campo sobre a temática geral da pecuária familiar, com grande afluxo de participantes da região Centro Sul e cobertura da mídia local e estadual. A maioria dos informantes da amostra participou na organização, esteve presente, ou, no mínimo, sabe que estes eventos aconteceram, o que denota boa repercussão local. A unidade Rincão dos Corrêas, por sua vez, teve um evento de inauguração, no qual foi apresentado o trabalho em pecuária familiar na região para o grupo de técnicos uruguaios, e foram visitadas as instalações e produtores próximos, com audiência composta principalmente por pecuaristas da localidade.

Os organizadores desses Dias de Campo, aceitando a alegação de que os processos de aprendizagem e conhecimento fluem melhor entre produtores, do que entre técnicos e produtores, tomaram o cuidado de colocar os condutores das UEPs Francisquinho e Água Boa como palestrantes em algumas estações.

No dia a dia, longe dos grandes eventos, a UEP Francisquinho é aquela que vem cumprindo melhor o papel de emanar seu conteúdo para o âmbito local e regional, tendo em vista as visitas que acontecem com relativa frequência.

Tem sido um local de troca de experiências e conhecimento, [...]. O caso de São Jerônimo, por exemplo, tem produtores interessados, [...] eu fazer uma apresentação [...] como foi feito, como iniciou todo o processo [...]. É assim ó, não é diariamente, mas mensal tem produtores que estão chegando, [...] e vendo como é que funciona, até porque a gente tem aquela indicação na frente da propriedade, [...]. Então, às vezes, a gente nem conhece a pessoa [...] (ENTREVISTADO Nº 1).

Um agente local que assessora as UEPs Francisquinho e Água Boa avalia que elas estão cumprindo a função delas, mas os exemplos de efetividade que são dados recaem mais sobre a primeira; e ele reflete criticamente sobre os avanços conseguidos

até aqui nas UEPs no que tange ao manejo do CN, quadro que ele atribui às deficiências de investimento em capacitação dos técnicos sobre esse tema.

Se faz dia de campo. O cara quer ver um modelo de mangueira eu levo lá. A gente leva lá e o Petronilho mostra [...]. Num dia normal de trabalho a gente coloca no carro e leva lá, mostra, [...] O colega de Dom Feliciano veio, ele queria ver como é [...]. Com relação ao campo nativo, eu acho que nós não fomos suficientemente capacitados para trabalhar [...] (ENTREVISTADO Nº 16).

A UEP Água Boa está ‘devagar’ em sua função de irradiar fluxos de informação e conhecimento e proporcionar processos de aprendizagem. Ressalvado o Dia de Campo e uma visita técnica no dia da inauguração da UEP Rincão dos Corrêas, parece que a unidade somente tem trazido benefícios para os proprietários, pai, esposa, e filho que manejam a UEP, e administram a unidade produtiva como um todo.

Eu não sei dizer pros outros, mas pra nós essa UEP foi boa. Nós financiamos o centro de manejo, o aparelho de cerca elétrica, e os materiais pros piquetes. [...] Não tem vindo muitas pessoas pra ver aqui o rodízio de pastagens. As pessoas não acreditam, [...] Eu acho que tá pouco, tá baixa a irradiação do que acontece aqui dentro para os vizinhos da região (ENTREVISTADO Nº 19).

Um vizinho da UEP Água Boa e com laços próximos aos proprietários, comenta que eles têm lhe dito que estão muito satisfeitos, devido aos melhoramentos, “mas visitação e eventos l  na propriedade eu acho que   pouco. Eu mesmo l  naquela propriedade [...] onde se instalou a UEP, eu só fui uma vez. Eu acho que só teve um evento.” (ENTREVISTADO Nº 7). O mesmo informante parece expressar desconfiança com rela o   eficiência (custo x benefício) do manejo na UEP  gua Boa. “E vou lhe dizer uma coisa, o senhor sabe, pra fazer como o Ursino t  fazendo, isso envolve muita despesa.”

Apesar do acanhamento em cumprir sua missão apareceram alguns exemplos positivos sobre aprendizagem e conhecimento partindo da UEP.

Eu aprendi que [...] ele dá sal proteinado pra não sujar o campo, que o gado come a macega⁵⁹. [...] diz que dá no gado aquele apetite de comer a macega. Isso   muito bom, mas eu não tenho macega aqui. E outra coisa [...] aquela mangueirinha, com seringa pra manejar as ovelhas, aquilo   bom,   muito bom (ENTREVISTADO Nº 7).

Ciente da necessidade de maior acompanhamento do impacto das UEPs, já instaladas, na realidade circundante, a SDR informa que já realizou reuniões com a

⁵⁹Vegeta o alta e seca presente no campo, composta por espécies com hábito de crescimento cespitoso. Devido ao estágio avançado de matura o (*i.e.* secas e fibrosas) são pouco apreciadas pelos animais, e em alta densidade podem dificultar o pastejo.

Embrapa a fim de discutir questões relacionadas ao monitoramento e avaliação que busquem contabilizar o número de pessoas que visitam, o número de dias de campo realizados, e o número de capacitações concluídas nas unidades. “Tudo isso se está pensando, e será trabalho para as equipes municipais” (ENTREVISTADO N° 8).

Para além da maximização do potencial das UEPs, abarcando fluxos mais amplos dirigidos à região, um agente local e um regional evidenciam a fraca, mas virtualmente promissora interação da EEA/UFRGS ao contexto da pecuária (e agricultura) familiar. Esses depoimentos evidenciam a necessidade constante de adaptação das tecnologias para uso pelo segmento familiar, e para tanto o apoio dos centros de pesquisa é cogitado.

[...] temos na região uma Estação Experimental que detêm o recorde de produção de milho, 280 sc/ha e essa tecnologia não chega até nós. [...] não está havendo uma integração entre Pesquisa/Extensão/Produtores. O que tá acontecendo, eu acho, é que Políticas Públicas estão sendo colocadas, e muitas vezes nós estamos utilizando pesquisas (tecnologias) que não são as mais adequadas, [...] mais adaptadas (ENTREVISTADO N° 16).

[...] é um público que nós temos que articular junto com eles algumas tecnologias [...]. Por exemplo, a IATF mesmo, que foi uma situação que não era vista pra eles. É que as tecnologias são produzidas sob outro viés, para outro sistema de produção. [...] o melhoramento de campo nativo que vocês (EEA/UFRGS) executam ali, é fundamental [...] para esse processo (ENTREVISTADO N° 9).

4.2 EXPECTATIVAS E ESTRATÉGIAS DOS ATORES SOCIAIS

O que vem acontecendo nas últimas duas décadas no contexto da pecuária familiar local é majoritariamente percebido como positivo e com futuro promissor pelos informantes-chave. Isso não quer dizer que não existam dissensos sobre o rumo atual das práticas e trajetórias de DR, sobre as expectativas futuras, e sobre as estratégias adotadas por diferentes atores sociais, em termos de convergência para o fortalecimento dessas práticas e trajetórias.

Antes de tudo, cabe registrar que apesar da existência de uma rede rural composta por recursos financeiros, recursos naturais, transações, fatores de produção, e atores sociais voltados para a priorização da pecuária familiar, existem outros interesses e direcionamentos que mobilizam processos nos espaços rurais, mas que não se caracterizam como dinâmicas de desenvolvimento rural e pouco consideram o público majoritário da AF. São investimentos em atividades capitalistas de criação de postos de

trabalho assalariado no setor florestal e no setor extrativo industrial carbonífero. O depoimento de um agente local é elucidativo a esse respeito.

O orçamento da Secretaria da Agricultura é muito baixo. Nosso orçamento é 600 mil reais e eu acho que deveria ser mais de um milhão. Com seiscientos tu não faz nada. Mais uma vez o carvão e o mato tiram a importância da pecuária. Então, o que a cabeça dos políticos pensa? Vamos investir em mato que gera emprego, tem um cara que planta, outro que corta. Os políticos não mandam contra a pecuária, mas priorizam o mato e o carvão (ENTREVISTADO Nº 15).

Essas evidências não se caracterizam como desalinhamentos no espaço protegido da pecuária familiar, mas são ponderações importantes de se fazer para retratar a existência de ‘outros’ interesses e prioridades locais e extralocais.

Dito isto, volta-se à análise ao espaço protegido da pecuária familiar metodologicamente definido. Nesse espaço, o alinhamento se encontra fragmentado, não sendo possível desse modo tratar esse aspecto como uma realidade homogênea. Em determinada porção ou em determinadas comunidades, observa-se um bom alinhamento de foco no trabalho com pecuária familiar, entre os pecuaristas familiares, as associações comunitárias, e demais atores locais. Quando esse alinhamento local é bom, observa-se, em consequência, um satisfatório alinhamento de atores regionais com a dinâmica local. Esse ambiente é caracterizado pela maior agregação, aproximação e comprometimento entre os atores.

Por outro lado, em determinadas situações e frações do espaço observa-se pior alinhamento de foco no trabalho com pecuária familiar, afastamento e pouco compromisso entre os atores. O foco sai do trabalho de promoção do DR, e se desloca, parcialmente, para demandas atomizadas, e para as disputas políticas. Nesse ambiente, os produtores precisam se valer muito mais de seus recursos próprios e mobilizações comunitárias para realizarem conquistas significativas, e eles têm sido protagonistas de acontecimentos bem sucedidos quando as relações de confiança e reciprocidade estão reforçadas nas comunidades.

O quadro construído a partir do campo revela uma situação heterogênea na área da pesquisa quanto ao (des) alinhamento dos pecuaristas familiares em suas expectativas e estratégias no âmbito comunitário e dos atores em geral no contexto mais amplo. A comunidade mais rica naqueles aspectos (reciprocidade, confiança, ajuda mútua), que podem ser vinculados ao capital social e capacidade de agência, está imersa em um ambiente deficiente em alinhamento de expectativas e estratégias dos atores. Por

outro lado, comunidades avaliadas como intermediárias quanto à pujança do seu tecido social se beneficiam de um ambiente de promoção da pecuária familiar satisfatoriamente alinhado.

Do mesmo modo, os sinais visíveis de (des) alinhamento quando se analisa as relações entre os agentes de DR, entre agentes de DR e lideranças locais, e entre os pecuaristas, os agentes de DR e lideranças locais, configuram entrecosmos não lineares e diversos.

No contexto de bom alinhamento registra-se com mais frequência elogios e reconhecimento ao trabalho executado por diferentes atores sociais. Os técnicos de diferentes instituições estão por longo tempo em atividade na realidade local, e transparece um sentimento de exaltação e respeito ao que cada um desempenha no contexto. Existe satisfação em pertencer à trajetória coletiva de conquistas em DR.

O período mais longo de atividade dos técnicos pode ser uma das explicações para a maior inserção e qualidade das relações dos agentes de desenvolvimento com os pecuaristas familiares e com as lideranças locais. No contexto alinhado, foram quase inexistentes os registros de críticas tecidas por agentes de DR às lideranças locais e vice-versa.

Os pecuaristas familiares, por sua vez, apesar de sempre mais contidos nas congratulações, e algumas vezes críticos, expressam, de forma ampla, enaltecimento ao trabalho realizado pelos agentes de desenvolvimento, e recorrentemente, valem-se de expressões como ‘dão ideias boas’, ‘amizade’, ‘são atenciosos’, ‘me conhece desde pequeno’, ‘vem aqui há muito tempo’ para qualificar o tipo de relações sociais que estabelecem com eles. Contudo, mesmo nos contextos alinhados, os pecuaristas familiares são aqueles que, com mais frequência e abertamente, reclamam dos agentes de DR e das lideranças locais.

Evidencia-se que em ambientes alinhados os recursos e coalizões são mais facilmente mobilizados. Para exemplificar, um agente local tem respaldo para garantir o transporte, via poder público, que viabilizará uma excursão técnica. O trânsito entre os atores sociais locais e regionais flui com mais facilidade, sendo pautado por parâmetros como presteza, seriedade, e compromisso.

No ambiente pior alinhado, percebe-se maior apresentação de justificativas do tipo ‘eu cheguei faz pouco tempo’, ‘não tinha sido combinado assim’, ‘foi uma surpresa

pra mim’, ‘existem outras demandas’, ‘os recursos são escassos’, ‘o trabalho é difícil’, ‘as distâncias são grandes’. As críticas entre os atores sociais são mais frequentes, e inclusive, em algumas situações, abertas e constrangedoras. Os técnicos, de modo geral, têm menos tempo de atuação comunitária e agem de forma mais difusa e isolada.

Os pecuaristas familiares, por sua vez, utilizam expressões do tipo ‘tá mais ou menos’ para qualificar as relações que estabelecem com os agentes de desenvolvimento e lideranças. Ao observarem as relações que se estabelecem entre outros atores sociais, para formarem as almeçadas coalizões para o DR, usam expressões do tipo ‘não dão certo aqui, não sei por que’, ‘são richados’. Apesar das críticas, a percepção geral, é que as relações com os funcionários, principalmente agentes de extensão e pessoal das prefeituras, são importantes na medida em que “eles orientam, ajudam, tão sempre a disposição. Elas ajudam a família e a comunidade” (ENTREVISTADO Nº 18). Individualmente, nos ambientes pior alinhados, alguns agentes de desenvolvimento são bem avaliados, mas o conjunto fica devendo.

No ambiente melhor alinhado, apesar do foco não estar em tempo integral dirigido à pecuária familiar, pois existem contingências normais na rotina dos atores sociais que os desviam temporariamente do caminho, ao olharem para o horizonte em perspectivas de médio e longo prazo, é a promoção deste segmento social que proeminentemente aparece na objetiva da rede de atores.

Diferentemente, no ambiente pior alinhado, as estratégias e expectativas em relação à pecuária familiar estão menos focalizadas ao longo do tempo, apesar deste contingente ser quantitativamente o mais significativo na realidade. Transcende, em alguns episódios, os desencontros e conflitos oriundos das disputas por poder político local, e isso quase nada acrescenta para o estabelecimento das coalizões. Nesse ambiente, os agricultores se mostraram mais críticos e mais desconfiados em relação, principalmente às lideranças locais, mas também aos técnicos.

Essa necessária contextualização da heterogeneidade no espaço protegido da pecuária familiar descrita nas linhas acima joga luz sobre a realidade complexa de percepções, interações e interesses dos diferentes componentes da rede de atores. Apesar desse cenário naturalmente não homogêneo, o desdobramento rotineiro, desde a segunda metade dos anos 1990, de iniciativas, alianças, desencontros, direcionamentos de recursos, reconfigurações, e experimentações conduzidas pela rede de atores foram

traçando e consolidando os principais alinhamentos de expectativas e estratégias na rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar, os quais se organizam nos três eixos.

Entende-se que estes três eixos são constituídos por estratégias e expectativas parcialmente concretizadas ao longo da caminhada. Ou dito de outra forma, foram concretizados por que representam anseios e necessidades dos pecuaristas familiares e por que existiu convergência nos expedientes dos elementos que se comunicam na rede de atores. Contudo, reforça-se o caráter complexo no interior dos eixos, onde convergência não é um atributo onipresente.

4.2.1 Estratégias e expectativas em infraestrutura e qualidade de vida

Os temas reunidos neste eixo são, geralmente, motivos de grande preocupação das famílias rurais e sempre geram, proporcionalmente às imposições de situações específicas, mobilizações coletivas, via associações e conselhos municipais, não raro também individuais, por resposta dos poderes públicos à solução de suas demandas. As cobranças por estradas de qualidade no interior, bom funcionamento das escolas, e até o requerimento de urnas em época de eleição são exemplos desse quadro.

A atuação de patrulhas mecanizadas, em especial para manutenção de estradas, tem um papel destacado neste eixo. Pensando em eficiência na prestação de serviços, os poderes públicos articulam a gestão compartilhada de máquinas e equipamentos com as comunidades rurais e isto tem refletido positivamente no enriquecimento do tecido social rural e na qualidade dos serviços prestados, propriamente às estradas, e, por consequência, à produção primária, à educação e à atenção a saúde. Entretanto, reafirma-se que nas patrulhas agrícolas a gestão comunitária é a prática mais comum, mas na manutenção das estradas são as Secretarias de Obras que ainda dominam a cena das operações.

As cobranças e mobilizações em temáticas deste eixo têm se revertido em conquistas percebidas como muito positivas pelos informantes-chave. O registro a seguir aponta quadro bom no serviço escolar, incluindo o transporte dos alunos, que piora um pouco nos dias de chuva, mas não interrompe nunca.

[...], antigamente um filho nosso caminhava 3 a 4 km a cavalo ou a pé pra estudar. Hoje, buscam o filho na porta de casa, com professores melhores, sai de manhã. Ele chega no colégio, se alimenta. Quando volta ao meio dia, volta alimentado. Se fica doente a professora leva pro médico. Se machuca, leva

pro médico. Se uma servente não dá conta, eles colocam duas. [...] o ônibus leva e traz [...]. Dia de chuva, funciona tudo e a coleta dos alunos é na estrada geral. Aula todos os dias (ENTREVISTADO N° 01).

Apesar de as ‘dores de cabeça’ nas temáticas deste eixo serem, em alguns casos, bem equacionadas, gerando a sensação, por parte dos pecuaristas familiares, de que a situação está melhor hoje em dia, elas ainda assim, se mantêm envoltas em paradoxos. Em uma análise em retrospectiva, com base nos dados de campo, a situação da educação no campo é preocupante, tendo em conta que no ano de 1977, fração significativa da área da pesquisa, abarcando zonas rurais de quatro distritos, contava com onze escolas onde estudavam mais de 250 alunos.

Hoje, estas mesmas regiões são atendidas por somente duas escolas, dirigidas para aproximadamente 100 alunos. Essa diminuição do número de escolas impôs o crescimento do serviço de transporte escolar para atender um raio, em alguns casos, superior a 40 km na distribuição das famílias e para trazer os professores quase sempre oriundos das sedes municipais. Os agricultores avaliam que esse quadro (*i.e.* poucas escolas e muito transporte) foi impulsionado pelo êxodo rural, mas por outro lado cabe refletir em que magnitude essa trajetória tomada para encarar o problema não está servindo para alimentar esse êxodo.

Em alguns lugares, os pecuaristas familiares estão exaltando muito a conquista do Ensino Médio, e Ensino de Jovens e Adultos-EJA, nas escolas rurais das sedes comunitárias, e o “ônibus quase na porta pra levar as crianças” (ENTREVISTADO N° 22), entretanto o declínio quantitativo dessas estruturas está disseminado.

Na localidade da Quitéria, por exemplo, a concretização dos novos níveis de ensino implantados na Escola Manoel José dos Santos foi resultado de um alinhamento vigoroso de expectativas e estratégias que envolveram a mobilização e luta dos moradores de comunidades e associações próximas, conectados em rede com outros atores locais (*e.g.* Prefeitura e Emater) e em outras instâncias, beneficiados por políticas em educação, desde o âmbito local até o federal.

A atenção à saúde se insere neste eixo, reunindo iniciativas que melhoram o acesso dos moradores rurais às políticas públicas da área, através da abertura de unidades médico-odontológicas em sedes de associações de comunidade, fornecimento gratuito ou subsidiado de medicamentos (*e.g.* Farmácia Popular), e da reserva de fichas do SUS para os beneficiários rurais em unidades de saúde localizadas nas cidades.

Nesse quesito, observam-se avaliações contraditórias a respeito da situação atual, muitas denotando pessimismo, e algumas, otimismo.

Tem coisa que tá ruim. Antes pela associação, a gente tinha uma unidade móvel, chamada Saúde no Campo. Eles marcavam de 15 em 15 dias com a Associação. Eles vinham de manhã, vinha dentista, clínico geral, ginecologista. Hoje não tem mais. [...] Agora se a gente quer atendimento tem que ir pra cidade, mas a linha do ônibus que antes era diária de segunda a sábado, agora são só dois dias por semana. Sai daqui às 06h30min h e volta ao meio dia (ENTREVISTADO Nº 1).

Diversos depoimentos, em comunidades distintas, dão conta de ressentimento com o fim da atuação da unidade móvel, que tinha uma atuação ampla no interior, precarizando, desse modo, o atendimento em saúde. É recorrente também a reclamação em relação à situação ruim do transporte público, que se correlaciona à atenção à saúde. “a gente tá reivindicando que se aumentem os horários e outra coisa é que a gente vai pra parada e o ônibus não aparece. Se a gente não tivesse os ‘carangos’ ficaria ruim” (ENTREVISTADO Nº 21).

Por outro lado, o sentimento de otimismo foi percebido nas situações em que se vislumbra o retorno do atendimento médico-odontológico no interior, desta vez, através de unidades fixas na sede das associações comunitárias. Contudo, está possibilidade se encontra em fase inicial de implantação, quase uma promessa somente, e por enquanto, apenas em uma localidade. Atualmente, uma situação que também denota avanços no atendimento em saúde é a conquista de maior número de fichas ou facilidades de acesso (*e.g.* evitar filas) ao pessoal proveniente do interior para atendimento nas unidades da cidade.

Então isso já temos uma solução. A pessoa chegou lá (unidade de saúde), não tem mais ficha, mas é do rural, [...] passa pelo ladinho e é atendido. Tem outra também, que é um compromisso graças ao grupo de mulheres da Água Boa. [...] um gabinete mínimo lá na sede da associação que está sendo construída, com equipamentos de odontologia e uma vez por mês os médicos vão pra lá atender no rural (ENTREVISTADO Nº 17).

A previdência social rural compõe este grupo, constituindo-se em um dos mais importantes triunfos da AF nas últimas décadas, que aliada a outras conquistas em infraestrutura proporciona melhores condições de permanência para a população rural que decide ficar.

[...] o homem do campo aos 65 anos tinha direito a meio salário mínimo. Hoje, o homem aos 60 anos ganha um salário mínimo, a mulher aos 55 anos ganha um salário mínimo, e antes não ganhava nada, nunca. Carregando água de balde da vertente, lá do arroio, com lampião á querosene, quando tinham

geladeira, ela era a gás ou querosene, televisão a bateria; tudo com sacrifício, pois não tinha luz (ENTREVISTADO Nº 07).

Paradoxalmente, segundo evidências da pesquisa, o grupo dos aposentados constitui-se em um dos primeiros a rumar sem retorno em direção às cidades.

Não obstante essas conquistas pontuais (*e.g.* novas modalidades de ensino, mais fichas de atendimento), dignas de regozijo, sob uma visão estratégica do gerenciamento da temática do DR, parece necessário despender atenção crítica ao alinhamento de estratégias que dêem resposta, conjuntamente, às expectativas urgentes dos moradores e, ao mesmo tempo, àquelas que se vinculam ao horizonte de longo prazo do desenvolvimento rural e ao reforço das multifunções dos espaços rurais. Nessa linha, a difícil temática do êxodo rural precisa ser enfrentada por um grande grupo de ações inteligentes em infraestrutura e qualidade de vida, sob pena de estimular o esvaziamento do campo, a partir de iniciativas pretensamente bem intencionadas.

4.2.2 Estratégias e expectativas em melhoria genética dos animais e do manejo do campo e rebanhos

Ações neste eixo estão presentes desde o prelúdio e nos desdobramentos importantes da rede rural da pecuária familiar. O melhoramento do campo nativo, o estímulo à inseminação artificial, o investimento em reprodutores, e aprimoramentos no manejo do rebanho estão entre as primeiras ações relatadas pelos informantes-chave.

Salienta-se, nesse contexto, que o alinhamento mais efetivo acontece no melhoramento genético de bovinos e ovinos, mas observam-se também alinhamentos vigorosos entre os atores da rede quanto à importância da necessidade de melhoria no manejo geral dos rebanhos, e sobre o valor do CN. Isso não quer dizer que as estratégias e expectativas na operação de alguns programas locais e regionais vinculados a estes temas não sejam marcados por incongruências.

Quanto ao melhoramento genético dos bovinos, além das discordâncias operacionais, existe certa polarização sobre qual o caminho mais viável a seguir, o uso de touros ou a inseminação artificial.

Naqueles programas iniciais de inseminação artificial de bovinos, nos anos 2000, em âmbito local, alguns alinhamentos de estratégias e expectativas dos

pecuaristas e agentes parecem que, apesar de algumas conquistas significativas, foram caracterizados também por discordâncias.

Um pecuarista, por exemplo, expressa frustração com o programa por avaliar que ele foi realizado na época errada, com falhas na organização e na operação.

Na época, veio a Prefeitura e a Emater, os técnicos [...] e convidaram para participar de um programa de IA. Só que era uma época em que o gado estava muito magro e aqui eles inseminaram três vezes e não engravidaram nenhuma vez. Eu acho que a inseminação também foi feita na época errada. Se insemina na época errada não funciona. A gente marcou um horário e os inseminadores atrasaram (ENTREVISTADO Nº 20).

Esse mesmo pecuarista comunica que, mais recentemente, uns dois anos atrás, foi atendido por outro programa de IA local cujo inseminador permanecia na comunidade. Cabia ao produtor somente a compra do sêmem e, desta vez, tudo correu satisfatoriamente, numa época em que os animais estavam em bom estado e a inseminação foi realizada na hora certa, gerando uma terneira, que hoje já é uma novilha⁶⁰.

Um agente de desenvolvimento, por sua vez, reflete sobre o insucesso de uma política local de IATF ao identificar que pode ter havido problemas na escolha dos produtores, pois as vacas estavam com condição corporal que não era condizente com a técnica preconizada. Para este técnico, de acordo com as características dos pecuaristas familiares, a utilização de touros pode ser a melhor alternativa.

Nós estamos entrando com isso aí (IATF). Mas a maioria dos produtores não dá resultado. Eu particularmente acho o IATF muito bom, mas tem que ter uma série de coisas. O produtor tem que ter um padrão zootécnico bom, e que queira fazer uma coisa diferenciada, por que ela é cara [...]. Vamos deixar nosso tourinho lá de plantão, um tourinho bom, examinado, com andrológico, ele funciona muito melhor. Nós não podemos queimar etapas (ENTREVISTADO Nº 16).

Anotam-se ainda fricções em programas regionais, quanto à ênfase colocada em determinadas estratégias, em detrimento de outras. Observa-se entre atores regionais a adoção de estratégias, em alguns casos, concorrentes, e em outros, complementares, sem, contudo, associarem-se sinergicamente na operação dos programas.

A SDR coordena o programa de Conjuntos de IA, e a SEAPA, via Fepagro, o programa Dissemina. Pois bem, os dois programas têm táticas operacionais similares e o mesmo foco de público (seleção via DAP), com o objetivo de melhorarem a qualidade

⁶⁰Terneira e novilha são termos utilizados no Rio Grande do Sul para designar categorias dentro do rebanho bovino. Terneira é a cria fêmea da vaca. O termo novilha designa fêmeas com faixa etária a partir do desmame (normalmente entre 7-8 meses) até o primeiro parto, ou até 36 meses de idade.

da carne, lã, e leite, através de procedimentos de IA, mas ao que tudo indica os dados de campo, não existe qualquer tipo de articulação entre os dois. A esse respeito um agente regional transmite claramente a dificuldade de entrelaçamento,

A gente tentou por vezes fazer conversas com a SEAPA, não sei se é por força política, técnica, ou pessoal de alguém, a gente não conseguiu estreitar as relações com eles, não tem santo que ajude. Não tem construção coletiva com a SEAPA, eles constroem lá e nos entregam pronto (ENTREVISTADO Nº 8).

O Dissemina é um programa mais amplo, que se encontra na terceira fase de implantação, com muitos municípios da região Centro Sul já habilitados e recebendo os recursos, mas poucos operando. A SDR, por sua vez, além dos Conjuntos de IA, que estão em operação na região Centro Sul (*e.g.* Dom Feliciano), atua no Programa de Aquisição de Reprodutores (bovinos).

Para ressaltar ainda mais o quadro de alinhamento deficiente deste exemplo, as opiniões declaradas por uma das integrantes da equipe coordenadora do Dissemina, obtidas a partir de conversa informal, são reveladoras. Essa técnica tece críticas ao Programa de Aquisição de Reprodutores da SDR, considerando que a concepção do programa é inadequada às características dos pecuaristas familiares, por ser, desproporcionalmente, caro e arriscado, manter touros em unidades familiares, bem como, questiona (mas não julga) a qualidade dos animais repassados. O Entrevistado nº 8, por seu turno, afirma ter “uma desconfiança, quanto ao Dissemina”, ao prever que com o passar do tempo, pressionados pelo cumprimento das metas, as equipes de campo, coordenadas pelas prefeituras, acabem por priorizar poucos produtores que detenham muitos animais, em detrimento de um grande número de pequenos produtores e seus rebanhos reduzidos, desviando-se assim do atendimento dos pecuaristas familiares e pequenos produtores de leite.

Saindo do âmbito regional em direção as instâncias locais o contexto é mais animador, com a articulação e complementaridade dos programas acontecendo. Ocorre o repasse de doses de sêmem do Dissemina para grupos de pecuaristas que possuem Conjuntos de IA e inseminadores atuando na localidade, de acordo com o testemunho a seguir.

[...] algumas Prefeituras que participam com nós e com o Dissemina, elas repassam as doses do Dissemina que são gratuitas (na época da entrevista eram) para os grupos que são financiados pela SDR. [...] Indiretamente as políticas públicas estão se vinculando, e isso é bom pra todo mundo. A

prefeitura bate as metas do Dissemina sem colocar o técnico dela no campo (ENTREVISTADO Nº 8).

Além disso, se percebe a campo muita expectativa de agentes de desenvolvimento, especialmente aqueles vinculados as prefeituras, mas também de alguns produtores, quanto ao potencial do Dissemina, assim que ele inicie sua operação.

Mais intensa ainda, é a avaliação fortemente positiva a respeito do Programa de Aquisição de Reprodutores da SDR, entre os pecuaristas familiares e agentes de desenvolvimento. Um criador declara o seguinte:

esse repasse dos touros mesmo. Tu vê, né. Esse é das coisas melhor que aconteceu pra nós. Me diz. Quando que o pequeno produtor ia pagar cinco ou seis mil por um touro. Ele tinha que vender as vacas. Hoje o governo passou um touro com papel, com genética, tudo direitinho, com andrológico. Nós vamos pagar somente mil dos seis mil reais com prazo de três anos. Daqui um ano quando o terneiro nascer é que nós vamos pagar a prestação do touro, em valor pouco maior que o valor de uma ovelha (ENTREVISTADO Nº 1).

Nesse cenário diversificado, com discordâncias sobre a condução prática de alguns programas e sobre as estratégias a adotar, observa-se, contudo, o alinhamento sobre a importância dessa tarefa, a necessidade de continuidade, e os resultados alcançados em melhoria do padrão do rebanho. “Melhorar a genética, a qualidade, isso aí nós vamos tentar sempre, fazer uns cruzamentos diferentes” (ENTREVISTADO Nº 19).

Naquele movimento de inseminação que houve há 10 anos, aqui na região, a gente não participou. Houve um resultado bem positivo. [...] produtores continuaram a inseminar e melhoraram bem o rebanho. Agora, a gente comprou o botijão (de nitrogênio) e capacitou o filho para inseminar (ENTREVISTADO Nº 22).

No melhoramento genético de ovinos, o alinhamento de estratégias e expectativas é ainda mais convergente do que nos bovinos. As conquistas mais significativas são alcançadas graças ao trabalho dos produtores apoiados pelos técnicos de campo; aos impactos do programa de repasse de carneiros, da feira assistida de ovinos, do concurso de cordeiros, dos financiamentos do Pronaf e do Programa Mais Ovinos. Todas estas práticas e trajetórias envolvem uma rede de atores numerosa e alinhada.

O conjunto de práticas e trajetórias em ovinocultura tem a particularidade de se auto-reforçar de maneira consistente. Assim, os financiamentos para aquisição de matrizes e reprodutores impactam diretamente na agregação de valor aos produtos da ovinocultura. Os concursos e feiras estimulam a competição e comparação em benefício

da qualidade. O mercado que valoriza melhor a qualidade daqueles lotes de animais superiores geneticamente sinaliza aos pecuaristas que o investimento em seleção e melhoramento traz retornos benéficos.

Observam-se ainda mudanças importantes nas unidades produtivas, como no caso da transformação de um produtor ‘comum’ de ovinos em cabanha da raça Texel, e no âmbito regional, com o surgimento da Associação, que necessita para sua viabilidade o incremento quantitativo e qualitativo da produção. Isso tudo se conecta as ações de governabilidade dos mercados e de concretização do objetivo maior da Associação Regional dos Ovinocultores, ou seja, a venda varejista de carne de cordeiro embalada com marca coletiva.

Neste contexto, a qualidade do rebanho ovino é percebida como melhorada em relação ao passado, mas com necessidade de mais investimentos para uma constante evolução. “O rebanho melhorou bastante, por que a gente tem colocado carneiros melhores. Aí, tá melhorando o rebanho. Porque o carneiro e o touro mandam muito na melhoria. Tomara que continue isso aí” (ENTREVISTADO Nº 21). “Estamos confiantes. No caso das ovelhas vamos buscar mais genética. Investir mais” (ENTREVISTADO Nº 1).

Apesar de muita convergência e coerência nas estratégias e expectativas no trabalho de melhoramento genético dos rebanhos ovinos, existem também alguns dissensos.

Um pecuarista que participava anualmente do concurso de cordeiro, hoje não se inscreve mais alegando que existe favorecimento de alguns concorrentes em detrimento de outros. Soma-se a isso uma discordância sobre a mudança nas regras do certame, que libera os concorrentes da necessidade de transportar e exibir os lotes concorrentes no parque de exposições municipal. Segundo o pecuarista, essa crítica se baseia em evidência concreta, mas ela se apresenta isolada no contexto amostral da pesquisa.

Outro exemplo refere-se a uma liderança local que iniciou tratativas para transferir a Feira Assistida de Ovinos, da localidade rural Rincão dos Corrêas para o Parque de Exposições na sede do município de São Jerônimo. Essa proposta, contudo, até onde foi possível apurar, está cercada de muitas questões polêmicas e interesses conflitantes, denotando divergência de estratégias e expectativas entre os atores locais. A Feira de Ovinos, como está, abrange expositores em uma área mais circunscrita ao

Rincão dos Corrêas e adjacências, e é fruto de um processo notável de automobilização comunitária com apoio institucional. Caso mude-se para a sede do município terá sua abrangência ampliada permitindo a participação para um número maior de ovinocultores da região na condição de expositores.

Quanto ao aperfeiçoamento mais geral das práticas de manejo dos rebanhos bovino e ovino percebe-se um desalinhamento entre a expectativa de alguns pecuaristas por um atendimento mais freqüente em nível de unidade produtiva e a real capacidade operacional dos técnicos de campo.

Como já abordado existe uma demanda diferenciada aos técnicos de campo, em função de questões como experiência profissional, qualificação técnica e tempo de atuação na região. Em outras palavras, existem técnicos que são mais requisitados devido à vinculação que estabelecem com a pecuária, em detrimento de outros que se ligam a outras atividades produtivas.

Existem ainda aqueles pecuaristas que se mostram satisfeitos com a assessoria esporádica e informativa dos técnicos sobre programas, políticas e aspectos tecnológicos, mas com baixa inserção na unidade produtiva. Adicionalmente, pode ser realçado o papel das palestras e cursos de qualificação nas associações e do rádio como meios utilizados para abordar questões relativas ao manejo dos rebanhos. Nestas estratégias, o SENAR aparece como uma das instituições em destaque.

Além da questão das demandas com intensidade desigual pelo serviço individual dos técnicos nas propriedades, avalia-se que, em função do tamanho das equipes de campo e o dispêndio em operações de crédito no escritório e sede do município, o horizonte para superação deste quadro é bastante pessimista. Será muito difícil incrementar as visitas de assessoramento nas propriedades como desejam alguns pecuaristas.

Registra-se ainda que poucas instituições possuam estrutura de logística para o assessoramento técnico 'gratuito' nas comunidades rurais, excetuando-se a IVZ, algumas empresas comerciais, a Emater, e parcialmente as Secretarias Municipais de Agricultura. Os Sindicatos e a Associação de Ovinocultores ainda não possuem pessoal técnico e estrutura de atendimento a campo. Diante disso, alguns produtores recorrem ou planejam recorrer à assistência técnica paga.

Apesar das alegadas deficiências de atendimento (rotineiro) nas propriedades, existe uma tendência de alinhamento no manejo do rebanho em função dos problemas enfrentados pelos animais. Nesse sentido os maiores esforços são exercidos no controle de carrapatos em bovinos e de verminoses em ovinos. Aparecem ainda como preocupações recorrentes dos pecuaristas os cuidados com verminoses, berne, bicheiras e mosca dos chifres em bovinos; e sarna, piolho e podridão dos cascos em ovinos.

As vacinas obrigatórias são realizadas e os cuidados com alimentação dos rebanhos recaem sobre a implantação de pastagens, a mineralização, aquisição do grão ou plantio de lavoura de milho, e sobre o campo nativo que será abordado a seguir. A tosquia dos ovinos e alambramento dos campos e outras construções rurais aparecem como alinhamentos importantes, pois se constituem em rotinas que preocupam em todas as propriedades visitadas. Na questão sanitária, alinhamentos importantes se referem à distribuição gratuita da vacina antiaftosa, ao subsídio à vacina da tuberculose e o trabalho de fiscalização, todos realizados por intermédio da IVZ com os pecuaristas familiares.

No manejo do campo nativo o alinhamento mais parrudo se dá na valoração do recurso forrageiro, apesar dos pecuaristas familiares reconhecerem características distintas dos campos em função da região, das propriedades, e das glebas no interior da unidade produtiva. Todos os entrevistados avaliam positivamente o CN, por que “produz no verão, uma beleza”; “é o melhor recurso”; “limpando, roçando, se mantém bom sempre”; “depende só do clima”; “ele é mais econômico”; “sem custo, além de produzir um alimento de maior qualidade, mais natural”; “é um recurso valioso”; “é uma prioridade ir cultivando e melhorando ele”.

À primeira vista, outro alinhamento que se apresenta robusto, é aquele celebrado pelo Termo de Cooperação entre a SDR, Emater, e Embrapa-CPPSul para a implantação e acompanhamentos das UEPs no Estado. A impressão que se tem é que nada pode ser mais legítimo e preciso do que um alinhamento de expectativas e estratégias registrado em um documento oficial. Contudo, de acordo com os dados de campo, o alinhamento destas três instituições, no âmbito da região Centro Sul, precisa passar por ajustes de geometria, para que a instituição de pesquisa comece a se envolver, juntamente com os técnicos e produtores no acompanhamento das unidades.

Não obstante a contundente valorização do campo nativo pelos pecuaristas, observou-se insuficiência (não ausência) de atividades mais sistemáticas voltadas à reciclagem/criação de conhecimento contextual nessa temática entre os atores do espaço protegido. Como já referido, existe grande potencial a ser explorado nas UEPs; um agente local, assessor de UEPs, diagnosticou carência de capacitações em manejo de CN; e os produtores, maciçamente, informaram que manejam o campo conforme o conhecimento adquirido por experiência, no dia a dia (incluindo momentos de interface com os técnicos), e por contato com vizinhos e produtores mais vividos.

4.2.3 Estratégias e expectativas em agregação de valor e governabilidade dos mercados

Todas as conquistas em melhoramento genético de ovinos e de bovinos são expressões de agregação de valor aos produtos da pecuária familiar na região Centro Sul. O estímulo à reconversão dos rebanhos ovinos da aptidão lanígera para a aptidão ‘carne’, refletida no significativo aumento de peso dos cordeiros por ocasião da venda, bem como na qualidade da carcaça, se apresentam como agregações de valor importantes. O momento comercial da ovinocultura de corte é mais favorável do que da ovinocultura para lã, e este cenário já perdura alguns anos e tende a se manter no futuro próximo, influenciando a tendência atual dos produtores de absorver a aptidão lanígera de seus rebanhos com o uso de carneiros de raças para corte sobre matrizes mistas ou de raças para lã.

De forma semelhante, mas não tão acentuado como nos ovinos, o rebanho bovino da região também experimentou um melhoramento e padronização acentuado como resultado dos programas de financiamento, de repasse de touros, e de inseminação artificial. Conforme os dados de campo, os animais apesar de ainda apresentarem-se cruzados com raças zebuínas, tem gradativamente alcançado uma estrutura corporal maior e as fêmeas apresentam úberes maiores (ENTREVISTADO Nº 16). Os sangues mais utilizados nos programas de melhoramento são os das raças Hereford, Braford Aberdeen Angus, Red Angus, e Brangus, sobre um plantel, geralmente, de matrizes mestiças. Associado a isso, a bovinocultura de corte passa por uma conjuntura geral muito favorável de valorização de seus produtos.

Apesar dos avanços no melhoramento genético dos bovinos, cabe apresentar um desalinhamento importante de expectativas e estratégias provocado por descontinuidades políticas em um dos atores cruciais da rede, o Governo do Estado. Devido a diferenças marcantes na definição de prioridades e na compreensão do desenvolvimento rural entre os mandatários estaduais, que se revezam no poder por períodos de quatro anos, têm ocorrido rupturas e descontinuidades sentidas pelos pecuaristas familiares. A principal delas refere-se ao Financiamento de Reprodutores Bovinos, surgido e operacionalizado no início dos anos 2000 foi esquecido por mais de 10 anos. Reapareceu na cena das políticas públicas para a pecuária familiar no início dos anos 2010, mas, ao que tudo indica, parece que o repasse de touros, tão bem avaliado pelos beneficiários, vai sair de cena novamente. A continuidade de um programa com esse perfil, já detalhado no Capítulo 3, traria avanços consistentes no aperfeiçoamento zootécnico do rebanho da região.

O repasse de carneiros, por outro lado, tem sobrevivido, e se fortalecido, apesar das transições de poder político, a cada quadriênio, no âmbito municipal. Por enquanto, foi apenas uma mudança de mandatário desde sua criação em 2010, mas ‘a venda’ do programa local foi bem realizada e aceita, e assim os coordenadores desta iniciativa pretendem atuar novamente, da mesma forma, na possível troca de alcaide em 2017.

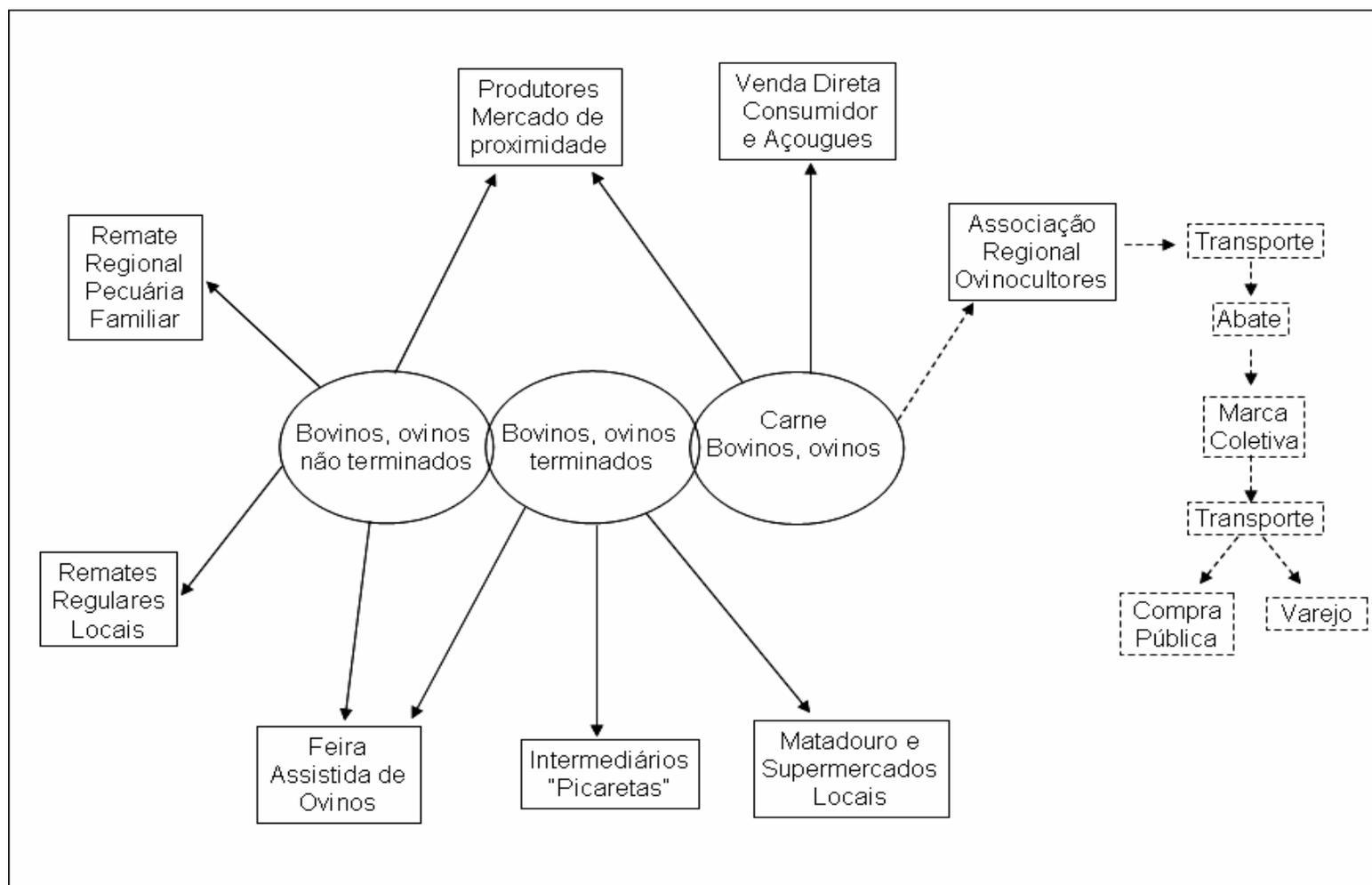
Apesar de algumas descontinuidades e desalinhamentos, as expectativas e estratégias dos atores sociais relacionadas ao melhoramento genético dos rebanhos são aquelas mais vigorosamente alinhadas. O outro alinhamento saliente se expressa no conjunto de iniciativas dirigidas à governabilidade dos mercados. Juntos, melhoramento genético (agregação de valor) e governabilidade dos mercados se apresentam como as duas principais expressões da rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar na região Centro Sul.

A governabilidade dos mercados é uma das expressões do desenvolvimento rural contemporâneo, relacionada ao fortalecimento ou a criação de novos canais de comercialização que são organizados para atender às especificidades dos pecuaristas familiares, disseminando, assim, benefícios para as áreas rurais, consumidores e sociedade em geral.

O alinhamento de estratégias e expectativas em governabilidade dos mercados será analisado a partir das práticas individuais mais corriqueiras utilizadas pelos

pecuaristas e a partir das experiências mais relevantes de criação de mercados novos. Portanto, serão analisadas sob dois pontos de vista: o individual e o coletivo (Figura 19).

Figura 19- Modalidades de comercialização na pecuária familiar da região Centro Sul.



Fonte: elaborado pelo autor (2015).

Os pecuaristas familiares têm algumas maneiras principais de comercializar os produtos da criação. A maioria deles comercializa categorias ovinas e bovinas, tais como os cordeiros (as), borregos (as), ovelhas, terneiros (as), novilhas (os), e as vacas de descarte e de invernar, para outros criadores, portanto um mercado de produtor para produtor. Nesta modalidade, a principal estratégia recai no mercado de proximidade, rico em confiança e reciprocidade, para vizinhos e produtores próximos que se conhecem de longa data. “Como eu conheço todo mundo aqui, eu sei aqueles que a gente pode dar prazo e para aqueles que não se pode dar crédito” (ENTREVISTADO N° 23).

A avaliação desta modalidade é classificada como segura, tranqüila, boa, sem calote, normalmente realizada na propriedade. A pesagem dos animais é realizada em propriedade próxima que possua balança, na UEP coletiva do Rincão dos Corrêas, ou por estimativa ‘a olho’. Entretanto, apesar de seguro, nem sempre é garantido. “Os que compravam de nós parece que não vão mais comprar. [...] ultimamente, eu não sei vai apertando. A gente liga, e, às vezes, eles dizem que compraram de outros. Agora não quero” (ENTREVISTADO N° 19).

De forma geral, as pessoas ficam sabendo quem tem animais pra vender, e quem tem interesse em comprar, através de fluxos de informações que se processam em reuniões, festas, missas e contatos rotineiros que ocorrem na comunidade, e também através de ligações telefônicas.

A segunda forma mais corriqueira de venda, adaptada às categorias ovinas e bovinas não terminadas recai sobre modalidades que estão crescendo na região. As principais são: o Remate Regional da Pecuária Familiar e a Feira Assistida de Ovinos. Apesar de alguns pecuaristas ajuizarem que existem problemas de organização no Remate – por exemplo, o caso da pecuarista que encerrou na mangueira o lote de animais, mas o transportador não apareceu para carregar – o parecer da maioria entende que o remate é positivo e traz vantagens na comercialização para os pecuaristas familiares. Alguns criadores se utilizam também dos remates normais de animais (não específicos da pecuária familiar) que são programados mensalmente na região. Do mesmo modo, a Feira de Ovinos, apesar de não aparecer como uma unanimidade na avaliação dos produtores e técnicos, vem se constituindo em um canal de comercialização importante, em especial para os moradores da localidade e adjacências.

Eu vendo nas feiras. Sai feira de Butiá, quando saiu da Pecuária Familiar eu participei os dois anos. Vendo os meus bichos e vendi bem. Graças a Deus vendi vaca, vendi terneiro, e os ovinos vendi na feira também. Na Feira de Ovinos vendi também. Esses são os meus principais canais. Bovinos na Feira da Pecuária Familiar e os ovinos na feira aqui na localidade (ENTREVISTADO N° 18).

Diferentemente do comércio de animais vivos, recém referido, tanto os ovinos quanto os bovinos podem também ser carneados (sem inspeção) na propriedade e comercializados para os vizinhos e criadores na comunidade rural. “Cordeiro, capão e ovelha gorda vendo [...] também para os vizinhos. Tem vizinho aqui que não tem criação, aí eu vendo pra eles, uma ou duas ovelhas, ou capão” (ENTREVISTADO N° 22).

Quando a gente abate animais pra consumo a gente costuma vender umas peças fechadas para os vizinhos. Eu aviso o dia que eu vou carnear e já negocio o preço [...]. Os vizinhos quando carneiam pro consumo acontece a mesma coisa, eu compro algum pedaço (ENTREVISTADO N° 20).

Para bovinos terminados, ainda aparece a figura do atravessador como o canal mais importante de comercialização, apesar de perderem espaço ao longo dos últimos anos. São corretores comissionados que adquirem animais prontos para o abate, os quais serão, posteriormente, destinados aos grandes frigoríficos. Mantém-se o meio mais utilizado para venda de bovinos gordos por falta de alternativas em algumas regiões do espaço protegido da pecuária familiar, pois não é, nem de longe, a estratégia mais segura.

Há uns três anos, eu levei um baque do tal do João, que trabalhava nos remates aqui em Butiá. Comprava gado de todo mundo, depois logrou todo mundo e foi embora. Nós colocamos na justiça. Nós fomos numa audiência e o João não colocou os pés lá e nunca mais o chamaram. [...]. Eu e meu sobrinho ele levou 30 mil reais. Teve gente em Butiá que foi 30, 40, 50 mil reais de prejuízo. Ele comprava para um grande frigorífico. Nós fomos atrás do frigorífico, disseram que tinha quebrado (ENTREVISTADO N° 21).

Esse fato sinaliza um desalinhamento persistente e grave na governabilidade do mercado local e regional devido ao contexto de insegurança nos quais muitos pecuaristas familiares ainda permanecem expostos.

Como segundo canal de mercado para bovinos, e também ovinos terminados aparece o Frigorífico e Supermercado Vendramini, depois o Supermercado Mineirão, e também, com menor frequência, supermercados e frigoríficos nos municípios de São Jerônimo, Capela de Santana, Estância Velha e Arroio dos Ratos.

Os Supermercados e o Matadouro Vendramini são tradicionais na região e gozam de muito boa reputação entre os pecuaristas familiares consultados pela pesquisa. Estes atores sociais, o frigorífico e os supermercados, também participam da rede que viabiliza o Concurso de Cordeiros e Carcaças, cedendo o espaço para o abate dos animais, para a análise das carcaças, realizada pelo Médico Veterinário do SIM, e posterior comercialização varejista dos animais sacrificados.

O Ico do Vendramini compra os animais bovinos nossos. O preço dele não é o melhor, se o boi tá cinco reais o quilo, ele compra pelo preço médio que é quatro e oitenta e cinco, mas é um cada garantido. Eu to casado a mais de trinta anos e sempre vendo pra ele e sou freguês do mercado dele (ENTREVISTADO Nº 1).

O Supermercado Mineirão, por sua vez, também se constitui em alternativa utilizada pelos pecuaristas familiares, entretanto este lança mão, por arrendamento, das instalações frigoríficas do Vendramini para o abate e processamento da carne que será comercializada no açougue do estabelecimento comercial.

[...] eu vendo para os mercados de Butiá, tanto o Vendramini quanto o Mineirão. [...] Eu prefiro o Mineirão que abate no frigorífico do Vendramini. O Mineirão paga cinco centavos/kg menos que o Vendramini pra cobrir a despesa com o aluguel da planta. Eu peguei uma freguesia com o Mineirão, então eu só vou no Vendramini quando o Mineirão não pode pegar. (ENTREVISTADO Nº 21).

A sistemática adotada para a venda, principalmente, de bovinos gordos, mas também de ovinos, aos supermercados passa pela organização de um lote de animais de diferentes produtores para que, desse modo, seja completada uma carga (*i.e.* 15 bovinos ou 40 ovinos adultos) que viabilize o deslocamento do caminhão boiadeiro até o interior, nas propriedades rurais. Esse expediente é organizado em conjunto pelos pecuaristas familiares e pelos frigoríficos a fim de possibilitar o comércio de pequenos lotes.

Outra estratégia digna de nota, amplamente utilizada, vincula-se ao comércio de carne ovina através da venda direta produtor-consumidor, ou também, mas com menor frequência, produtor-pequenos varejistas (açougues). Ambos expedientes acontecem, principalmente, no período das festas de fim de ano. Esse abate e comercialização de cordeiros, borregas, e ovelhas sem inspeção, proporciona um valor adicionado considerável a criação ovina, mas baixa escala. Os abates são realizados nas unidades produtivas e a entrega do produto varia entre quatro locais mais frequentes: na própria unidade onde ocorreu o abate, com o consumidor, normalmente urbano, se deslocando

ao interior para resgatar sua encomenda; na porta da residência urbana do consumidor; no balneário municipal Ponte de Arame, o qual recebe grande afluxo de população nos meses de verão; ou no ponto varejista.

A Associação Regional de Ovinocultores, como já mencionado no Capítulo 3, apresenta-se como uma promessa de profunda transformação na forma de comercialização de produtos ovinos, migrando de uma estratégia proeminentemente individual, e não inspecionada, no caso da carne, para uma estratégia em escala aumentada e de gestão coletiva da logística de produção, transporte, abate, processamento e venda final, inspecionados e legalizados. Com o advento da marca coletiva para a carne de cordeiro o foco volta-se para o mercado regional e o abastecimento da merenda escolar ou outras formas de inserção em programas públicos de aquisição de alimentos, como o PNAE e PAA.

Apesar do futuro alvissareiro prometido pela Associação, os atores sociais envolvidos neste empreendimento apresentam desalinhamentos consideráveis, principalmente quanto às expectativas, como em estratégias, mas também algumas convergências. Cabe salientar, que as ponderações expostas aqui por agentes de desenvolvimento e por pecuaristas familiares foram elaboradas antes do Encontro da Pecuária Familiar realizado em 19 de março de 2015, que reuniu mais de cem pessoas entre produtores, técnicos, lideranças e artesãs de seis municípios da Centro Sul, a fim de planejar as ações da Associação para o período 2015-2016. As potencialidades e limites, que um evento desta natureza pode ter no alinhamento de expectativas e estratégias, serão discutidos mais adiante no capítulo.

É unânime entre os agentes de desenvolvimento que a associação está devagar, por motivos diversos, desde sua fundação, há mais de três anos. As preocupações mais sentidas se referem aos problemas de coordenação, a uma apatia e isolamento da mesa diretora anterior para fazer as coisas acontecerem. Vinculado a isso, os técnicos expressam com frequência a carência de maior articulação entre os diversos locais da região, quadro que é dificultado pela extensão territorial regional e o número expressivo de municípios. Outros itens inquietantes levantados referem-se à escassez atual de recursos que têm sido destinados aos territórios, via Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios; e às restrições quantitativas no rebanho ovino de alguns municípios, o que reforçaria a necessidade de integração e iniciativa coletiva.

No cômputo geral, as expectativas dos agentes de desenvolvimento são pessimistas (realistas) em relação ao presente da Associação, mas mostram uma tendência otimista em perspectiva ao que poderá ocorrer no futuro. Os impactos da Associação poderão influenciar positivamente na padronização, no tamanho dos rebanhos, na governabilidade do mercado, no acréscimo de valor adicionado à ovinocultura, e na qualidade dos produtos ovinos oferecidos aos consumidores.

Os pecuaristas familiares, incluídos os componentes da direção da Associação, também percebem um fraco dinamismo no desenvolvimento das ações. As estratégias recorrentemente identificadas como capazes de concretizar efetivamente a Associação recaem sobre o melhoramento quantitativo e qualitativo do rebanho e intensificação da articulação entre os municípios.

Já conseguimos matadouro, agora tá faltando os caminhões pra nós poder entregar os animais e organização. Nós vamos vender agora a carcaça e também pensamos algum corte embalado. [...] O povo ainda tá meio em dúvida. Mas, no momento que ingressar e que continuar, que nós tivermos um rumo, eu digo que o povo agrega mais. [...] tinha que melhorar ainda mais a criação de ovinos. Quem tiver 50, procura criar 80, quem tiver 100, aumenta pra 150, melhorar as qualidades, e a genética do carneiro, e tudo (ENTREVISTADO Nº 18).

Entretanto, há quem diga entre os criadores, apesar de ser posição minoritária, que já existem as condições mínimas, em especial número de animais, para iniciar o abate em frigorífico inspecionado, e comercialização, ambos coletivos. A essência deste posicionamento se apóia no entendimento de que, o mais importante para a Associação, no momento, é começar atividades concretas, e, depois disso, o esforço deve ser dirigido aos ajustes em articulação, agregação, registro da marca, aumento e planejamento da produção.

Existem pecuaristas pessimistas com o futuro da Associação, devido ao sentimento de desconfiança que paira no ar e pelos obstáculos burocráticos, entendidos por alguns, como barreiras ao abate legalizado. Há também aqueles que se posicionam contrários à iniciativa, por entenderem que ela tem viés fiscalizatório e não de fomento a produção e ao produtor.

Acho difícil a marca coletiva. A Associação deveria estar mais organizada para isto com pessoas responsáveis para tratar disso. E a logística? Como seria a coordenação disto? E o mercado? E o preço? (ENTREVISTADO Nº 4).

[...] tudo aquilo que a gente vai produzir, se o Estado puder pegar uma porcentagem do que a gente faz, é sempre esse o interesse do Estado, em parte né. Para mim [...] estão discutindo e tentando implantar a Associação,

mais com a intenção de fiscalizar o produtor do que para ajudar o pequeno produtor (ENTREVISTADO Nº 23).

A sensação dos criadores mais captada pelo trabalho de campo em relação à Associação, mais precisamente com relação ao abate, a venda, e a marca coletiva, é de ceticismo antes que otimismo. Contudo, a visão positiva também está presente.

Tomara que dê certo. Vai ficar mais fácil colocar as ovelhas. [...]. Eu acho que vai ficar bom se conseguirem montar, por que a gente não vai precisar ficar correndo pra vender. A gente encosta lá e vende. A entrega é lá. (ENTREVISTADO Nº 21).

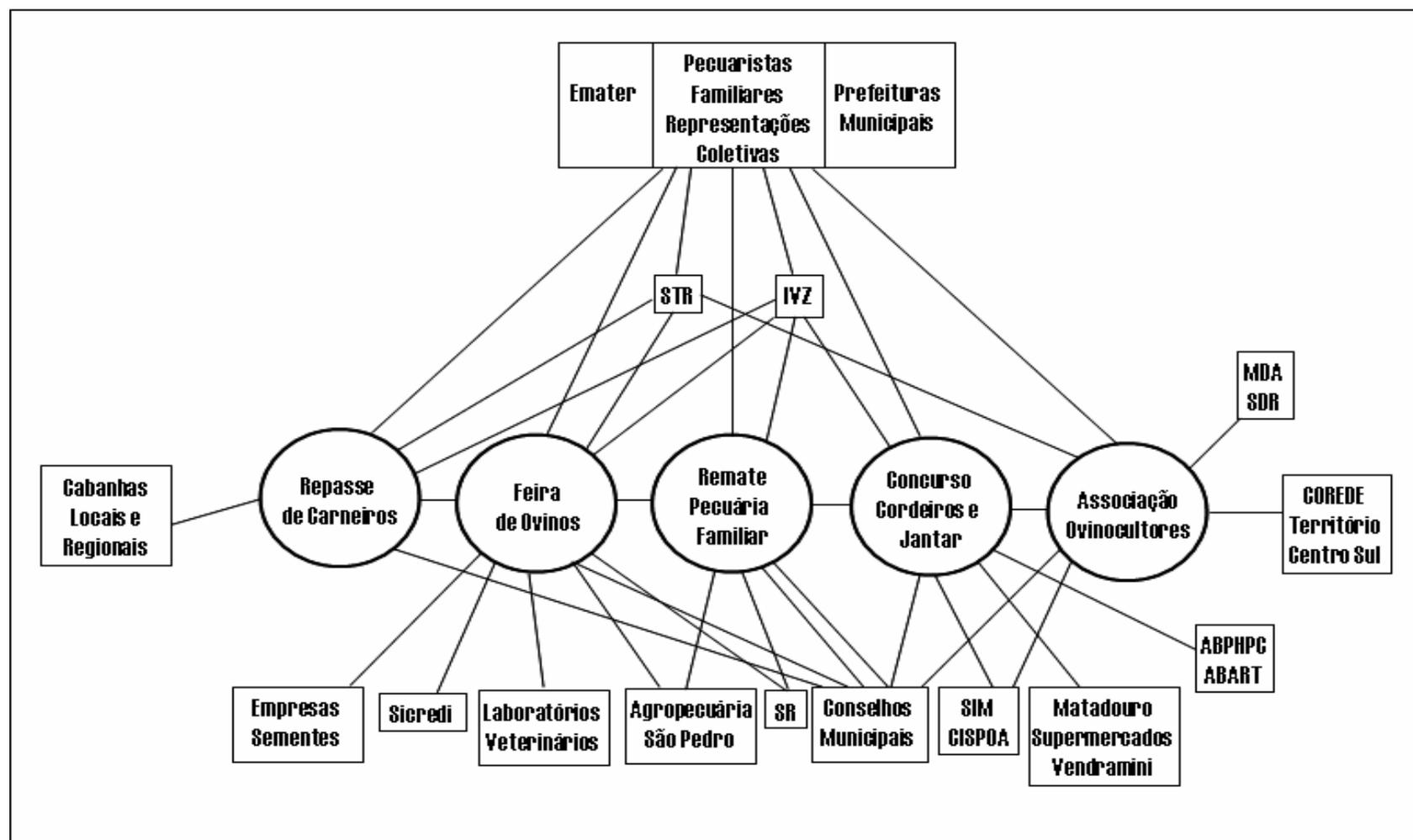
Como pôde ser visto, existe uma diversidade de estratégias e expectativas em relação à criação de mercados novos e melhor gestão de mercados tradicionais no espaço protegido da pecuária familiar na região Centro Sul, cujo contexto foi representado esquematicamente na Figura 19.

Com base no que foi discutido no capítulo 2 é fácil identificar que existem alinhamentos de estratégias e expectativas dos atores que geram ou gerarão iniciativas que se conectam e caracterizam a noção de desenvolvimento rural contemporâneo. Nesse sentido, a comercialização de bovinos ‘gordos’ via intermediação, os comumente denominados ‘picaretas’ é o que há de mais inconveniente a ser superado na realidade local. A marca coletiva, e todas as operações coletivas e organizacionais relacionadas; bem como as feiras e os remates da pecuária familiar são, em conjunto, as conquistas decisivas a serem realizadas/ampliadas.

4.3 CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES DE ATORES E CADEIAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Além da representação de uma articulação entre atores, é importante enfatizar que a rede de atores se vincula a realização de processos e viabilização de determinadas materialidades. Percebe-se ainda, que a rede de parceiros se constitui e se fortalece de iniciativas específicas e emblemáticas. Neste sentido, se está considerando a constelação de atores locais que se organiza e se encontra em eventos relacionados ao programa de repasse de carneiros; à feira assistida de ovinos; ao remate da pecuária familiar; ao concurso de cordeiros e carcaças; e à associação regional de ovinocultores (Figura 20).

Figura 20- Iniciativas emblemáticas relacionadas à rede de atores que se articula com a pecuária familiar.



Fonte: elaborado pelo autor (2015).

As ações e iniciativas também se dirigiram à criação de espaços políticos relevantes (*e.g.* conselhos, associações, encontros) para a manutenção da rede. A observação e análise destes espaços acabaram por permitir a identificação de potencialidades e limites no que se refere à interação entre atores, organizações e entre as iniciativas.

Os atores sociais representados na figura 20 são aqueles diretamente articulados com as iniciativas de comercialização de animais vivos (bovinos e ovinos) ou carne ovina, em graus variados de inserção e de estágio de desenvolvimento. Muitas entidades, agentes e instituições se vinculam indiretamente⁶¹ configurando uma rede muito mais ampla (Figura 17), que para manter-se depende de envolvimento e dedicação, em um processo que não pode ser visto como espontâneo e natural.

Nesta sistemática, observou-se que um dos agentes mais dinâmicos tem sido a Emater. Contudo, a atuação desta organização não é homogênea em todos os locais e situações no espaço protegido da pecuária familiar. Essas diferenças resultam em capacidades distintas de construção e manutenção de redes. Como se sabe, muitas vezes, as redes são criadas e mantidas em funcionamento na base dos laços que se estabelecem entre agentes de desenvolvimento; e entre agentes e produtores, mais do que na base de laços institucionais. Por isso, a figura individual do técnico pode se revestir de elevada significação.

Cabe frisar ainda que existe uma ligação geralmente próxima entre os Escritórios Municipais da Emater e as Prefeituras Municipais, a qual é oficialmente celebrada por convênio para o funcionamento dos serviços de assistência técnica e extensão rural locais, constituindo-se desse modo em alinhamento vigoroso. Tendo em conta que as Prefeituras Municipais têm capacidade e poder para promover ou restringir o enriquecimento do tecido social, elas acabam, mesmo que não necessariamente na linha de frente, desempenhando uma atribuição considerável na conexão entre atores sociais. Além do mais, a capacidade de agência e o capital social das comunidades de pecuaristas familiares é um fundamento imprescindível para a promoção de qualquer

⁶¹Por exemplo, os agentes financeiros Banco do Brasil, principal operador do Pronaf, e o Banrisul, principal operador do Mais Ovinos, têm atuação indireta nas ações esquematizadas na Figura 20, ao disponibilizarem recursos financeiros para aquisição e retenção de matrizes, compra de touros e carneiros, e custeios diversos para aprimorar a produção, e investimentos em máquinas, construções rurais, e equipamentos, mas não atuam diretamente na organização de nenhum dos cinco eventos. O Sicredi, por outro lado, também um agente financeiro, está diretamente vinculado a Feira Assistida de Ovinos como colaborador na organização do evento.

iniciativa em desenvolvimento rural. Em outras palavras, o que se quer salientar, é que apesar da Emater apresentar um caráter mais móvel, o que a habilita a desempenhar o destacado papel de articular atores sociais locais e extralocais, as Prefeituras Municipais e os pecuaristas familiares, principalmente organizados em associações comunitárias e outras representações coletivas são também essenciais neste processo.

Feitas as ressalvas, a Emater realmente apresenta inserção reconhecida nas comunidades rurais e unidades produtivas, com capacidade logística relativamente maior do que outros agentes, para interagir na rotina dos pecuaristas familiares. Pesa a seu favor os constantes investimentos em capacitação do quadro técnico para que desempenhem funções de facilitadores/mediadores que problematizam a realidade local juntamente com os agricultores, lideranças e agentes em busca de co-responsabilidade na definição e na operação dos caminhos a seguir. Relativo à promoção e da continuidade do trabalho em pecuária familiar, um agente de desenvolvimento regional identifica,

[...] para a aplicação da política pública da SDR é a Emater. Tanto em São Jerônimo como em Butiá. O (técnico da Emater) tem muita relação com a Prefeitura Municipal, o (técnico da PM) sempre está presente. A Prefeitura Municipal, às vezes, disponibiliza ônibus, caminhão para transporte, como no caso dos dois remates da pecuária familiar. Eu sei da Emater, com o apoio concreto da PM, e outras entidades por trás, mas eu não sei dizer quais são (ENTREVISTADO Nº 8).

Um agente local, apesar de posicionar a Prefeitura Municipal no centro das operações voltadas ao meio rural, declara que “em todas as ações voltadas pro meio rural a Emater é a grande parceira, [...] porque tem os técnicos, competentes, né, e todos os programas passam pela Emater, programas sociais voltados para o agricultor” (ENTREVISTADO Nº 8).

Um pecuarista familiar, por sua vez, percebe o papel da Emater junto aos agricultores porque,

a pessoa do interior dificilmente tem o conhecimento necessário quando ele tem que investir, quando tem que assumir determinada dívida. Então os técnicos da Emater entram para sensibilizar, para orientar, servindo de um canal, tipo uma ponte. Isso facilita mais, traz tranquilidade de que estamos entrando em um projeto que não é uma fria. [...] tanto a Emater como a Secretaria da Agricultura se articulam sempre, e eles vem pra cá e estão sempre em contato com a gente (ENTREVISTADO Nº 7).

A articulação entre os atores da rede precisa ser alimentada diariamente, e conforme os levantamentos da pesquisa, esse trabalho é constituído por ações que vão

desde um contato não programado na sede dos municípios, passando por visitas nas propriedades, reuniões nas associações e discussões nos conselhos, até encontros e seminários regionais propositalmente planejados para articular os atores e orientar as iniciativas.

Assim, serão ilustrados os papéis de contatos não planejados na sede dos municípios; reuniões estratégicas com lideranças novas que estão chegando para colocá-las a par do trabalho com pecuária familiar; o trabalho para manter a feira de ovinos; o papel dos conselhos, tanto locais como regionais; do jantar do cordeiro, uva e vinho, e do encontro regional de pecuária familiar. A importância dos contatos pode ser parcialmente compreendida no comentário a seguir.

A extensão rural é uma coisa assim. Tem que ser um trabalho alimentado constantemente. É importante que tu encontres o produtor no mercado, na farmácia, tu batas um papo com ele, tu perguntas, tu vais lá e toma um mate. Tu abandonou, corta o ciclo (ENTREVISTADO Nº 16).

Uma passagem observada na rotina de trabalho, que chamou a atenção, foi a iniciativa da Emater de Butiá em propor uma reunião com o novo gerente da agência local do Banco do Brasil para apresentar-lhe o trabalho que é desenvolvido com pecuária familiar na região. Segundo informações do chefe do escritório, esse encontro aconteceu na Emater, e se traduz como exemplo de investimento na manutenção da rede de atores, na medida em que este agente financeiro é o principal operador dos recursos destinados aos pecuaristas familiares.

Para manter a rede de atores envolvida com a feira de ovinos, o presidente da Associação Rincão dos Corrêas argumenta que existe uma relação de parceria entre a própria associação, a comunidade local, a Secretaria da Agricultura, a Emater. “Tudo junto, um incentivando o outro, é que faz as coisas acontecerem” (ENTREVISTADO Nº 11). Outro integrante da direção da associação local dá uma ideia sobre o tipo de trabalho que é realizado para a manutenção da feira.

A gente procura conversar com um e com outro e pega a trocar ideia. Vê o que deu certo e o que não deu. O que a gente tem pra resolver? O que a gente tem pra fazer no próximo ano. Então, é por aí. [...] E a Feira dos Ovinos, aqui na nossa região foi um sucesso. Cresceu de cada ano, e em todas as maneiras. E, cada vez, tá mais forte (ENTREVISTADO Nº 18).

Esse mesmo pecuarista informa que, para a realização da Feira de Ovinos, existem quatro produtores que se sobressaem. Na opinião dele, se não fossem estes

quatro, a feira cairia muito. Denotando problemas inerentes às iniciativas coletivas ele comenta que,

[...] no decorrer da organização da feira, alguns produtores ficam descontentes com uma coisa ou outra, e a reação é boicotar a feira, diminuindo o lote de animais inscritos. Eu coloquei mais de 140 animais na última feira (ENTREVISTADO Nº 18).

Os conselhos se constituem em outros espaços de encontro que podem estar relacionados ao processo de manutenção das sinergias na rede. No âmbito regional, a despeito das reuniões esporádicas, muito já foi falado sobre a importância do COREDE e do Território Centro Sul para a orquestração da iniciativa coletiva materializada na fundação e operação da Associação Regional de Ovinocultores e nos projetos de promoção da ovinocultura regional. Conforme argumenta Knickel *et al* (2008), os arranjos institucionais no nível meso facilitam a convergência dos atores sociais, incentivando a experimentação de novos conceitos e troca de experiências no nível micro.

No escopo local, os CMDRs são, via de regra, percebidos como fóruns com boa representatividade da diversidade rural, propícios à articulação e nivelamento das visões sobre o campo e apresentam-se aprimorados em relação ao passado. Um agente local expressa o papel dos conselhos na manutenção da articulação da rede.

[...] cada coisa que a gente pensa fazer, a primeira coisa a gente leva pro conselho. Uma vez aprovado, cada presidente se compromete a levar para sua comunidade. A Associação dos Artesãos já fica sabendo. A Associação dos Horticultores também, a IVZ também. Tá tudo ali. [...] Então, depois, a gente corre na volta pra fazer o alinhavo (ENTREVISTADO Nº 17).

Obviamente que esta articulação e validação inicial no conselho, de ideias e iniciativas a serem postas em prática, não são garantia de que as informações vão fluir com facilidade até as comunidades mais longínquas. Isso depende também da atuação e do interesse dos presidentes e representantes comunitários em levar adiante o que foi acordado. A observação direta permitiu perceber que o conselho, às vezes, não funciona exatamente da maneira que os envolvidos em determinada ação esperavam. Entretanto, isso não invalida o papel que eles têm desempenhado na manutenção e revigoramento da rede de atores.

Pelo lado dos pecuaristas familiares, os conselhos são também percebidos como espaços funcionais e importantes.

O Conselho funciona razoável, onde tem representantes das associações, prefeitura, câmara de vereadores, sindicatos, bancos. Tudo que se relaciona

com a agricultura é definido no Conselho. O valor da hora máquina e as patrulhas para as associações (ENTREVISTADO Nº 22).

O Jantar do Cordeiro, Uva e Vinho, em função da dimensão que assumiu - hoje classificado como uma das principais festas da região e prestigiado por autoridades importantes, por pecuaristas familiares e pessoal da cidade - tem se constituído, a cada edição, em um momento de reforço das coalizões locais e de reafirmação da auto-estima e valor do segmento social da pecuária familiar. Na edição observada no trabalho de campo, estavam reunidos ao redor de 400 pessoas no ginásio municipal, em um ambiente agradável, com muita interação e boa comida a base de cordeiro. Na primeira parte do evento ocorreram alguns discursos que exaltaram o papel dos pecuaristas na sociedade local, e os vencedores do 9º Concurso do Cordeiro receberam suas premiações. Após o jantar, ocorreu um baile com música ao vivo, expressando um momento de congraçamento, de encontro e mesmo de lazer.

Um agente de desenvolvimento local relata os efeitos positivos que o Jantar, mas não somente ele tem proporcionado nas relações entre a Emater, a Prefeitura e o Conselho. “Hoje, nós vamos na Prefeitura e o Prefeito nos carrega na mão. To te falando. Nós pedimos um ônibus pra ir a Pedras Altas e fomos prontamente atendidos. Aqui nós estamos com o conselho na mão” (ENTREVISTADO Nº 16).

O Encontro Regional da Pecuária Familiar, realizado em 19 de março de 2015, na localidade Água Boa, balneário Ponte de Arame, foi observado no trabalho de campo da pesquisa e se constituiu na maior expressão do esforço de manter e reforçar a articulação da rede de atores envolvidos com a pecuária familiar.

A pauta do encontro transcorreu ao longo do dia com as seguintes atividades: resgate dos trabalhos da Associação Regional dos Ovinocultores; resgate dos trabalhos em lã na região; trabalhos em grupos para o planejamento de ações em produção pecuária, artesanato e sucessão familiar; apresentação de um vídeo sobre a pecuária familiar da região; almoço coletivo, ‘um salchipão’; apresentação dos trabalhos dos grupos, e prioridades de atividades para o período 2015-2016 e encaminhamentos finais.

Figura 21- Encontro Regional da Pecuária Familiar. Ponte de Arame, 03/2015.



Fonte: acervo da pesquisa (2015).

As prioridades definidas no encontro, que orientarão a rede de atores para o período 2015-2016 são: a comercialização dos produtos da pecuária e a capacitação profissional em manejo da ovinocultura. No item comercialização foi enfatizada a disseminação na região de experiências com venda de animais vivos, como já acontece na Feira de Ovinos e no Remate da Pecuária Familiar, mas também o avanço na venda legalizada de carne do produtor ao consumidor, via associação e com marca própria. Diante da carência acentuada de pessoal qualificado para tosquia, ficou definido a realização de capacitações para esquiladores nas modalidades a martelo e máquina.

Ficou combinado também a realização de uma nova reunião de planejamento, no dia 08 de maio de 2015, com grupo menor de atores sociais, na qual serão analisadas em profundidade as prioridades levantadas no evento, a fim de avançar na consolidação da Associação Regional de Ovinocultores e do trabalho regional de pecuária familiar.

Entre os limites identificados nas ações para manutenção das redes de atores e das cadeias de comercialização percebe-se uma carência acentuada de capacitação dirigida aos conselheiros, em temas como desenvolvimento rural, diagnóstico da realidade local, relações interpessoais e capacitação de lideranças. Apesar de os conselhos desempenharem um valioso papel na articulação, seu potencial está subaproveitado pela quase ausência de investimento em capacitação, o que representa deficiências em aprendizagem coletiva, com reflexos na capacidade do espaço em defender e priorizar mais efetivamente as demandas dos pecuaristas familiares.

Outro limite pode ser identificado a partir dos comentários dos informantes-chave a respeito das dificuldades em articular os diferentes atores. Por um lado, como já referido, existe um esforço bem sucedido na manutenção da rede de atores locais e

extralocais no espaço protegido e na região para a promoção da pecuária familiar. Não fosse assim, a experiência não seria percebida como referência para outras iniciativas em pecuária familiar. Não obstante, por outro lado, foi recorrente a afirmação entre os informantes-chave sobre entraves nessa seara. “Como virou um projeto regional, agora da Centro Sul toda, ah, não é muito fácil tu reunir tantos produtores” (ENTREVISTADO Nº 6).

Reafirmando a alteridade existente entre diferentes locais no espaço da pesquisa, identifica-se, com base nos dados de campo, dificuldades de comunicação entre comunidades rurais. Além disso, alguns agentes locais expressaram que é difícil articular as ações, na medida em que é necessário sempre estar insistindo, ‘empurrando’ os produtores.

Considerando a opinião de pecuaristas familiares, tomados no conjunto das comunidades onde eles vivem, é perceptível algum grau de desaprovação em relação à atuação de um Prefeito Municipal. Por exemplo, uma liderança comunitária expressa o seguinte: “É o pior que já tivemos” (ENTREVISTADO Nº 18). As principais críticas recaem sobre a conservação das estradas; o atraso na compra do trator da comunidade (recursos já liberados por emenda parlamentar); e a falta de respostas efetivas do executivo municipal à demanda pela criação do Programa Municipal de Repasse de Carneiros. Aliás, críticas à conservação de estradas estão disseminadas entre os pecuaristas e as localidades do interior. Esse mesmo líder local avalia que o Secretário Municipal da Agricultura e o Prefeito têm diferenças com a Emater, e, assim, o trabalho não flui. Apesar de elogiar a capacitação profissional, considera difícil o rodízio de técnicos na Emater, o que acarreta baixo tempo de permanência na realidade das comunidades rurais.

Um agente de desenvolvimento local se refere aos limites políticos como um entrave no trabalho de manutenção das redes de atores e cadeias de comercialização. Ele exemplifica isso da seguinte maneira: “as mudanças de governo acarretam trocas de secretários, e pode acontecer do novo dirigente não ser muito engajado nas questões ligadas a pecuária familiar, podendo provocar um retrocesso ou mesmo um recomeço” (ENTREVISTADO Nº 6). Essas inconstâncias podem se dar em níveis distintos, nas secretarias municipais, nas coordenações das associações de produtores, nas gerências de departamentos institucionais, e nas secretarias de estado.

Em outra região, um pecuarista familiar desabafa, alegando que os técnicos “usam” os pecuaristas familiares para se promoverem e mostrarem seus resultados, mas efetivamente no dia a dia, não atendem os produtores como deveriam. Outro pecuarista familiar fez críticas aos técnicos da Emater, das Prefeituras, aos inseminadores, bem como aos médicos que atendem a população na região. Além do mais, o serviço profissional de veterinários, no nível de propriedade, é uma carência sentida por muitos.

Aparece como limite importante na manutenção da rede de atores, com base nos dados de campo, a ausência de uma coordenação geral e regional mais presente no dia a dia, impedindo o envolvimento ‘em tempo parcial’ de alguns atores sociais, em especial o quadro técnico. Sem a orquestração regional mais efetiva, acaba acontecendo que cada município, em função de contingências específicas, desenvolve um ritmo próprio de trabalho na pecuária familiar, em alguns casos, com interrupções e descontinuidades.

A criação de um novo arranjo institucional, supramunicipal, que articulasse as ações, de forma coletiva, entre aqueles municípios em que se observa potencial da pecuária e dos pecuaristas familiares na promoção do desenvolvimento rural poderia proporcionar ampliação dos espaços de governança compartilhada, com reforço ao protagonismo dos atores locais. Essa articulação envolveria a conexão dos trabalhos em evolução, planejamento conjunto, e distribuição de responsabilidades para ‘a escalada’ do trabalho para níveis mais elevados. A marca coletiva depende disso para sua consolidação.

Ao analisar a gestão do espaço neste capítulo, ficou evidenciado, que a realidade local apresenta uma coerência relativa no conjunto de seus recursos, transações, atividades, conexões e cadeias. Existem descontinuidades e heterogeneidades importantes nos fluxos, nos alinhamentos e nas ações de gestão. Condicionantes particulares e situações localizadas fazem com que os desdobramentos e acontecimentos da rede rural sejam mais vigorosos em algumas porções do espaço em relação a outras.

O desenvolvimento rural é um processo multinível, heterogêneo e descontínuo, e assim, essas diferenças captadas na eficiência da gestão se inserem aos contextos não homogêneos e não lineares inerentes às redes rurais. Por isso, procurou-se retratar várias faces da atuação dos atores sociais, dos espaços de interação e das práticas e trajetórias de gestão resultantes. Todavia, defende-se a necessidade de investimentos constantes em gestão do espaço protegido da pecuária familiar a fim de mitigar problemas que

surtem da própria dinâmica que não obedece a um padrão linear de evolução, como uma espécie de cumprimento de fases. Ao contrário, as respostas são múltiplas, estabelecendo também uma multiplicidade de possibilidades de ação e de novas articulações das redes.

Ao abordar, no capítulo, questões como o fluxo de informações e conhecimento; o alinhamento de estratégias e expectativas; e os esforços para a manutenção da rede de atores e das cadeias de comercialização foram esclarecidas também algumas características marcantes do processo de desenvolvimento rural. As diversas feições do trabalho em melhoramento genético dos rebanhos (bovino e ovino) e as iniciativas para garantir a governabilidade dos mercados, aqui retratadas, podem, então, ser consideradas expressivas na constituição da rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar.

5 ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E AS NOVIDADES: ENTRELAÇAMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Na discussão atual sobre desenvolvimento rural, não há como ignorar a importância da dimensão ambiental e de sustentabilidade no uso dos recursos. Neste capítulo, além da análise do papel ambiental da pecuária familiar da região Centro Sul tendo como pano de fundo a degradação dos recursos campestres, são apresentados os desdobramentos mais significativos na dimensão social, bem como o que se identificou como novo na trajetória local do DR.

O caráter contracorrente das dinâmicas sociotécnicas da pecuária familiar local transparece pelo tipo de relação estabelecida com o recurso nativo e, pela resposta ao estilo de agricultura capitalista que se organiza e se desenvolve na região, representada por dois cultivos principais, a silvicultura e o plantio da soja, os quais trazem consigo ameaças agudas de destruição aos ecossistemas. A aposta e permanência dos criadores na pecuária aparecem com frequência associadas às questões atávicas, do tipo “é a coisa que eu posso fazer, que eu sei fazer”, e o verbo ‘lutar’ é frequentemente utilizado para definir as estratégias atuais e futuras para ‘manter’ os recursos que eles têm e se possível aumentá-los, nos quais se inclui enfaticamente as coberturas campestres nativas.

Ploeg (2009) argumenta que a agricultura camponesa é fortemente baseada em capital ecológico, enquanto que as agriculturas, capitalista e empresarial, se afastam da natureza, tendo seus insumos majoritariamente oriundos de processos industriais de produção. Essa centralidade do capital ecológico no modo de produção camponês, mesmo sob condições muitas vezes altamente adversas, está voltada a geração de máximo valor agregado possível na produção agrícola, com reflexos positivos na criação de empregos produtivos. Tais aspectos podem ser articulados de forma proveitosa com o debate sobre desenvolvimento rural, e neste sentido, Ploeg (2008, 2009, 2011) acrescenta que o desenvolvimento endógeno, a busca e a criação de novidades, o uso sustentável dos recursos naturais, a busca e a consolidação de mercados novos são, *inter alia*, características relacionadas e resultantes do modo camponês de produção, com impactos econômicos significativos na economia local e regional (PLOEG, 2009).

O DR é uma dinâmica multidimensional de revitalização do rural, a partir das quais se configura uma rede integrativa de diferentes formas de capital (*e.g.* ecológico, social, territorial, econômico, cultural) que se entrelaçam para conferir uma natureza contracorrente ao processo. Esta tese identificou que, na região Centro Sul, a vinculação de diversos capitais é mais coerente no espaço protegido, e adicionalmente, observa-se um direcionamento destes fluxos para o segmento vulnerável dos pecuaristas familiares.

Portanto, a coerência relativa da rede e a priorização ao segmento social específico conferem ao espaço protegido, a capacidade de gerar novidades para o desenvolvimento rural da pecuária familiar, as quais têm gradualmente se enraizado localmente e avançado regionalmente. As novidades identificadas nesta tese se caracterizam pela busca de agregação de valor aos produtos da pecuária e pela criação de mercados específicos e adaptados às idiossincrasias dos agricultores familiares que criam bovinos e ovinos de corte. Nesse sentido, as novidades têm atuado na valorização das características camponesas dos pecuaristas locais, e assim, fortalecem a capacidade de resistência às pressões do mercado e da agricultura capitalista.

O movimento em direção aos escopos mais amplos é caracterizado como uma expansão da rede local, ou seu desdobramento, a partir do espaço protegido, provocando um revigoramento da rede rural e do local onde as novidades são concebidas, protegidas e nutridas.

Ao fortalecer os pecuaristas familiares, a rede rural e o espaço protegido têm potencial para possibilitar conquistas em dimensões importantes do DR como será discutido a seguir.

5.1 O PAPEL AMBIENTAL DA PECUÁRIA FAMILIAR NO ESPAÇO PROTEGIDO DA REGIÃO CENTRO SUL

Uma das evidências proporcionadas pela pesquisa é que a gestão do espaço protegido da pecuária familiar, por múltiplos atores sociais, apesar de dissensos e eventuais incongruências, apresenta, por outro lado, alinhamentos e convergências consistentes que tem se revertido em conquistas para os criadores e suas famílias. Os êxitos que transpareceram com mais pujança até aqui são aquelas que transitam nas dimensões, econômica, técnica e produtiva, e algo na dimensão social. Admite-se,

portanto, que a gestão do espaço protegido tem relação com os processos de desenvolvimento rural, sendo responsável por tornar o caso uma referência regional na promoção da pecuária familiar.

Adicionalmente, argumenta-se que a presença de um contingente de pecuaristas familiares, tanto em nível de unidade produtiva quanto de comunidade, com possibilidade de reprodução socioeconômica digna, por si só já representa uma conquista na dimensão ambiental do desenvolvimento rural.

De acordo com Ploeg (2008), a resposta da agricultura camponesa, se fundamenta na procura e na construção de soluções locais, nas quais os modelos padronizados são evitados, e isso resulta em um repertório, no qual a heterogeneidade das muitas respostas se torna uma das forças impulsionadoras de novos processos de aprendizagem para o desenvolvimento rural contemporâneo.

Muitos estudos e pesquisadores têm tratado essas trajetórias de resistência e de mobilização como movimentos de transição ou dinâmicas sociotécnicas na agricultura.

Stuiver *et al* (2004) relatam que os fatores de produção, especialmente aqueles relacionados com os insumos externos deveriam desempenhar um papel menos importante dentro das práticas agrícolas por causa dos critérios de sustentabilidade. Esse *downgrading* de certos fatores de produção, o *upgrading* de outros, e a descoberta de novos, induziria um mais amplo conjunto de mudanças dentro do processo de produção, em atenção às demandas atuais de sustentabilidade.

Para Ventura e Milone (2004), novos fatores estão reconfigurando a agricultura nos dias de hoje, tornando-a mais receptiva para inéditas prioridades e necessidades sociais. A revolução silenciosa que ocorre na agricultura envolve duas tendências intimamente conectadas: i- diferenciação dos produtos agrícolas por suas características tangíveis e intangíveis, que foi tornada possível pelo crescente interesse dos consumidores por um leque mais amplo de especificações qualitativas dos produtos alimentares; e ii- atenção renovada aos recursos que são usados na produção agrícola, tais como, a biodiversidade, o conhecimento local, tradições, conservação de paisagens, do solo e da água.

Assim, as condições ecológicas locais e fatores de produção disponíveis localmente deveriam ser os pontos de partida do desenvolvimento rural contemporâneo para alcançar equilíbrios sustentáveis.

Em vista disso, Stuver *et al* (2004) sentenciam que os conhecimentos específicos e inerentes ao local adquirem uma nova relevância. Para estes autores está ocorrendo uma “redescoberta da diversidade”, elevando aquelas propriedades e estilos de agricultura, que anteriormente, sob o ponto de vista do regime sociotécnico moderno eram avaliadas como atrasadas e problemáticas, a um novo patamar de importância e significação. De acordo com Stuver *et al* (2004), os diferentes padrões de desenvolvimento agrícola são explicados pelas diversas estratégias, modos de pensar e aspirações que os agricultores podem ter *vis-a-vis* com o ambiente social e natural deles, bem como pela diversidade no modo com que os agricultores organizam suas estratégias de vida.

A investigação a campo recolheu indícios de que os pecuaristas familiares, através de um estilo camponês de agricultura, baseado em co-produção e co-evolução sobre recursos majoritariamente naturais e endógenos, tem configurado espaços rurais que preservam uma paisagem mais equilibrada, livre da dominação quase exclusiva das florestas exóticas plantadas e lavouras de soja. Ou seja, salienta-se aqui que a garantia de capacidades para a permanência dos pecuaristas familiares nos espaços rurais traz reflexos positivos à conservação das regiões campestres do Estado, por funcionarem como obstáculo ao avanço, principalmente, do reflorestamento e cultivo de grãos. Através de observação direta e dados coletados de informantes-chave é possível relacionar que a paisagem rural é fortemente dominada pelos maciços florestais exóticos e pelas lavouras de soja nos locais onde predominam as médias e grandes propriedades rurais.

Nesta seção, aborda-se o papel da pecuária familiar na dimensão ambiental do desenvolvimento, a partir de descrições sobre as dinâmicas de uso da terra nas unidades produtivas de pecuaristas familiares de diferentes localidades do espaço protegido (Tabela 2), uso de outros recursos endógenos e exógenos, uso e manejo do campo nativo, a densidade dos rebanhos nas áreas campestres, e algumas percepções relacionadas à preservação da fauna e flora nas comunidades predominantemente ocupadas por pecuaristas familiares. Essas informações permitem visualizar aspectos da relação das famílias com o ambiente circundante, bem como o conhecimento contextual produzido e utilizado nesta interação.

Tabela 1- Uso da terra em unidades de pecuária familiar no local da pesquisa. Região Centro Sul – 2015

Uso da Terra (ha)	Prod 1	Prod 2	Prod 3	Prod 4	Prod 5	Prod 6	Prod 7	Prod 8	Média Amostra
Área da Propriedade	76,00	93,00	160,00	107,00	25,90	80,00	172,00	92,00	100,74
Própria	55,00	48,00	28,00	107,00	25,90	80,00	172,00	74,00	73,74
Arrendada, Parceria, etc	21,00	45,00	132,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00	27,00
Lavouras	9,70	10,00	3,00	0,20	2,00	4,00	28,00	1,00	7,24
Reflorestamento	1,00	0,00	72,00	0,80	1,00	0,00	0,00	5,00	9,98
Matas Nativas	3,50	2,00	6,00	5,00	0,20	15,00	17,00	3,50	6,53
Pastagens Plantadas	9,50	9,50	12,00	11,00	2,00	9,00	28,00	5,00	10,75
Córregos e Açudes	0,10	5,00	1,50	2,50	0,30	1,20	4,00	0,80	1,93
SPN	75,35	65,50	64,70	86,60	22,10	49,60	120,00	76,20	70,01
SP	86,25	85,00	79,70	97,80	25,10	62,60	148,00	82,20	83,33
SAU	85,05	75,00	76,70	97,60	24,10	58,60	120,00	81,20	77,28
SPN/SAU (%)	76,35	77,06	81,18	88,55	88,08	79,23	62,16	92,70	80,66

Fonte: levantamentos dessa pesquisa (2015).

Obs.: SPN- Superfície Pastoril Nativa; SP- Superfície Pastoril; SAU- Superfície Agrícola Útil.

A média de área superficial nas unidades de pecuária familiar é de 100 hectares, sendo que aproximadamente 73% são áreas próprias e 27% são arrendadas ou exploradas em parceria.

A Tabela 1 mostra dados importantes que corroboram os indícios da pesquisa sobre a baixa penetração da cultura da soja e das florestas plantadas em áreas predominantemente ocupadas por unidades de pecuária familiar. No grupo avaliado, apenas 7% da área das propriedades é destinada às lavouras, e deste percentual nem tudo foi destinado ao cultivo de soja. No caso das florestas plantadas, somente 10% das áreas são destinadas a este monocultivo, mas percebe-se que três unidades da amostra não têm florestas plantadas, outras três unidades têm superfícies reflorestadas ao redor de 1% do total, e uma apresenta 5% da área com florestas plantadas. A média se eleva para 10% do total em função da forte contribuição de apenas uma unidade familiar que possui 72 hectares de florestas já existentes em uma área que foi arrendada.

Aparece ainda como destaque o fato de que 70% do total das superfícies são classificadas como cobertura campestre nativa. Entretanto, a proporção de campo nativo em relação à superfície agrícola útil sobe para 80% em média. Como já referido no capítulo anterior o CN é valorizado pelos pecuaristas familiares e técnicos consultados pela pesquisa, inclusive em magnitude superior ao que era evidenciado no passado. Contudo, a valorização do recurso, não significa bom uso. Partindo de informações coletadas nas entrevistas é possível sondar alguns aspectos do manejo do campo, constantes no Quadro 2.

Quadro 2- Aspectos do manejo do campo nativo no espaço protegido da pecuária familiar. Região Centro Sul – 2015.

	Prod 1	Prod 2	Prod 3	Prod 4	Prod 5	Prod 6	Prod 7	Prod 8
Evolução SPN/SAU	diminuiu	aumentou	diminuiu	aumentou	estável	diminuiu	diminuiu	aumentou
Plano futuro SPN/SAU	manter	manter	aumentar	manter	manter	diminuir	diminuir	manter
Roçadas	sim	sim	sim	não	não	sim	sim	sim
Plano futuro roçadas	manter	diminuir	manter	manter	manter	manter	aumentar	diminuir
Queimadas	sim	não						
Plano futuro queimadas	diminuir	manter						
Diferimentos	não	sim	sim	sim	sim	não	não	não
Plano futuro diferimentos	manter	manter	aumentar	manter	aumentar	manter	manter	manter

Fonte: elaborado pelo autor a partir de levantamentos da pesquisa (2015).

O Quadro 2 mostra uma tendência de diminuição, comparativamente ao passado, da proporção SPN/SAU em quatro propriedades. Entre os pecuaristas que aumentaram a superfície pastoril nativa, um caso foi por acréscimo de novas áreas de campo e manutenção estável das áreas de lavoura; outro se refere ao acesso a áreas lindeiras de campo, devido a problemas de cercamento, portanto é um episódio temporário; e o terceiro refere-se à diminuição das áreas destinadas às lavouras de milho, melancia, e arroz. Nos casos em que o plano futuro dos produtores indica a diminuição da superfície de campo, esta intenção está principalmente associada ao aumento das áreas de pastagem de braquiária.

Quanto às roçadas, seis produtores afirmam realizar esta prática de manejo, mas em decorrência de limitações operacionais ou dependência de patrulhas agrícolas alheias, a área média roçada ao ano não ultrapassa dez hectares e, normalmente, com frequência média de uma vez ao ano.

Um aspecto positivo evidenciado foi o abandono da prática das queimadas pelos produtores consultados e a intenção de no futuro seguir sem utilizar esta prática de manejo. Apenas um produtor afirmou ainda utilizar as queimadas, mas procedeu este manejo apenas quatro vezes, em um período superior a trinta anos, e as áreas, sempre extremamente sujas, eram ao redor de 0,3 hectare.

O diferimento⁶², por sua vez, é praticado por apenas quatro produtores consultados, e normalmente em áreas reduzidas, que em média não ultrapassam quatro

⁶²É a retirada de animais de um potreiro, o que permite a restauração dos campos. O diferimento também desempenha papel importante no manejo de espécies forrageiras cultivadas, tendo por objetivo a produção de sementes para ressemeadura natural no ano subsequente (NABINGER *et al*, 2009). Nabinger *et al* (2009) identificam os impactos do diferimento na melhoria da cobertura do solo, aumento da produtividade do sistema pastoril, diminuição do escoamento superficial da água, maior infiltração da água da chuva, aumento da matéria orgânica, maior desenvolvimento radicular, e melhor

hectares, majoritariamente, relacionadas com o manejo da espécie forrageira braquiária. Ou seja, sem vinculação ao recurso campestre nativo. Um dos produtores utiliza a técnica do diferimento dentro do pastejo rotacionado, que realiza no campo nativo, em dez subdivisões com cercas eletrificadas, e tempo de descanso médio de 30 dias entre os ingressos de animais nos piquetes. Os que realizam diferimento, dois pretendem aumentar o uso deste manejo. Entre os quatro que não utilizam, nenhum pretende utilizar no futuro.

Entre os dados do Quadro 2, aquele que mais preocupa é o desinteresse e baixo uso de diferimentos estratégicos para o manejo do CN. Soma-se a isso, o fato de que ao longo desta tese ficou evidenciado que a assistência em manejo de campo nativo é deficiente. Há fortes indícios também de subaproveitamento das UEPs, e através de observação direta nas unidades produtivas foram identificados casos de sobreexploração do recurso.

Entre os parâmetros utilizados pelos produtores para a tomada de decisão sobre o manejo do campo nativo foram coletadas informações de que, em geral, os pecuaristas estão insuficientemente capacitados para a identificação de espécies forrageiras nativas. Os melhor aparelhados, conseguem apontar apenas as espécies ruins e as boas que incidem na sua unidade produtiva.

A condição dos animais, do pasto, do clima, e o número de animais são os itens recorrentemente citados como aqueles que influem nas decisões de retida ou ingresso de animais em uma área de campo. A altura e quantidade (volume) do pasto também foram citadas como parâmetros do manejo. Todas as avaliações são realizadas ‘a olho’. As suplementações estratégicas com a produção de lavouras (*e.g.* milho, mandioca, cana de açúcar) são comumente utilizadas. Os fragmentos de depoimentos a seguir dão uma ideia sobre os principais critérios de manejo. “No inverno é uma rês/ha. Na primavera/verão pode chegar a 2 reses/ha. [...] Se tá chuvoso a gente pode por mais. Se estiver seco tem que diminuir. Depende do pasto e do clima” (ENTREVISTADO N° 18); “Pra mim, pra engordar, o pasto tem que tapar o casco do animal. Se não for assim, ele vai comer tudo que encontrar e não vai engordar, fica patinando ali (ENTREVISTADO N° 1); “Pra mim três, quatro, cinco centímetros é uma altura boa pro campo (ENTREVISTADO N° 22)”; “A gente vê o volume da pastagem. A gente

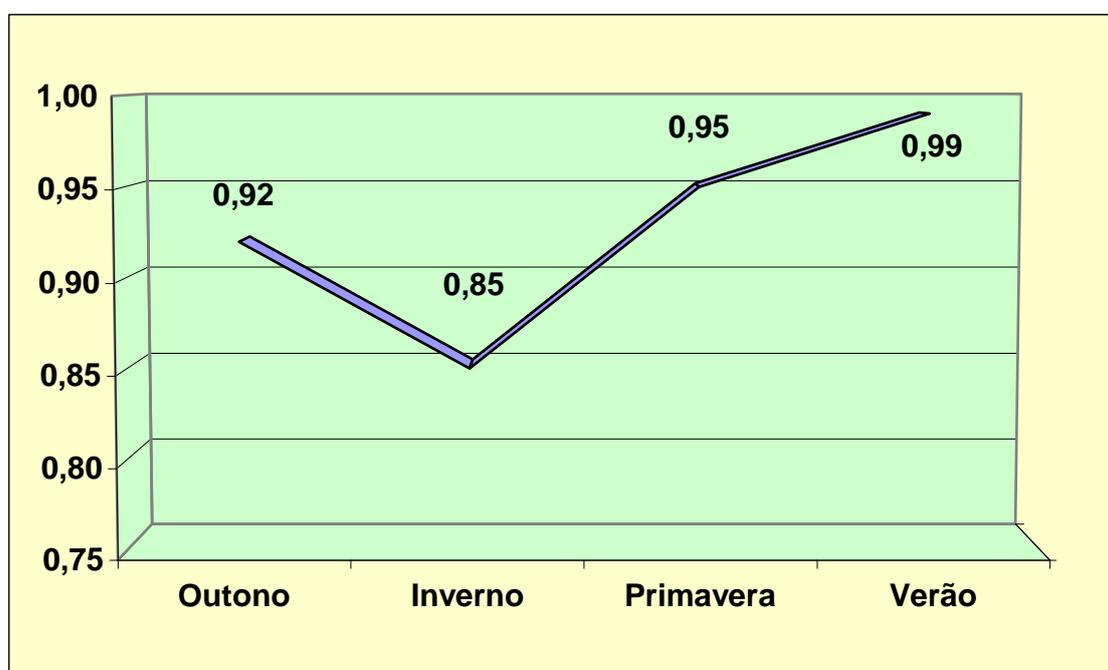
desempenho animal. Em resumo, o diferimento é apresentado por estes autores como uma importante tecnologia para o manejo sustentável das áreas de campo e pastagens cultivadas.

não deixa baixar muito pra não enfraquecer a pastagem” (ENTREVISTADO N° 19); “Eu olho a parte física dos animais. [...] Se eu noto um animal mais necessitado, eu priorizo ele. Se tenho muitos animais e o campo tá rapado eu uso a produção das lavouras pros animais” (ENTREVISTADO N° 20).

[...] se tem 80 hectares na propriedade, se a gente coloca 100 reses já não dá certo, ou coloca 200 reses, já tá cheio demais. Eu não deixo nem chegar perto. É nessa base, setenta, setenta e pouquinhos. É o que cabe e é o que tem que manter. Se a gente nota que tem bicho demais a gente procura vender. É muito difícil arrendar campo (ENTREVISTADO N° 19).

Com respeito à intensidade de exploração do CN, o Gráfico 1 a seguir, apresenta as médias de densidade dos rebanhos ao longo do ano, as quais podem ser consideradas como intensidades intermediárias de uso.

Figura 22- Gráfico das Médias de Unidades Animais-UAs/hectare por estações do ano na pecuária familiar no local da pesquisa. Região Centro Sul – 2014/2015.



Fonte: elaborado pelo autor a partir de levantamentos da pesquisa (2015).

Não é o propósito neste momento, realizar uma reflexão em profundidade sobre a produção forrageira nativa e o uso sustentável dos campos, tendo em conta que os dados da pesquisa não foram exaustivos para esta temática e a carga animal (UA/ha)⁶³ não é o indicador mais adequado para este intuito⁶⁴.

⁶³Uma Unidade Animal equivale a 450 quilos de peso vivo.

⁶⁴O ideal seria utilizar a pressão de pastejo ou oferta de forragem definida como a relação entre a carga animal e a unidade de forragem disponível diariamente (NABINGER *et al*, 2009).

Entretanto, diante dos dados, é possível afirmar que essas densidades médias (n° UAs/ha) nas diferentes estações do ano, indicativas de intensidades intermediárias de pastejo, associadas com as evidências de que o manejo do campo nativo pelos pecuaristas familiares no local da pesquisa é deficiente, permite inferir que a pressão exercida sobre o recurso campestre nativo está acima do ideal requerido, tendo por critério os princípios da sustentabilidade⁶⁵. Existem indícios de sobreexploração, algumas práticas essenciais de manejo (*e.g.* diferimento, ajustes de carga, roçadas, fertilização) são subutilizadas, e os fluxos de informação e conhecimentos sobre sistemas pastoris nativos com bovinos e ovinos carecem de maior robustez.

Salienta-se também que, apesar de a pesquisa não ter apurado nenhuma ocorrência de uso de herbicidas, as práticas de manejo adotadas, no cômputo geral, sob o ponto de vista da conservação e uso sustentável, deixam a desejar, restringindo os impactos positivos potenciais que a presença da pecuária familiar poderia proporcionar.

Contudo, a participação predominante do CN no planejamento forrageiro das propriedades é um dos itens que reforça o caráter camponês da pecuária familiar, constituindo-se, assim, em fator positivo para a conservação das áreas de campo e para impactos positivos na paisagem.

Entre os pecuaristas não está explicitamente presente o discurso que associa a pecuária à sustentabilidade ambiental. O discurso dos pecuaristas, por outro lado, reforça a luta persistente por autonomia, por um estilo de agricultura econômica (PLOEG, 2000) que retenha maior valor possível no nível da unidade produtiva familiar, e é nesta perspectiva que o CN é valorizado, como um recurso muito proveitoso, durável e barato.

Nesse sentido, o estilo de agricultura dos pecuaristas familiares se refere à busca permanente por autonomia e a utilização, sempre que possível, daqueles recursos que podem ser mobilizados localmente; com contenção de custos; distanciamento relativo dos mercados de insumos; e o uso melhorado dos recursos internos (PLOEG, 2000), ou a prática persistente de *regrouding* (SONNINO *et al*, 2008).

⁶⁵A dimensão sustentabilidade do DR foi abordada no capítulo 2. Rever definição de produção sustentável de Gliessman (2011) na página 59 desta tese. O manejo baseado em princípios da sustentabilidade proporciona impactos positivos, duradouros e progressivos na produtividade do sistema pastoril, associado com conservação do solo e água, aumento da fertilidade do solo, aumento da diversidade da fauna e flora, e potencialização das multifunções dos recursos campestres, entre outros.

O tipo de agricultura autônoma e econômica adotada pode ser exemplificada na técnica de alambramento que, geralmente, utiliza madeiras provenientes das propriedades para a confecção dos moirões e tramas, e via de regra, é um trabalho executado com mão de obra da família, com presença feminina em vários casos. Outras construções rurais, como mangueiras e galpões são executados pela família com a contratação de mão de obra externa auxiliar para ajudar na retirada da madeira, e na construção, propriamente dita. Em alguns casos, os pecuaristas familiares desempenham tarefas complexas na construção civil, incluindo instalações elétricas e hidráulicas, e prestação de serviços externos configurando a presença da pluriatividade. O depoimento a seguir retrata o grau e a busca constante por autonomia de um pecuarista familiar.

Eu tenho procurado usar o máximo o que eu tenho aqui dentro. Inclusive até mão de obra eu evito ao máximo contratar de fora. O que eu puder fazer eu faço, o que eu puder explorar eu exploro. Eu consigo fazer praticamente tudo com o serviço da família. Construção, cercamento, serviço de campo, lida de campo, castração, essas coisas. Tudo sou eu que faço, eu não chamo ninguém. Doma de cavalo eu faço pra mim e pros outros também. Até to parando de fazer pros outros. [...] Construção civil eu faço tudo, a parte elétrica e a parte hidráulica (ENTREVISTADO Nº 23).

Os manejos rotineiros das lavouras e animais são massivamente resolvidos com os recursos de mão de obra disponíveis da propriedade. Enquanto a saúde e a juventude permitem a tosquia dos ovinos é realizada pelos criadores. Realça-se em adição, que equipamentos de manejo dos rebanhos, como mangueiras bem planejadas, bons sistemas de aparte de animais, troncos de contenção, bretes, e balanças auxiliam na autonomia nos serviços e promovem ganhos em produtividade. Caso necessário, em rotinas específicas (*e.g.* colheita de milho, marcação), lança-se mão das relações de reciprocidade, os ‘troca dia’, ‘pixurões’ (ou mutirões).

A alimentação humana sempre que possível é produzida na propriedade. Assim, itens como carne, ovos, leite, feijão, mandioca, banha de porco, hortaliças são mobilizados internamente. Por outro lado, os itens mais comprados são: gás de cozinha, arroz, farinha e óleo de soja. O milho e a mandioca para ração dos animais são normalmente mobilizados internamente, e o sal mineral é um item adquirido no mercado.

Pelo lado dos recursos industriais exógenos observa-se uma maior aproximação aos mercados para aquisição de alguns insumos veterinários e agrícolas. Os dados de campo indicam que em função de ‘aprimoramentos’ no cuidado com os animais e

lavouras aliado a melhoria da renda média dos produtores, observa-se uma tendência de aumento no uso de ecto e endoparasiticidas para os animais, e fertilizantes para as lavouras.

Uma das alegações dos pecuaristas para o aumento do uso de insumos comprados para os animais diz respeito ao aparecimento de ‘pragas novas’, que não existiam no passado, como a mosca dos chifres em bovinos, requerendo dispêndios adicionais em controle. Aparece ainda uma vinculação entre o maior acesso aos créditos de custeio, de um lado, e a tendência de intensificação de alguns insumos comprados, de outro.

Também é referido o aumento no preço dos insumos, aliado com um aumento da qualidade, ou seja, são afirmações do tipo “eu gasto mais agora do que no passado, por que os remédios são mais caros, mas os remédios são bons” (ENTREVISTADO Nº 18). Adicionalmente, os produtores referem a valorização dos produtos (*e.g.* terneiros) da pecuária, o que recompensa maiores investimentos. “O gado aumentou o valor, há pouco tempo atrás um terneiro valia 300 – 400 reais, aí hoje um terneiro tá valendo mil, mil e poucos reais. Então, tem que investir nele, o que é bom, pra ele não sofrer nada” (ENTREVISTADO Nº 18). Aparece com frequência também a justificativa de que se gasta mais com insumos comprados hoje em dia, mas em compensação a produtividade das lavouras e criações está maior.

Com relação ao uso de máquinas, devido às facilidades atuais de crédito, também se percebe um crescimento do parque de máquinas próprio, e, em consequência, menor dependência dos serviços prestados por patrulhas agrícolas municipais e serviços terceirizados, apesar de ainda se constituírem em alternativas muito usadas. Esse quadro implica maior subordinação às energias externas e fósseis, como o óleo diesel, que está muito valorizado (caro) no mercado, e aumento das emissões de gases do efeito estufa no ambiente. Quando há necessidade de complementação do serviço, além da capacidade existente na unidade familiar (*e.g.* maior contingente de mão de obra, um implemento específico, um trator mais potente), estes são arranjos através de relações de reciprocidade, com parentes e vizinhos próximos.

Em resumo, nas dimensões endogeneidade e sustentabilidade, anotam-se grande autonomia dos pecuaristas familiares na região da pesquisa quanto à mão de obra para

serviços de rotina nas lavouras e criações, construções rurais, construções civis em geral e na alimentação do rebanho a base de campo nativo. Na alimentação humana observa-se autonomia relativa, com muitos produtos sendo provenientes do mercado.

Nos insumos industriais para as criações (*e.g.* ecto e endo parasiticidas) e lavouras (*e.g.* fertilizantes em geral), e combustíveis fósseis para mecanização agrícola, percebe-se uma tendência de aumento de subordinação ao mercado. Contribuem para este incremento o acesso ampliado aos créditos de custeio e investimento e a ótima conjuntura atual de valorização dos produtos da pecuária.

5.1.1 Percepções ambientais: a flora, a fauna, a água, a silvicultura e a soja no espaço protegido da pecuária familiar

Não foram feitas avaliações biológicas e ecológicas (inventários) mais apuradas a respeito da flora e fauna no local da pesquisa, mas foi capturada a impressão dos pecuaristas familiares sobre alguns aspectos da composição botânica da vegetação e sobre a população de animais silvestres. Relativo à flora foi pedido que eles qualificassem o que é bom e o que é ruim em seus campos nativos.

Investigou-se também percepções sobre a situação atual do recurso água, quanto à quantidade e qualidade, bem como o posicionamento dos produtores em relação a duas alternativas exógenas de desenvolvimento que estão muito presentes na realidade local, a silvicultura e a cultura da soja.

Quanto às espécies indesejáveis observadas no CN, a valoração se prende principalmente ao critério de apreciação alimentar pelos bovinos e ovinos. Geralmente, a espécie vegetal pior avaliada é aquela que não é procurada pelos ruminantes domésticos para compor a dieta, mesmo em contextos de severa restrição alimentar. A mais citada neste grupo é a Carqueja (*Baccharis trimera*). Compõe este conjunto a Maria Mole (*Senecio spp*), a qual, na visão dos pecuaristas, não é procurada por bovinos, mas é consumida por ovinos. O Gravatá (*Eryngium horridum*), a Vassoura Branca (*Baccharis dracunculifolia*), e o Capim Annoni (*Eragrostis plana*), as quais, em situação de disponibilidade alimentar baixa no sistema pastoril ou em estágios específicos de crescimento são consumidas. Foram também lembradas, a Barba de Bode (*Aristida spp*), o Alecrim (*Vernonia sp*), e o Carrapicho/Espinho de Carneiro

(*Acanthospermum sp*), essa última por causa dos frutos que se aderem aos ovinos, depreciando a classificação da lã.

Entre as espécies avaliadas como boas no campo nativo, aparecem com força a grama forquilha (*Paspalum notatum*) e o pega-pega (*Desmodium spp*). Foram citadas com menor frequência a flexilha (*Piptochaetium sp; Stipa sp*) e o trevo nativo (*Trifolium polymorphum*).

De maneira geral os pecuaristas familiares não expressam preocupação, e ao que tudo indica, não conseguem valorar com precisão qualquer processo de perda de diversidade na flora local. Poucos opinaram com algum detalhe a respeito deste assunto, e a percepção deles é que os campos, quando deixados sem uso (pousio) recuperam a diversidade (sujam), sendo ocupados com rapidez por muitas espécies herbáceas e arbóreas.

Em relação à diversidade da fauna, os criadores consultados foram unânimes na percepção de que o quadro atual é muito melhor do que no passado. Muitas espécies silvestres e uma exótica foram relatadas como frequentemente avistadas na realidade local, denotando intenso aumento populacional. Entre as aves foram citadas os Caranchos, Águias e Corvos, que se constituem em problemas para as criações de ovinos e também de bovinos; bem como Jacu, Pomba Carijó, Saracura, Aracuã, e Mambu.

Os mamíferos silvestres que foram indicados como exemplos do aumento populacional aparecem o Veado Campeiro, a Lebre, a Capivara, o Tatu, o Quati, o Graxaim, o Gato do Mato, e o Bugio. Dois informantes-chave fizeram referência à presença na região de espécies raramente vistas no passado, como o Puma e a Jaguaritica. A única espécie silvestre citada como estando em declínio populacional foi a Perdiz. A espécie exótica em franca expansão é o Javali.

O ponto de vista dos pecuaristas familiares para explicar o visível aumento das populações da fauna silvestre na realidade local se debruça no drástico êxodo rural; na proibição da caça, e, como consequência, a perda do hábito da caça pelas populações rurais; e no aumento das áreas de mato exótico e nativo. Contudo, as florestas exóticas plantadas aparecem, pela perspectiva dos moradores rurais, como ponto controverso na explicação do fenômeno de aumento da fauna silvestre. Para a maioria, os matos estão funcionando como refúgio que explicaria o crescimento populacional. Contrariamente,

para alguns, o agito no interior dos matos plantados, com movimento contínuo de funcionários, máquinas, e derrubadas, seria uma das explicações para o processo que está ‘empurrando’ os animais silvestres mais pra perto das unidades familiares. “Os bichos vem vindo pra cá, pra onde está quieto. Aqui a gente vai pro campo, olha a criação e vem de volta pra casa” (ENTREVISTADO N° 21).

O que foi captado no nível micro da pesquisa, particularmente em relação à população de mamíferos, parece diferir do quadro configurado por pesquisas científicas no nível macro do bioma Pampa (BENCKE, 2009), que contabilizam, por exemplo, drástica redução nas populações de veado campeiro, gato do mato e puma. A abordagem utilizada na pesquisa somente se baseou nas percepções dos moradores e observação direta, restringindo-se geograficamente ao espaço protegido da pecuária familiar o que impossibilita qualquer conclusão. Faz-se aqui apenas o registro que poderá incitar investigações específicas nesta temática.

A água é identificada pela maioria dos entrevistados como um recurso quantitativamente em declínio na região, e esta situação é associada à silvicultura. A maioria dos informantes percebe que a situação hídrica local piorou, relatando casos de secagem ou diminuição de vazão em banhados, açudes, arroios e poços rasos sempre associados aos efeitos provenientes dos matos plantados de acácia e eucalipto. Foi relatado ainda que o tempo de inundação em áreas baixas, após as chuvas, está diminuindo em relação ao passado. Em geral, segundo dados da pesquisa, partindo da perspectiva dos pecuaristas, o pessoal dos hortos florestais não admite esta relação de dependência, o que torna a degradação hídrica uma questão local em constante disputa.

Por outro lado, alguns moradores compreendem que a situação está estável, vinculando o quadro de fartura ou escassez hídrica aos condicionantes climáticos. As características qualitativas da água, por sua vez, são valoradas, em geral, como estáveis.

Existe também um quadro restritivo ao recurso terra que tem sido agravado pelo avanço da cultura da soja e pela manutenção da silvicultura, as quais monopolizam as demandas, disputando de forma muito desigual com os pecuaristas familiares o acesso por novas áreas, via arrendamento ou aquisições, cada vez mais caros. Para os pequenos criadores, a aquisição de áreas novas é um ‘sonho’ distante, e o arrendamento é uma prática rara, e quando ocorre, normalmente, se faz em áreas já reflorestadas.

Diante desse quadro, a silvicultura tem sido rechaçada em qualquer estratégia na pecuária familiar, em função de restrições hídricas e espaciais, que pressionam fortemente as atividades pastoris, fazendo com que a alternativa econômica exógena de plantação de florestas seja, prevalentemente, avaliada como negativa para os propósitos de evolução e consolidação da pecuária familiar na região. Além das reclamações relacionadas à disputa por água e espaço, existem ainda queixas quase sempre associadas aos danos de cercas de arame por árvores tombadas dos hortos, e o descaso e demora na solução dessas ocorrências.

Isso não significa que as relações entre pecuaristas familiares e hortos florestais sejam sempre marcadas pela hostilidade. Ao contrário, existem exemplos de bons relacionamentos, como o Programa Bom Vizinho, patrocinado por uma empresa de reflorestamento, e a prestação de serviço de confecção de moirões e tramas aos criadores, pelas serrarias dos hortos.

Apesar de seus impactos comprovados na pressão espacial e imobiliária sobre o recurso terra e degradação ambiental, a cultura da soja aparece, para muitos pecuaristas familiares, como um elemento que comporá (em alguns casos já compõe) as estratégias de intensificação e ‘melhoria’ das unidades produtivas. A cultura da soja dispõe de alguns simpatizantes, por ser percebida como uma importante alternativa de renda via arrendamento parcial das unidades familiares, e também, dependendo do tipo de contrato que é firmado entre sojicultores e criadores, como uma atividade complementar à pecuária que melhora a produtividade dos campos, dos rebanhos, e que pode entregar pastagens cultivadas no período de inverno e primavera.

Entretanto, o plantio de lavouras de soja é uma alternativa descartada por todos os pecuaristas, e para muitos, mesmo via arrendamento, não é considerada uma alternativa viável para aqueles que possuem pequenas propriedades. “Eu acho que a soja e a floresta não são alternativas pra pecuária familiar. [...] esta diminuindo a produção da pecuária. O pessoal tá arrendando pra soja e diminuindo a pecuária.” (ENTREVISTADO Nº 1). Em uma visão geral, a evolução da cultura da soja e seus impactos ainda não estão totalmente compreendidos localmente.

Nesse cenário extremamente impeditivo para acesso às novas áreas, as estratégias de incremento na criação recaem principalmente sobre o aumento da produtividade dos recursos, fazendo com que o campo nativo produza mais, os rebanhos

melhorem geneticamente, e, em consequência, se criem mais animais e/ou se obtenha mais renda por unidade de área e por animal comercializado. Para trilhar estes caminhos de otimização dos escassos recursos disponíveis, as iniciativas coletivas e as relações sociais têm desempenhado um papel relevante na obtenção de alguns êxitos para o segmento dos pecuaristas familiares.

5.2 ASPECTOS SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Ao longo da tese foram descritas algumas conquistas sociais vinculadas à eventos específicos (*e.g.* Feira de Ovinos, Jantar do Cordeiro) ou ao trabalho como um todo. Nesta seção, abordam-se mais alguns aspectos na dimensão social do DR.

Quanto às relações de reciprocidade e de ajuda mútua nas comunidades, elas se constituem ainda em práticas corriqueiras, mas decresceram em relação ao passado, concomitantemente a drástica redução das populações rurais. Ou seja, os produtores compreendem que essas relações não monetárias diminuíram, por que em muitos casos não há vizinhos para se relacionar, ou estão rarefeitos no espaço, o que dificulta as ligações.

Aparece também, um sentimento de perda tendencial de confiança nas pessoas da comunidade, fortemente vinculado aos ingressantes novos na região, trabalhadores assalariados no manejo dos hortos florestais, e em menor proporção nas lavouras de soja. Existe uma sensação de perda de segurança, com aumento de notícias sobre furtos e assaltos em moradias rurais. Outro aspecto conectado a perda de confiança nas pessoas refere-se às frustrações em créditos coletivos (*i.e.* aval solidário) do Pronaf, que redundaram em gastos financeiros extras, não planejados, para a quitação dos contratos.

Como já foi mencionado, reforça-se então, que este cenário é caracterizado pela alteridade no contexto da pesquisa, com informantes-chave retratando belíssimos casos de reciprocidade, ajuda mútua e automobilização (*e.g.* o caso da reforma do cemitério, e da sede comunitária no Rincão dos Corrêas), e outros declarando declínio acentuado da confiança interpessoal (*e.g.* Passo dos Carros), mas a tendência mais geral caminha para a diminuição das relações de reciprocidade, ajuda mútua e confiança. Pelo lado pessimista o depoimento a seguir é ilustrativo.

Eu já fui contrariado nessa declaração, mas como eu sou nativo daqui, hah mudou muito, acho que uns 80%. Quando eu tinha uns 10-12-15 anos os

moradores todos tinham nascido aqui. Daquele tempo pra cá, agora as pessoas que nasceram aqui são bem pouquinhas, não chega a 10%. Então veio muita gente nova, [...]. E assim o nível de confiança, ihih, tá praticamente nulo. [...] antes a gente não se preocupava em esconder certos bens que a gente adquiriu (ENTREVISTADO Nº 23).

Pelo lado positivo seleciona-se o seguinte depoimento.

[...] um dia eu juntei um grupo de vizinhos e a gente achou por conta que nós íamos expandir o cemitério (era uma promessa antiga não cumprida). Isso foi em 2010, [...] a gente decidiu que cada um ia contribuir com doações, no mínimo R\$ 20,00 e no máximo R\$ 100,00. Muitos ajudaram, doaram ovelha, e tudo. Então eu fiz uma lista de doações, que somaram mais de R\$ 6.000,00. A mão de obra foi toda em mutirão. Nós cercamos a área nova do cemitério e no momento mais forte do mutirão chegou a ter mais de 20 trabalhando (ENTREVISTADO Nº 20).

Assim, diante das evidências apresentadas nesta tese, é possível avaliar que, grosso modo, o capital social do tipo comunitário é aquele que mais se enfraquece no transcurso da experiência. Evasão populacional rural, fechamento de escolas, declínio do atendimento rural da saúde e ingresso de ‘gente nova’ tem se refletido em perdas funcionais das associações de localidade, debilitamento do tecido social e perda de confiança interpessoal. As associações estão ativas, mas a população é decrescente e a frequência de reuniões diminui.

A perda relativa de força coletiva local parece trazer reflexos na capacidade de agência e na organização de novos arranjos institucionais. O quadro de decréscimo no capital social comunitário e sua correlação com a capacidade de agência têm sido parcialmente mitigados pelos avanços em representação comunitária observada nos últimos anos na composição dos conselhos municipais conectando melhor diferentes atores sociais e permitindo melhor vazão às demandas dos pecuaristas.

No referencial discutido no capítulo 2 aparece uma correlação forte e positiva entre desempenho institucional e capital social. As evidências de campo registram empiricamente essa ligação. No contexto diversificado analisado, o exemplo mais vigoroso de estoques do capital social comunitário, apesar de ser percebido como declinante por muitos moradores, é observado na localidade Rincão dos Corrêas com presença evidente de laços fortes entre os moradores que se reverte em capacidade de automobilização e estabelecimento corriqueiro de redes de reciprocidade e confiança para a solução de problemas coletivos. A relativamente mais rica comunidade rural em estoques de diferentes tipos de capital social foi aquela que estabeleceu um original arranjo institucional que permitiu a concretização da Feira Assistida de Ovinos e um

conjunto de regras formais e informais que regulam o uso e a funcionalidade da UEP coletiva Rincão dos Corrêas.

Esses arranjos institucionais e o capital social comunitário aparecem proximamente vinculados à capacidade de agência na realidade local, pois esses arranjos na comunidade rica em capital social derivam de expressões marcantes da capacidade de agência de um coletivo de pecuaristas familiares. São indícios da presença de habilidade e conhecimento coletivos para fazer com que esses NAI aconteçam.

Na dimensão individual, um símbolo acentuado da capacidade de agência dos pecuaristas familiares pode ser encontrado no caso de transformação do Sítio do Tio Gino em cabanha de ovinos Texel. É evidente a presença das noções de agência, cognoscibilidade e habilidade, para a família levar adiante esta mudança de forma exitosa como ocorreu até aqui.

Por outro lado, na relação entre comunidades e municípios a percepção unânime entre os pecuaristas familiares é que a intensidade de interação tem aumentado. Uma alusão necessária para explicar a maior inter-relação recente em localidades refere-se aos arranjos institucionais COREDE e Território Centro Sul. Apesar de serem concepções um tanto normativas e no sentido *top-down*, eles, por estarem estabelecidos no nível meso, foram influentes na emissão de estímulos que desencadearam dinâmicas que conectaram mais intensamente atores locais, aproximando comunidades e municípios com interesses comuns em toda a região.

Foram identificados aumentos de interconexão entre a comunidade da Água Boa, em Butiá, e a comunidade Rincão dos Corrêas, em São Jerônimo; entre a comunidade Francisquinho, em Butiá, e a Quitéria, em São Jerônimo; e entre Morrinhos e Rincão dos Corrêas, ambas em São Jerônimo. Foi coincidente também a percepção de que o intercâmbio entre os municípios tem aumentado, sendo o mais citado o que acontece entre São Jerônimo e Butiá.

Alguns relataram que o aumento das interações entre comunidades e municípios está ligado à Feira de Ovinos, ao Remate Regional da Pecuária Familiar, ao intercâmbio direto entre Associações de localidade, e à Associação Regional de Ovinocultores. A Associação de Ovinocultores, por exemplo, realiza reuniões com caráter regional

aproximando representantes de diversos municípios da região Centro Sul, nas quais as trocas de experiências são exercícios frequentes.

Cabe registrar também os intercâmbios internacionais. Um pecuarista que hospeda uma das UEPs, diz ter recebido uma comitiva de africanos em sua propriedade, trazidos pela Emater. Já foi referida também a presença dos técnicos do Ministério da Agricultura do Uruguai na inauguração da UEP Rincão dos Corrêas.

O artesanato também é enxergado como um fator de transcendência aos limites comunitários e municipais, bem como as reuniões de trabalho (*e.g.* palestras, dias de campo, encontros regionais) coordenadas por múltiplos parceiros. Neste contexto aparecem as reuniões municipais e regionais de mulheres que congregam grupos provenientes, principalmente, de Butiá e São Jerônimo, e ainda de Arroio dos Ratos; e as excursões, tais como as que foram organizadas para a Expointer e Expoagro-Afubra, ambas em 2014.

Outro grupo de informantes diz que a principal motivação para os intercâmbios é festiva. Um ponto de atração citado foi o CTG da Quitéria, São Jerônimo, que após passar por ampla reforma vem se constituindo em importante espaço cultural e recreativo no interior. Os bailões e festas nas sedes municipais também funcionam para melhorar a interatividade das comunidades rurais.

Desse modo, os dados de campo indicam que os capitais sociais do tipo extracomunitário e institucional, tendencialmente, crescem no espaço protegido da pecuária familiar, tendo em vista a crescente inserção institucional, com ingresso de novos atores, como a SDR, e pela percepção recorrente de que aumentaram as conexões entre as comunidades rurais, entre os municípios da região, e entre os pecuaristas e funcionários de diferentes instâncias do Estado.

O trabalho ativo dos criadores e as diversificadas ligações sociais estabelecidas com múltiplos atores, tendo como pano de fundo a elevação da dimensão ambiental do DR, foram fundamentais para a concepção e evolução de originais práticas e trajetórias que têm contribuído para o enfrentamento de algumas vicissitudes históricas, como a agregação de valor aos produtos e o incremento dos fluxos comerciais. Além disso, cresce a consciência na realidade local para novos direcionamentos que se traduzam em mudanças nos sistemas produtivos e inserção de novas atividades.

Apesar dos avanços nas dimensões extracomunitária e institucional, são notáveis também debilidades em agência e capital social. No escopo regional, a expressão dessas carências pode ser sentida na arrancada problemática da Associação dos Ovinocultores para tornar-se efetivamente funcional e operativa.

A gestão coletiva e regional da comercialização de animais vivos e carne tem sido identificada como o principal gargalo a ser superado para a expansão e consolidação da pecuária familiar. Para que isso aconteça, novos arranjos institucionais de gerenciamento supramunicipal estão sendo tentados na prática para conectar melhor os pecuaristas, os recursos, os agentes, as práticas, as trajetórias, as transações e as políticas.

Nesse cenário, a mudança de entendimento sobre a importância da pecuária familiar no desenvolvimento rural por serem quantitativamente majoritários na região e por praticarem um estilo de agricultura que tem potencial para conciliar a conservação e o uso sustentável da natureza tem sido decisiva. Nunca houve tantas iniciativas prioritárias, nem tampouco, recursos financeiros para crédito ou investimento disponíveis para este segmento. Assim, a pecuária familiar foi ganhando espaço nas políticas, nos programas, e nas ações locais e regionais, o que contribuiu para o surgimento de um ambiente profícuo para a geração de novidades.

5.3 AS NOVIDADES NA REDE RURAL DA PECUÁRIA FAMILIAR

Cinco práticas e/ou trajetórias aparecem fortemente alinhadas quanto à percepção do contexto local como um todo, e em alguns casos extralocal, de que são promissoras, e portanto devem ser fortalecidas e replicadas; são originais, por que apresentam a característica de romperem com as rotinas praticadas até então; vem conquistando adeptos/admiradores ao longo de sua caminhada em direção a consolidação; tem atraído apoio institucional; e são configuradas socioeconomicamente em um caminho particular de mobilização de recursos disponíveis localmente. Elas estão alinhadas também no sentido de que são compreendidas como expressões típicas de luta por autonomia no processo de desenvolvimento rural, potencialmente capazes de aprofundar e ampliar as conquistas aos pecuaristas familiares, ‘aos camponeses’ (PLOEG, 2008; VENTURA; MILONE, 2004), a partir da agregação de valor à

produção, criação de novos produtos, criação de novos mercados, geração e distribuição de riqueza localmente, e edificação, preponderantemente, sobre recursos da natureza, reforçando assim, o caráter multifuncional da agricultura.

Os cinco empreendimentos foram aceitos nesta tese como casos bem sucedidos na experiência de desenvolvimento rural investigada. Foram frequentemente citadas como exemplos de como as ‘coisas estão andando bem’, ou como ‘as coisas poderiam (rão) ser melhoradas’ a partir da análise, adaptação, e replicação delas em outros contextos, ou a partir do fortalecimento delas no local de origem. Essas práticas e trajetórias transitam em diferentes escopos, desde o nível de unidade produtiva, passando pela comunidade, o local, até o âmbito regional, e seus graus de consolidação encontram-se em estágios distintos. Uma organiza os procedimentos para a ‘decolagem’, as outras quatro se encontram em ‘pleno vôo’.

As cinco iniciativas serão abordadas como ‘novidades’ do DR (PLOEG *et al*, 2004; OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008). A transformação de uma unidade familiar de pecuária de corte em cabanha de ovinos (nível de unidade produtiva); a Feira Assistida de Ovinos (nível comunitário); o Programa de Repasse de Carneiros (nível local, município); o Remate Regional da Pecuária Familiar e a Associação Regional de Ovinocultores (nível regional) são as trajetórias na realidade local que se interconectam e se alinham como expressões evidentes do DR contemporâneo.

A transformação do Sítio do Tio Gino, uma unidade de pecuária familiar com 28 hectares de área própria e 132 hectares de área arrendada (grande parte reflorestada), em uma Cabanha da raça Texel, se deu, segundo os proprietários, a partir de conversas iniciais com o extensionista da Emater que visitava a propriedade. Por conhecer o trabalho dos pecuaristas e observar os progressos mais recentes, o extensionista começou a incentivar a transformação.

Conforme este técnico da Emater foi tentado o estabelecimento de cabanha em mais dois produtores, mas eles não ‘compraram a ideia’. Uma das ações mais importantes, segundo o Entrevistado nº 16, para a instalação da cabanha no Sítio do Tio Gino foi o financiamento de investimento do Pronaf, direcionado para a compra de ovelhas puras, adquiridas na Fazenda das Pedras em Cachoeira do Sul.

Aí nós pegamos R\$ 6.000,00 pelo Pronaf e fomos a Cachoeira, [...]. Fomos duas vezes lá com o carro da Emater. O cara colocou 90 borregas na nossa frente para gente tirar vinte. Todo o dinheiro foi gasto com as borregas e agora ele tá vendendo genética. [...] Esse ano eu tentei fazer a mesma coisa

com um vizinho do Petronilho com Romney, mas ele não quis, não se interessou (ENTREVISTADO Nº 16).

O produtor, contudo, faz questão de enfatizar que a mudança exigiu trabalho duro, por que para ele, tendo em conta a frequência esporádica das visitas dos técnicos, as coisas somente vão acontecer pela dedicação do produtor e sua família. O principal gatilho da mudança, na visão do produtor, veio a partir do Concurso de Cordeiros e Carcaças, por que o certame fez com que eles buscassem um animal, um reprodutor diferente a fim de melhorar a safra de cordeiros e assim entrar forte na competição. A cada ano era buscado um novo reprodutor e os criadores notavam que o rendimento progressivamente aumentava. “[...] foi sempre aumentando, não diminuía.” (ENTREVISTADO Nº 1).

A troca frequente do ‘sangue’ com a venda total da safra e a permanência, por tempo definido, dos reprodutores trazidos de fora fez com que as qualidades genéticas dos animais ‘de fora’ impactassem com mais força na padronização geral do rebanho.

O ponto de virada ocorreu em 2012. Como os animais do Sítio do Tio Gino já ganhavam o Concurso por sete anos consecutivos, tanto por lote (morfologia) quanto por carcaça, o técnico da Emater sugeriu aos criadores que passassem a vender carneiros da raça Texel ao Programa de Repasse de Carneiros, na medida em que a genética dos carneiros era considerada muito boa e o plantel de matrizes era sempre mantido em bom estado. Até então, nenhum fornecedor do Programa era local ou pecuarista familiar, de nenhuma raça. O predomínio era, e ainda é de grandes cabanhas.

Devido ao melhoramento promovido nos últimos anos, os criadores já vinham realizando vendas de carneiros Texel para outros produtores da região. Com a proposta de venda para o Programa, coordenado pela Prefeitura Municipal, seria necessário ampliar, legalizar, e aprimorar as práticas de manejo da produção.

Para outros produtores, eu vendo sem exame, do jeito que os animais nasceram como diz o outro, eu só cuido até os 6 meses e entrego. Já os animais do repasse, eu preciso todos os exames. Eu preciso trazer um técnico que faz exame de anemia, andrológico, toda aquela papelada (ENTREVISTADO Nº 1).

O mercado oficial do repasse é encarado como uma garantia de venda anual de cinco a seis animais com pagamento a vista. Por fora do programa são vendidos ao redor de seis animais por ano, totalizando uma venda anual média de doze reprodutores. Além desses ingressos importantes, ocorrem as vendas normais de animais decorrentes

do manejo do rebanho geral da propriedade (*i.e.* ovelhas de descarte, cordeiros para abate, bovinos de diversas categorias).

Conforme os criadores, eles tem disponíveis no plantel ovelhas tatuadas e ovelhas não tatuadas, em consequência das avaliações que são realizadas pelo técnico da ARCO. Esse especialista, com base em critérios da raça Texel, tatua aquelas matrizes que apresentam o padrão da raça e não tatua aquelas que apresentam algum tipo de desconformidade (*e.g.* pouca altura, pouca musculatura).

O técnico assinala as matrizes e os produtos, a safra. Tanto as tatuadas, como as não tatuadas são filhas do mesmo reprodutor. Os produtos das matrizes tatuadas ficam aptos à comercialização para programas oficiais que exigem essa chancela da ARCO, como o Programa de Repasse, ao valor médio de R\$ 900,00/animal. Aqueles carneiros que ‘foram reprovados’, que tem algum problema, são vendidos no mercado pela metade do preço, mas também são filhos de carneiros puros de origem-PO e de ovelhas provenientes de seleção ovina-SO (ARCO, 2014).

Essa metamorfose no Sítio do Tio Gino agregou valor significativo à criação de ovinos e alterou as fronteiras da unidade produtiva, exigindo novos papéis aos criadores (Figura 22), na área comercial e desenvolvimento de mercado (*e.g.* participação em feiras), os quais são estimulados, pelos retornos positivos que recebem de outros produtores, por serviços que os reprodutores provenientes da cabanha têm desempenhado nos rebanhos ovinos e pela ampliação do mercado na região.

A gente fica muito satisfeito com o retorno que recebe dos vizinhos, dos produtores pelo trabalho que os reprodutores fazem nos rebanhos. É bom que o mercado tá aumentando. Dom Feliciano tá iniciando um programa de repasse. São Jerônimo quer iniciar. Barão do Triunfo tá fazendo uma feira de ovinos. Isso tudo incentiva mais a gente (ENTREVISTADO N° 1).

Figura 23- Petronilho e Priscila Leites na Feira de Ovinos. São Jerônimo, 12/2014.



Fonte: acervo da pesquisa (2014).

A Feira Assistida de Ovinos da localidade Rincão dos Corrêas rompeu com os modos de pensar e fazer a comercialização de ovinos da região. É uma ação fortemente vinculada ao contexto, fruto de vigorosa mobilização comunitária e rearranjo de recursos locais existentes. Os pecuaristas, seus rebanhos e o campo; a estrutura da sede comunitária; e os agentes de desenvolvimento da Prefeitura e da Emater que já atuavam na localidade foram redirecionados para o empreendimento da Feira de Ovinos. Essa base de recursos endógenos atraiu colaboradores e patrocinadores que ajudaram na expansão do evento ao longo de cinco anos, e para a melhoria do manejo e da qualidade dos rebanhos e, conseqüentemente, agregação de valor aos produtos.

Na prática, ela tem sido usada como modelo, um dos caminhos viáveis para expandir a governabilidade dos mercados de ovinos vivos para as comunidades e municípios da região Centro Sul como um todo.

A Feira Assistida de Ovinos caminha para a 5ª edição em 2015, envolvendo produtores de São Jerônimo, cabanheiros e compradores de vários municípios, como uma realização na onda de valorização da ovinocultura da região, iniciada no final da primeira década dos anos 2000.

As discussões levadas a efeito na época da 1ª edição da Feira, para definição das melhores ações de estímulo a ovinocultura recaíam, majoritariamente, sobre a questão da comercialização, através de estruturas de mercado mais abrangentes que superassem aqueles negócios de proximidade muito restritos ao local de moradia. As questões comerciais se apresentavam como uma etapa simultânea, aliada aos esforços dirigidos ao melhoramento de aspectos genéticos e sanitários, especialmente verminose, e padronização do rebanho que dependeriam de uma atuação direta dos técnicos de campo nas propriedades dos criadores.

Diante da dificuldade de definir o fornecimento programado de animais, diretamente das propriedades para um frigorífico, a opção decidida pendeu para a organização de uma feira de comunidade, no interior, longe das sedes municipais, como informa um agente de desenvolvimento local,

aí nós falamos, vamos fazer uma feira de ovinos. Pensamos em fazer na comunidade. Mas o comprador não tá aqui? Eu finquei o pé para realizar a feira lá, pois a gente entendia que o nosso diferencial da carne, o gosto próprio e a produção assistida dos cordeiros atrairia o comprador (ENTREVISTADO Nº 14).

A localidade que se mobilizou para organizar a Feira, que acontece sempre no mês dezembro, foi o Rincão dos Corrêas, com a finalidade de vender os cordeiros e as ovelhas de descarte. Essa venda contribuiu, conforme argumentos dos organizadores e expositores, para a diminuição da densidade de lotação do campo pela venda de todo o lote de forma rápida (ENTREVISTADOS Nºs 10; 11; 12); a divulgação das cabanhas, ampliação do mercado, intercâmbio entre produtores (ENTREVISTADO Nº 01); e para ajustes no acasalamento das fêmeas, sendo, portanto, importante em vários aspectos (ENTREVISTADO Nº 10). A disputa proporcionada pelo concurso ocasiona um esmero na criação dos animais, particularmente, naqueles que serão expostos, inclusive maiores investimentos em genética, circunstâncias que em associação com a atividade dos técnicos têm revertido em notáveis avanços na qualidade dos ovinos da região (ENTREVISTADO Nº 14).

A rede de atores envolvidos na realização da 4ª edição parece se constituir em indicativo do crescimento e consolidação do evento. São nove atores locais e regionais envolvidos diretamente com a realização, desde a associação da localidade, passando pelos sindicatos representativos de segmentos rurais, até empresas fabricantes de

máquinas e produtos veterinários. Como colaboradores, aparecem seis empresas de diferentes ramos industriais, financeiros e comerciais.

Ela tem a denominação de assistida por que se realizam visitas de assessoramento às famílias que estão inscritas no evento. Obviamente, a principal perspectiva da assistência é pecuária, a condução apropriada do manejo, especialmente aspectos reprodutivos e a criação dos cordeiros, bem como os tratamentos sanitários, o casqueamento, a organização dos animais por categorias genéticas, e manejo do campo (ENTREVISTADOS N°s 10 e 14). Entretanto, o desenvolvimento social também é trabalhado com as famílias, como pode ser verificado a seguir,

então ela tem enfoque na pecuária, mas também no desenvolvimento social da comunidade, onde entra os pecuaristas e o clube de mães também, que se organiza para produzir produtos coloniais pra colocar na feira. A questão do artesanato também é trabalhado durante o ano dentro da comunidade, [...]para aproveitar essa matéria-prima que elas têm e resgatar uma atividade que era bastante comum no passado, mas que ao longo do tempo foi se perdendo (ENTREVISTADO N° 10).

Figura 24- 4ª Feira Assistida de Ovinos. Rincão dos Corrêas, São Jerônimo, 12/2014.



Fonte: acervo da pesquisa (2014).

O número de produtores que participaram na 4ª edição atingiu a marca de quinze, a presença de público que visitou o evento na sede da Associação Comunitária ficou acima de 600 pessoas, e aproximadamente 400 ovinos, entre cordeiros, ovelhas e borregos foram expostos, com taxa de comercialização ao redor de 80%. O levantamento da movimentação⁶⁶ de animais na feira pode ser observado na Tabela 2.

⁶⁶Os procedimentos de pesquisa incluíram observação no dia do evento e poucos dias após, em contato por correio eletrônico com um dos organizadores, foi obtida uma totalização, na época ainda não oficial, da movimentação de animais na feira.

Tabela 2- Resultados da 4ª Feira Assistida de Ovinos. Rincão dos Corrêas – 2014.

Nº de expositores	Animais Expostos			Animais Vendidos			% Venda	Peso Médio Cordeiros
	Cordeiros	Ovelhas	Borregos	Cordeiros	Ovelhas	Borregos		
15	289	98	36	232	85	36		32,10 kg
		423			353		83,4	Lote Vencedor 35,04 kg

Fonte: levantamentos dessa pesquisa (2014).

Contudo, seus corolários podem ser mensurados mais além da simples contabilidade de animais expostos e vendidos, conforme advoga um agente de desenvolvimento local.

Agora se tu parou pra avaliar, o que foi a Feira? Olha aqui ó. [...]. Não vamos pegar só ovelhas. A ovelha o que é tchê? Ela não é o principal, o principal é o pecuarista. O que eu vi lá? Eu vi lá integração, inclusão, comercialização de produtos caseiros, de outros produtos. Eu vi lá produtores fazendo receita com ovelha e produtos caseiros.[...]. Eu era visita lá, que nem tu. Eu gastei dinheiro com almoço, eu comprei um carneiro, um xergão, um serrote e um vidro de ambrosia. [...] Sem contar o carneiro, deixei R\$ 120 lá (ENTREVISTADO Nº 16).

Apesar de sua limitação de abrangência geográfica, a Feira de Ovinos do Rincão dos Corrêas serviu de inspiração para a Feira de Ovinos de Barão do Triunfo, que caminha para sua 2ª edição em 2015, e parece estar instigando um processo de planejamento para criação “em série” de feiras de ovinos na região.

Agora na reunião de planejamento (da Associação Regional de Ovinocultores) ver ser tratado isso aí. [...]. Eu acho que não deve levar aquela feira para a sede do município, mas nós podemos montar outra feira. Pode ser em Butiá esta feira, estamos na beira da BR, por que não? Eu acho que tem espaço pra outras feiras de ovinos aqui na região (ENTREVISTADO Nº 16).

O Programa de Repasse de Carneiros é, sem dúvida, a política pública mais original e melhor avaliada na experiência, sendo desejada pelos pecuaristas e agentes de desenvolvimento em todos os torrões do espaço protegido da pecuária familiar e alastra-se, gradativamente, como um arquétipo para a região Centro Sul. O seu impacto na genética dos rebanhos é notável tendo em conta que os carneiros são adquiridos após avaliação dos plantéis e dos objetivos da criação, numa troca de ideias entre produtores e técnicos.

A sua 5ª edição ocorre em 2015, e o surgimento do programa partiu da interação entre a equipe de técnicos da Emater e a equipe de técnicos da Secretaria da Agricultura, como uma decorrência do Concurso de Cordeiros e Carcaças iniciado quatro anos antes para mobilizar os produtores em busca de melhoramento genético e adequação das

práticas de manejo do rebanho. Os depoimentos a seguir salientam a importância e a feição de novidade do repasse.

Eu moro em São Jerônimo e recebo carneiros pelo Programa de Butiá, por que eu tenho também propriedade em Butiá e tenho talão de produtor por lá. Acho importante e acho que deve continuar. [...] isso foi uma novidade, por que não tinha antes, [...] (ENTREVISTADO Nº 23).

[...] o repasse de carneiros através da Prefeitura, eu acho muito importante e outros municípios deveriam copiar. São Jerônimo já deveria ter copiado. É uma maneira de adquirir carneiros pelos produtores. É uma novidade o repasse de carneiros, [...] (ENTREVISTADO Nº 22).

Os recursos para sua execução, ao redor de R\$ 15 mil/ano, são alocados no Fundo de Desenvolvimento Agropecuário-Fundagro, com fiscalização e direcionamento a cargo do CMDR. No caso do repasse de carneiros o Fundagro funciona como um fundo rotativo que utiliza os montantes pagos pelos pecuaristas que já ingressaram no programa em benefício dos novos. Contudo, o pagamento direto aos fornecedores dos carneiros se dá através de um convênio firmado entre o município e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, celebrado especificamente para este fim. Desse modo, o recurso do programa é repassado ao STR que após efetua o pagamento dos animais.

[...] a Prefeitura Municipal não pode financiar diretamente ao pecuarista esse carneiro. Então a gente passa o recurso para o STR, via convênio, e o STR é que faz a compra dos carneiros perante os cabanheiros que nos fornecem os animais [...]. Legalmente é assim que tem que ser. É a maneira correta de fazer (ENTREVISTADO Nº 15).

No início, os agentes de desenvolvimento que coordenam o programa tinham que ‘batalhar’ na Prefeitura pelo dinheiro. De dois anos pra cá, sempre fica reservado um montante específico para o repasse de carneiros. Os produtores, a cada ano conhecem mais o repasse, mas mesmo assim ainda é necessário ‘correr atrás’ deles para preencher as cotas anuais de compra de reprodutores (ENTREVISTADO Nº 15). Ao redor de 50 ovinocultores já foram beneficiados desde o início do programa.

A forma de pagamento se constitui em duas parcelas a serem pagas até o dia trinta de dezembro de cada ano, cujos valores são estipulados em quilos de cordeiro, tendo como referência a cotação do preço médio da semana do pagamento. A escolha do referencial de preço médio do mercado funciona como um subsídio municipal ao pecuarista, por que desta forma ele nunca paga a totalidade do valor do carneiro. Na verdade o criador paga em média somente 80% do valor do carneiro, o que resulta em alta taxa de adimplência.

Seu principal objetivo é repassar carneiros melhoradores da aptidão zootécnica dos rebanhos para os pecuaristas familiares que exploram a ovinocultura como fonte alternativa de alimentação e renda.

Os beneficiários do programa necessitam estar enquadrados nas normativas do Pronaf relativas à pecuária familiar e suas inscrições são encaminhadas via associações rurais das localidades para posterior análise e deliberação no Codeagro. Após essas etapas, os pecuaristas recebem uma vistoria técnica em seus rebanhos e discutem com os avaliadores qual a raça mais adequada para introduzir no plantel a fim de incrementar as aptidões desejadas para produção de carne ou lã. Nessa sistemática, as principais raças que têm sido adquiridas são Hampshire down, Texel, Merino, Ile de france, Romney march e Ideal. Em 2014, os fornecedores de animais foram duas cabanhas no município de Butiá (Hampshire; Texel), uma em Cachoeira do Sul (Romney) e outra em Caçapava do Sul (Merino). Os animais do programa são avaliados pelos técnicos locais para verificação da qualidade, aptidão reprodutiva, e condições sanitárias e zootécnicas. Todos os reprodutores são registrados, periciados e testados por exame andrológico.

Figura 25- Imagens do Programa Repasse de Carneiros.



Fonte: Butiá (2012).

Entre os impactos do programa, destaca-se o aumento médio do peso dos cordeiros em aproximadamente 10 quilos no momento da venda, devido às características positivas dos carneiros para ganho de peso, o que resulta em aumento da renda em R\$ 50,00 por animal vendido com base em cotação de 21/06/2015 (Jornal Correio do Povo). Nesse quesito os carneiros da raça Hampshire Down foram avaliados como os mais influentes, com reflexos também na qualidade da carcaça por acúmulo de gordura.

Nos dois primeiros anos, nós colocamos muito forte no repasse a raça Hampshire. A gente chegou a financiar dezoito Hampshires num ano. A

gente precisa incrementar a carne e a raça deu um ótimo resultado em acúmulo de gordura e produção de carne. O máximo que a gente entregou de carneiros num ano foi vinte e o mínimo foi esse ano (2014), onze (ENTREVISTADO Nº 15).

Constata-se ainda um efeito multiplicador importante, pelo estímulo às relações solidárias e de reciprocidade, tendo em vista que se tornou prática comum o produtor que recebeu o carneiro fazer a troca de seu animal com outro produtor que foi atendido pelo repasse, isso num intervalo de dois em dois anos, evitando-se assim os reconhecidos problemas atinentes à permanência longa de um mesmo reprodutor na produtividade da criação.

Como a iniciativa é percebida como exitosa, chancelada pelos principais clientes, os pecuaristas familiares participantes da ação, ela tem repercutido nos municípios da região, influenciando iniciativas em vários rincões, como Barão do Triunfo e São Jerônimo que estudam a implantação e Dom Feliciano que iniciou programa similar.

O Remate Regional da Pecuária Familiar é um evento anual, realizado pela primeira vez em 2013, sendo, portanto, esta rodada de negócios ocorrida em abril de 2015, a terceira edição.

O principal motivo que provocou a organização desse evento foi o fato de que a comercialização vem de longa data se apresentando como problemática, principalmente para aqueles produtores sem escala de produção e menor conhecimento sobre os meandros do mercado. A esse respeito um dos organizadores argumenta o seguinte:

o que andou acontecendo [...]? Primeiro, compras de gado e o pessoal não pagava. Segundo, aí tu ficas naquele medo de vender.[...] tu não vai vender em grande escala. Tu vendes duas vacas de cria, três terneiros, a barrosa velha que não dá mais leite, vende pra invernar. Então esse pessoal, ou não conseguia vender, ou era logrado. Ou vendia pro compadre fulano que pagava o que queria e quando queria, mas pagava, [...] com prazo de até 60 dias. O que o compadre fazia? Vendia esse gado antes e depois quando chegava os 60 dias ele ia lá e pagava (ENTREVISTADO Nº 16).

Outra questão apurada refere-se à dificuldade dos pecuaristas familiares de sentirem-se à vontade para expor pequenos lotes e negociar em condições de igualdade naqueles remates tradicionais, com presença diversificada de produtores e compradores, alguns de grande porte, ambiente nos quais eles, algumas vezes, se sentiam discriminados pela maneira que seus lotes eram ofertados em pista.

Para adaptar esta modalidade tradicional de venda de animais às especificidades dos pecuaristas familiares os organizadores promoveram uma série de negociações e

rearranjo de recursos para: isentar os custos de frete dos animais das propriedades até a pista, diminuir a porcentagem de corretagem do leiloeiro, e do aluguel do parque, conforme o relato de um dos organizadores.

Então pra fazer um remate desses, tu tens que ter o vendedor, e ele tem que estar consciente [...] que tem que ser sério. Conseguimos com quem vende e com o SR aqui. A comissão de venda é 5,0%, eles cobraram 3,5%. Em vez do produtor pagar o frete pra levar, o Escritório de Remate bancou o frete todo.[...] O SR nos emprestou a área do parque e rebaixou a taxa de 1,0% para 0,5% (ENTREVISTADO Nº 16).

A primeira edição, em abril de 2013, contou com presença superior a 500 pessoas e participação de 30 pecuaristas que ofertaram animais, oriundos de oito municípios da região Centro-Sul, expressando a abrangência regional da ação. Os pecuaristas familiares de Butiá, Minas do Leão, Arroio dos Ratos, São Jerônimo, Dom Feliciano, Guaíba, General Câmara e Santa Cruz do Sul venderam 483 bovinos e 100 ovinos, o que representou um faturamento de R\$ 352 mil, comercializados nas dependências do Parque de Exposições Assis Almeida, em Butiá.

O II Remate (Figura 25) ocorreu em abril de 2014, no mesmo local, com presença significativa de público e participação aproximada de 50 pecuaristas familiares que ofertaram 520 bovinos e um lote de ovelhas falhadas, dos quais aproximadamente 480 animais foram comercializados, totalizando um valor estimado de R\$ 480 mil.

Figura 26- Imagens do II Remate Regional da Pecuária Familiar. Butiá, 04/ 2014.



Fonte: acervo da pesquisa (2014).

Apesar das dificuldades inerentes aos mercados coletivos e aos leilões em pistas públicas por intermédio de corretores, o Remate Regional tem uma trajetória de três anos e se apresenta como uma ação pioneira no Estado. Em 10 de junho de 2015, ocorreu em moldes semelhantes ao Remate, com leilão de lotes de animais, a 1ª Feira da

Pecuária Familiar em Manoel Viana, Campanha riograndense. Conforme informação obtida em contato telefônico com um dos organizadores, essa ação, apesar de totalmente independente da experiência realizada na região da pesquisa, buscou enfrentar os mesmos problemas, adaptando um evento de venda de animais em praça pública às características dos pecuaristas familiares (*i.e.* pequenos lotes, dificuldades de arcar com os custos de frete, menor poder de negociação, etc.).

A Associação Regional de Ovinocultores é o novo arranjo institucional que promete maneiras novas e muito originais na comercialização de carne ovina, com reflexos esperados na agregação de valor aos produtos, aumento da escala de produção, e fornecimento de alimento de qualidade para os consumidores. Entretanto, é ainda somente uma grande promessa. É movida pela esperança de que a operação efetiva da Associação Regional dos Ovinocultores, envolvendo a reorganização da produção, a logística coletiva de transporte, o abate em frigorífico inspecionado pela Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal-CISPOA, a marca coletiva, e a conseqüente comercialização da carne ovina, diretamente aos pontos varejistas e aos programas de aquisição pública de alimentos, proporcionará o necessário salto da ovinocultura para além do âmbito meramente localizado.

O projeto de desenvolvimento da ovinocultura, do qual a Associação Regional dos Ovinocultores deriva, foi fruto de articulação de Secretários Municipais de Agricultura, técnicos e alguns produtores, principalmente dos municípios da região carbonífera, os quais se encontram organizados na Associação dos Municípios da Região Carbonífera⁶⁷. O referido projeto foi concebido em 2009, em uma época de discussão e definição das prioridades regionais de desenvolvimento nos fóruns do COREDE, do Território Centro Sul e do Programa de Desenvolvimento de Territórios Rurais, SDT/MDA.

Aí nós entendemos (a necessidade de convergência das propostas dos municípios), e aí eu chamei todos os secretários municipais da época, e a reunião foi nesta sala aqui, isso em 2009, para definir uma proposta única para a região (carbonífera). Nessa reunião foi definida a prioridade para a ovinocultura. [...] Com a prioridade regional definida fomos para a próxima

⁶⁷Nenhum informante-chave citou a Associação dos Municípios da Região Carbonífera durante a coleta de dados da pesquisa. Tudo indica que as questões sobre ovinocultura e pecuária familiar que se tratam aqui não tiveram a participação direta dos Prefeitos Municipais em seus desdobramentos. Entretanto, registra-se, com base em notícias veiculadas em jornais locais e estaduais, que essa associação é um importante arranjo institucional com escopo supramunicipal que representa politicamente a sub-região e trata das grandes questões que afetam os municípios integrantes, tais como, infraestrutura, logística, investimentos e energia.

reunião do COREDE para defender a proposta da ovinocultura. A defesa foi feita [...], mas nós perdemos de novo, por que nós ainda não tínhamos uma associação formalizada. Por isso eles voltaram e trabalharam a criação da Associação de Ovinocultores da Região Centro Sul (ENTREVISTADO N° 14).

Fundada a Associação, o projeto de desenvolvimento da ovinocultura regional foi novamente apresentado e finalmente aprovado como prioridade, nos fóruns do COREDE Centro Sul e do Programa de Desenvolvimento de Territórios Rurais. Esse fato possibilitou a destinação de recursos federais para aquisição de veículos de transporte para viabilizar a comercialização regional e a marca coletiva.

A Associação Regional de Ovinocultores é uma associação civil sem fins lucrativos fundada em 2011, que percebe a ovinocultura além da estrita dimensão econômica, na medida em que é uma atividade que faz parte do modo de vida de centenas de famílias de pecuaristas familiares e sua abrangência congrega 17 municípios, 16 da região Centro Sul; e General Câmara, do Vale do Rio Pardo. Normativamente, esse escopo pode ser verificado pela estrutura constitutiva da entidade, na medida em que seu conselho consultivo é composto pelas Secretarias Municipais de Agricultura, STRs e Escritórios Municipais da Emater dos dezessete municípios (EMATER, 2014). Na prática esta abrangência pode ser aferida pela presença de representantes dos municípios nas assembleias, reuniões de planejamento e definição de prioridades, e pelo ingresso de novos associados que hoje já representam todos os municípios da região. “Hoje nós temos 180 sócios e todo o dia aparece gente nova. Já temos sócios cadastrados de todos os municípios da região.” (ENTREVISTADO N° 01).

Com base no trabalho de campo, se pode afirmar que os objetivos do projeto regional de promoção da ovinocultura e os objetivos da associação regional se confundem⁶⁸ e priorizam em conjunto, os seguintes aspectos: despertar o interesse comum e o trabalho coletivo; fortalecer a ovinocultura como alternativa de renda para as pequenas propriedades; valorizar a produção sustentável; abastecer o mercado regional e a merenda escolar com uma marca coletiva; inibir o abate clandestino; e vi-defender os direitos, interesses e encaminhar reivindicações dos associados.

⁶⁸A Associação Regional de Ovinocultores surge como uma consequência da apresentação, aprovação e posterior implantação do projeto de desenvolvimento da ovinocultura na região Centro Sul.

O registro de uma marca coletiva para a carne ovina, caso se concretize, parece se apresentar como uma conquista para todo o território, constituindo-se em um dos principais propósitos da Associação Regional dos Ovinocultores, catalisado pelo assessoramento do poder público e entidades locais. Apesar de alguns agentes de desenvolvimento e produtores avaliarem que ainda é baixa a mobilização dos criadores para concretizar esta ideia, a expectativa geral é boa, tendo em vista o início de uma nova gestão na associação.

[...] eu entrei faz um ano e meio e a associação já tinha sido fundada fazia uns dois anos e não conseguiram movimentar ela. Aí trocamos a diretoria e nós estamos batalhando pra vê se nós conseguimos pegar o rumo. Tava parado por que eles não achavam o caminho certo, faltaram ovinos. [...]. Temos esperando um caminhão frigorífico, um caminhão boiadeiro que foi prometido para transportar os ovinos e outro a carne do borrego abatido até o consumo. O matadouro ta conseguido, não lembro o nome, mas tá na mão, só que nós não conseguimos o número de ovinos suficiente e não conseguimos o transporte. E nós estamos batalhando por isso aí (ENTREVISTADO N° 18).

No período de pesquisa a campo, os recursos para aquisição do caminhão boiadeiro já estavam garantidos, contudo, a outra liberação, do caminhão com carroceria frigorificada, ainda está em tramitação, via SDT/MDA. Entretanto a compra não foi efetivada, por decisão dos próprios atores locais, que entendiam não estarem suficientemente organizados.

Apesar de ser menos comum, existem posições divergentes que consideram que já existe a quantidade suficiente de animais para um fornecimento mensal e até semanal, mas mesmo estas são convergentes na avaliação de que ainda resta muito trabalho a ser feito em organização.

Com os produtores que a gente levantou nos dezessete municípios da região a gente já podia ter iniciado. Já vai pra três anos de fundação. A cota que a gente levantou de animais na região, permite um fornecimento mensal e até semanal. Claro que precisa organizar mais os produtores e a produção, pra não ter tudo na mesma época (ENTREVISTADO N° 01).

Um agente de desenvolvimento local avalia que após a associação se fortalecer e realizar alguns passos a frente em organização, será possível evoluir em direção a marca coletiva e o abate em frigorífico. “Mais adiante vamos avançar com a Marca Coletiva e o abate em frigorífico. Mas é um passo adiante. Vamos definir se cada um vende o seu ou um grupo gestor vende.” (ENTREVISTADO N° 16).

Assim, à medida que o transporte dos animais das unidades de produção até o abate seja viabilizado, o que depende da organização e incremento da produção, da

definição da forma de gerenciamento da venda, e da aquisição de caminhão boiadeiro, e que o transporte da unidade de abate até o varejo se viabilize, através da aquisição de um caminhão baú frigorificadob, o registro da marca coletiva precisa, concomitantemente, ser encaminhado.

Cabe salientar, entretanto, preocupação de um membro da mesa diretora da Associação com questões não solucionadas, que se apresentam como pendências que podem ganhar vulto caso se mantenham sem tratamento.

Eu já falei, na Receita Federal eu já fiz visita, e notifiquei o Presidente. Tem uma multa lá e tem a anuidade que é necessário pagar. A Associação não tem fins lucrativos, mas tem algumas taxas pra pagar. A Associação [...] (da comunidade) também é assim, tem taxas pra pagar (ENTREVISTADO N° 01).

A Associação é o empreendimento coletivo que tem, atualmente, canalizado as principais discussões e esforços da rede de atores a fim de concretizar avanços. A proposta é concebida sobre recursos endógenos da região, os ovinocultores, seus rebanhos, o CN, e a carne com alegado sabor único, vinculado ao contexto de composição botânica específica das coberturas campestres da Depressão Central do RS. Tem também uma forte base histórico-cultural com registros de pequenos criadores, manejando rebanhos de bovinos e ovinos a mais de 250 anos na região, ou seja, criadores, seus rebanhos, e natureza em co-produção e co-evolução ao longo de séculos.

A despeito de alguns retrocessos, existe uma percepção forte de que as coisas melhoraram para os pecuaristas familiares no espaço protegido da pecuária familiar na região Centro Sul, a partir de políticas, programas, ações e conjunturas que se estabeleceram intensamente desde o prelúdio do século XXI estimulando o nascimento, expansão e maturação de novidades. Na visão dos produtores, a situação realmente melhorou, mas este contexto favorável somente se concretizou por que eles trabalham ‘duro’. Em outras palavras, eles avaliam, grosso modo, que os apoios recebidos são importantes, mas de forma indireta, por que os avanços conquistados dependeram muito mais da capacidade empreendedora deles, o que implica conquistas importantes também em auto-estima e autovalorização.

Os pecuaristas estão mais capitalizados e as rendas provenientes das aposentadorias de homens e mulheres, das atividades não-agrícolas, e da venda dos produtos da criação têm desempenhado um papel importante nesta melhoria. São recorrentes as informações de que os pecuaristas familiares dispõem de veículos de

passeio melhores e as casas de moradia estão sendo reformadas. A genética e a padronização dos rebanhos bovinos e ovinos foram sensivelmente aprimoradas. O estudo da trajetória da experiência mostra que num passado recente a situação não era favorável assim.

Contudo, para aprofundar e consolidar as melhorias conseguidas até agora é necessário pensar o produtor não somente como criador exclusivo de bovinos e ovinos de corte, e investir em novas alternativas, sendo as mais citadas a bovinocultura de leite, já iniciada na região, a criação de frangos de corte, de galinhas poedeiras e a fruticultura. São, portanto, estratégias de diversificação que agregam novas atividades na unidade de pecuária.

Muitos atores locais e extralocais percebem a pecuária tradicional em ciclo completo como incapaz de proporcionar condições satisfatórias de reprodução socioeconômica aos pecuaristas familiares, mas as alternativas de mudança recaem especialmente sobre a criação de bovinos e ovinos. Para tanto, tem sido concebidas e praticadas estratégias individuais e coletivas que aumentem a produtividade; agreguem valor aos produtos; proporcionem maior segurança e qualidade na comercialização; e que invistam exclusivamente em uma das fases de criação, cria, recria ou engorda. A conjuntura atual e as recomendações técnicas indicam a opção pela fase de cria. As coisas novas recém retratadas na realidade local têm sido organizadas para atender estes expedientes.

Independentemente das críticas e distintas propostas individuais e coletivas para dinamizar as unidades produtivas, a pecuária de corte de bovinos e ovinos dita 'tradicional' é ainda percebida como uma boa fonte de renda, apreciada especialmente por sua segurança e pela alta liquidez no momento da venda. Os animais da criação são comparados, em alguns casos, às aplicações de dinheiro em instituições financeiras, as quais são resgatadas prontamente em momentos de necessidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras evidências empíricas obtidas com a pesquisa exploratória associadas às escolhas teóricas levaram a um ponto de partida importante no desenvolvimento da investigação a campo e da tese, que foi a decisão de abordar a experiência a ser analisada como um espaço protegido da pecuária familiar. Chegando ao final do transcurso da pesquisa e elaboração da tese, uma primeira consideração a fazer é que as articulações entre atores, artefatos técnicos, processos organizacionais e políticos têm funcionado como um espaço em que as chances de reprodução das unidades produtivas da pecuária familiar têm sido fortalecidas. Além disso, as evidências mostraram que o espaço protegido se caracteriza pela emergência de processos inovadores, os quais têm proporcionado maior visibilidade aos pecuaristas familiares e ampliado suas capacidades para enfrentar mais autonomamente o interesse seletivo do capital e do mercado.

A tese foi conduzida para o alcance de três objetivos: examinar a realidade local da experiência; mapeando a partir disso a rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar; investigar o gerenciamento do espaço protegido; e descrever e analisar os desdobramentos mais significativos do DR em suas diferentes, mas interconectadas dimensões.

Quanto ao primeiro objetivo considera-se que foi reunido um corpo robusto de informações a respeito da realidade local, e esse passo permitiu o mapeamento da rede rural, cujos fatores, relacionamentos e atividades conferem características únicas e diversificadas ao processo de desenvolvimento rural da pecuária familiar na região Centro Sul.

A ‘rede rural’ foi tomando forma na medida em que se buscou resgatar aspectos relativos ao seu surgimento e sua evolução, até chegar ao esboço das atribuições atuais, cuja composição abrange atores sociais, transações, arranjos e recursos físicos, culturais, históricos, técnicos, ambientais, sociais e econômicos. Nesse processo, se destacou uma de suas características definidoras, que é o entrelaçamento entre os distintos elementos, dispostos e direcionados, prioritariamente, em benefício de um segmento específico e vulnerável, os pecuaristas familiares.

O escrutínio das iniciativas e interações dos múltiplos atores sociais permitiu o esclarecimento referente às questões de gestão do espaço protegido, as quais, com base

nas evidências, têm relação com as mudanças mais relevantes no processo de DR. Um dos elementos presentes no repertório do desenvolvimento investigado se assenta na conexão entre os pecuaristas familiares da região Centro Sul por um componente sociocultural comum e especificidades no que se refere à utilização dos recursos locais. Existe também um alinhamento de expectativas compartilhadas sobre o DR, sendo esses elementos potencialmente úteis para atribuir um valor original e simbólico ao lugar.

O referencial do desenvolvimento rural como uma rede multidimensional foi útil para abordar diferentes dimensões na trajetória, tais como governabilidade dos mercados, criação de novidades e sustentabilidade. Considerando a governabilidade de mercado levada adiante na experiência, com ênfase no conhecimento pessoal, nos lugares, nas marcas, e em relações de proximidade e confiança, nota-se que as unidades de pecuária familiar, em conjunto, estão tentando caminhar em direção a novas inserções aos mercados externos, no entanto, alicerçadas em relações estabelecidas localmente por meio de compromissos, debate e delegação entre os atores.

A ideia subjacente à Associação e a Marca Coletiva é construída sobre uma unidade de objetivos e interesses comuns que transcendem os objetivos individuais. Tanto os mercados tradicionais quanto os novos, originalmente criados (ou em criação), se caracterizam como mercados horizontais com forte vinculação às unidades de produção pecuária em pequena escala que, por sua vez, produzem atributos diferenciados de qualidade nos produtos, em redes de inovação e aprendizagem que estão potencialmente fomentando o desenvolvimento endógeno. A qualidade agregada aos produtos da pecuária e às estratégias de venda direta tem potencial para se apoiar na tradição e na valorização dos recursos naturais campestres que conferem atributos específicos a carne de cordeiro, através de métodos de produção intensivos em trabalho.

Atinente aos novos arranjos institucionais, o que aparece mais cintilante é o arranjo institucional traduzido concretamente no surgimento da Associação Regional de Ovinocultores, descrito e analisado como uma novidade. Relativamente recente também é o Território Centro Sul. O COREDE, os Conselhos Municipais e as Associações Comunitárias aparecem na realidade local desde a década de 1990. Tomados em conjunto, esses arranjos, antigos e novos, têm contribuído para o fortalecimento da participação no planejamento e operação de diversas iniciativas; facilitando o estabelecimento de redes, os fluxos de conhecimento e o acesso à informação.

Nesse sentido, nas palavras de Knickel *et al* (2008) houve, a partir dos arranjos, e ações relacionadas, uma valorização da noção de governança multinível com a criação de sinergias que ocorreram no nível de unidades produtivas, comunidades, municípios e região.

A tese fornece indícios que a capacidade de agência, grosso modo, tem sido facilitada pela emergência de redes, nas quais os atores se tornam parcialmente envolvidos em projetos comuns, e que têm conectado mais intensamente as comunidades rurais e os municípios. Por outro lado, o problema inicial da Associação indica deficiências na capacidade dos pecuaristas em operarem de maneira coletiva, engajando-se em rede para cooperar e empregar relações sociais para alcançarem os benefícios e propósitos comuns prometidos por este arranjo institucional, o que denota a necessidade de reforço na capacidade de agência e na densidade do capital social.

O percurso deste trabalho trouxe também como resultado a identificação de trajetórias sociotécnicas com caráter contracorrente, destacando que, no caso investigado, elas ocorrem e interagem em distintos níveis sociais, desde a unidade produtiva até o escopo regional, do individual ao coletivo. Ficou evidente a participação de múltiplos atores, e que o protagonismo é exercido pelos pecuaristas familiares, suas comunidades e representações coletivas.

A Perspectiva Multinível foi proveitosa para deixar claro que o caso estudado é uma alusão à resistência ao regime prevalente da pecuária de corte. O itinerário da pecuária familiar sempre transitou na “sombra”, restringido ao ‘andar inferior’, e nesse sentido a PMN foi adequada ao possibilitar a apreensão de que a transição de regime acontece através do fortalecimento de experiências, as quais, a primeira vista, parecem pontuais e atomizadas, mas que em conjunto adquirem feições de força e interconexão, apoiadas por políticas públicas em décadas recentes. Ficou evidenciado que ocorreu uma elevação das propriedades de pecuária familiar e seus estilos atávicos de agricultura, que anteriormente, sob o ponto de vista do regime sociotécnico convencional eram avaliadas como atrasadas e problemáticas, a um novo patamar de importância e significação.

As potencialidades analíticas da PMN se referem também as percepções interativas que ocorrem entre os diferentes níveis, e nesse sentido, as transformações da sociedade nacional no transcurso da década de 1990, com valorização da agricultura

familiar e renovadas preocupações ambientais são aspectos importantes a considerar. A conscientização sobre a degradação do Pampa, exacerbada a partir dos anos 2000, pode, pelos instrumentos da PMN, ser apresentada, juntamente com os acontecimentos da década anterior, como janelas de oportunidade para o avanço de práticas e trajetórias de valorização dos pecuaristas familiares e geração de novidades. O emprego da Gestão Estratégica de Nicho na realidade brasileira também se apresentou como promissor. Os três principais critérios de análise propostos pela GEN, (a saber, o desenvolvimento e alinhamento de estratégias e expectativas; os processos de aprendizagem no interior do espaço protegido; e a criação e estabilização de uma rede social), favoreceram o esclarecimento das iniciativas de gestão.

Um passo metodológico decisivo para a utilização bem-sucedida da GEN foi a análise criteriosa dos textos resultantes do trabalho de campo, quanto aos atores sociais, às ações, os programas, e as políticas, que permitiram a identificação de três eixos basilares da rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar. São eles: infraestrutura e qualidade de vida; melhoramento genético dos animais, do manejo dos campos e dos rebanhos; e agregação de valor e governabilidade dos mercados. Tais eixos são posicionados como os principais alinhamentos da experiência e, a partir deles, os instrumentos propostos pela GEN são utilizados para guiar a análise da gestão. De um modo geral os principais fluxos de informação e aprendizagem se estabelecem entre os próprios produtores. Contudo, foram identificados também fluxos entre agentes de desenvolvimento e pecuaristas.

Existem alinhamentos e convergências importantes no que tange à valorização do campo nativo, ao melhoramento genético dos bovinos e ovinos e à governabilidade dos mercados. Porém, mesmo nessas robustas convergências, são observados dissensos, especialmente quanto ao manejo do recurso campestre; falta de integração entre programas de melhoramento potencialmente complementares; opções tecnológicas para o manejo da reprodução, fricções entre os atores sociais; e a persistência de alternativas comerciais tradicionais e inseguras.

Quanto às estratégias de mercado, a maioria dos pecuaristas familiares comercializa animais não terminados para outros criadores, portanto, se estabelece uma relação produtor-produtor. A segunda forma mais corriqueira de venda de animais não terminados recai sobre as novas modalidades que crescem, ultimamente, na região (*e.g.*

remates e feiras). Para bovinos terminados a principal estratégia ainda depende da figura, às vezes problemática, do atravessador. O segundo canal para bovinos e ovinos terminados se constitui nos frigoríficos e supermercados locais. Para os ovinos, aparece ainda a comercialização de carne *in natura* sem inspeção através de venda direta produtor-consumidor ou pequenos varejos (açougues).

Quanto às ações de criação e manutenção das redes de atores e cadeias de comercialização foi apresentado um conjunto de iniciativas que vão desde um simples contato individual não planejado até um encontro de pecuaristas para programação de ações regionais.

No caso da pecuária familiar na região Centro Sul, nota-se um enraizamento paulatino das novidades geradas no espaço protegido em direção ao nível regional. Esse movimento pode ser referido como as influências de baixo para cima das novidades geradas no nível micro, que podem (ou poderão) modificar em alguma medida o regime dominante. Poder-se-ia, neste aspecto, identificar um processo de transição que flui, por exemplo, no trabalho de melhoramento genético dos rebanhos, na agregação de valor aos produtos e nas ações que ampliam a governabilidade dos mercados. Assim, fica também evidenciado que a gestão do espaço protegido impacta mais veementemente nas dimensões criação de novidades e governabilidade dos mercados da rede rural de desenvolvimento.

A escalada de algumas novidades em direção ao âmbito regional, somente tem sido possível pela atuação de atores sociais que as nutrem, as protegem e maturam, em um processo de transposição das fronteiras locais. Desse modo, seguindo as argumentações de Oostindie e Broekhuizen (2008), admite-se que o espaço protegido estudado é a mais importante unidade para o fortalecimento da rede rural de desenvolvimento da pecuária familiar da região Centro Sul. Em outras palavras, o fortalecimento da rede rural depende da ‘proteção’ do espaço onde as novidades e mudanças são pensadas e postas em prática, o nível micro (de nicho) se confirma como o lugar da inovação como proposto pela PMN (WISKERKE, 2003; MOORS *et al*, 2004; GEELS, 2004; PLOEG *et al*, 2004; STUIVER *et al*, 2004; VENTURA; MILONE, 2004; MARSDEN; PLOEG, 2008).

Por outro lado, existem limites, e estes estão relacionados às restrições emanadas do regime sociotécnico prevalente que podem ser observadas na orientação dos

interesses, recursos e prioridades locais (*e.g.* reduzidos orçamentos das secretarias de agricultura), e em resultados de algumas iniciativas, programas e políticas que, tendencialmente, tem estimulado o consumo na pecuária familiar de alguns insumos industriais oriundos do mercado.

Apesar de alguns agentes estarem conscientes a respeito da pertinência do uso ou não de certas tecnologias, poucas ações são planejadas, deixando em aberto uma análise mais crítica, principalmente, nas dimensões sustentabilidade e endogeneidade, sobre as tecnologias empregadas, no sentido de movimentar o balanceamento entre recursos endógenos e exógenos, colocando mais peso sobre os primeiros. Além do mais, até onde foi possível apurar, não existe capital humano habilitado na área de concentração das ações da pesquisa para propor, prática e operacionalmente, alternativas. A formação dos agentes de desenvolvimento com inserção mais intensa na trama de relações com os pecuaristas familiares têm formação técnica e profissional, preponderantemente, em agricultura convencional.

Refere-se aqui, a necessidade de uma reflexão conjunta dos agentes de desenvolvimento, pecuaristas e pesquisadores sobre algumas temáticas, por exemplo, da agroecologia, que se apresenta insuficiente na realidade analisada. Quando se trata do campo nativo é comum observar mensagens positivas sobre sua importância forrageira e sua multifuncionalidade, especialmente no que se refere ao enfrentamento da problemática da degradação ambiental; e os pecuaristas, massivamente, o valorizam. Entretanto, as evidências empíricas mostram deficiências de manejo que impedem impactos mais decisivos da pecuária sobre o ambiente. Identifica-se que a principal carência está na capacitação dos agentes de desenvolvimento e pecuaristas sobre práticas de manejo e identificação de espécies forrageiras nativas, além da pouca inserção de pesquisadores na realidade local.

Somado a isso, aparece também a importância de instrumentalizar, na prática, os pecuaristas para que tenham boas alternativas, principalmente, à estratégia química alopática utilizada no manejo sanitário dos rebanhos, bem como no uso da mecanização agrícola convencional. O debate sobre esses itens, em especial o último, quando aparece, está vinculado ao endividamento, à dificuldade de alguns produtores em saldar débitos contraídos, mas não sobre o caráter tecnológico em si.

O que se pode perceber é que ocorrerá alguma mudança, com diminuição de insumos industriais para o controle de ecto e endo parasitas dos rebanhos, ou para as atividades agrícolas da propriedade, quando os pecuaristas se sentirem seguros e habilitados para o uso de tecnologias menos dependentes do mercado e menos perigosas para o ambiente e saúde humana. Com base nos dados apurados, uma transição desta magnitude ainda é impraticável na realidade local. Nota-se inclusive, uma preocupação difusa e tênue a respeito destas questões.

Nesse sentido, o movimento contracorrente levado adiante por atores locais e regionais caracteriza-se pelo importante redirecionamento de iniciativas e políticas para o atendimento do segmento vulnerável, antes marginalizado, e pelo impacto que este revigoramento dos pecuaristas familiares enseja nos ecossistemas campestres. A mudança tecnológica mais abrangente, guiada por critérios de sustentabilidade, não é uma feição marcante da experiência.

Assim, esta tese compreende o posicionamento dos pecuaristas familiares do espaço protegido na região Centro Sul, em relação ao regime sociotécnico prevalente da pecuária de corte como, em geral e tendencialmente, caracterizado pela seleção cuidadosa de certas tecnologias ‘modernas’, adaptando-as aos sistemas produtivos específicos da propriedade, o que confere, grosso modo, um comportamento de resistência destacado, mas parcial ao regime. É observada certa aderência ao regime prevalente e convencional da pecuária de corte.

Os fluxos de conhecimento e informação, entre ciência e prática, ainda não se afastaram o suficiente do denominado “modelo linear de inovação”, observando-se a insistência de uma nítida divisão pouco interativa do trabalho desde a geração do conhecimento até a adoção de inovações. Um espaço privilegiado para experimentar novas formas de articulação, conjunta e participativa, entre pesquisadores, técnicos e pecuaristas para a geração e aplicação de formas contextualizadas de manejo de campo e dos animais já estão instaladas e em operação na região. As UEPs se constituem em elementos adequados para testar formas mais integrativas de conexão entre diferentes atores sociais, transferindo um papel mais ativo aos coletivos de pecuaristas no processo de geração e adaptação de tecnologias. Essa mudança requer, *inter alia*, uma maior aproximação das instituições de pesquisa e seus pesquisadores na condução e monitoramento das UEPs, com mudança nas posturas e comportamentos.

Contribuiria para a reflexão crítica das tecnologias, uma participação efetiva dos movimentos de consumidores, demandando transformações na produção em direção à qualidade e sustentabilidade vinculadas ao valor dos produtos gerados na pecuária, o que não foi identificado na realidade local. Ajudaria muito neste item, a efetiva operacionalização da Associação Regional de Ovinocultores, tendo em conta as ousadas e suspiciosas promessas que ela pretende entregar. Supõe-se que a operação da Associação na coleta, transporte, abate, distribuição e venda de carne ovina com Marca Coletiva, conectará um segmento importante na rede rural, até aqui pouco atuante, os consumidores.

Tanto pela perspectiva material, quanto simbólica, o início do comércio de carnes com marca coletiva elevará o grau de endogeneidade do processo de DR. Existe potencial também para influir no sentido de pertencimento dos pecuaristas familiares em relação ao lugar onde moram e trabalham. A marca reforçará dinâmicas que gerarão decisivo incremento no valor agregado dos produtos da ovinocultura.

Não obstante a existência de carências e recomendações de melhorias anota-se a permanência majoritária da base natural dos recursos empregados na pecuária familiar da região Centro Sul; o modo camponês de produção; e as persistentes estratégias de *regrounding* (e.g. agricultura econômica), e também de *deepning* (e.g. agregação de valor).

Os pecuaristas familiares têm potencialidades notáveis para reintegrar a agricultura na ecologia e na sociedade em geral através de práticas multidimensionais de produção que vão além da visão setorial das unidades de pecuária familiar, como empresas, exclusivamente, produtivas. Adicionalmente, reafirma-se a evidência positiva da ausência de uso de herbicidas, na realidade local, para o manejo do campo nativo. Os produtores usam agrotóxicos, esporadicamente, na condução de algumas lavouras (e.g. melão, milho), mas as áreas são geralmente delimitadas e reduzidas.

Todavia, as deficiências no manejo do campo nativo e a falta de reflexão crítica sobre as características e o uso de certas tecnologias parecem estar potencialmente limitando os reflexos multifuncionais positivos da pecuária familiar sobre a paisagem e sobre a sustentabilidade. O papel da pecuária familiar da região Centro Sul é positivo nestes aspectos, mas poderia ser melhor.

A pecuária familiar regional impactará mais positivamente na paisagem campestre e na sociedade como um todo quanto mais ela se afastar dos parâmetros que definem a agricultura convencional, inserida no paradigma técnico-científico moderno.

A maior ameaça à integridade e conservação dos campos nativos está na estratégia de arrendamento de parte dos campos destinados à pecuária para o cultivo da soja, a fim de atingir objetivos de ingresso de novas rendas, melhoramento dos campos nativos por fertilização, e melhoria da estrutura de forrageamento dos animais pela possibilidade das pastagens cultivadas de inverno na resteva da lavoura. Muitos rechaçam esta alternativa, mas outros tantos são simpatizantes.

O cultivo da soja no sistema de plantio direto, sempre vinculado ao manejo químico de espécies vegetais invasoras é, certamente, um atentado grave à integridade e conservação dos campos nativos. Este cenário se constitui em uma controvérsia relevante e presente no cotidiano da região, cujo debate precisa ser aprofundado.

Uma estratégia a ser apontada aqui é a implantação de políticas públicas (algumas já em tramitação nos meios políticos do Estado) que estabeleçam mecanismos financeiros remuneratórios aos pecuaristas familiares que comprovadamente desempenhem funções de conservação, uso sustentável e preservação das paisagens do bioma Pampa. Isso reforçaria a importância dos serviços ambientais e do estilo de agricultura multifuncional praticada pelos pecuaristas familiares, revertendo-se, assim, em novos ingressos econômicos nas unidades camponesas de produção.

Políticas públicas com tal natureza proporcionariam ganhos em autonomia aos criadores de bovinos, ovinos, bubalinos e caprinos em regime familiar para que tenham condições de “resistir” aos acenos, algumas vezes tentadores, das rendas prometidas pela liberação de suas áreas de pecuária para a cultura da soja, via contratos de arrendamento.

Devido ao quadro restritivo de acesso às novas áreas pelos pecuaristas familiares, as estratégias para o fortalecimento do segmento, sem ceder aos acenos da soja, poderiam considerar também o incremento gradativo da produtividade dos recursos (*i.e.* campo, animais), especialização em um único sistema de criação (*e.g.* cria), e diversificação produtiva com seleção de algumas alternativas em evolução na região, como produção de leite, ou potenciais, como avicultura de corte, de postura e fruticultura.

Ainda tratando de algumas ameaças, não se pode deixar de mencionar questões demográficas relacionadas ao intenso envelhecimento e evasão populacional, que configuram em conjunto um cenário difícil à sucessão na pecuária familiar. Para enfrentar estas questões é necessário tornar mais rentáveis as unidades de pecuária familiar, e desse modo, mais atrativas para a permanência dos filhos no meio rural. Na realidade local atual, o que mais mobiliza ações reivindicatórias dos pecuaristas familiares são a manutenção e drenagem de estradas, acesso às propriedades e telefonia. Essas demandas sendo satisfatoriamente atendidas ajudariam para a atração e permanência dos jovens rurais.

Além disso, defende-se uma maior integração entre as experiências de valorização da pecuária familiar no estado; nas regiões internacionais do bioma Pampa; e nas interestaduais dos campos sulinos. Estas ‘ampliações de redes’ trariam um revigoramento mútuo das trajetórias e abertura de novos caminhos, em especial, na governabilidade dos mercados; na valorização dos produtores e suas famílias no seio da sociedade local e regional; e no manejo sustentável do campo nativo.

Trocas de experiências diversas seriam proveitosas. Neste sentido, ainda existe a carência de arranjos supramunicipais que congreguem e comprometam com mais intensidade os atores locais dos municípios da região Centro Sul, consolidando assim planos regionais de desenvolvimento da pecuária familiar.

Finalmente, é necessário que se diga, talvez a título de compartilhar a motivação que moveu a realização deste trabalho, que ele partiu de um desejo primeiro ‘de pesquisar’ a pecuária familiar, mas, também da vontade de ‘contar a história’ deste segmento tão representativo e caro para esta região brasileira. Assim, espera-se que tais desejos e vontades tenham resultado em conhecimentos e contribuições para a disseminação de marcos inovadores para pensar o Desenvolvimento Rural em áreas campestres e, sobretudo, para valorizar homens e mulheres identificados como pecuaristas familiares.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NIEMAN, G. (Comp.). **Desarrollo Rural**: organizaciones, instituciones y territorios. Buenos Aires: CICCUS, 2006. p. 51-70.

AGUINAGA, A.J.Q. **Caracterização dos sistemas de produção de bovinos de corte na região da Campanha do Estado do Rio Grande do Sul**. 2009. 150 f. Tese (Doutorado em Zootecnia) - Programa de Pós-Graduação em Zootecnia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ALMEIDA, J. Ensino e pesquisa em desenvolvimento rural no Brasil. In: ALMEIDA, J.; MACHADO, J. A. D. (Org.). **Desenvolvimento Rural no Cone Sul-Desarrollo Rural en el Cono Sur**. Porto Alegre: Associação Holos, 2009. p.147-169.

ALTIERI, M. **Agroecologia**. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 110 p.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa). 138 p.

ARAÚJO, P. F. C. O Crédito Rural e sua distribuição no Brasil. **Revista de Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 2, n. 13. p. 232 – 248, 1983.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES - ABIEC. **Balço pecuário**. São Paulo: ABIEC, 2013. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br>> . Acesso em: 25 março 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE OVINOS - ARCO. **Regulamento do Registro Genealógico de ovinos no Brasil**. Brasília: ARCO, 2014. 128 p.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-EMATER-RS/ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL-ASCAR. **50 Anos de Extensão Rural no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER-RS/ASCAR, 2005. 159 p.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-EMATER/RS. **Sistematização de experiências**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br>> Acesso em: 02 março 2014.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL- EMATER/RS. **Estudo de Situação**. Escritório Municipal de Butiá. Butiá: EMATER/RS, 2012a.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-EMATER/RS. **Plano Operativo Municipal de ATER**. Ano 2013. Escritório Municipal de Butiá. Butiá: EMATER/RS, 2012b.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-EMATER/RS. **Relatório Municipal**. Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de 2012. Escritório Municipal de Butiá. Butiá: EMATER/RS, 2012c

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-EMATER/RS. **Estudo de Situação**. Escritório Municipal de São Jerônimo. São Jerônimo: EMATER/RS, 2013.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-EMATER/RS. **Associação Regional de Ovinocultores Centro-Sul**. São Jerônimo, Escritório Municipal, 09 set. 2014. Apresentação Power Point em palestra na localidade Rincão dos Corrêas, São Jerônimo.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL. **História do Banrisul**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.banrisul.com.br>> . Acesso em: 17 maio 2015.

BARCELLOS, J.O.J. *et al.* Bovinocultura de corte frente à agriculturização no Sul do Brasil. In: Ciclo de Atualização em Medicina Veterinária-CAMEV, 11, 2004, Lages. **Anais...** Lages, 2004. p. 1-27.

BENCKE, G.A. Diversidade e conservação da fauna dos Campos do Sul do Brasil. In: PILLAR, V. de P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. de S.; JACQUES, A. V. Á. (Editores). **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília : MMA, 2009. p. 101-121.

BELIK, B.; PAULILLO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. P. (Org.) **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 97-122.

BORBA, M.F.S. **Denominação de Origem e o Desenvolvimento Regional. O Exemplo do Pampa**. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2007. (Documentos/Embrapa Pecuária Sul, 69). 15 p. Disponível em: <<http://www.cppsul.embrapa.br/unidade/publicacoes:list/178>> . Acesso em: 22 julho 2014.

BORBA, M.F.S.; TRINDADE, J.P.P. Desafios para conservação e a valorização da pecuária sustentável. In: PILLAR, V. de P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. de S.; JACQUES, A. V. Á. (Editores). **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p. 391-403.

BORBA, M.F.S. *et al.* **Pesquisa Participativa para Estratégias de manejo Sustentável dos Recursos Forrageiros dos Campos Naturais: Pressupostos e Aspectos Metodológicos**. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2009a. 32 p.

BORBA, M.F.S. *et al.* **Ecologização da pecuária na Serra do Sudeste**. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2009b. (Documentos/Embrapa Pecuária Sul, 98). 69 p. Disponível em: <<http://www.cppsul.embrapa.br/unidade/publicacoes:list/231>> . Acesso em: 22 abril 2012.

BORBA, M.F.S.; TRINDADE, J.P.P. **Laboratório de Estudos em Agroecologia e Recursos Naturais da Embrapa Pecuária Sul: Articulando Produção e Conservação.** Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2010. (Documentos/Embrapa Pecuária Sul, 108). p. 69. Disponível em: <<http://www.cppsul.embrapa.br/unidade/publicacoes:list/242>> . Acesso em: 15 setembro 2012.

BORBA, M.F.S.; TRINDADE, J.P.P. **Redesenho dos Sistemas de Produção da Pecuária Familiar.** Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2011. (Documentos/Embrapa Pecuária Sul, 123). 24 p. Disponível em: <<http://www.cppsul.embrapa.br/unidade/publicacoes:list/272>> . Acesso em: 15 setembro 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Sistema Nacional de Cadastro Rural. **Manual de Orientação para Preenchimento da Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais.** Brasília: MDA, 2002.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Contribuições das Câmaras Setoriais e Temáticas à Formulação de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio.** VILELA, D.; ARAÚJO, P.M.M. (Org.). Brasília: MAPA/SE/CGAC, 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Inspeção de Carnes Bovina.** Padronização de técnicas, instalações e equipamentos. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>> . Acesso em: 25 março 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. SISLEGIS. **Sistema de Consulta à Legislação.** Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>> . Acesso em: 03 agosto 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Câmaras Setoriais e Temáticas.** Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>> . Acesso em: 03 agosto 2012.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 180 p.

BUREAU VERITAS CERTIFICATION. **Relatório de Auditoria. CMPC Celulose Riograndense Ltda.** Rio de Janeiro: Bureau Veritas Certification, 2010. Disponível em: <<http://www.bureauveritascertification.com.br>> . Acesso em: 29 maio 2015.

BUTIÁ. Prefeitura Municipal. **Plano Ambiental Municipal.** Butiá: Secretaria Municipal de Agricultura e Proteção ao Meio Ambiente, 2009. 195 p.

BUTIÁ. Secretaria Municipal de Agricultura e Proteção ao Meio Ambiente. **Programa Municipal de Repasse de Carneiros.** Apresentação em Power Point. Butiá, 2012.

CARNEIRO, M.J. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa.** Porto Alegre: CPDA/UFRRJ, 2002. (Textos para Discussão).

- CARNEIRO, M.J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 296 p.
- CARVALHO, P.C.F. *et al.* Produção Animal no Bioma Campos Sulinos. **Brazilian Journal of Animal Science**. João Pessoa, v.35, n. Suplemento Especial, p. 156-202, 2006.
- DALGAARD, T. *et al.* Agroecology, scaling and interdisciplinary. **Agriculture, Ecosystems & Environment**. Amsterdam, v. 100. p. 39–51, 2003.
- DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Org.) **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 256 p. (Série Estudos Rurais).
- ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving Themes in Rural Development 1950s – 2000s . **Development Policy Review**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.
- ESCOBAR, A. Globalización, Desarrollo y Modernidad. In: CORPORACIÓN REGIÓN. **Planeación, Participación y Desarrollo**. Medellín: Corporación Región, 2002. p. 9-32. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/escobar.htm>>. Acesso em: 26 março 2012.
- ESHUIS, J.; STUIVER, M. Learning in context through conflict and alignment: farmers and scientists in search of sustainable agriculture. **Agriculture and Human Values**. Netherlands, v 22. n. 02. p. 137-148. Springer 2005.
- FERREIRA, G.C. **Gerenciamento de cadeias de suprimento: formas organizacionais na cadeia da carne bovina no Rio Grande do Sul**. 2002. 198 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- FERREIRA, L.R. **As agroflorestas como expressões do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da produção de novidades**. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- FLICK, U. Introdução à Coleção Pesquisa Qualitativa. In: ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. (Coleção Pesquisa Qualitativa). Porto Alegre: Artmed, 2009a. 138 p.
- FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009b. 405 p.
- FONTANELLA, B.J.B.; RICAS, J.; TURATO, R.E. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro, n 24(1). p. 17-27, 2008.
- FONTOURA, L. F. M. **MACANUDO TAURINO: uma espécie em extinção?** Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha Gaúcha. 2000. 280

f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FONTOURA, L. F. M.; PIZZATO, F. Recordações do Pampa – Estudo das transformações da atividade pecuária do Rio Grande do Sul. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12. **Anais...** Montevideu, 2009. Disponível em: <<http://geoperspectivas.blogspot.com.br/2009/04/12-encuentro-de-geografos-de-america.html>> . Acesso em: 08 setembro 2013.

FORTES, A. B. **Compêndio de história do Rio Grande do Sul**. 6 ed. Porto Alegre: Sulina, 1981. 174 p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981. 330 p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Perfil Socioeconômico RS – COREDES**. Porto Alegre: FEE, 2013. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>> . Acesso em: 29 maio 2015.

GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares**. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GEELS, F.W. Understanding system of innovation: a critical literature review and a conceptual synthesis. In: ELZEN, B.; GEELS, F.W.; GREEN, K. **System Innovation and the Transition to Sustainability: theory, evidence and policy**. Cheltenham: Northampton: Edward Elgar, 2004. p. 19-47.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**. Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 653 p.

GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Society**. Chicago, v. 78. p. 1360-1380, 1973.

GRAZIANO da SILVA, J. O progresso da Agricultura. In: GRAZIANO da SILVA, J. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 13-50.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. etc., espaço, tempo e crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**. Rio de Janeiro, n. 2(4), v. 1, 2007.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. **Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais**. Brasília: EMBRAPA, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Mapa de Biomassas do Brasil e Mapa de vegetação do Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 junho 2012.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. IBGE, 2006. Segunda Apuração. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 maio 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Pesquisa da Agricultura Familiar**. IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 março 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo Demográfico 2010**. IBGE, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 março 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal**. IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 maio 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> . Acesso em: 07 maio 2015.
- JUNQUEIRA, J.R.C.; ALFIERI, A.A. Falhas da reprodução na pecuária bovina de corte com ênfase para causas infecciosas. **Semina: Ciências Agrárias**. Londrina, v. 27, n. 2, p. 289-298, 2006.
- KANEMASU, Y. The impacts of policy arrangements. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development**. Amsterdam: Royal Van Gorcum, 2008. p. 211-224.
- KEMP, R.; SCHOT, J.; HOOGMA R. Regime shifts to sustainability through processes of niche formation: the approach of Strategic Niche Management. **Technology Analysis & Strategic Management**. London, v.10, n. 2. p. 175 – 196. 1998.
- KNICKEL, K. *et al.* New institutional arrangements in rural development In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development**. Amsterdam: Royal Van Gorcum, 2008. p.111-128.
- LEITE, S. Apresentação. In: LEITE, S. P. (Org.) **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009a. p. 9-16.
- LEITE, S. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S. P. (Org.) **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b. p. 55-96.
- LONG, N. **Development sociology – actor perspectives**. London: Routledge, 2001.
- LONG, N.; PLOEG, J.D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZZOLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.328 p.

MARKARD, J.; TRUFFER, B. Technological innovation systems and the multi-level perspective: towards an integrated framework. **Research Policy**. Amsterdam, n. 33, p. 596-615, 2008.

MARQUES, F. C. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura**. A produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil. 2009. 220 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARQUES, F.C.; DAL SOGLIO, F.K. PLOEG, J.D. van der. Construing Sociotechnical Transitions toward Sustainable Agriculture: lessons from ecological production of medicinal plants in southern Brazil. In: **Innovation and Sustainable Development in Agriculture and Food-International Symposium**, 2010. Montpellier: Cirad-Inra-SupAgro, 2010.

MARQUES, F.C. Nicho e novidade: nuances de uma possível radicalização inovadora na agricultura. In: SCHNEIDER, S.; GAZZOLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 328 p.

MARQUES, F.C.; PLOEG, J.D. van der; DAL SOGLIO, F.K.; New Identities, new commitments: something is lacking between niche and regime. In: ELZEN, B.; BARBIER, M. (Org.). **System Innovations, Knowledge Regimes, and Design Practices towards Sustainable Agriculture**. Toulouse: Inra – Science for Action and Development, 2012. p. 23-46.

MARSDEN, T.; PLOEG, J. D. van der. Some final reflections on Rural Social and Spatial Theory. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development**. Amsterdam: Royal Van Gorcum, 2008. p. 225-234.

MEDEIROS, J.X.; WILKINSON, J.; LIMA, D.M.A. O desenvolvimento científico e tecnológico e a agricultura familiar. In: LIMA, D.M.A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

MEDEIROS, M. **Diversidade de saberes em situações de interface: a emergência da agricultura de base ecológica entre agricultores familiares no sul do Rio Grande do Sul**. 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MELLO, M.A. **Sementes que brotam da crise: a produção de novidades organizacionais na agricultura familiar do oeste de Santa Catarina**. 2009. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MIELITZ NETTO, C. A. G. **Modernização e Diferenciação da Bovinocultura de Corte Brasileira**. 1994. 224 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

MIGUEL, L.A.; *et al.* Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. **Estudos e Debates**. Lajeado, v. 14, n. 2. p. 95-125, 2007.

MINAYO, M.C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 80 p.

MIOR, L.C. Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 295 p. (Série Estudos Rurais).

MIRCO, C.H.B. **Textos para o estudo da História do município de Rio Grande, XVI-XVIII**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1987. 61 p.

MONASTÉRIO, L. M. **Putnam no Pampa: Capital social e a Metade Sul do RS**. Pelotas: UFPEL, 2000.

MOORS, E.; RIP, A.; WISKERKE, J.S.C. The dynamics of innovation: a multi-level co-evolutionary perspective. In: WISKERKE, J.S.C.; PLOEG, J.D. van der. **Seeds of Transitions**. Assen: Royal Van Gorcum, 2004. p. 31-56.

MUSSOI, E. M. Estado, descentralização, políticas públicas e novas instâncias participativas: o caso agricultura em Santa Catarina. In: SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL (CMDR) E O DESENVOLVIMENTO LOCAL. **Relatório**. p. 19 – 39. Santa Cruz do Sul, 2000.

NABINGER, C.; CARVALHO, P.C.F.; DALL'AGNOL, M. Pastagens no ecossistema de clima subtropical. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA, 42., 2005, Goiânia. **Anais....** Goiânia: SBZ, 2005. v. 1. p. 1-20.

NABINGER, C.; CARVALHO, P.C.F. Avanços no manejo do pasto para a produção bovina. In: JORNADA TÉCNICA EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE BOVINOS DE CORTE E CADEIA PRODUTIVA: A PECUÁRIA QUE DÁ CERTO, 3., 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: NESPRO/UFRGS, 2008. p. 21-70.

NABINGER, C. *et al.* Produção animal com base no campo nativo: aplicações de resultados de pesquisa. In: PILLAR, V. de P. *et al.* (Ed.). **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p. 175-198.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados: dossiê desenvolvimento rural**. v. 15 n. 43. São Paulo: USP/Instituto de Estudos Avançados, 2001. p. 83 – 100.

NELSON, R. **Economic development from the Perspective of Evolutionary Economic Theory**. Working Paper Series, Globelics. New York: Columbia University, 2007.

NEUMANN, E. S. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, L. A. *et al* (Org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 398 p.

NICOLA, M.P. **Ação extensionista e formação de capital social no projeto Área Piloto – RS**. 2004. 239 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

NORTH, D.C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: CUP, 1990.

NORTH, D.C. Institutions. **Journal of Economics Perspectives**, Pittsburgh, v. 5. n 1. p. 97-112, 1991.

OIAGEN, R.P. *et al*. Estudo da competitividade interna na bovinocultura de corte no Estado do Rio Grande do Sul. **Ciência Rural**. Santa Maria, 2011.

OOSTINDIE, H. *et al*. The Endogeneity of Rural Economies In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development**. Amsterdam: Royal Van Gorcum, 2008. p. 53-67.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R.V. The dynamics of novelty production. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development**. Amsterdam: Royal Van Gorcum, 2008. p. 68-86.

OSÓRIO, H. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1769-1825. In: GRIJÓ, L. A. *et al* (Org.). **Capítulos da História do Rio Grande**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 398 p.

PAZ, R. G.; DIOS, R. E. de. **Actores sociales y espacios protegidos**. Tucumán: Magna Publicaciones, 2011. 200 p.

PESAVENTO, S. J. **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores**. Porto Alegre: Movimento, 1980. 226 p.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. 142 p.

PILLAR, V. de P. *et al*. (Ed.). **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.403 p.

PITELLI, M.M. **Sistema Agroindustrial da carne bovina brasileiro: análise do impacto das exigências do consumidor europeu sobre a estrutura de governança**, 2004. 160 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós, Piracicaba, 2004.

PLOEG, J. D. van der. Styles of Farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. **Born from Within**. Assen: Van Gorcum, 1994. p. 7 – 30.

- PLOEG, J. D. van der. *et al.* Rural Development: from Practices and Policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**. Wageningen, v. 40, n. 4, 2000. p. 391-408.
- PLOEG, J. D. van der *et al.* On regimes, novelties and co-production. In: WISKERKE, J.S.C.; PLOEG, J.D. van der. **Seeds of Transitions**. Assen: Royal Van Gorcum, 2004. p. 1 – 30.
- PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 295 p.
- PLOEG, J. D. van der *et al.* Towards a Framework for Understanding Regional Rural Development. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development**. Amsterdam: Royal Van Gorcum, 2008. p. 1-28.
- PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development**. Amsterdam: Royal Van Gorcum, 2008. 262 p.
- PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- PLOEG, J. D. van der. Sete teses sobre agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168 p. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.abong.org.br/>> . Acesso em: 14 outubro 2012.
- PLOEG, J. D. van der. Introducción. In: RAÚL, G.P.; RUBÉN, E. de D. **Actores sociales y espacios protegidos**. Tucumán: Magna Publicaciones, 2011. 200 p.
- PLOEG, J.D. van der. **Peasants and the art of farming: a chayanovian manifesto**. Halifax. FS: Fernwood, 2013. 157 p.
- PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Braziliense, 1998.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. 260 p.
- RAJALAHTI, R. *et al.* **Agricultural Innovation Systems: From Diagnostics toward Operational Practices**. Agriculture and Rural Development Discussion Paper 38. Washington: World Bank, 2008.
- RAY, C. Towards a meta-framework of endogenous development: repertoires, paths, democracy and rights. **Sociologia Ruralis**. Wageningen, v. 39, n. 4, p. 521-537, 1999.
- RAY, C. A mode of production for fragile rural economies: the territorial accumulation of forms of capital. **Journal of Rural Studies**. Oxford, n. 18, p. 225-231, 2002.
- RIBEIRO, C.M. **Pecuária familiar na Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2003. p. 11 – 45. (Série Realidade Rural, 34).

RIBEIRO, C.M. **Estudo dos modos de vida dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 303 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RICHARDSON, J.R. **Pesquisa Social**. Métodos e Técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

RIO GRANDE DO SUL. **Manual de conservação do solo e água**. 3 ed. Porto Alegre, 1985. 287 p.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Notícias**. Emater apresenta diagnóstico do trabalho de 1.200 artesãos da Região Centro Sul. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br>> . Acesso em: 27 junho 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. **Planejamento Estratégico do COREDE Centro Sul 2010-2020**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 2010. 160 p. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/forumdemocratico/>> . Acesso em: 27 maio 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 48.316. Regulamentação do Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. **Programa Fortalecimento da Pecuária Familiar**. Porto Alegre: SDR, 2012a.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Termo de Cooperação Técnica 3729/2012**. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Porto Alegre: SDR, 2012b.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Unidades de Experimentação Participativa-UEPAs**. Individuais e coletivas. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Porto Alegre: SDR, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Programa Aquisição de Reprodutores para Pecuária Familiar 2014**. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Porto Alegre: SDR, 2014a.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Programa Melhoramento Genético**. Edição 2014. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Porto Alegre: SDR, 2014b.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs**. Porto Alegre, 2015a. Disponível em: <<http://www.seplan.rs.gov.br>> . Acesso em: 28 maio 2015.

- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária. **Programas**. Porto Alegre, 2015b. Disponível em: <<http://www.agricultura.rs.gov.br>> . Acesso em: 23 junho 2015.
- ROCHE, C. **Avaliação do Impacto dos Trabalhos das ONGs**: aprendendo a valorizar as mudanças. São Paulo: Cortez ABONG. 2 ed. Oxford: Oxfam, 2002. 348 p.
- ROEP, D.; WISKERKE, J.S.C. Reflecting on Novelty Production and Niche Management. In: WISKERKE, J.S.C.; PLOEG, J.D. van der. **Seeds of Transitions**. Assen: Royal Van Gorcum, 2004. p. 341-356.
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 400 p.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2002. 578 p.
- SANTOS, J. R.; SANTOS, J. C. T. **Rio Grande do Sul**: Aspectos da História. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990. 102 p.
- SÃO JERÔNIMO. Prefeitura Municipal. **Plano Ambiental Municipal**. São Jerônimo: Coordenadoria Municipal de Meio Ambiente, 2009. 111p.
- SARDAN, J-P.O. Popular knowledge and scientific and technical knowledge. In: SARDAN, J-P. O. de. **Anthropology and Development**: Understanding Contemporary Social Change. London: Zed Books, 2005. p. 135-165.
- SCHNEIDER, S. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. In: CONGRESSO EUROPEU DE SOCIOLOGIA RURAL. **Anais...** Wageningen, 2007. 39 p.
- SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 30. n 3. p. 511-531, 2010.
- SCHNEIDER, S. *et al* (Org.) **Sementes e Brotos da Transição**: Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. 240 p.
- SCHULTZ, T.W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 207 p.
- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL-SENAR/RS; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE/RS; FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE SUL-FARSUL. **Diagnóstico de Sistemas de Produção de Bovinocultura de Corte do Estado do Rio Grande do Sul**. Relatório de Pesquisa – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas/IEPE. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.
- SEVILLA GUZMÁN, E. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: ideias e

ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 323 p.

SILVA, C.E. da. **Nas Profundezas da Terra:** um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul (1883/1945). 2007. 380 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SIMCH, A. **Município de São Jerônimo.** Monografia. Porto Alegre: Livraria Andradas, 1943. 273 p.

SIMCH, A. **Município de São Jerônimo.** Monografia. Edição Especial Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961. 464 p.

SMITH, A.; STIRLING, A.; BERKHOUT, F. The governance of sustainable socio-technical transitions. **Research Policy.** Amsterdam, v. 34, p. 1491 – 1510. 2005.

SONNINO, R *et al.* Sustainability and Rural Development. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development.** Amsterdam: Royal Van Gorcum, 2008. p. 29-52.

STUIVER, M. *et al.* The Power of Experience: Farmers' Knowledge and Sustainable Innovations in Agriculture. In: WISKERKE, J.S.C.; PLOEG, J.D. van der. **Seeds of Transitions.** Assen: Royal Van Gorcum, 2004. p. 93-118.

STUIVER, M. **Regime change and Storylines.** A sociological analysis of manure practices in contemporary Dutch dairy farming. 2008. 175 f. PhD Thesis. Amsterdam: Wageningen University, 2008.

THOMAS, A. Development as practice in a liberal capitalist world. **Journal of International Development.** Sheffield, v. 12. p. 773–787, 2000.

TISENKOPFS, T. *et al.* Social Capital. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development.** Amsterdam: Royal Van Gorcum, 2008. p. 87-110.

TOMASSINI, R.A.S. **A história interessa – Path dependence e a indústria calçadista.** 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

TORRENTGUY, T. O. V. **As origens da pobreza do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994. 192 p.

VENTURA, F.; MILONE, P. Novelty as Redefinition of Farm Boundaries. In: WISKERKE, J.S.C.; PLOEG, J.D. van der. **Seeds of Transitions.** Assen: Royal Van Gorcum, 2004. p. 57- 89.

VIHINEN, H.; KRÜGER, L. The governance of markets. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development.** Amsterdam: Royal Van Gorcum, 2008. p. 129-148.

- WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996. **Anais...** Caxambu (MG), 1996.
- WISKERKE, J.S.C. On promising niches and constraining sociotechnical regimes: the case of Dutch wheat and bread. **Environment and Planning A**. London, v. 35. p. 429-448, 2003.
- WISKERKE, J.S.C. On places lost and places regained: reflections on the alternative food geography and sustainable regional development. **International Planning Studies**. Cardiff, 2010.
- WOOLCOCK, M. Social Capital and Economic Development: Towards a Theoretical Synthesis and Policy Framework. **Theory and Society**. Amsterdam, v. 27. p. 151-208, 1998.
- WOOLCOCK, M. **Managing risks, shocks and opportunities in development economics**: The role of social capital. Development Research Group. Washington: World Bank, 1999.

APÊNDICE A - ROTEIROS PARA ENTREVISTAS COM INFORMANTES-CHAVE

Roteiro 1 para entrevista com informantes-chave:

1. Consentimento oral gravado para a entrevista.
2. Como iniciou o trabalho com pecuaristas familiares na região? Como e por que o entrevistado (e/ou sua entidade) iniciou?
3. Quais as entidades (atores no município e região) estão envolvidos no trabalho?
4. Como é feito para manter a articulação entre as entidades e os pecuaristas para a promoção da pecuária familiar na região? Como ele (e/ou sua entidade) atua nessa articulação (estratégia)?
5. Qual a avaliação sobre a articulação dos atores no âmbito local?
6. Existe capacitação das pessoas? Que tipo? Com que frequência?
7. Quais são as expectativas em relação ao trabalho em PF? E sobre práticas e trajetórias específicas (e.g. remate, feira, associação, repasse de reprodutores)?
8. Como ocorre o encontro entre técnicos e pecuaristas, ou entre pecuaristas? Como o entrevistado interage com pecuaristas e técnicos?
9. Como as pessoas aprendem sobre a atividade pecuária familiar (manejo de campo nativo, criações)? Como se processam os fluxos de informação?
10. Como ocorre o trabalho nas UEPs? O que os pecuaristas fazem nas UEPs? Com que frequência?
11. Avaliação geral do trabalho com pecuária familiar na região? O que é positivo e o que precisa melhorar? Qual o destaque?
12. Qual o futuro dos pecuaristas familiares na região?

Roteiro 2 para entrevista com informantes-chave.

A- Consentimento oral gravado para a entrevista.

B- DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO RURAL

SUSTENTABILIDADE:

Visão do PF sobre o CN. Valoriza mais ou menos em relação ao passado?

Como é o manejo? Realiza diferimentos? Houve mudanças em relação ao passado? Como toma as decisões?

Percepção quanto a altura e cobertura do campo. A altura é um critério de manejo?

Quais as espécies (macegas e não macegas) você considera indesejável no CN?

Percepção sobre a (qualidade e quantidade) água e sobre a diversidade (espécies animais e vegetais).

Percepção sobre o futuro de sua atividade: manter, aumentar ou diminuir? O trabalho desenvolvido na região (Butiá e arredores) contribuí para a manutenção da atividade pecuária na unidade familiar? É suficiente?

Levantamento da evolução da SPNU sobre a SAU.

ENDOGENEIDADE:

Quais serviços e materiais precisam ser comprados? Comparar com o passado.

A alimentação do rebanho se baseia em que tipo de recursos? Comparar com o passado.

O PF se vale de relações de reciprocidade na comunidade para realizar atividades na propriedade? Comparar!

Os insumos para as lavouras e pastagens são comprados? Comparar com o passado.

Como ocorre o uso de máquinas na propriedade? Comparar com o passado.

Qual a percepção sobre alternativas econômicas recentes (plantio de florestas, grãos – cultivo, arrendamento)?

A pec. fam. tem potencial para manter um nível satisfatório de vida para as famílias, ou deve ser substituída por outra alternativa?

AGÊNCIA (Capital Social):

Intensidade da ajuda mútua e confiança nas pessoas da comunidade. Comparar com o passado.

Organizações coletivas tem aumentado ou diminuído? Qual a importância destes grupos? Por que eles se formam?

As relações/trocas (informações, serviços e produtos) com pessoas de outras comunidades (Butiá e região) tem aumentado ou diminuído? Por que elas ocorrem? Qual é a qualidade e a frequência destas interações? Onde elas ocorrem?

As relações com funcionários do governo (todos os níveis) tem aumentado ou diminuído? Essas relações ajudam a família e a comunidade? Os funcionários são importantes?

Qual a avaliação sobre a ajuda proporcionada por programas públicos (todos os níveis)?

GOVERNABILIDADE DOS MERCADOS:

Como ocorre a venda de produtos? O que é positivo? E negativo?

Qual o nível de controle e autonomia dos produtores sobre o mercado (carnes, animais, lã, artesanato e hortigranjeiros)? Comparar com o passado.

Qual a importância da feira assistida de ovinos, do remate regional da PF, da associação regional de ovinocultores, do concurso de cordeiros e carcaças, do programa repasse de carneiros, do repasse de touros e do grupo fia e tece? Por que eles foram estabelecidos?

NOVOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS:

Quais as expectativas sobre a Assoc. Reg. de Ovinocultores (no presente e promessa futura)? Tem incentivado a construção de confiança e facilitado ação coletiva?

E a aproximação Emater-Associações de produtores-Prefeitura Municipal-SDR o que tem proporcionado?

Como funcionam (em termos de arranjos institucionais) o Remate Regional da PF, a Feira Assistida de Ovinos, o Concurso de Cordeiros e Carcaça, o Jantar do Cordeiro, Uva e Vinho e o Grupo Fia e Tece da ABART?

O que tem surgido de novo em termos de NAI e/ou auto organização social, e/ou sinergias e aproximações entre instituições?

GERAÇÃO DE NOVIDADES

O que tem acontecido de novo em termos de: processos de produção; produtos e serviços; padrões de cooperação; integração de atividades; combinação de recursos, de procedimentos tecnológicos e/ou de conhecimentos? O que tem acontecido de novo na região que fortaleceu (ou tem potencial para) seu dinamismo e competitividade?

Roteiro 3 para avaliação da sustentabilidade no manejo do campo nativo

LEVANTAMENTO

Nome do Produtor:	Localidade:
Município:	Data:
Área Total da Propriedade:	Área Própria:
Área de Estradas:	Área Arrendada:
Área da Sede (Casa, Galpões, Centros de Manejo,...):	Área de Córregos e Açudes:
Área de Lavouras:	Área de Matas Nativas:
Área de Reflorestamento:	Área de Pastagens Plantadas:
Área de Campo Nativo:	Área de Pomar e Horta:
Superfície Agrícola Útil:	Superfície Pastoril Nativa Útil:

SPNU/SAL:

Evolução desta relação ao longo do tempo: () aumentou () diminuiu () estável

Plano futuro sobre a relação SPNU/SAL: () aumentar () diminuir () manter

Realiza roçadas? () sim () não N° de vezes/ano:..... Época do ano:..... Área roçada:.....ha

Plano futuro sobre roçadas: () aumentar () diminuir () manter

Realiza queimadas? () sim () não N° de vezes/ano:..... Época do ano:..... Área queimada:.....ha

Plano futuro sobre a queimadas: () aumentar () diminuir () manter

Realiza diferimentos: () sim () não N° de vezes/ano:..... Época do ano:..... Área diferida:.....ha

Plano futuro sobre diferimentos: () aumentar () diminuir () manter

Rebanho Bovino:

	Terneiros	Novilhas 1-2 anos	Novilhos 1-2 anos	Novilhas 2-3 anos	Novilhos 2-3 anos	Vacas descarte	Vacas de cria	Touros
N° Cabeças								
Peso Médio								
N° de UAs								

Rebanho Ovino:

	Cordeiros (até 6 meses)	Borregos	Borregas	Capões	Ovelhas de cria	Carneiros
N° Cabeças						
Peso Médio						
N° de UAs						

Rebanho Equino:

	Potos	Animais adultos
N° Cabeças		
Peso Médio		
N° de UAs		

Área de Campo Nativo utilizada pelos rebanhos:

N° de UAs/Área campo nativo/Época do Ano

N° UAs Rebanhos	Época do Ano/UAs/Área de Campo Nativo (ha)			
	Outono	Inverno	Primavera	Verão
Bovinos				
Ovinos				
Equinos				

Roteiro 4 para entrevista com informantes-chave na 4ª Feira Assistida de Ovinos

1. Qual a importância da Feira de Ovinos?
2. Por que tu participas do evento?
3. Quem são os responsáveis pela organização do evento?
4. Como tu avalias o trabalho de apoio aos pecuaristas familiares no município e região?
5. Qual é o teu futuro como pecuarista familiar? Qual o futuro da pecuária familiar na região?